

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em História

Selvagens e intrusos em seu próprio território: A expropriação do território Jê no
Sul do Brasil (1808-1875)

Aline Ramos Francisco

Orientadora: Prof. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck

São Leopoldo
Março 2006

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
Reitor: Prof. Marcelo Fernandes de Aquino
Vice-Reitor: Prof. Aloysio Bohnen

UNIDADE DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Profa. Dr. Ione Maria Ghislene Bentz

F818s Francisco, Aline Ramos

Selvagens e intrusos em seu próprio território: a expropriação do território Jê no sul do Brasil (1808-1875) / Aline Ramos Francisco – 2006. 212f.

Orientador: Dr^a. Eliane Cristina Deckmann Fleck.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em História, 2006.

1. História Kaingang. 2. Território indígena.
3. Expropriação fundiária. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em História. II. Fleck, Eliane Cristina Deckemann, orient. III. Título.

CDU 981.65(=1-82)

Catálogo na Publicação
Bibliotecário Juliano Rodrigues - CRB 10/1642

Unidade de Pesquisa e Pós-Graduação
Avenida Unisinos, 950
Bairro Cristo Rei
CEP 93.022-000
São Leopoldo - RS - Brasil

Banca Examinadora

Prof. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck Orientadora

Prof. Dr. Sérgio Baptista da Silva

Prof. Dra. Eloísa Capovilla da Luz Ramos

Para minha avó Hermenegilda (*in memoriam*),
minha mãe Eloá e minha filha Heloisa. A João e
Iracema Padilha e a seus filhos.

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade que este Programa de Pós-graduação me ofereceu para a realização e conclusão desta Dissertação, que contou com uma bolsa integral do CNPq. Agradeço a todos os professores do programa, especialmente a Eliane Fleck, por sua cuidadosa e dedicada orientação, bem como pela paciência e delicadeza demonstradas. Às professoras Heloisa Reichel e Beatriz Franzen, por seu exemplo. Gostaria ainda de fazer referência ao professor Marcos Tramontini (*in memoriam*) por sua dedicação à nossa profissão, o que demonstrava distribuindo fontes documentais, como foi o caso dos Autos de Legitimação de Posses para a década de 1870, que recebi por sua iniciativa. As secretárias do programa de pós-graduação também foram muitos importantes para a consecução deste trabalho, bem como os bibliotecários desta universidade e também da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Agradeço igualmente aos funcionários e estagiários do Arquivo Público do Estado, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, bem como aos funcionários da Biblioteca Pública do Estado, por sua colaboração e disposição.

Às professoras Sílvia Cope e Adriana Dias e, ainda, ao professor André Jacobus, bem como aos ex-colegas do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas da UFRGS, que me oportunizaram um valioso aprendizado na área da arqueologia. Agradeço a Mariana Soares, José Otávio de Souza, Rogério Rosa, Ivori Garlet e Rodrigo Venzon que demonstraram sua generosidade em compartilhar comigo suas experiências junto aos grupos indígenas do Estado. A Rodrigo Venzon, devo a indicação do tema inicial deste trabalho, qual seja, os conflitos de terra entre indígenas e fazendeiros. Este trabalho de investigação é, sobretudo, dedicado às populações indígenas do Estado, pois acredito que trabalhos que sublinham a etnologia ou a história das sociedades ameríndias não devem furtar-se de considerar suas iniciativas de luta e de reafirmação cultural e social na atualidade.

Agradeço a oportunidade de conhecer os colegas de Pós-graduação, especialmente a Sinara, que se tornou uma companheira. Aos amigos Rodrigo, Juliano, Maria, Guilherme, Adriano, Christian, Elisa, Daniela, Lisiane e Eduardo, agradeço pelo estímulo e pelo carinho. Sou grata, especialmente, ao Rodrigo Weimer, que generosamente leu comigo a última versão deste trabalho.

Sou grata especialmente à minha família, minha tia Maria Helena, Ica e Tati, a meu pai e, principalmente, à minha mãe e minhas irmãs, pelo carinho e cuidados dispensados com minha filha, Heloisa. Às minhas irmãs Anelise e Amanda agradeço o auxílio prestado para os detalhes finais da Dissertação.

RESUMO

Neste estudo procuramos ressaltar as circunstâncias do processo de ocupação e colonização ocidental de um ou vários territórios de populações Jê Meridionais. Estes grupos indígenas mantinham relações de amizade ou inimizades circunstanciais entre si que visavam, sobretudo, o domínio de um amplo território considerado necessário à manutenção de seu modo de exploração do ambiente.

Durante o processo de ocupação e conseqüente expropriação dos territórios Jê do planalto sulino, no decorrer do século XIX, as relações intratribais, baseadas na boa convivência e na reciprocidade se transformaram, prevendo a inclusão de moradores e do poder público nestas alianças que mantiveram, contudo, sua principal motivação, a preservação, a garantia de circulação e de domínio sobre seu território tradicional.

Não obstante a resistência ofensiva e a fuga, as alianças de certos grupos Kaingang com moradores e com o poder público estiveram inscritas nas práticas sociais dos Kaingang e decorreram do reconhecimento por parte destes das mudanças advindas com a conquista de suas terras. Esta consciência em relação à utilidade estratégica de alianças levou estes grupos a perceberem o aldeamento como oportunidade para preservar parte de seus territórios e de barganhar, mantendo sua condição de índios e, sobretudo, de chefes, certas posições de prestígio e de poder dentro da hierarquia da sociedade então constituída.

Abstract

In this study we emphasize the circumstances of the occupation and western colonization process in one or several southern territories occupied by Je populations. These groups, who shared identities, maintained circumstantial relations of friendship or enmity, with the aim of securing the power over a large territory, considered mandatory for the maintenance of their way of exploiting the environment, which was turned into territory.

During the occupation and colonization process, and the consequent expropriation of Jê's territories in the southern plateau, throughout the XIX century, the intratribal relationships based on sociability and reciprocity changed to include alliances with dwellers and the public power, which were motivated by the attempt to ensure preservation, guarantee of circulation and rule over their traditional territory.

In despite of the escape and offensive resistance offered by many tribes, the alliances between certain Kaingang groups and dwellers or the public power were both embodied in the Kaingang's social practices and in their recognition of the changes brought on by the conquest of their lands. These groups realized that the settlement could represent not only an opportunity to preserve part of their territories, but also to bargain for certain positions of prestige and power into the social hierarchy which was established, as Indians and, above all, as chiefs.

Sumário

1 Introdução.....	11
1.1 Acervos consultados e documentação trabalhada.....	23
1.2 Estrutura da dissertação.....	29
1.3 O povoamento ocidental e a sociedade Kaingang na historiografia e na literatura etnográfica.....	30
2 O território Jê no Planalto Meridional: Ocupação pré-colonial e primeiros contatos.....	45
2.1. Parâmetros e conceitos arqueológicos relativos aos grupos Jê.....	45
2.2 A ocupação do planalto meridional por populações indígenas: Quem são os Kaingang?.....	47
2.3 Bandeirantes e missionários: os primeiros contatos com os grupos Jê do planalto meridional.....	62
3 Ocupação e colonização do Brasil Meridional.....	81
3.1 O interesse na ocupação dos campos do planalto meridional: Guerras “justas”, estradas e povoamento.....	89
3.2 A expropriação dos territórios Kaingang: disputas pelas terras dos aldeamentos numa conjuntura de conflitos e negociações.....	117
4 Aldeamentos: as relações dos Kaingang com o poder público.....	140
4.1 Os Aldeamentos.....	141
4.2 Aldeias Oficiais.....	160
4.3 Os missionários nos aldeamentos e a catequese.....	181
Considerações Finais.....	194
Referências Bibliográficas.....	200

Em tempos imemoráveis, deu-se um dilúvio que cobriu a terra inteira, habitada de nossos antepassados. Somente o cume da serra Krinjinjimbé (Serra do Mar) sobressaía das águas diluviais. Os Kaingáng, Kaiurucré e Kamé nadavam na direção dela, cada um com um luminoso tição entre os dentes. Os Kaiurucré e os Kamé cansaram, afundaram-se e pereceram; suas almas foram habitar o interior da montanha. Os Kaingáng e uns poucos Curutons atingiram com dificuldade o cume da serra Krinjinjimbé, onde permaneceram uns no chão, outros nos ramos das árvores, porque não acharam mais lugar; lá passaram uns dias, sem que as águas descaíssem e sem alimento. Já esperavam a morte, quando ouviram o canto de saracuras, que traziam cestinhos de terra, que deitavam nas águas; estas começavam a recuar devagar. Os Kaingáng clamavam às saracuras que se apressassem; estas redobravam suas vozes e convidavam os patos que as ajudassem. Em pouco tempo conseguiram formar uma planície espaçosa no monte, que dava bastante campo aos Kaingáng, com exceção daqueles que se tinham refugiado às árvores; estes foram transformados em monitós ou macacos e os Curutons em caroias, macacos urradores. As saracuras tinham começado o seu trabalho do lado onde sai o sol; é a razão por que os nossos rios e arroios tomam seu curso na costa e desembocam no grande Paraná. Desaparecida a grande inundação, os Kaingáng estabeleceram-se nas proximidades da Serra do Mar. Os Kaiurucré e os Kamé, cujas almas moravam no interior da Serra, começaram a abrir caminhos. Depois de muitos trabalhos e fadigas, uns puderam sair de um lado, os outros do outro. Na abertura donde saíram os Kaiurucré, teve sua nascente um belo arroio e lá não havia pedras; daí veio que eles têm os pés pequenos. Pelo contrário o caminho dos Kamé levava sobre terreno pedregoso, de sorte que feriram os pés e estes durante a marcha inchavam; daí veio que eles têm os pés compridos até o dia de hoje. No caminho que tinham aberto, não havia água; sofreram sede e viram-se obrigados a pedi-la aos Kaiurucré que lhes concedeu a necessária. Ao saírem do interior do monte, os Curutons, ordenaram-lhes os Kaingáng que buscassem as cestas e cascas de abóbora, que antes da inundação tinham deixado no vale. Foram os Curutons; mas, preguiçosos demais, como eram, para subir a Serra, ficaram em baixo, onde estavam, e não queriam mais voltar aos Kaingáng; por isso, quando os encontramos, apoderamo-nos deles como de nossos escravos fugidos, que são. Na noite em que tinham saído da abertura da Serra, acenderam fogo e Kaiurucré formou de cinzas e carvão tigres e lhes disse: Ide e devorai homens e animais! E os tigres se foram rugindo. Não tendo mais carvão para pintar, fez então de cinzas as antas e ordenou-lhes: Ide e procurai caça! A estas,

porém tinham saído mal os ouvidos e não entenderam a ordem e perguntaram que deviam fazer. Kaiurucré, que estava a formar outro animal, gritou-lhes zangado: Ide e comei folhas e ramos! Dessa vez entenderam a ordem e se foram; isto é a razão por que as antas se alimentam somente de folhas, ramos e frutos silvestres. Kaiurucré estava outra vez a formar animal; faltavam a este ainda os dentes, a língua e umas garras, quando apontou o dia e não tendo força de dia, pôs-lhe depressa uma vara na boca e disse-lhe: Não tendo dentes, vive de formigas! Isto é a razão por que o tamanduá é animal não acabado e imperfeito. Na noite seguinte continuou e formou muitos animais, entre eles as abelhas boas. Ao mesmo tempo em que Kaiurucré produzia estes animais, Kamé também fez animais, porém diversos, para combater aqueles; ele fez os leões americanos, as cobras venenosas e as vespas. Acabado este trabalho, marcharam para se unirem com os Kaingáng; viram, porém, que os tigres eram muito ferozes e devoraram muita gente; então lançaram sobre um rio profundo uma ponte, ou antes, um tronco de árvore e, depois de terem todos passado, disse Kaiurucré a Kamé que quando os tigres estavam na ponte, a retirasse com toda a força, a fim de que aqueles caíssem na água e se afogassem. Assim fez Kamé; dos tigres uns caíram na água e afundaram-se, outros, porém, pularam à margem e seguraram-se com as garras. Kamé quis precipitá-los na água; quando, porém, os tigres urravam e mostravam os dentes, tinha medo e deixou-os subir à terra; daí vem que os tigres podem viver tanto na água como na terra. Depois de terem chegado a uma grande planície, reuniram-se e aconselharam-se como deviam casar os filhos. Casaram primeiro os Kaiurucré com as filhas do Kamé, e vice-versa. Quando, porém, restavam ainda muitos jovens, casaram-nos com as filhas dos Kaingáng e daí veio que os Kaiurucré, os Kaingáng e Kamé são parentes e amigos.

Mito de origem Kaingáng contado pelo cacique Arakxô a Telemaco Borba em 1908, apresentado por Carlos Teschauer e publicado por Ítala Becker em *O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas / Unisinos, 1976: 279-280.

1 Introdução

Iniciamos esta Dissertação com uma transcrição do mito de origem Kaingang, uma história contada e recontada por especialistas da tradição destes grupos, bem como publicada por estudiosos de formas variadas. Ao referir a destruição de um mundo e a criação de uma nova terra, através do trabalho dos animais e da passagem do tempo, o mito remete a uma possível analogia entre o período de conquista de seus territórios e de destruição de muitos de seus referenciais físicos, e a atualidade, quando as sociedades autóctones buscam reconstruir suas bases culturais em uma nova sociedade.

Quanto ao conhecimento produzido cientificamente sobre as populações conhecidas atualmente como Kaingang¹, este está disseminado na literatura histórica, arqueológica, e, principalmente, na etnografia e lingüística. Esta última, segundo alguns autores, constitui-se no campo de investigação que mais produz no sentido de responder a questões como origem e dispersão destas populações através da análise da criação e transformação das línguas ameríndias.

Somente por estas condições, passa-se já a considerar a necessidade de um estudo interdisciplinar que contemple várias abordagens com perspectivas teóricas diversas daquelas trabalhadas pela grande maioria destes estudos. Atualmente, este procedimento na historiografia e na antropologia é já bastante significativo, representando um esforço por aliar conhecimentos e problematizar conceitos e teorias sobre as relações de contato, relativizando categorias fechadas em si mesmas, que, no entanto, tem sido amplamente utilizadas na historiografia. (Almeida, 2003: 25; Boccara, 2001: 1-2). Tais procedimentos podem ser bastante significativos se trabalhados para responder a preocupações específicas.

No caso deste estudo, temos a perspectiva interdisciplinar como horizonte teórico, aplicando-se especificamente às questões sobre como os Kaingang relacionaram-se com o seu território e com outros grupos com os quais conviveram. O objeto desta pesquisa é o processo de expropriação do território Kaingang e seu aldeamento a partir de meados do século XIX. Para

¹ O etnônimo Kaingang foi utilizado por Telêmaco Borba em 1882, segundo a auto designação dos índios que visitou e dirigiu nos aldeamentos do Paraná. Também foi usado pelo frei capuchinho Luiz de Cemitille e pelo Visconde Affonso E. de Taunay, todos habitantes do Paraná. (Taunay, 1931:84-7). Muitos Kaingang preferem e usam o termo Kanhgág, uma diferenciação apenas gramatical do mesmo termo.

analisar este objeto, entretanto, é necessário considerar a existência de um território propriamente Jê, ou Kaingang, e o meio específico de sua exploração, através de estudos antropológicos e arqueológicos. Considerando que a conjuntura formada a partir de meados do século XIX representou a radicalização de um processo já em curso - a conquista territorial da região-, pretendemos conhecer, ainda que superficial e circunstancialmente, as relações que esta sociedade manteve com os diversos agentes da conquista ao longo de séculos de contato.

Neste sentido, pretendemos considerar, ainda que tangencialmente, a relação dos grupos Kaingang com outras etnias, no que se relaciona com a sua concepção de domínio do território, como também a história da ocupação Kaingang do Brasil Meridional, considerando que, mesmo sendo autóctones, os Jê meridionais também tiveram que “conquistar” estas terras, a partir de movimentos imigratórios do Planalto Central, remotamente. Quanto às relações intratribais entre os Kaingang, pretendemos analisar resistência e inserção na sociedade não como ações excludentes, mas sim, muitas vezes, complementares.

O processo de conquista ocorreu de forma diversificada, desde o século XVII até o XIX, quando atinge seu ponto culminante, até então. Com os contatos, os nativos do planalto foram designados com vários termos, como *guaianá*, no século XVI, *pinarés*, *caáguas*, entre outros, nos séculos XVII e XVIII, e *coroados*, *bugres* e *botocudos*². Modernamente convencionou-se chamá-los Kaingang, nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Estas designações, e outras, foram formuladas especialmente pelos seus vizinhos Guarani, através dos quais os agentes da civilização ocidental as utilizavam para denominar os grupos Jê. Estes nomes provinham principalmente de locais de moradia destes grupos ou de alguma especificidade social ou cultural de alguns grupos. Muitas outras populações locais, bem como todo o relevo, fauna e flora foram registradas em língua guarani ou mesmo através da língua geral, de uso corrente até o início do século XIX. Assim, muitas vezes, iremos utilizar estas designações, bem como os termos ocidentais através dos quais ficou conhecida a sociedade Jê meridional, como está exemplificado explicitamente no título, no intuito de considerar o lugar que a mesma ocupou em

² O gentílico *guainá* era utilizado de forma bastante generalizada para aqueles grupos habitantes das serras, identificando-os aos tapuias. Durante o século XIX, no Rio Grande do Sul, o termo *Bugre* era utilizado de forma a distinguir os indígenas entre *selvagens* e *mansos*; para Ihering, “*os Bugres não são, pois, uma nação, mas a designação coletiva para os Coroados, os Botocudos e outros índios isolados da mata*” (Ihering, 1895:111). De forma geral, utilizavam-no para diferenciar os Kaingang, que “procuravam as matas”, dos Guarani, que então trabalhavam regularmente em fazendas. O designativo *coroados* para esta população deveu-se ao corte no alto da cabeça, em formato de coroa entre eles utilizado. (Mabilde, 1983:30-34). Outros nomes utilizados pelos ocidentais para estes grupos, geralmente designavam locais de moradia ou alguma característica do grupo.

diversos momentos da colonização européia, especialmente durante o século XIX. Trata-se, assim, de entender o nível de conhecimento entre europeus e os Kaingang e também as relações de hierarquização na formação de uma sociedade de conquista ocidental no Brasil Meridional. Os termos “selvagens”, “bugres” e mesmo “índios” e “intrusos”, refletem a história da ocupação ocidental e expropriação autóctone.

A maioria dos arqueólogos que estudam estas populações para o período pré-colonial, concorda sobre uma ascendência ou continuidade entre estas, os chamados proto-jê, e os Kaingang históricos, definindo para estas populações um território específico, ocupado ininterrupta e prolongadamente, - as terras altas do planalto meridional -, e as regiões da encosta do planalto e litoral, desde Paranaguá até Quintão, no litoral do Rio Grande do Sul. (Schmitz, 1992; Noelli, 2000; 1996.)

Grande parte da literatura etnológica sobre os Kaingang ou proto-Jê reconhece como seu território a área do planalto, a encosta e o litoral adjacente; porém, parte dos arqueólogos reconhece o manejo destes dois últimos ambientes apenas de forma sazonal, à exceção do litoral paranaense e norte catarinense, argumentando que estes grupos possuíram as terras altas do planalto meridional de forma ininterrupta e prolongada, sendo o planalto área de domínio exclusivo de populações Jê, constituindo o centro de sua ocupação.

Consideramos a sociedade Jê meridional como um conjunto populacional que habitava desde o planalto de São Paulo até o planalto sulino, integrando uma grande nação que se subdividia em grupos locais de famílias entrelaçadas, mas que guardava padrões culturais e sociais semelhantes. Assim, pensamos com Sérgio Baptista (2000) a existência de um amplo horizonte cultural expresso por sociedades Jê meridionais. Isto se prende ao fato de que este estudo analisa a conquista do planalto meridional como um processo que obedeceu aos interesses de exploração de um território semelhante. As especificidades, neste caso, submetem-se a um padrão geral, no intuito de estabelecer as correlações tanto entre os grupos Kaingang neste amplo território quanto aos interesses que nortearam a ocupação do mesmo.

Ainda, a arqueologia faz correlações entre a cultura material designada de "tradição taquara" existente em sítios arqueológicos desde o sul de São Paulo até o Rio Grande do Sul. Também a etnologia correlaciona os habitantes destas duas regiões ao mesmo grupo lingüístico e cultural, trabalhando com a idéia de nação ou sociedade Kaingang, apesar de haver atualmente cinco dialetos entre São Paulo e o Rio Grande do Sul, e que outras especificidades culturais ou

sociais sejam relatadas. Ainda, na documentação dos aldeamentos aparecem informações que apontam para uma grande comunicabilidade entre Kaingang dos Paraná e do Rio Grande do Sul.

Neste sentido, se considera os manejos sócio-ambientais exercidos por estas populações no planalto meridional longamente, o que pode embasar a perspectiva de domínio temporal e espacial de um território³. Pretendemos verificar, através da análise de dados arqueológicos e daqueles produzidos por missionários, cronistas e exploradores, a história da ocupação por ocidentais de um território povoado pelos nativos Kaingang. Rica literatura bibliográfica entende que os grupos de Braga, Fongue, Nonohay e Vuotoro eram descendentes diretos daqueles grupos que nos séculos anteriores mantiveram contato com jesuítas missionários e exploradores lusos. E que, os ascendentes destes comporiam os grupos designados *Proto-Jê* pela literatura arqueológica, tendo ocupado o planalto meridional a partir do início da era cristã.

Devemos observar, porém, que a base fundamental da sociedade Kaingang é a família ou grupo de famílias, que eram independentes. Em diversos momentos da conquista européia, os colonizadores, através dos Guarani, distinguiam, dentro do grupo dos Jê meridionais, ao menos duas *tribos* ou nações diferenciadas.

As cartas dos padres jesuítas dos séculos XVII e XVIII, comentam a dispersão de numerosos grupos, reconhecendo a existência de pelo menos três *grandes nações de gentios* vivendo no planalto meridional brasileiro. O território de Ibiá, delimitado ao norte pelo rio Pelotas, ao sul pelo Jacuí, a oeste, pelo rio Passo Fundo, e a leste pelo litoral, conforme assinala Porto, bem como outras áreas nomeadas conforme os grupos que as habitavam, eram reconhecidos pelos agentes de ocupação ibérica (Porto, 1954: 43-62). Constituíam, assim, território específico, um “país”, habitado por determinadas populações, reconhecido por índios Guarani e por padres jesuítas. As Cartas Régias que decretaram guerras aos “Botocudos e Bugres, seus vizinhos”, também reconheciam um grande *território* para estas populações, ainda que o príncipe regente se referisse ao mesmo como “meus territórios”.

³ Warren Dean, em sua história da mata atlântica, afirma que a constituição das florestas sempre esteve sujeita a fatores externos, inclusive, e de forma contundente, às populações humanas: “*Pode ter havido na região, portanto, algum período mais ou menos longo durante o qual plantas de ocorrência natural fossem protegidas ou disseminadas por iniciativa humana. É disso que se suspeita no caso da araucária, [...]. A araucária estava em retirada rumo ao sul quando o clima se moderou durante todo o período de ocupação humana. Persistia, porém, em agrupamentos por ampla áreas invadidas pela Mata Atlântica, talvez auxiliada por queimadas feitas pelo homem, porque ela resiste ao fogo. [...]. Caçadores-coletores contemporâneos plantam deliberadamente as árvores valiosas em grupamentos, que é o mais conveniente para colhê-las, [...].*” (Dean, 1997:43).

Também no século XIX, comentaristas e documentos oficiais atestam a existência de dois grupos Jê no planalto e sua encosta: os *coroados* ou *bugres* e os *botocudos*. Mabilde constantemente referia-se aos *botocudos*, informando que em meados do século, estavam pressionados no extremo da região nordeste do Rio Grande do Sul. O povoamento da porção nordeste do planalto sulino, através das rotas da planície litorânea, ocorreu mais cedo, a partir da década de 1720, sendo a região bastante perturbada com os ataques indígenas, registradas desde pelo menos 1780 (carta de 26/10/1780, apud Duarte, 1945, nota 2: 250). Também o planalto adjacente aos litorais de Santa Catarina e do Paraná começou a ser povoado por fazendas de engorda ainda no início do século XVIII, sendo porém obstado seu avanço pelos ataques dos grupos Jês.

Os estudos sobre as relações entre grupos Kaingang, os *coroados* do século XIX, e os Xokleng, os *botocudos* do planalto meridional oitocentista, ainda não lograram definir sua semelhanças e diferenças. A arqueologia não consegue determinar diferenças entre estes grupos, muito semelhantes na produção de cultura material; estudos lingüísticos e biológicos determinam diferenciação entre estas nações filiadas, no entanto, ao mesmo grupo lingüístico-cultural. Contudo, sabe-se que ambas filiavam-se à família lingüística Jê meridional, e que ocuparam o planalto meridional longamente, mantendo relações entre si. Neste trabalho, para o século XIX, estudamos principalmente as populações Kaingang, uma vez que os grupos designados de “botocudos” e posteriormente Xokleng, tiveram impactos maiores quando da ocupação européia, perdendo importantes áreas, como o litoral para os portugueses e partes do planalto, para os Kaingang. Esta parece ser a justificativa para que os Xokleng permanecessem um tanto à margem do processo de civilização e incorporação ocidental durante o século XIX. Apesar disto, os Xokleng aparecem diversas vezes na documentação e bibliografia de épocas relativas, especialmente até a guerra de extermínio decretada no início do século XIX, mas também em meados do mesmo. Consideramos, entretanto, as ações destes grupos para os séculos anteriores, bem como que o processo de expropriação do século XIX também os atingiu amplamente.

Veremos que estas sociedades modernamente chamadas e agrupadas sob a designação Kaingang baseavam sua organização social na exploração itinerante e sazonal de um território que se esforçavam por conservar mediante alianças matrimoniais ou simplesmente políticas. Este argumento contrapõe-se às noções de nomadismo entre os Kaingang, da existência de ódios

ancestrais influenciando em suas desavenças, bem como à própria idéia de resistência ferrenha e recusa ao contato, que certa bibliografia teceu para os mesmos.

Sabemos que a sociedade Kaingang subdividia-se em grupos de parentesco, numa situação em que os localismos estavam muito presentes. Tommasino percebe a organização da sociedade Kaingang nas seguintes esferas: havia a família nuclear, os grupos domésticos – pode-se dizer, uma família extensa – os grupos locais, formados pela união destas famílias extensas e, finalmente, as unidades político-territoriais, compostas por vários grupos de famílias entrelaçadas em um amplo território.

Apesar dos localismos, a literatura etnológica referente concorda que estes grupos de famílias locais estavam subordinados a um grande cacique, ou cacique principal, o que constituiria uma unidade político-territorial. Esta última seria a consequência e a condição para o domínio e controle de todo um território. Relacionando a estrutura social Kaingang com sua atitude no século XIX, quando foram diversas vezes à Porto Alegre, negociar diretamente com o chefe do governo, ou quando, em uma oportunidade, foram à Corte “beijar a mão de Sua Majestade o Imperador”, percebe-se que, esta organização é mantida pelos Kaingang em seu relacionamento com o governo dos brancos. (Correspondência de 07/06/1851, Lata 300, maço 3 - AHRs).

Trabalhando a expropriação do território Kaingang através da conquista ocidental, e tendo em perspectiva a sua concepção específica sobre o território, esperamos dissertar sobre as suas relações com a sociedade e economia local, baseada em alianças instáveis, bem como as formas de resistência elaboradas pelas próprias circunstâncias do processo de expropriação.

Muitos estudiosos fizeram correlações entre os Kaingang atuais e as antigas *tribos*⁴ mencionadas nas correspondências jesuíticas ou nos mapas dos séculos XVII e XVIII para toda a área do planalto meridional. Apesar disto, o contato anterior ao século XIX é considerado esporádico e pouco relevante, regulando o seu grau ao vínculo do território do atual Rio Grande do Sul à economia colonial, iniciado a partir de meados do século XVIII. Os mecanismos e interesses destes contatos foram reconhecidos ou apontados por Becker (1976) e (1995). Também

⁴ O termo *tribo* para a sociedade Kaingang foi amplamente utilizado pela intelectualidade e burocracia provinciais durante o século XIX. No ambiente intelectual do século XIX, este termo parece ser distintivo para populações “errantes”, como então eram considerados os Kaingang. Ao longo do texto, optamos por utilizar termos que foram largamente utilizados naquela época, conforme a documentação e literatura relativas, no intuito de justamente tentar contextualizar o entendimento que a sociedade de conquista observava em relação a estas sociedades.

Becker reconheceu a existência de pelo menos três grandes chefes Kaingang no Rio Grande do Sul: Fongue, Nonohay e Braga. Estes grupos estariam no Estado desde pelo menos o início do século XIX, ou mesmo em meados do século XVIII, no caso de Braga, e comporiam, grosso modo, os aldeamentos da Guarita, de Nonohay e do Campo-do-Meio. (Becker, 1976:45).⁵ A autora entende que os grupos Kaingang do século XIX estavam “grandemente aculturados, mas não assimilados”, avaliando os contatos destes grupos com a sociedade envolvente como assimétricos. Também foram apontadas as relações dos grupos Kaingang com as missões jesuíticas nos séculos XVII e XVIII (Schmitz, 1992; Crepèau, 1998), que evidenciam contatos anteriores numa situação bastante conturbada pela ocupação ibérica. Em situações históricas específicas, os grupos indígenas formularam diversas ações: fugas, guerras ou alianças, sendo tais atitudes, dependendo do momento histórico motivadas por disputas entre os diversos grupos nativos, ou entre estas e também com os ocidentais.

A justificativa para considerar um período tão longo, considerando o próprio povoamento Kaingang, ainda que de forma tangencial, deve-se à necessidade de se estudar a primária ocupação indígena e as diferentes reações ao processo de conquista e esbulho de suas terras, na perspectiva de analisar as diferentes conjunturas históricas pelas quais passaram e as reações diferenciadas para cada circunstância.

Desta forma, esforçamo-nos por demonstrar o que significou o território Kaingang e as tentativas dos mesmos em permanecer ali convivendo, em circunstâncias perturbadas. A reação dos grupos indígenas à conquista deste território pode ser idealmente resumida em três atitudes: a fuga, a resistência através de ataques e a aliança com os conquistadores através de atividade de exploração econômica. Percebemos que estas formas muitas vezes combinaram-se, mesmo em situações em que uma e outra seriam teoricamente divergentes, como é o caso de grupos aldeados na década de 1850 que eram apontados como os realizadores de ataques a regiões distantes do aldeamento.

⁵ Apesar de este estudo trabalhar com as noções de contato e relações sociais, o faz sob uma perspectiva diferenciada daquela adotada pelos estudos já clássicos sobre o contato. Neste sentido, “*Para a América do Sul, a etnohistória e história ameríndias firmaram-se recentemente como importantes unidades temáticas da antropologia, dentro e fora da Amazônia. Houve, no Brasil, um desdenho desses temas antes, já que as sociedades indígenas se prestavam bastante bem ao estudo dos temas culturais e sociais, propriamente sincrônicos, e, à aplicação dos problemas clássicos da antropologia americanista – como aculturação, contatos interculturais e seus derivados. Entretanto, a forma de entender a ação da temporalidade sobre as unidades “culturais” aborígenes partia de uma concepção equívoca, supondo que a tradicionalidade ameríndia era estática, a-histórica, inapta a lidar com as inovações e a crise advindas com a expansão civilizatória européia. Mais do que frias, eram sociedades congeladas no tempo.*” (Souza, 1998:265).

Não realizamos um estudo exaustivo sobre os meios promovidos pela colonização para a ocupação do espaço Kaingang, mas, antes, com base na documentação dos aldeamentos, pretendemos levantar hipóteses relativas a questões que tem preocupado os estudiosos das populações Jê meridionais. Estas se referem, principalmente, à idéia de nomadismo inerente a estes grupos –conceito que esteve na base da argumentação de que estes grupos não tinham suas próprias concepções de território, justificativa para sua expropriação- e à decantada rivalidade indígena, decorrente de sua “natureza guerreira”. Não queremos negar a existência de reais rivalidades entre alguns grupos, que seriam inimigos devido tanto às circunstâncias de acirramento da ocupação quanto a motivos somente indígenas, como o desrespeito às regras sociais Kaingang. A maioria dos autores concorda que a situação de ocupação superdimensionou as inimizades, e em muitos casos, criou rivalidades. No entanto, grande parte destes autores coloca a guerra entre os grupos locais ou familiares como parte simplesmente das pautas culturais indígenas, esquecendo-se das transformações advindas dos interesses de sobrevivência que expressavam no auge do processo conflitivo, até então. Com base nas argumentações dos autores citados, esperamos contribuir para desmistificar noções como o nomadismo dos grupos Kaingang, e ainda, sua fragmentação social que possibilitava a existência de “ódios e rivalidades” ancestrais.

Desta forma, têm-se como concepção básica – a partir de Tommasino (1995) - que a sociedade Kaingang possuía uma forma específica de considerar a posse legítima de seu território, ou seja, possuía uma concepção própria de propriedade do solo e de seus recursos, e ainda que manteve contatos relevantes com populações ocidentais e suas políticas anteriores ao século XIX, os quais foram determinantes para sua específica situação no século XIX, numa conjuntura de racionalização da produção e da propriedade, que contou com a imigração de grandes contingentes de europeus, e também “lusobrasileiros” interessados na região de campos.

Assim, considerando a resistência à entrada em seus territórios com os ataques, também buscamos considerar as relações dos grupos Kaingang com a economia local e seu interesse na mesma, bem como as alianças entre estes e fazendeiros e o poder público durante o violento processo de ocupação ocidental, no sentido de entender as alianças com os brancos sob a perspectiva da resistência adaptativa⁶, na qual os indígenas buscavam manter seu modo de vida

⁶ Almeida (2003) desenvolveu o conceito de “resistência adaptativa”, elaborado por Stern (1987) para pensar as reformulações sociais e culturais operadas pelos índios enquanto grupo aldeado no Rio de Janeiro colonial “*Trabalhos mais recentes sobre a América hispânica têm abordado as relações de contato numa perspectiva que*

por meio da inserção na sociedade ocidental. Desta forma, pretendemos analisar as ações e reações dos Kaingang como parte do contexto histórico e sócio-econômico da região do Planalto Médio e o Alto Uruguai, no atual Rio Grande do Sul, em um momento de acirramento do processo de conquista.

A partir destas perspectivas, a análise propriamente dita preocupa-se com o momento de ápice da empresa colonizadora até então, a década de 1850, que coincide com a formação dos aldeamentos. Também, com as origens das relações entre fazendeiros e os Kaingang aldeados ou não. No intuito de acompanhar o processo de expropriação legalizada das terras, e ainda a continuidade de certos padrões sociais Kaingang, analisamos a década de 1870 a 1880. A análise deste período apenas decorre a partir dos Autos de Legitimação de Posses e de referências aos aldeamentos existentes nos relatórios da presidência da província e ainda nas narrativas de Evaristo de Castro e Maximiliano Beschoren.

A análise passa pelo Paraná, mas não com a intenção de estudar a história dos Kaingang neste Estado, já que a documentação é localizada, mas sim no sentido de entender que o Planalto Meridional Brasileiro e suas populações Jê estavam interligados por características culturais e sociais comuns, e que estes possuíam entre si, muitas vezes, relações de parentesco e aliança política. Também entendemos que grande parte do povoamento do planalto do Rio Grande do Sul originou-se de interesses econômicos baseados naquele Estado, então parte da província de São Paulo.

Assim, grosseiramente, poderíamos dizer que, a fim de perceber causas e recorrências entre as situações, a análise restringe-se progressivamente do Paraná ao Rio Grande do Sul, do planalto sulino ao planalto médio (antigo município de Passo Fundo) e dos três aldeamentos – Nonohay, Guarita e Campo-do-Meio – apenas ao primeiro. Isto se justifica por Nonohay ter sido palco de grandes conflitos em torno do apossamento de terras do aldeamento.

O processo de aldeamento Kaingang ocorreu simultaneamente no Paraná e no Rio Grande do Sul, ainda que tenha sido iniciado no Paraná. No entanto, o processo de ocupação dos territórios Kaingang não foi linear, como pode parecer, uma vez que o povoamento seguiu da

considera o interesse e a intensa participação dos índios no processo de mudanças culturais. Além da submissão passiva, da rebelião declarada ou da aculturação disfarçada nas atitudes de justaposição levantadas por Wachtel, convém incluir o que o historiador Steven Stern chamou de resistência adaptativa para se pensar os vários comportamentos dos índios frente aos ocidentais e o processo de metamorfose por eles vivenciado. Na colaboração com os europeus, os índios buscavam melhores condições de sobrevivência e, além disso, nesse processo, seus interesses e objetivos alteravam-se consideravelmente.” (Almeida: 2003:148).

então província de São Paulo para o sul. Houve a concomitância dos aldeamentos e de seus problemas no Paraná e no Rio Grande do Sul, e ainda, tanto em São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Sul, nos momentos mais acirrados da colonização, ainda restavam “bolsões” indígenas, no caso de São Paulo, o extremo oeste, noroeste do Paraná, e nas matas e encostas íngremes no Alto Uruguai e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Em que pese à situação de conquista de suas terras, pretendemos conhecer e analisar as relações de amizade entre grupos Kaingang e fazendeiros locais, que se traduziam, de forma recorrente, em relações de trabalho na exploração da erva-mate. As relações engendradas entre os Kaingang e os colonizadores na região do antigo município de Passo Fundo e adjacências, incluindo Vacaria, foram pautadas pelo interesse dos indígenas em sua sobrevivência e melhor aproveitamento das condições que os cercavam, e pelo interesse econômico dos fazendeiros sobre as terras indígenas e sobre a exploração de seu trabalho. Percebemos estas como uma forma de resistir aos ataques e à contínua ocupação de espaços considerados como seu território, ao tentar inserir-se na sociedade que então se constituía.

Também são perceptíveis diferenças na motivação dos acordos entre os chefes Kaingang e o governo da Província e seus agentes. Engendrados na exacerbação do processo de conquista, invariavelmente para os indígenas as alianças com o governo se traduziam pela intervenção direta no convencimento pacífico de grupos Kaingang e Xokleng, ou em sua perseguição, valendo-se de suas relações com os mesmos para manejar os acordos “pacíficos” ou defender vilas e perseguir “agressores”. Geralmente as alianças eram discutidas entre vários grupos Kaingang com chefes diferentes, o que, entretanto, não impedia que houvesse acordos entre um só grupo e o governo, de forma simultânea ou não. Sendo os acordos baseados em relações interpessoais e na especificidade de circunstâncias, muitas vezes, os Kaingang realizaram tal papel simultaneamente, ou seja, tanto atacando povoamentos ocidentais e “permitindo” o afastamento de outros Kaingang, quanto perseguindo indígenas na defesa dos colonos. Os casos clássicos dos caciques Vitorino Condá e Doble exemplificam bem isto. Apesar de não haverem sido os únicos chefes a se tornarem “colaboracionistas” na pacificação e perseguição a grupos Kaingang ou Xokleng, estes dois casos refletem situações limite: tanto para Condá quanto para Doble, intervir nas ações dos índios e no seu aldeamento bem como na montagem da estrutura de ocupação, tornou-se um meio de sobrevivência e certo poder de barganha com o governo: o acordo “colaboracionista” previa a sua proteção e prestígio. Apesar do confinamento dos grupos

indígenas em aldeamentos idealmente representar para o governo à época uma “domesticação” dos mesmos, para os indígenas o local foi continuamente defendido como um ponto de apoio para seu padrão de vida, então profundamente perturbado, bem como para a paz simulada com o governo e sua efetiva, mas, restrita participação na economia local. Esta situação adequa-se plenamente no conceito de resistência adaptativa, trabalhado por Almeida para o processo de aldeamento no Rio de Janeiro colonial (Almeida, 2003:35).

O governo não somente previa que os aldeamentos proovessem seu próprio sustento, mas que garantissem o assentamento dos indígenas em “lugares certos”, com vistas à assimilação dos mesmos à sociedade em formação. No entanto, o que os diretores dos aldeamentos observaram foi a constante mobilidade dos índios Kaingang, que permaneciam nos aldeamentos por períodos curtos. Após a reunião de muitos grupos em Nonohay, ocorreram muitas evasões do mesmo, as quais resultavam na constituição de toldos independentes. Isto, acreditamos, decorria muito mais das crescentes pressões sobre Nonohay - através dos interesses locais – do que puramente pelas dissidências entre os diversos grupos então aldeados conjuntamente.

Especificamente, buscaremos analisar a inserção das comunidades indígenas nos processos de ocupação e colonização da região centro-norte do Rio Grande do Sul, na então freguesia de Passo Fundo, do município de Cruz Alta, entre 1845 e 1875. Em Passo Fundo, foram constituídos os aldeamentos de Nonohay e Campo do Meio, e Guarita, situado em Cruz Alta. Tal inserção baseada no trabalho foi buscada pelo governo através do aldeamento, mas o trabalho nas atividades produtivas locais através de acordos com fazendeiros e comerciantes. Ambas as situações são apresentadas na documentação dos aldeamentos do governo, contida no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Em uma conjuntura histórica marcada por transformações sociais e econômicas⁷, as negociações para a criação dos aldeamentos começaram em 1845 através do Regimento das Missões e do interesse de alguns poucos missionários desejosos em colaborar com o projeto do governo provincial de aldear os habitantes da Serra Geral e do Alto Uruguai, numa preparação ou mesmo requisito para novo impulso colonizador,

O aldeamento foi considerado como um espaço no qual se pretendia acostumar

⁷ “A “racionalização” da produção e o desenvolvimento das forças produtivas expressam as novas relações capitalistas no campo.” Marcon, 1994: 70, nota 33.

populações indígenas aos trabalhos agrícolas e extrativistas, vinculando-os à economia local presente e aquela pretendida para o futuro: ainda que esta não seja uma realidade plena em suas primeiras décadas de existência, os aldeamentos indígenas tornar-se-ão espaços para o cultivo agrícola. A análise será centralizada na formação e desenvolvimento dos aldeamentos enquanto espaços integrados à economia local. Esta “integração” subordinada ocorreu sob alianças com o poder público e/ou particulares. (Farage, 1991).

A análise dos aldeamentos privilegia as fases de constituição e “consolidação” dos mesmos, entre 1848 e 1868. No entanto, no intuito de verificar as formas de resistência à reunião exclusiva em Nonohay, bem como à civilização e à assimilação, em geral, a partir da sobrevivência e reformulação de formas e padrões culturais próprios aos Kaingang, escolhemos analisar a década de 1870, quando a ocupação está definida e o projeto de colonização – baseada no progresso através da exploração racional do ambiente – expandindo-se de forma crescente.

Para a década de 1870, utilizamos praticamente apenas relatórios de presidentes da província, e os Autos de legitimação de posses do município de Passo Fundo. Ainda, baseamos nas narrativas de Maximiliano Beschoren (1989) – um agente da colonização alemã - e Evaristo Castro (1887), sobre a situação das *tribos* Kaingang no planalto sulino entre as décadas de 1870 e 1880. A partir de meados da década de 1860, pelo menos, é verificada a existência de toldos instalados livremente em locais não desejados pelo projeto de colonização, bem como a sobrevivência de seus padrões culturais dentro dos aldeamentos oficiais, ainda que os aldeados estejam já totalmente inseridos na economia local, e o aldeamento mais seja um lugar de brancos, que exploram seus recursos – principalmente Nonohay.

O aldeamento de Nonohay é paradigmático neste trabalho, por ter sido o palco de muitas disputas entre índios e fazendeiros por suas terras; por ser também um local bastante próximo a uma estrada aberta em 1845 e que se tornaria importante ponto de passagem nas décadas seguintes. Guarita parece, desde muito cedo, estabelecer fortes ligações com a economia ervateira da região, sendo esta a principal atividade de seus índios. O aldeamento do Campo do Meio foi também formado por grupos que já haviam estabelecido ligações com fazendeiros próximos.

Nesta conjuntura de conquista de suas terras, pretendemos conhecer e analisar a dinâmica da relação entre os fazendeiros locais e estes grupos indígenas, avaliando de que forma estes últimos foram cooptados para o trabalho nas fazendas e nos ervais, e, ainda, de que forma o trabalho agrícola e o fabrico e venda da erva-mate nos aldeamentos, vistos como base de sua

civilização, foram utilizados para prover interesses de moradores e, em certa medida, dos próprios Kaingang. Durante o século XIX, os grupos Kaingang estiveram plenamente envolvidos na economia local, e em condições bastante diversas: ora como agricultores agregados nas fazendas, peões na pecuária, como coletores de frutos diversos, principalmente da erva-mate, como trabalhadores livres, serviçais ou como índios aldeados.

Parece correto afirmar que durante os séculos XVII e XVIII, grosso modo, os Kaingang pautaram suas atitudes frente às circunstâncias da conquista por suas relações com seus vizinhos e inimigos indígenas, enquanto que no século XIX, com o esforço colonizador sobre o planalto, suas relações com os ocidentais passaram a ser essenciais à sua sobrevivência, em qualquer alternativa assumida pelos grupos aborígenes.

1.1 Acervos consultados e documentação trabalhada

Para o período pré-colonial, trabalhamos com os resultados de pesquisas arqueológicas realizadas na região do planalto - especialmente a porção nordeste – que evidenciam a longa ocupação de um mesmo tipo de padrão de assentamento no território. Trabalhamos com algumas Cartas Anuais através de transcrições em Cortesão e Porto (*s.d.*; 1954). Algumas obras clássicas, como é o caso de *Crônica da Companhia de Jesus*, de Simão de Vasconcellos, e outras crônicas de funcionários, missionários e viajantes foram utilizadas como fonte primária. A maioria destas noticia encontros com grupos designados de *Guaianá*, *Gualacho*, *Ibirajaras* na região entre o Uruguai e o Paraná, densamente habitado por estes e outros grupos.

Essencialmente, trabalhamos com a documentação relativa aos aldeamentos provinciais – especialmente os de Nonohay e Guarita. A documentação dos aldeamentos da província, durante o Império é formada por cinco maços nas latas 299 e 300 sob o selo *Catequese e Civilização dos Indígenas*, localizado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. A documentação por nós analisada foi aquela contida nos maços 1, 2, 3 e algumas correspondências dos maços 4 e 5. Este fundo documental contém correspondências e ofícios trocados entre os diretores de cada aldeia com o diretor geral das Aldeias da província, e destes com o presidente da província.

Também se encontram correspondências de padres jesuítas neste Fundo, tanto como curas do aldeamento como quanto diretores interinos. Também utilizamos o arquivo Assuntos Religiosos, da freguesia de Passo Fundo, para o ano de 1848. Nesta documentação, foram encontradas 3 correspondências do padre Antonio Penteado, datadas de 1845 a 1848, que relatam o início dos acordos para o aldeamento dos indígenas em Nonohay. As cartas dos missionários que atuaram junto aos índios Kaingang, assim, podem ser encontradas em três acervos: nas correspondências ao Diretor Geral das Aldeias, muitas vezes o padre superior repassava, por cópia, as cartas dos padres que estavam nos aldeamentos: desta forma, foram encontradas 7 correspondências.

Esta documentação pode ser considerada uma amostra da conjuntura em que se formaram e atuaram os Aldeamentos de índios, bem como oferece algumas informações sobre ocorrências com grupos não aldeados, como ataques, assassinatos mútuos e, ainda, da mobilidade e percursos destas até o seu aldeamento, assassinato ou fuga. As autoridades e os moradores locais tinham opiniões diversas sobre a permanência destes indígenas em determinadas áreas, sendo este fator para o seu aldeamento ou expulsão através de corpos de moradores armados. Podemos afirmar, assim, que em certas circunstâncias os moradores desejavam, em primeiro lugar, o aldeamento para aqueles grupos com os quais já haviam travado relações amistosas, ou seja, em alguma atividade produtiva.

No entanto, foram empregados recursos como assassinatos em massa (com o massacre dos pais e tomada das crianças) e constantes batidas nos matos através de diversos corpos armados, como a Companhia de Pedestres, a polícia e a Guarda Nacional, formada por moradores. Ainda a incitação de grupos familiares contra outros estava prevista e foi plenamente utilizada. (Nonnemacher, 1995: 35-78).

Deve-se considerar que as fontes documentais (no caso, a documentação relativa aos aldeamentos) não respondem pela totalidade destes grupos, uma vez que muitos não se aldearam, continuando a buscar refúgios em locais menos atingidos pela colonização, ou agregando-se a fazendas. (ibidem: 11-2). Ainda assim, a documentação dos aldeamentos muitas vezes informa sobre a existência de grupos em fazendas, trabalhando para ervateiros ou mesmo sobre a migração de certos grupos. Assim, parece correto que, a partir da documentação dos aldeamentos, façam-se algumas extrapolações fim de averiguar a atuação de Kaingangs não aldeados.

O Fundo *Assuntos Religiosos*, já citado, e ainda a obra *La Compañia de Jesús restaurada en la República Argentina y Chile, el Uruguay y el Brasil*, de Rafael Pérez, editada em 1901, contem as cartas escritas pelos padres jesuítas que atuavam nos aldeamentos, que foram remetidas ao Padre Superior das Missões na América Latina. Esta documentação eclesiástica corresponde ao período entre 1845 a 1852, quando formalmente se retiraram os padres dos aldeamentos Kaingang. Não obstante, os aldeamentos continuaram recebendo padres, muitas vezes como seus diretores, como foi o caso de Nonohay, para os anos de 1855 a 1856, e do aldeamento na Colônia Militar Caseros, na década de 1860. Ainda, para o ano de 1872, há um relatório isolado do padre jesuíta Stüer, sobre a missão de Nonohay. Este se encontra transcrito por Teschauer (1905:156-62).

Analisamos os relatórios e falas dos presidentes e vice-presidentes da província para os anos de 1845 a 1848, do ano de 1852, 1853, 1855, 1856, 1859, 1861 a 1868, e ainda para os anos de 1872, 1876 e 1880. Estas fontes têm como vantagem, o fato de analisar conjuntamente muitos fatos relativos a certas ocorrências.

Também trabalhamos com os Autos de Legitimação de Posses havidos na década de 1870 no município de Passo Fundo, a fim de perceber o grau de apropriação de terras neste momento. Esta fonte foi-nos repassada gentilmente pelo professor Marcos Tramontini, como resultado de um trabalho de investigação realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos. Assim, as informações encontradas estão resumidas, o que, no entanto, não prejudica a análise, uma vez que procurávamos somente a extensão e o local das posses. Consultamos ainda 5 inventários *post-mortem*, relativos aos fazendeiros que se tornaram “personagens” na história de envolvimento com os Kaingang. Assim, temos, basicamente, como corpo documental da pesquisa a correspondência relativa aos aldeamentos, sendo esta coadjuvada por outras fontes, de maneira dispersa e pontual.

Quanto aos mapas, podemos dividi-los por períodos: os mapas feitos por missionários da Companhia de Jesus para o rio grande do Sul ou parte do planalto meridional brasileiro são importantes, pois localizam grupos correlacionados aos Jê meridionais nestas áreas para os séculos XVII e XVIII. Quanto ao século XIX, podemos dizer que há dois mapas significativos. O primeiro é um mapa das “*Tres Reducciones de índios Bugres o Coronados*”, organizado provavelmente pelos padres que estiveram entre os Kaingang entre 1848 e 1852. Este mapa encontra-se publicado em Azevedo (1984:106). Igualmente importante é o mapa produzido por

Maximiliano Beschoren em 1886, que detalha a metade norte do Estado – região de colonização estrangeira. Nele, aparecem cinco aldeamentos Kaingang, em contraposição com os dados constantes nas fontes oficiais, que indicam apenas 2 aldeamentos oficiais no final da década de 1870. Ainda foram importantes os mapas produzidos por Becker (1976) nos quais a autora identifica o território dos caciques Braga, Nonohay e Fongue, e, ainda, os mapas feitos por Laroque, em que autor localiza o toldo de cada cacique Kaingang.

Também consideramos importantes como fontes os desenhos feitos por Mabilde a partir das marcas encontradas nos pinheiros que definiam um dado território. Correlacionando tais imagens com os estudos etnológicos sobre os Kaingang, é possível estabelecer uma conexão e significar estes desenhos como marcas tribais relativas a uma das metades que forma todo e qualquer grupo Kaingang. Nem seria necessário tanto esforço, já que o próprio autor claramente atribui tal significado a estas marcas, ou seja, como limites entre os territórios de grupos locais.

Procuramos utilizar todas estas fontes de forma articulada, buscando harmonizá-las com os conhecimentos produzidos pela arqueologia e antropologia sobre os grupos Kaingang ou seus ancestrais. Cabe observar que a pesquisa foi realizada optamos por uma comparação entre dois períodos, o de 1845 a 1860, valendo-nos de um determinado corpo documental, no qual se destacam as correspondências emanadas dos aldeamentos, e do período entre 1860 a 1880, utilizando-nos de algumas correspondências do Fundo acima citado, mas essencialmente através dos relatórios dos presidentes da província, bem como dos Autos de Legitimação de Posses para o município de Passo Fundo, na década de 1870.

Para ambos os períodos, utilizamos como fonte primária, os apontamentos e narrativas de autores contemporâneos aos acontecimentos. Estas obras assumem neste trabalho o caráter de fontes impressas, visto a contemporaneidade dos registros em relação ao processo de colonização, sendo fontes de valiosas informações, não obstante suas considerações pejorativas, calcadas no pensamento da época.

Nesta categoria, podemos destacar a obra *As Missões Orientais e seus Antigos Domínios* (1909), de Hemetério José Velloso da Silveira, que percorreu a região das Missões desde Passo Fundo entre as décadas de 1850 a 1860. Ainda, os *Annaes do Município de Passo Fundo – Aspecto Histórico* (1909), de Antonino Xavier e Oliveira, que, apesar de não haver estado entre os Kaingang e ser o autor menos contemporâneo aos acontecimentos do século XIX, escreveu baseado na memória dos habitantes mais antigos e também nos arquivos da Câmara Municipal de

Passo Fundo, dos quais nos utilizamos para informar sobre questões relativas ao povoamento do município e sua economia.

A obra *Apontamentos sobre os Indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul* (1983), foi escrita por Pierre Mabilde, engenheiro de estradas do governo da província e coronel da Guarda nacional de São Leopoldo na década de 1850, o qual conviveu com os Kaingang durante a realização de seus trabalhos. O naturalista Heinold Hensel publicou, primeiro na Alemanha e depois no Brasil, *Os Coroados da província brasileira do Rio Grande do Sul* (1928), baseando-se principalmente em Doble e em Caseros em meados da década de 1860. Durante o período de aceleração da colonização européia, Maximiliano Beschoren trabalhou em Passo Fundo Lagoa Vermelha e no Alto Uruguai como agrimensor, tendo escrito *Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul (1875-1887)*, (1989), na qual fez uma apologia à colonização do Estado por alemães. O jornalista cruz altense Evaristo Affonso de Castro escreveu *Notícia descritiva da região missioneira* em 1887, tendo percorrido a região. Dentre todos, Mabilde, Hensel, Silveira, Beschoren e Castro efetivamente estiveram entre os Kaingang por períodos diversos. Mabilde e Beschoren, respectivamente, engenheiro e agrimensor que trabalharam percorrendo o Planalto sulino, estiveram em contato bastante expressivo - e, por vezes conflitivo - com os Kaingang.

Também as obras dos viajantes que estiveram no Rio Grande do Sul ou na região do Planalto Meridional durante as primeiras décadas do século XIX, sejam estes naturalistas ou indivíduos ligados a empreendimentos comerciais, foram utilizadas como fontes de informação. Destacamos Auguste de Saint-Hilaire (1978), Thomas Bigg-Wither (1974), John Luccock (1975), Nicolau Dreys (1961) e Jean Baptiste Debret, (1978 2 t.), os dois últimos, respectivamente, pela boa observação do e pela iconografia que conduz a obra *Viagem pitoresca à história do Brasil* (1978).

Sob a mesma perspectiva, grande variedade de informações pode ser encontrada nas obras de missionários que se dedicaram ao assunto devido à importância que tomou a catequização do indígena durante o processo de colonização. Assim, os trabalhos de alguns escritores ligados à Companhia de Jesus, além de possuírem importante caráter histórico, possuem também caráter etnológico, uma vez que em alguns a tentativa de descrever os hábitos indígenas, motivada pela repulsa ou pelo desejo de melhor os conhecer, deixaram valiosos relatos de meados do século

XIX, ainda que deva ser considerado o caráter pejorativo destas informações. Entre estes, podemos destacar Carlos Teschauer (1918) e Pedro Lozano (1873, t.1).

Ao considerar estas obras como fonte de informação, necessita-se de cuidado na análise das conclusões e opiniões emitidas por seus autores, pois estas foram concebidas segundo conceitos expressos pela sociedade do século XIX, os quais consideravam o indígena um ser inferior, incapaz de civilizar-se. Assim, as informações sobre os Kaingang no século XIX e transmitidas por viajantes e pesquisadores, foram obtidas através de chefes indígenas, funcionários provinciais, missionários e militares. Desta forma, a apreensão do universo cultural e social Kaingang foi mediada por uma epistemologia positiva, eivada pelo etnocentrismo.

As fontes oficiais indicam diversas incursões de indígenas aldeados ou arranchados na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul às matas e vilas de outras províncias, revelando o movimento que ocorria dentro de um vasto território dominado por grupos Kaingang, que se estendia do oeste paulista até as bordas da Serra Geral. Apesar das evidências trazidas por estes estudos, analiticamente preferimos considerar o território dominado por grupos Kaingang apenas dentro dos limites das fronteiras oficiais do norte da Província de S. Pedro, já que a partir de 1834, pela política regencial, foram delegados aos presidentes de província poderes de legislar e executar os trabalhos referentes à Civilização e Catequese dos índios.

Cabe ainda ressaltar que realizamos a correção ortográfica da documentação do século XIX, no intuito de facilitar sua leitura. No entanto, mantivemos as características da escrita de seus enunciadores, e isto se refere inclusive a nomes de localidades ou a referência a cargos e patentes, que muitas vezes foram escritos com a primeira letra em maiúsculo. Os documentos de origem espanhola não foram traduzidos, por muitos serem escritos em espanhol dos séculos XVII e XVIII. Quando, nas transcrições de documentos, aparecem palavras com pontos de interrogação entre colchetes, significa que aquela mesma palavra não teve seu significado completamente inteligível para mim, sendo assim uma suposição guiada pela argumentação de todo o documento. Também, foram inseridas palavras entre parêntesis, mas estas sem a interrogação, para complementar o entendimento do documento, quando foi necessário deixar de transcrever partes do mesmo. A documentação a que fazemos referência está localizada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), no Arquivo Religioso (AR) e no Arquivo Público do Rio grande do Sul (APRS).

1.2 Estrutura da dissertação

Iniciamos com uma sobre o conhecimento sobre os Kaingang produzido por uma literatura generalizada; neste tópico, também nos preocupamos em discutir certas noções que foram construídas em relação aos mesmos, no intuito simultâneo de desnaturalizá-las e de trabalhar com estas mesmas noções amplamente admitidas durante o século XIX, que conformaram ações ocidentais em relação aos povos indígenas. O corpo da dissertação está distribuído em três capítulos. A definição do período e dos locais que ocuparam estas populações Jê meridionais relacionadas aos Kaingang ou *coroados* ao longo do século XIX, consiste no principal objetivo do primeiro capítulo. Para tanto, buscamos harmonizar os resultados das pesquisas arqueológicas relativas ao planalto sulino com hipóteses e argumentos desenvolvidos pela literatura etnológica relacionada aos Jê meridionais. Outro objetivo foi o de ressaltar as tentativas de povoamento de parte dos conquistadores ibéricos em função dos interesses econômicos do sudeste brasileiro. Assim, para períodos anteriores à conquista do território Kaingang no século XIX, observa-se os contatos e as perturbações que as expedições de conquista trouxeram para estes grupos, principalmente através do alastramento de epidemias, da deflagração de movimentos migratórios diversos e da captura de cativos para a economia do sudeste.

No segundo capítulo, analisamos a ocupação e a colonização da área do planalto meridional iniciada ainda antes de meados do século XVIII. Ao apresentarmos a ocupação do antigo território do município de Passo Fundo, consideramos as relações estabelecidas pelos primeiros fazendeiros da região com os Kaingang, atentando para sua característica assimétrica, apesar de haverem sido constantemente utilizadas pelos indígenas. Assim, analisamos a economia da região e suas relações sociais de produção conquanto os Kaingang estivessem ligados a estas. Ao descrevermos o processo de expropriação dos territórios indígenas ocorrido no século XIX, enfatizamos o quanto concepções de “índios” e de “brancos” sobre a posse dos mesmos eram diversas. Argumentamos que os Kaingang possuíam uma forma peculiar de explorar seu território, baseado na exploração de pequenos nichos por grupos familiares e na exploração de um amplo território respaldado na formação de alianças entre os vários grupos locais. Neste

mesmo capítulo procuramos remeter às circunstâncias que envolveram os Kaingang no processo de aldeamento.

O terceiro capítulo tratará da constituição e objetivos dos aldeamentos entre os Kaingang, entre os anos de 1845 até meados da década de 1870. Esta delimitação temporal da análise é arbitrária, se justificando pelo fato de que neste período conformaram-se as bases para novas relações de produção e de propriedade. A atuação dos grupos Kaingang nesta conjuntura nos leva a crer que, apesar de submeterem-se aos aldeamentos, estes grupos continuavam pautando-se por características sociais e culturais próprias, como enfatizou Laroque (2000), apesar de fortemente condicionadas às situações históricas específicas da conquista de seus territórios.

Assim, podemos dizer que no primeiro capítulo buscamos definir o território deste grupo Jê meridional e suas formas de domínio e exploração sobre o mesmo, bem como suas relações com outras nações indígenas. Também consideramos os contatos estabelecidos anteriormente à conquista deste território como condicionantes do posterior processo de conquista. No segundo capítulo abordamos as formas de expropriação destes territórios através do povoamento europeu. No terceiro, analisamos os aldeamentos, avaliando como estes grupos indígenas lidaram com a perda do controle sobre seu território e quais estratégias empregaram para sobreviver face às consequências desse processo. Ressaltamos nosso entendimento de que também entre os Kaingang do planalto sulino, no século XIX, encontramos manifestações que se inserem na categoria de resistência adaptativa proposto por Stern (1987) e desenvolvido por Almeida (2003) na análise do processo de aldeamento no Rio de Janeiro.

1.3 O povoamento ocidental e a sociedade Kaingang na historiografia e na literatura etnográfica

Para conhecermos a participação destes grupos indígenas na historiografia, trabalhamos com a historiografia tradicional do Rio Grande do Sul, bem como com trabalhos acadêmicos de historiadores que se dedicaram aos estudos da colonização ou da problemática indígena no bojo deste processo.

Utilizamos-nos de obras da historiografia tradicional do Rio Grande do Sul⁸, vinculadas principalmente ao IHGRS entre as décadas de 1940 e 1970. Autores como Guilhermino Cesar (1970), Riograndino da Costa e Silva (1968), Jean Roche (1969) e Aurélio Porto (1954 e s.d.), trabalham o processo de colonização ibérica, destacando os grupos indígenas geralmente em um primeiro capítulo. Ao trabalharmos com esta historiografia faz-se necessário destacar que sua abordagem contribui muito mais para a formação de mitos do que à explicação histórica. Suas abordagens trabalham com concepções tradicionais de análise histórica, desconsiderando os processos conflitivos e associativos entre aborígenes e ocidentais no processo de conquista e ocupação do território sulino, partindo do pressuposto de que então estes grupos teriam sido exterminados e os “sobreviventes”, seriam passivos servos naquele processo.

As obras *História do Rio Grande do Sul nos dois primeiros séculos*, de Carlos Teschauer, e *História das Missões Orientais do Uruguai*, de Aurélio Porto, são, em muitos aspectos, semelhantes: além da rigorosa pesquisa documental por ambos realizada, há perspectivas comuns como a inferioridade indígena e a exaltação da ação dos jesuítas em sua missão e martírio. Com um estilo mais claro, e assim um texto mais compreensível, Aurélio Porto preocupa-se, em seus primeiros capítulos, com a origem e a localização dos territórios das diversas sociedades indígenas que colonizaram o Rio Grande do Sul, em relação àquelas que entraram em contato com o europeu.

Na década de 1950, quando Porto lançou esta obra, as pesquisas arqueológicas eram escassas e seus resultados muito especulativos. Assim, a ocupação indígena, ou melhor, “o índio” é analisado através de uma abordagem paleantropológica, desenvolvida com base em estudos realizados em outras áreas da América do Sul. Procura, assim, estabelecer uma diferenciação evolutiva, ou melhor, uma escala evolutiva a partir de características biológicas. Quando esta caracterização era impossível, o critério utilizado para definir o nível cultural de dado grupo era a maior ou menor resistência à civilização e à fé cristã. De um modo geral, os conceitos de ferocidade, selvageria e inferioridade utilizados para caracterizar os índios, identificam a perspectiva com a qual trabalha Porto, a de não civilidade destes humanos. Sobre o grupo dos Jês, "o Jês grupo de povos etnograficamente muito singulares que, de caráter sobremodo arcaico, mais que todos os outros dessa região, merecem ser considerados autóctones." (Porto, 1943: 22).

⁸ Valemo-nos da definição de historiadores tradicionais dada por Ieda Gutfreind (1995), para quem seriam os historiadores não acadêmicos.

Para suprir as lacunas de tal método, o autor recorreu às informações etnográficas dispersas em escritos de cronistas, cartas anuais e outras correspondências de missionários da Companhia de Jesus, bem como às obras de etnografia de Antonio Serrano. Para Porto e Teschauer, o índio reduzido e catequizado irá assumir os valores da sociedade ocidental e da fé cristã, tornando-se, assim, um *homem* em toda a extensão deste conceito. Os autores que opinaram sobre a catequese entre os Kaingang são unânimes quanto à recusa destes ao cristianismo. Também a documentação eclesiástica sobre estes índios, que compreende cartas e relatos de missionários jesuítas e capuchinhos, admite sua recusa à religião cristã. Para estes autores, bem como para Porto, este grupo recusou o cristianismo, preferindo resistir a humanizar-se através da religião.

O debate sobre a influência do indígena na formação histórica e social no Rio Grande do Sul e, mais genericamente, no Brasil, já é antigo e polariza-se, basicamente, em dois argumentos: aquele que defende a forte influência indígena como um substrato cultural perene, com destaque para Capistrano de Abreu (1930), seu maior entusiasta; e o outro muito mais difundido, que nega, inferioriza ou minimiza a história indígena na conquista e povoamento do Brasil. Dentre os últimos, são seus representantes no Estado aqueles historiadores ligados ao IHGRS, que privilegiaram o povoamento açoriano em sua formulação da constituição da sociedade gaúcha.

A história das articulações de fronteira, especialmente da região colonizada por espanhóis tem sido largamente estudada. Recentemente, analisando a historiografia dedicada ao estudo da sociedade missioneira, Maria Cristina dos Santos (1987) busca, antes de tudo, a perspectiva de análise de autores como Carlos Teschauer e Moisés Velinho em relação à organização social das Missões Jesuíticas do Paraguai, realizando importante e necessária crítica historiográfica. Ao engendrarem novas perspectivas no estudo das articulações de fronteira, tais estudos passam também a abrir novos horizontes para a pesquisa das relações entre ocidentais e autóctones nestes espaços.

Ao analisar o discurso historiográfico gaúcho do período entre 1918 a 1964, Luis Henrique Torres (1990) argumenta que toda a construção histórica sobre a participação indígena na formação social do Estado está dividida, polarizada entre o que o autor chamou de matriz jesuítico-espanhola e matriz lusa. Mais objetivamente, poderíamos dizer que a primeira matriz historiográfica era formada essencialmente por padres, à exceção admirável de Aurélio Porto; a segunda foi realizada por membros do IHGRS. Com diferentes abordagens e ênfases, os autores ou incluem a experiência missioneira e espanhola ou a desqualificam e descartam, advogando o

lusitanismo como "o veículo canalizador do processo histórico do Rio Grande do Sul." (Torres, 1990:155).

Ambas as matrizes historiográficas sustentam a inferioridade e o primitivismo indígena. Os defensores da matriz jesuítico-espanhola não negam a existência e a influência dos indígenas; no entanto, a condicionam à ação missionária encarregada da superação da inferioridade através da conversão. Para a corrente lusa, o índio é visto como um entrave ao progresso; por ser de natureza muito rudimentar, não merecendo o direito à liberdade. O extermínio ou a fuga para outras províncias são por eles utilizados para alegar uma ínfima participação indígena na sociedade gaúcha.

O indígena [...] será quase sempre visto como um intruso que atrapalha a ocupação das terras e a colonização. Em abordagens diferenciadas, os autores não acreditam numa participação ativa do indígena em nossa formação. (ibid.: 103).

A despeito dos preconceitos etnocêntricos que apresentam ao analisar as sociedades indígenas "que habitam naquelas terras virgens" e da concepção básica de ódio intrínseco entre espanhóis e portugueses, diversos historiadores e sociólogos, ao estudarem a história do Rio Grande do Sul, não deixaram de incluir a participação dos espanhóis, para além das lutas de fronteira. Exemplos são Aurélio Porto e Riograndino da Costa e Silva, bem como aqueles que se dedicaram ao estudo das missões jesuíticas, com destaque para os próprios padres ligados à Companhia de Jesus. Para Silva, as expedições exploratórias das Coroas Ibéricas na América do Sul

Não se orientaram, porém, no mesmo sentido as duas poderosas correntes de reconhecimento e de conquista, pois, enquanto os portugueses abordavam o Continente Novo pelo leste, os espanhóis vinham pelo norte e infletiam dali para o sul, ao mesmo tempo que outra corrente da mesma origem subia do Prata para o norte, como que a procurar, naturalmente, estabelecer contato entre si, operando um verdadeiro movimento envolvente em torno dos portugueses. (Silva, 1968: 7).

Sobre o interesse exploratório nas áreas adjacentes aos rios Paraná e Uruguai:

Perscrutando um mapa da América do Sul, [...] quanto a geografia da região, a resistência do Gentio e a proximidade de correntes de povos antagônicos, influíram na partilha das terras virgens do continente. [...] Parece todavia natural que a penetração pelo Uruguai e pelo Paraná não fosse sustada. Mas, além das razões expostas, convém lembrar que desse lado os portugueses estavam tão próximos que facilmente poderiam chocar-se com os rivais. Em vez de avançar, convinha, pois, aos espanhóis premunirem-se nessa direção. As missões jesuíticas se me afiguram uma flancoguarda, com que a corrente espanhola do Rio da Prata se preservou de um grande perigo que a ameaçava na frente de leste. (Fragoso, 1922: 30-1; apud Silva, 1968:8).

A historiografia local traz informações bastante relevantes, geralmente trabalhando com documentos das câmaras municipais; sendo em algumas ocasiões possível utilizá-las como fontes de informação, como fizemos através de Xavier e Oliveira (1909), Castro (1887) e Silveira (1909). De forte inspiração positivista, os trabalhos de Silveira (1909) e, principalmente de Xavier e Oliveira (1909), foram realizados através da reunião de documentos municipais, principalmente relativos à Câmara municipal, entre outras. Seus artigos são utilizados até hoje, tendo inspirado muitas obras de ensaístas locais.

Entre estas, estão as obras de Delma Ghem *Passo Fundo através do tempo* (1981) em 2 volumes, nos quais a autora também faz uma análise da história e formação política e social de Passo Fundo desde seus “primórdios” até a atualidade, no caso, a década de 1980. Ney d'Àvila (1994) também se inspirou em Xavier e Oliveira e seguiu a mesma metodologia de Delma Ghem, diferindo desta última, sua contemporânea, por não utilizar-se acriticamente de termos pejorativos presentes na documentação e em Oliveira.

Nas últimas décadas, a história indígena passou a ser efetivamente considerada, num movimento que remete à crise das categorias e conceitos até então aceitos como dogmas. A partir da década de 1990, contribuíram significativamente o uso de procedimentos e perspectivas da etno-história, que procura conhecer a história das populações indígenas no contexto da conquista, percebendo os interesses e conflitos a ele subjacentes.

Durante as décadas de 1970 e 1980 houve muitos estudos sobre as relações de contato entre os Kaingang e a sociedade ocidental em sua chamada “frente de expansão”. Tais estudos já ampliaram definitivamente o conhecimento desta relação ao fazerem uma “reconstituição” histórica do contato e ao incluírem a perspectiva dos direitos e da política indigenista em suas análises. Em geral, estes estudos caracterizaram a atuação dos Kaingang nos processos históricos de conquista tanto pela resistência ferrenha quanto pelo “colaboracionismo” dos chefes Kaingang. A partir dos anos 90, os estudos de etnicidade foram incluídos à análise dos processos históricos de contato entre sociedades ameríndias e ocidentais.

Quanto à bibliografia etnológica relacionada aos Kaingang, ou aos Jê meridionais, baseamo-nos principalmente em autores já clássicos como Curt Nimuendajú, Herbert Baldus e Bartolomeu Meliá, representantes de uma etnologia preocupada em analisar as formas sociais e culturais de sociedades indígenas dentro de um processo histórico, bem como preocupada em posicionar-se politicamente em relação à situação gerada pelo mesmo processo. A acurada

pesquisa etnográfica de pesquisadores como Veiga (1997 & 2000) e Rosa (1998) com comunidades Kaingang do Rio Grande do Sul são também bastante relevantes para a pesquisa. Estudos como os de Veiga (2000), Souza (1998), e Rogge (2004) argumentam a importância das alianças políticas na sociedade Kaingang, e discutem noções como a “natureza guerreira” dos grupos Kaingang, ressaltando a importância das alianças intratribais para a manutenção do domínio de um amplo território, com o qual realizavam seu modo específico de subsistência. A idéia da inexistência de uma concepção de propriedade entre grupos indígenas, pela observação de sua grande mobilidade, serviu de argumento para a destituição de seus direitos de posse fundiária.

A obra *O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul* (1995), da professora Ítala Becker, analisa os principais aspectos da cultura Kaingang e o processo de transculturação, como o denominou a autora, decorrente da colonização e das situações de contato interétnico. Esta obra traz inúmeras fontes, entre documentação oficial e registros contemporâneos de missionários e naturalistas, trabalhando numa perspectiva etno-histórica. Já em 1976, a mesma autora publicou *O Índio Kaingang e a colonização alemã*, trabalhando na mesma perspectiva. Em conjunto com Fernando Laroque, publicou *O índio Kaingang no Paraná: subsídios para uma etno-história*, (1999). Também as pesquisas de Laroque (2000) e Meliá (1985) foram importantes para esta pesquisa. Analisando a atuação das lideranças Kaingang, Laroque (2000) realizou um estudo das relações entre as famílias Kaingang, informando sobre as relações de parentesco entre os grupos locais e regionais. Através deste estudo, bem como da documentação relativa aos Kaingang, pode-se pensar a mobilidade Kaingang como fator de estabilização destas unidades político-territoriais, como aplicou Tommasino (1998) às nações Kaingang.

Historiador de Passo Fundo, Telmo Marcon recoloca os indígenas como parte integrante do processo de ocupação e colonização da área, tratando a questão do contato de forma diferenciada, considerando o processo de expropriação dos territórios indígenas:

Os trabalhos existentes sobre o tema, além de informações fragmentadas, não destacam suficientemente [...] os interesses presentes neste processo. Uma das limitações da historiografia situa-se, portanto, na ausência de uma abordagem que destaque de forma mais profunda e explícita [...] os projetos e os interesses sócio-econômicos dos grupos sociais, bem como do Estado, ou seja, resgatar os conflitos e as contradições subjacentes ao processo de colonização [...]. Marcon, 1994: 93).

Em sua dissertação de mestrado, Marisa Nonnemacher aponta para a importância dos

contatos entre índios e europeus na formação da sociedade sul-rio-grandense, argumentando que existe um "silêncio sobre o tema" e que tanto durante o século XIX como ainda hoje, os índios vivem em uma terra sem o direito de posse (Nonnemacher, 1995: 8). Baseando-se em ampla pesquisa documental, a autora ressalta os cuidados inerentes ao uso da documentação produzida por brancos – governantes ou funcionários públicos e ainda, intelectuais – para quem o indígena era incapaz e inferior, percepção que vinha justificar sua utilização como mão-de-obra nas empresas públicas (ibid: 29-30).

Pesquisadores do Paraná têm dado grande impulso ao conhecimento da história destes grupos Jê, trabalhando sob a perspectiva da etno-história. Dentre eles, destacamos Lúcio Mota (1994) que trabalha com a resistência Kaingang na conjuntura de tomada de seus territórios, marcada pela violência de movimentos bélicos, ressaltando, além da violência da conquista, também a construção deliberada da idéia de vazío demográfico. Kimie Tommasino (1995) e (2000) analisa a concepção de territorialidade Kaingang e as relações sociais geradas, considerando a historicidade desta “sociedade em movimento”.

Concordamos com Lúcio Mota (1994), para quem a conquista dos territórios Kaingang ocorreu “em meio à reação permanente dos índios”: “Esses ataques se prolongaram durante os séculos os séculos XVIII e XIX, em todos os territórios ocupados”. (Mota, 1994: 93). Este conflito gerou formas de aliança pautadas nas lógicas internas à organização social Kaingang, como também enfatizou Laroque (2000:197), até mesmo para as “tribos colaboracionistas”.

Nos últimos anos, pesquisas de âmbito nacional e de grande envergadura documental e teórica têm sido publicadas, repercutindo sobre os estudos de feição mais regional. Interessadas em desvendar a história das relações entre ameríndios e os diversos agentes da Colônia, tais estudos representam uma renovação na historiografia acerca do povoamento da América pelas Coroas Ibéricas. Dentre elas, podemos citar a obra de John M. Monteiro, *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo* (1998), que trabalha o processo de escravização indígena na formação de São Paulo e a atuação das bandeiras paulistas nesta empresa, que atingiram o território sul-rio-grandense, trazendo novas perspectivas para o estudo de populações indígenas na formação social e histórica do Brasil. Também Nádia Farage, em *Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização* (1991) contribuiu para essa reavaliação, ao analisar a inserção econômica e social de índios numa região de fronteira durante o século XVIII. A autora afirma que, nesta conjuntura, as redes políticas tradicionais formaram

complexos sistemas de alianças que não apenas satisfizeram os interesses dos colonizadores, mas boa parte das exigências indígenas.

Referindo-se aos povos indígenas integrados à colônia – os índios aldeados⁹ – e valendo-se de uma noção complexificada de cultura, fruto da aproximação entre antropologia e história, Maria Regina Celestino de Almeida (2003) observa:

Pouco valorizados em nossa historiografia cuja perspectiva assimilacionista apresenta sua trajetória como um processo de perdas culturais contínuas que os conduzia à descaracterização étnica e cultural, é surpreendente encontrá-los no século XIX afirmando sua identidade e lutando juridicamente pela manutenção das terras e das aldeias que lhes haviam sido concedidas séculos antes como patrimônio. Ao contrário das expectativas, portanto, não deixaram de ser índios, nem saíram da história. Isso aponta para a possibilidade de estarmos diante da recriação de identidades, culturas e histórias desses índios aldeados a partir de suas necessidades novas vivenciadas na experiência cotidiana das relações com vários outros grupos étnicos e sociais no mundo colonial. (Almeida, 2003:25).

Desta forma, a autora estuda a história dos aldeamentos no Rio de Janeiro enfatizando as ações e estratégias dos indígenas aldeados num contexto histórico específico, o da conquista europeia, argumentando que tais reduções constituíram espaços de ressocialização de grupos indígenas no mundo colonial, prática incentivada pela Coroa e utilizada pelos indígenas. Os aldeamentos foram, antes de tudo, reservas de mão-de-obra e de força de defesa para colonos e administradores, mas também “espaços de índios”.

Por fazer valiosa análise dos aldeamentos indígenas, a obra de Almeida é uma referência neste estudo. Partindo de uma noção interdisciplinar de cultura, que a toma como histórica e dinâmica, argumenta que os índios aldeados da Colônia rearticularam alguns de seus valores e culturas, numa resistência adaptativa. Os índios aliaram-se e aldearam-se, transformando-se, na situação histórica da conquista, buscando evitar maiores prejuízos. Estas, entre outras atitudes dos indígenas conferiram-lhes efetiva participação nos rumos da conquista e ocupação do Rio de Janeiro (ibid: 131-167).

As situações analisadas nesta obra, principalmente aquelas relativas à análise das estratégias de resistência indígena e sua importância no ritmo da conquista das terras e do uso do trabalho dos índios aldeados por moradores e funcionários, muito se assemelham ao processo de

⁹ Categoria forjada por Celestino de Almeida, a qual enfatiza as ações das lideranças indígenas aldeadas no contexto da conquista colonial do Rio de Janeiro: “Na condição de aldeados, passaram a constituir categoria social específica e genérica, sugerido ou mesmo imposta pelos colonizadores, mas apropriada por eles e construída no processo de sua interação e experiência histórica com os diferentes agentes sociais da Colônia.” (Almeida, 2003: 25).

conquista e ocupação do planalto meridional, mais especificamente, do planalto sulino, durante o século XIX. Outra noção naturalizada¹⁰ analisada na obra de Almeida é a de que as relações de aliança com os conquistadores foram permanentes ou atenderam exclusivamente a interesses destes últimos. Baseados nos interesses de suas comunidades, as lideranças indígenas quebravam ou alimentavam tais relações, podendo estas transformar-se em conflitos.

Guillaume Boccara (2001) comenta que conceber a história das sociedades indígenas com base em dicotomias como tradição/aculturação e considerá-los como processos antagônicos, é negar a relação complexa e dialética que, em realidade, tais processos engendraram. O antropólogo busca novas categorias de análise, descartando perspectivas ahistóricas e arcaicas na análise do que chamou de um "Mundo Novo". Este autor afirma que uma nova disposição para a releitura do passado das sociedades ameríndias caracteriza-se pela necessidade de analisar conjuntamente os processos de resistência, adaptação e mudança. (Boccara, 2001: 2-4).

Em *O pensamento mestiço*, Gruzinski argumenta que a conquista ibérica acarretou para os habitantes da América drásticas mudanças sociais e políticas, tais como o rearranjo das rivalidades e guerras indígenas, além da conquista epidemiológica. Gruzinski enxerga no processo de conquista da América, mais especificamente do México no século XVI, a oportunidade de estudar o fenômeno das mestiçagens, muitos mais com um sentido político e social do que meramente biológico (Gruzinski, 2001: 51-87).

Ao analisar criticamente as categorias que definem o indígena em nossa sociedade, Souza (1998) concluiu que estas são, em si, formas de exclusão, ou melhor, de velamento desta autoctonia. A construção de categorias como índio e caboclo permitiu senão uma maior exploração, a sua justificativa. Estudos baseados em noções limitadas de cultura que se produziram acerca das populações autóctones, acabaram por definir o que José O. de Souza chamou de “denegação civilizada da autoctonia”:

a denegação das alteridades autóctones é tida com resultante de uma operação ideológica de velamento, que legitima essa hierarquia social e atribui um *status* tanto melhor ao indivíduo quanto maior for sua “proximidade” cultural com o exterior europeu. (Souza, 1998:12).

Buscando interpretar os processos sociais envolvidos no velamento das autoctonias

¹⁰ Monteiro também alerta que as alianças com os europeus representavam para os grupos indígenas mais do que a possibilidade de realizar trocas mercantis, ou seja, traziam também a possibilidade de expandir suas relações com a sociedade colonial e, assim, garantir seus interesses. (Monteiro, 1998:32)

aborígenes, na conjuntura de conquista de seus territórios, argumenta que:

Os argumentos que se dobras à representação da decadência ou da naturalização dos indígenas no Brasil meridional, devem ser entendidos como dizeres veiculados em uma sociedade de origem histórica multipopulacional e marcada pela imigração de muitos contingentes europeus e africanos. Qualquer unidade etnográfica, bem ou mal reconhecível, deve ser entendida fazendo parte da totalidade social, local, regional e nacional, existindo dentro de uma rede na qual cada alteridade específica possui posição singular na relação com suas contemporâneas, concomitante à interferência chegada pelos canais de dominação desde os centros decisórios do sistema geral, de onde se gera a coesão que integra a multiplicidade de particularidades sociais assim unificadas [...]. (ibidem: 16).

Teorias elaboradas ou retomadas em meados do século XIX, prefigurando o evolucionismo, acreditavam que os índios eram uma humanidade envelhecida, destinada à extinção, porque incompatível com a civilização. No Brasil, foram defensores desta teoria o historiador Varhagen e o naturalista Von Martius. A partir de 1870, teorias baseadas no evolucionismo afirmaram que os índios constituíam a infância da humanidade, consagrando-os como primitivos que teriam como destino ascender à sociedade ocidental (Cunha, 1992: 133-135).

No século XIX, a teoria vigente era uma variação desta, sendo o positivismo a base da reflexão de seus representantes que muito contribuíram para construir uma noção de conhecimento engessada sobre as sociedades indígenas e sua participação no processo de conquista e ocupação do Brasil. Perspectivas evolucionistas e historicizantes têm sua raiz nas teorias européias do evolucionismo e social darwinismo, e foram, de maneira quase despercebida, continuamente reatualizadas pela historiografia e etnologia relativas. Perceber a natureza peculiar da integração na esfera da cultura e na esfera social

evita a visão implícita da desintegração cultural como uma realidade inerente a todo o processo de contato entre duas sociedades em que uma é minoritária ou dominada. [...]. Esta perspectiva permite perceber a situação de contato não como a destruição de modos tradicionais de vida, mas como um processo que leva à construção de um novo estilo de vida, com novas estratégias e alternativas, onde a cultura tem uma dimensão essencialmente dinâmica e adaptativa. (Novaes, 1993: 42 apud Baptista, 2000:32).

Tais teorias e perspectivas constituíram um alicerce intelectual legitimador do extermínio e expropriação de comunidades indígenas. Os próprios documentos oficiais expressam a concepção de inferioridade dos indígenas e sua inexorável extinção como povo:

É uma grande desumanidade os deixarmos vagar por esses desertos índios sem os socorros da religião e da civilização esses restos dos primeiros habitantes do nosso país,

que tão úteis nos podiam ser, como muitos deles nos tem sido, enquanto que a custa de tantos perigos e despesas vamos buscar braços africanos que nos ajudem. (Relatório do Presidente da Província Conde de Caxias, 1846 fls. 45 e 46 v.).

Conforme Souza, as solicitações de posse fundiária no Rio Grande do Sul não correspondem aos documentos de doação de terras: o processo de repartição de terras teve caráter violento e expropriatório, sem legalização real, afastando comunidades indígenas para áreas de refúgio, ainda livres, ou envolvendo-as no processo de utilização de mão-de-obra e evangelização. O mesmo autor afirma que na política de ocupação agiram conjuntamente os interesses do ocupante, ou sesmeiro, e os do sistema jurídico colonial e imperial, nas figuras do pároco e agrimensor (Souza, 1998: 123-6). A disputa pela posse e legalização da terra, revela o poder de fazendeiros que, através da violência e de relações sociais clientelísticas, fizeram valer seus interesses, configurando grandes apropriações de terra, sendo a maioria destinada à especulação pelas companhias de colonização (Mota, 1988).

Na descrição desta conjuntura, devemos considerar que o avanço sobre o território “inexplorado” foi determinado pela especulação sobre as terras para a colonização e pela “necessidade” de transformar uma agricultura voltada ao abastecimento interno para outra voltada à exportação. Apesar de especificidades devidas a conjunturas históricas diversas, o planalto meridional foi efetivamente integrado à economia colonial no século XVIII como parte do circuito de invernadas e fazendas de criação para o gado levado para o sudeste (Monteiro, 1998:68-72; Fragoso, 1998:142). Podemos considerar que os processos inerentes a este tipo de ocupação foram comuns à região do planalto meridional como um todo. Tanto a historiografia nacional quanto as regionais colocam este processo como secundário frente à importância econômica e política que assumiram as regiões dedicadas a agro-exportação do sudeste e nordeste do país. Em razão disso, o Rio Grande do Sul é tido como uma região que foi colonizada tardiamente em relação àqueles centros dinâmicos. E, dentro do Rio Grande do Sul, o seu Planalto Médio é considerado ainda mais secundário, por haver sido colonizado oficialmente nas primeiras décadas do século XIX. Paulo Zarth acredita que o espaço agrário do planalto do Rio Grande do Sul foi escassamente trabalhado pela historiografia pelo fato de sua economia se encontrar voltada para o mercado interno. Além disso, a região foi considerada como despovoada e pobre por viajantes europeus do século XIX, percepção esta amplamente acatada e disseminada por historiadores contemporâneos. (Zarth, 1988: 12).

Em *Historia Económica da América Latina* (1984), Ciro Cardoso e Hector Brignoli

referem a racionalidade própria da economia colonial, ressaltando que estas sociedades possuíam características próprias e desmistificando o exagerado papel da metrópole na organização e condução destas economias. Fragoso (1998), por sua vez, descreve o funcionamento da economia colonial como um sistema articulado de formas de produção e relações sociais, considerando-a uma formação econômico-social, ou seja, a economia colonial reiterava-se por si mesma através de seus vários nichos. Esta perspectiva diminui a importância das políticas metropolitanas e das conjunturas internacionais de preços, observando o funcionamento interno da colônia enquanto um organismo social e econômico.

Uma vez que no século XIX muitos grupos indígenas estiveram sujeitos às mesmas relações de produção que os lavradores nacionais, trabalhamos com a historiografia relativa à produção de alimentos para mercados locais ou regionais, a chamada agricultura de subsistência, destacando os trabalhos de P. Zarth (1997), de Castro (1988) e ainda de Linhares & Silva (1981) e de Silva (2003). A partir das primeiras décadas do século XVIII, a região do planalto sulino tornou-se local de estabelecimento de fazendas de criação e de internadas nos campos nativos. Desta forma, pode-se afirmar que a economia do gado, que visava abastecer as áreas de mineração, foi o fator que integrou efetivamente o Rio Grande do Sul no circuito econômico interno da colônia no século XVIII (Fragoso, 1998:141; Zarth, 1988: 21). Diversos autores afirmam que, além da ocupação e exploração econômica do Rio Grande do Sul ter se dado devido à demanda da economia de agroexportação, que esta se baseava numa produção camponesa de alimentos:

A presença de um escravismo não alocado na agroexportação e de formas de produção não-capitalistas e simultaneamente não-escravistas traz consigo uma série de novos problemas. De imediato, temos a questão sobre o lugar ocupado por tais segmentos produtivos na economia colonial. [...] não há como negar que tais processos se identificam com a própria reiteração do escravismo colonial, ligado à exportação. [...]. A reiteração de tal escravismo passa a ter como pano de fundo um mercado interno colonial, constituído por outras formas sociais de produção não-capitalistas, além da escravista. (Fragoso, 1998:144-5).

Estas constatações são importantes na medida em que relacionam a economia do Rio Grande do Sul ao circuito econômico colonial. Mas também podem ser utilizadas de modo a compreender que todo o sistema econômico e social relaciona-se entre si e se autodetermina, e as formas sociais de produção do Rio Grande de São Pedro do Sul enquadravam-se ao circuito colonial como geradoras de alimentos e outros, bem como obedeciam a formas peculiares,

baseadas no trabalho sazonal e coletivo. Neste sentido podemos entender que os grupos aborígenes mantiveram relações com os europeus e com esta estrutura de exploração econômica, ou seja, apesar de aparentemente antagônica e conflitiva, a relação entre indígenas e o europeus deve ser analisada como responsável por influxos e pelo próprio desenvolvimento na conquista e exploração do território.

Ressaltamos que ao considerarmos alguns dos conceitos e abordagens empregadas pelas pesquisas preocupadas com a população livre e desprovidas da terra, estivemos interessados em aproximar esses grupos indígenas dos processos conflitivos em que se envolvem caboclos, extrativistas e lavradores em decorrência da expropriação e apropriação fundiária desencadeados pela Lei de Terras de 1850. A análise das relações de produção no contexto econômico da região de Passo Fundo será, em razão disso, trabalhada apenas como forma de entender a situação muito similar com a que os indígenas Kaingang estiveram em contato.

Trabalhos como o de Paulo Zarth (1997) e Hebe Castro (1988) caracterizam a crescente importância dos lavradores nacionais na pesquisa historiográfica, respectivamente para os atuais estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Os lavradores nacionais formavam um contingente bastante heterogêneo e complexo, consorciando as atividades de extração da erva-mate e agricultura, trabalhando de modo sazonal. Tais atividades garantiam-lhes o acesso aos mercados consumidores nas condições de produtores ou mesmo comerciantes. Diante deste quadro complexo, Zarth os classifica como camponeses. (Zarth, op. cit: 110). Mais do que isto, tais contribuições têm alertado para o fato de que grande parte da agricultura produzida no planalto destinava-se aos mercados locais ou regionais, tendo esta uma estrutura produtiva bastante atuante. A agricultura de subsistência era então praticada em grandes, médias e pequenas propriedades, bem como em posses destes mesmos lavradores nacionais, comportando diversas relações sociais de produção¹¹ (Christillino, 2004:267). Neste sentido, cabe complementar para uma caracterização deste “tipo social”:

¹¹ “Nesta ‘categoria’ podem ser enquadrados lavradores com títulos das suas terras, agregados de outrem, ‘dependentes’, posseiros de terras ‘devolutas’, entre outras formas. Estes podem ser descendentes de portugueses, africanos, indígenas, e outros, os quais já estavam integrados àquela sociedade no momento da chegada dos imigrantes europeus destinados às colônias oficiais e particulares. Mas aqueles também eram formados por escravos, degredados [...] e de ‘migrantes paulistas’.” (ibidem.: 263)

O caboclo mestiço da região ervateira tem sido visto, de modo geral, apenas como um extrativista, nômade, andarengo, peregrino, “índio vago”. Todavia o caboclo, além de coureiro e ervateiro, foi agricultor. Ele cultivou a mandioca, o milho, o feijão, a batata. Com uma agricultura incipiente o caboclo, tal como o índio, foi um desbravador, desconhecido ou menosprezado na maioria dos estudos sobre o desenvolvimento econômico e social de nossa terra. [...]. Portanto, o elemento que iniciou a exploração econômica do atual Rio Grande do Sul [...] era um pária social, um marginal sem os meios legais para garantir para si e sua descendência a posse da terra onde trabalhava; era considerado um intruso. (Àvila, 1997:36-7).

Os indígenas que habitavam o planalto sulino, desde os sertões de Guarapuava e Palmas, mantiveram desde cedo contato com populações ocidentais e de “neoeuropeus”, vindos das regiões de São Paulo e Assunção, bem como com os diversos grupos indígenas regionais. Estes contatos permitiram alianças vantajosas para os paulistas nos “sertões”, com a formação de entrepostos onde trocavam com indígenas alimentos por artigos que interessavam a estes, como ferramentas de ferro e facas. Tal movimento não poderia deixar de interessar aos indígenas, fossem os novos habitantes aliados ou inimigos.

Esta situação muitas vezes propiciou ou acentuou rivalidades e dissidências dentro e entre as sociedades indígenas, sendo que muitas eram reconhecidas por realizarem forte oposição aos novos moradores, saqueando as plantações e assaltando as sedes das fazendas ou entrepostos bandeirantes. Também o contato amistoso gerou novos arranjos sociais entre as nações, e em especial, na sociedade Kaingang.

Já em meados do século XIX, a apropriação de terras na região de Passo Fundo estava quase completada, faltando ainda as áreas florestais. A demarcação e legalização das terras apropriadas por fazendeiros e o avanço nas matas através da ação das companhias particulares e oficiais de colonização, legou aos indígenas a necessidade de agregar-se a algum fazendeiro, a aceitação dos aldeamentos e de suas regras, ou a fuga para as matas do Alto Uruguai e também do sudoeste catarinense¹².

Na conjuntura de conquista de suas terras, estes grupos indígenas perderam o controle e a possibilidade de circulação irrestrita dentro de seus territórios - base de sua forma de sustento. Assim, muitos grupos buscaram aldear-se sob a proteção do governo, enquanto outros buscaram refúgios, onde, muitas vezes, também se relacionavam com a atividade econômica local. Muitas vezes, mesmo os grupos aldeados realizavam ataques aos estabelecimentos colônias, procurando

¹² Pedro Schmitz e Ítala Becker afirmam a possibilidade de estes grupos em fuga terem se dirigido para o sertão do oeste catarinense, constituindo, no início do século XX, boa parte do contingente populacional da área do Contestado. Schmitz, 1991; Becker, 1991.

barrar o avanço colonizador. Estes assaltos, as chamadas *correrias Kaingang*, generalizaram-se com a chegada da colonização alemã, e intensificaram-se a partir da década de 1850, quando a colonização dos últimos territórios indígenas se encontrava em pleno desenvolvimento. Neste processo, também os aldeamentos estavam sendo constituídos e povoados. Estas constatações nos permitem concluir que a ocorrência dos muitos conflitos intra e intertribais foi produto do processo de expropriação dos antigos territórios habitados pelos Kaingang, face ao processo de conquista e colonização européia de seus territórios tradicionais.

2. O território Jê no Planalto Meridional: Ocupação pré-colonial e primeiros contatos

2.1. Parâmetros e conceitos arqueológicos relativos aos grupos Jê

Considerando que os conhecimentos produzidos pela pesquisa arqueológica são fundamentais para o estudo de populações ameríndias, faz-se necessária a utilização de dados resultantes de pesquisas arqueológicas, que, combinadas com a correspondência jesuítica e os relatos de cronistas e viajantes, fontes por excelência, possibilitam uma compreensão mais plausível e circunstanciada concretamente. No interesse de instrumentalizar os resultados dos estudos arqueológicos para a investigação do território dos grupos Kaingang, apresentamos uma discussão sobre os procedimentos metodológicos e sobre as perspectivas de análise utilizadas pela arqueologia na região do planalto. As informações relativas aos aspectos mais gerais da história da ocupação do planalto, encosta e litoral norte do Rio Grande do Sul por populações proto-Jê¹ vindas do norte, são fundamentais para que se estabeleça o período e as formas de ocupação e domínio empregadas por estas populações Jê, possivelmente horticultoras, provenientes do Planalto Central do Brasil.

As pesquisas arqueológicas no Brasil, a partir da década de 1960, desenvolveram-se de maneira desvinculada das tendências da antropologia e arqueologia internacionais, e, desconsiderando a etnografia e a história, construíram um conhecimento baseado na desvinculação entre “o artefato e quem o fabricou”. (Noelli, 2000:222). A arqueologia no sul do Brasil, condicionada pelos paradigmas de progresso técnico e da cronologia, negou a validade da analogia etnográfica, desprezando as informações etnográficas e históricas relacionadas aos índios. A justificativa estava no princípio que considerava os indígenas sobreviventes completamente aculturados. Buscando um conhecimento dito legítimo, baseado na isenção e na imparcialidade, afirmava-se que somente dados de um passado remoto poderiam explicar cientificamente as culturas “puramente” indígenas.

Nas últimas décadas, tal perspectiva tem sido rompida e a analogia etnográfica e histórica passou a constituir interesse para os arqueólogos. Um processo semelhante ocorre,

¹ A expressão **proto-jê meridional** parece ser a mais utilizada e aceita para denominar os grupos ameríndios que habitaram o planalto antes da conquista.

inversamente, com os historiadores interessados na história de grupos ameríndios. Assim, muitos arqueólogos têm utilizado documentação produzida por funcionários e missionários, bem como os registros de alguns etnógrafos encontrando paralelos entre sociedades separadas pelo tempo e ainda por certos aspectos culturais.

Neste sentido, desenvolve-se também a etnoarqueologia, interessada na interdisciplinaridade e no descarte de categorias de análise baseadas na cultura ocidental e sua percepção em relação aos índios, bem como na interdisciplinaridade. (Davis & Kramer, 2002:16-7). Também muitos historiadores que se dedicam ao estudo dos povos ameríndios vêm utilizando dados e perspectivas provenientes das pesquisas arqueológica e etnográfica.

Longe de constituírem-se em disciplinas amparadas por teorias e metodologias bem definidas, a etnoarqueologia e a etnohistória, estão em pleno desenvolvimento destes atributos, sendo hoje trabalhadas sob diversas abordagens. Porém, o que se deve ressaltar é a “abertura” de antropólogos e historiadores à formulação conjunta de temas e categorias antes estanques nas duas “disciplinas”. (Boccaro, 2001: 8-13).

No campo da antropologia, Sérgio Baptista da Silva (2000), partindo do pressuposto de que os elementos impostos pela cultura “dominante” são continuamente reinterpretados segundo a cultura dos povos nativos, propõe uma discussão sobre as bases teóricas da articulação entre arqueologia pré-histórica e etnologia indígena. O autor argumenta que as aproximações epistemológicas entre uma arqueologia voltada a análises espaciais e estudos simbólicos da cultura material e a etnologia são evidentes, apesar da arqueologia processual brasileira não considerar “a inter-relação entre materialidade, de um lado, e sociedade e cultura, de outro.”

A compreensão de artefatos, estruturas e quaisquer outros vestígios de sociedades do passado, através da utilização de dados históricos e etnográficos, dentro de um contexto histórico e cultural local muito bem definidos, testados os modelos etnoarqueológicos daí surgidos por intermédio de metodologias arqueológicas próprias, constitui-se no objeto da etnoarqueologia. Na criação destes modelos etnoarqueológicos para a compreensão do passado, a interlocução com membros de sociedades indígenas e a analogia etnográfica são ferramentas metodológicas potentes. (Silva, 2000: 19).

A arqueologia relativa aos indígenas não trabalha apenas com a arbitrariamente chamada “pré-história”, mas também com suas ocupações após a conquista dos diferentes territórios. Os dados revelados pela pesquisa arqueológica são bastante expressivos, ainda que não contem com uma interpretação sólida, em decorrência dos próprios métodos de investigação e da relativa falta

de escavações mais complexas e direcionadas no planalto sulino.

Não obstante, a grande maioria dos arqueólogos que trabalharam nesta região² admite que os antigos Guaianá, entre outros grupos configurados em mapas dos séculos XVIII e XVIII, foram os antepassados dos Kaingang do século XIX. As pesquisas realizadas em casas subterrâneas³ no planalto sulino resultaram em datações radiocarbônicas para o século XIX, sendo que a cronologia da cerâmica relativa à chamada “tradição” taquara⁴, encontrada no interior das estruturas, estende-se do século IV ao século XIX. (Schmitz, 2003: 29; Rogge: 2004: 89).

2.2 A ocupação do planalto meridional por populações indígenas: Quem são os Kaingang?

O planalto sulino foi povoado por populações ameríndias longamente. Os estudiosos acreditam que seu povoamento ocorreu através de levas de grupos que a arqueologia define como caçadores-coletores⁵. Pesquisas arqueológicas recentes indicam que há cerca de 2.000 anos atrás, o planalto meridional brasileiro, desde os planaltos do Paraná até a as Bordas da Serra Geral, no planalto sulino, foi povoado por populações horticultoras que a lingüística e etnologia relacionam a grupos ligados ao tronco lingüístico Macro-Jê, a *família* Jê meridionais. As populações Jê são conhecidas – tanto na História quanto na Etnografia – através de muitas designações: *Gualachos*, *Guaianá*, *Caágua*, *Ibiraiaras*, *Cabelludo*, *Botocudos*, *Bugres*, *Coroado*, *Camés*, *Pinarés* e, finalmente, Kaingang e Xokleng. A maioria destes nomes eram geralmente alcunhas dadas a estes grupos por populações Guarani, e depois, utilizados por missionários e colonos. Também eram denominados simplesmente de *tapuias* ou *selvagens*, designações mais gerais.

As pesquisas arqueológicas mais recentes argumentam que várias levas de grupos ceramistas migraram em direção ao sul e entraram em contato com grupos de caçadores-

² Schmitz, (1975; 1992) Jacobus (1991), Rogge (2004).

³ São estruturas de moradia características de regiões altas, ocorrendo em altitudes acima de 500 metros. São encontradas e todo o planalto meridional brasileiro, bem como em outras regiões semelhantes na América (Reis, 1997).

⁴ Convenção utilizada por arqueólogos para referir-se a um conjunto de artefatos estilisticamente assemelhados. Neste caso, trata-se de um modo específico de confecção da cerâmica.

⁵ As discussões sobre o povoamento persistem, o que não impede que a ocupação por grupos de caçadores-coletores continue reconhecida. Ver Kern, 1991.

coletores, sob diversas formas: muitos acreditam que estes ou retiraram-se dos antigos domínios ou, mais provavelmente, relacionaram-se com os horticultores de formas diversas, em um mesmo território. (Silva, 2000:130-3).

José Brochado (1990) argumenta que as migrações populacionais da borda sul da Amazônia rumo ao sul do continente seriam derivadas de um grande aumento populacional que teria expulsado várias levas de migrantes, não só aqueles filiados ao tronco lingüístico Tupi-guarani, mas também populações Jê, os Jê do norte, localizadas a oeste do sul da Amazônia e a leste desta área.

Segundo Urban (1992:88), o tronco lingüístico Macro-Jê originou diversas línguas e dialetos; o autor afirma que a divisão entre as línguas faladas por grupos Kaingang e Xokleng ocorreu muito remotamente, indicando uma antiga e longa diversificação de certos padrões culturais, muito provavelmente ocasionada por migrações. Cunha (1993) trabalhando com os Jê setentrionais, afirma que o foco original do grupo Jê teria ocorrido na região entre o alto rio São Francisco e o Araguaia. Concordando com Brochado (1984), afirma que os ancestrais dos Jê meridionais teriam iniciado sua migração rumo ao sul há 3.000 anos atrás, e que entre 2.000 e 1.000 anos atrás teria ocorrido a separação definitiva entre as línguas utilizadas pelos Jê meridionais e os Jê setentrionais.

Assim, a Lingüística e a Arqueologia apontam a dispersão dos Jê a partir do Planalto Central Brasileiro, denotando características semelhantes entre os povos Jê do norte, localizados no planalto central brasileiro, e os Jê do Sul. (Urban, 1992; Brochado, 1990; Noelli, 2000). Tais semelhanças são principalmente relativas a uma mesma origem lingüística e emprego de determinadas técnicas na confecção da cultura material.⁶ Para o Rio Grande do Sul, tais populações são representadas pela “tradição” taquara (para a arqueologia) e pelas populações Kaingang ou Xokleng, ainda que hoje estas categorias de análise estejam sendo relativamente descartadas.

Os arqueólogos caracterizam o conjunto de artefatos produzidos por estas populações de “tradição” taquara. Caracterizam-na principalmente por sua produção cerâmica, que possui atributos tecnológicos e culturais (seu uso) semelhantes em todo o território. No entanto, variando com o meio ambiente ocupado, dependendo das necessidades de transformação e

⁶ Havendo diversos dialetos do Tronco lingüístico Macro-Jê, e mesmo dentro de um subgrupo ou família, a cerâmica, marcador cultural eleito pelos arqueólogos, não pode dimensionar a diversidade lingüística de um grupo, no caso o Macro-Jê, fazendo, assim, uma generalização do mesmo.

conservação do alimento procurado, encontram-se nos sítios arqueológicos peças cerâmicas de diferentes modelos e usos. Podendo tais situações remeter ainda à diversidade social e cultural dos grupos habitantes do planalto e filiados ao tronco Macro-Jê.

Há autores que argumentam a autoctonia destes grupos Kaingang, ou seja, afirmam que estes evoluíram localmente das chamadas populações "pré-históricas" que habitaram o planalto anteriormente. No entanto, pesquisas vêm apontando que a origem destes grupos de horticultores esteve fora do sul do Brasil, entre o planalto central brasileiro e o nordeste.

Entendemos que o Planalto Meridional do Brasil constitui-se como um sistema, possuindo características geológicas e florestais semelhantes. Mais especificamente, o território ocupado pelas populações Jê meridionais os planaltos entre a Serra do Mar e o rio Paraná. Para o planalto sulino, as análises arqueológicas oscilam em afirmar a presença destes grupos entre o II e o V séculos da era cristã. Considerando o povoamento antigo da região por estes grupos, e bem assim, as rearticulações próprias a todos os grupos sociais, bem como as circunstâncias históricas diversas ao longo do tempo, é possível encontrar na literatura relativa correlações e paralelos de conduta cultural e social entre populações "pré-históricas" e "históricas". (Schmitz, 1975; 2003, Becker, 1976; 1995; 1992; Dias, 2004).

O que parece consenso entre os estudiosos é que elementos como o padrão de assentamento, de manejo ambiental⁷ e a cerâmica apontam para a constatação de que todos estes grupos diferentemente designados faziam parte de um mesmo conjunto cultural e eram falantes de línguas assemelhadas. Tal consenso é corroborado pela presença de assentamentos semelhantes, segundo cada meio ambiente específico, por todo o Planalto Meridional do Brasil, a encosta da Serra do Mar e o litoral.

Sobre o povoamento ameríndio em geral no Rio Grande do Sul, Schmitz aponta a existência de três grandes culturas indígenas, pensando o planalto como centro da ocupação destas populações Jê meridionais:

no planalto, onde antes existiam as casas subterrâneas, estão grupos Jê (guaianá e afins) [...]. Essas coincidências não são meros acidentes, mas indicam, sem margem de dúvida razoável, a continuidade cultural local. [...] as áreas culturais e pré-históricas coincidem, permitindo a ilação da continuidade dos grandes contingentes populacionais. (Schmitz, 1975:11-2).

⁷ Entendemos manejo como uma modificação do meio ambiente relacionada com atividades agrícolas, construções de terra e/ou de pedra.

Apesar da perspectiva de diversidade apresentada por grupos falantes de línguas semelhantes no planalto sulino, Sérgio Baptista, analisando a etnoarte do Kaingang históricos, afirma que a cerâmica presente no registro arqueológico das “tradições” ceramistas do planalto, revelam uma “ligação inconteste com os *Kaingang* atuais”, no que diz respeito padrões tecnológicos e usos sociais de marcas específicas. Este estudo, entre outros, corrobora a continuidade da ocupação por estes grupos ceramistas e horticultores vindos do Planalto central do Brasil. Trabalhos arqueológicos mais recentes apontam esta direção. (Brochado, 1990; Noelli, 2000; Schmitz, 1975; 2003; Dias, 2004). Assim, Silva propõe assim um grande horizonte cultural dos Proto-jê meridionais, fazendo correlações entre estes e os Kaingang de São Paulo ao Rio Grande do Sul, no século XIX:

A analogia etnográfica é possível, pelo menos do ponto de vista da continuidade existente entre o registro arqueológico destas ditas “tradições ceramistas locais” (Taquara, Casa de Pedra e Itararé) com os falantes de línguas da família Jê (*Kaingang e Xokleng*). Tal continuidade acha-se comprovada por epistemologias alternativas à pronapiana, em estudos que incorporaram informações lingüísticas, etnográficas e da antropologia biológica. (Silva, 2000: 30).

Para o período inicial da constituição de uma bibliografia sobre os Kaingang, a correlação entre as populações Proto-Jê e os Guaianá ou Kaingang ainda estava sujeita a considerações. Observando apenas relatos e crônicas coloniais, autores como Antonio Serrano e João Jacques afirmaram que grupos Kaingang teriam migrado para a região do Rio Grande do Sul entre meados do século XVIII e início do XIX, fugindo à colonização lusa nas áreas dos atuais Estados de São Paulo e Paraná, de onde muitos grupos Kaingang teriam vindo. João Cezimbra Jacques afirmou que “Quando, há mais de cem anos passaram os índios Kaingang ou Coroados, o Rio Uruguai, para a terra Sul-Rio-Grandense, era um dos seus grandes capitães o notável cacique Nonoi.” (Jacques, [1912], In: 1957: 65).

Tal interpretação foi cristalizada na historiografia que de alguma forma trabalhou o tema, anteriormente à década de 1990. Estas interpretações, a nosso ver, foram elaboradas por meio de consultas a agentes da colonização que estiveram em contato com grupos Kaingang nas primeiras décadas do século XIX (Serrano apóia-se inteiramente em Mabilde), ou mesmo somente através de fontes históricas oficiais, podendo aquela condição observada estar relacionada a um momento específico de fuga à colonização lusa. Poderíamos pensar na transposição do rio Uruguai pelos “índios do cacique Nonohai” não como uma primeira ocupação, mas uma reocupação,

estabelecendo-se no território na medida em que as outras áreas, mais ao norte, estavam já sendo colonizadas através do povoamento dos campos paranaenses nas primeiras décadas do século XVIII por fazendas de criação.

Poderiam relacionar-se neste fenômeno das migrações a história própria dos grupos Jê e a história da conquista ocidental. Assim, preferimos entender estas hipóteses na perspectiva de ampla mobilidade indígena através do território, dividido entre vários grupos familiares, e ainda no contexto de conquista que forçava os indígenas, geralmente após combates, à fuga, podendo ainda esta não ser ocasionada diretamente pelos avanços da colonização, mas por dissidências internas motivadas por esta conjuntura.

A afirmação de que os grupos Guaianá ou Guananá seriam antepassados dos Kaingang, foi feita primeiramente por Carlos Teschauer S. J., segundo o qual, os denominados Kaingang do século XIX eram encontrados nas mesmas áreas nas quais se encontravam, nos séculos XVII e XVIII, os Guaianá (Teschauer, 1929: 346-347). As regiões de dispersão de grupos indígenas da nação Guananá⁸, nome referido por alguns autores e, em especial, por viajantes do século XVII para grupos ancestrais dos Kaingang, são basicamente as mesmas ocupadas pelos Kaingang modernos.

Para investigar a história da ocupação de grupos ancestrais dos chamados Kaingang no planalto sul-rio-grandense, é necessário harmonizar as informações coletadas por meio das perspectivas históricas, antropológicas e arqueológicas. Analisando esta sociedade, Schmitz (1975) afirma que:

A sua área cultural se estendia muito mais para o norte, ao menos até São Paulo, [...] são descendentes dos antigos Guaianá, embora hoje sejam denominados Kaingang. Mas suas raízes culturais estão nas casas subterrâneas, que cobrem o planalto desde o século II d. C. (Schmitz, 1975:13).

Baseando-se nos escritos de João Pedro Gay e Antonio Serrano, a professora Ítala Becker escreve:

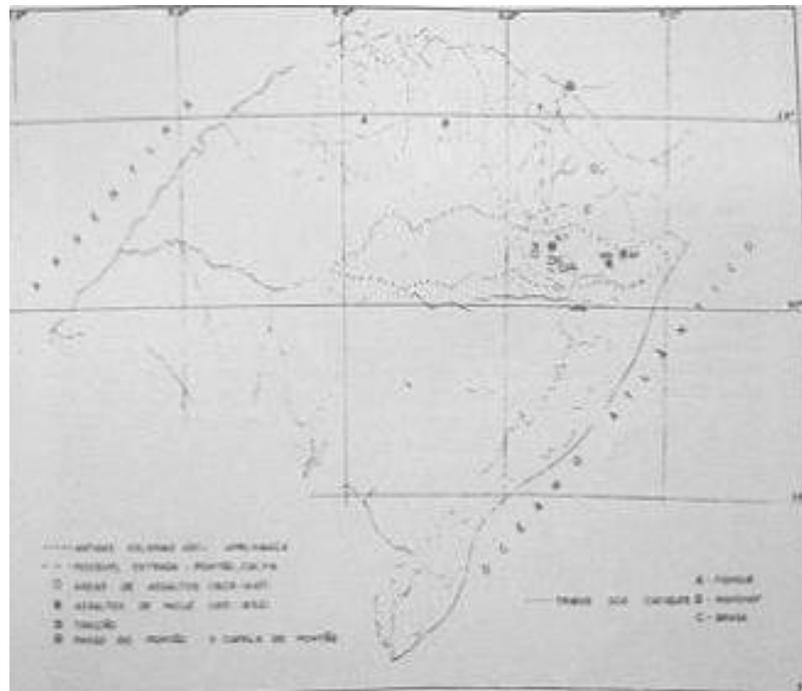
Os Kaingang dos séculos XVII e XVIII, que ainda vivem no Brasil Meridional designados sob diversos nomes como Socré ou Shoklêng, Kamé, Bugres ou ainda Coroados, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tem nos Guaianá (Jê Meridional), tomados em sentido amplo, os seus ancestrais diretos. A denominação de Guaianá se estendia a várias tribos de índios que tinham relações entre si e cujo gênio, costume e língua se diferenciavam do Guarani. Bastante numerosos, esses índios viviam nas bandas

⁸ Autores como o Cônego João Pedro Gay e Antonio Serrano utilizaram o termo Guaianá, referindo-se ao mesmo grupo, ou seja, este nome era empregado para designar diversos grupos habitantes do Brasil Meridional filiados ao tronco lingüístico Macro-Jê.

do Rio Paraná (proximidades do Grande Salto) até perto do Rio Uruguai, estendendo-se pelos rios Iguazu, Santo Antônio e outros. (Becker, 1995: 13).

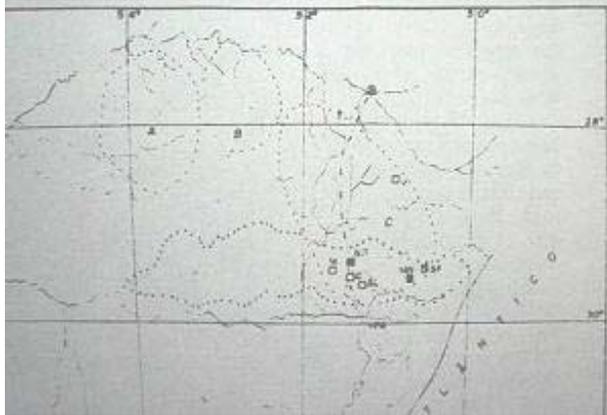
Assim, argumentamos que os registros arqueológicos evidenciam uma ocupação prolongada e criativa, e mesmo os registros históricos indicam a ocupação Kaingang desde o século XVIII. O engenheiro de estradas Mabilde, escreveu sobre sua visita a um cemitério de “coroados” no Mato Castelhana em 1836. Na clareira, abriu dois dos setes túmulos que ali estavam. Em 1850, ele voltou ao local, desta vez, acompanhado por Braga, que, indignado com a profanação, lhe explicou que naqueles túmulos foram enterrados cinco chefes, dentre eles o seu pai, morto em 1803 em um combate que expulsou definitivamente os Xokleng daquele território. Os dois outros túmulos estavam ocupados, um por 52 homens, e outro por 29 homens e 2 mulheres, mortos naquela ocasião, quando os Xokleng assaltaram suas terras. Além do pai de Braga, então cacique em 1803, os outros quatro mortos, segundo Braga, foram caciques que haviam morrido de morte natural, antes de seu pai ser cacique. (Mabilde, 1983:104-111).

Segundo Becker (1976), estas informações indicam que este grupo permaneceu no território do Mato Castelhana, pelo menos, desde o início do século XVIII. Assim, a autora correlaciona o “grupo de Braga” aos Guaianá descritos na mesma região no século XVIII.



Fonte: Becker, Itala. 1976.

Mapa produzido por Becker, no qual se localiza o território dos três caciques Fongue (A), Nonohay (B) e Braga (C).



Um detalhe do mesmo mapa acima.

Como limites geográficos do território considerado de domínio de vários grupos kaingang pela bibliografia consultada, têm-se ao norte o rio Uruguai, delimitando ao sudeste com a bacia do Caí, e a oeste com as últimas extensões do planalto, próximo ao rio Piratini. Segundo Becker, os territórios dominados pela sociedade Kaingang ocupam as regiões norte, noroeste e nordeste do Estado:

Confrontando mapas atuais e informações para as outras épocas, temos que os Guaianá descritos por Serrano, com as suas parcialidades, ocupavam uma área florestada do Alto Rio Uruguai tendo como limite extremo aproximativo para oeste o Rio Piratini, para leste as nascentes do Rio Uruguai (Rio Pelotas) e para o sul a Bacia do Caí. (ibid: 13-14).

Quanto à diversidade destes grupos, pesquisas recentes, trabalhando com dados arqueológicos, etnográficos, históricos e lingüísticos, concluem que, ainda que filiados a um tronco lingüístico formador comum, as populações que formavam o tronco lingüístico Macro-Jê no sul do Brasil caracterizavam-se por também por diferenças dialetais, culturais e sociais. Alguns grupos Jê eram, muitas vezes, rivais, mas mais por razões de controle do território do que por diferenças cosmológicas e culturais acentuadas (Noelli, 2000: 224).

Veiga correlaciona o mito de origem Kaingang com suas alianças dentro e fora dos grupos que compunham a sua sociedade, concluindo com o argumento de que os Kaingang do mito, que a autora relaciona aos Xokleng, mantiveram alianças de casamentos com uns grupos, e de escravização com outros, os chamados Kurutons, que Veiga relaciona a grupos Tupi da planície (Veiga, 1994:79-80), podendo ser estes também grupos de caçadores-coletores, já há muito instalados no planalto e adjacências.

Muito provavelmente, os Jê meridionais constituíam grupos relativamente independentes entre si, havendo vários dialetos dentro desta família lingüística, bem como especificidades culturais. Eram grupos horticultores ligados atualmente às chamadas “tradições” ceramistas locais. Noelli afirma a antigüidade da agricultura entre os Kaingang, ressaltando que antes do contato com ocidentais o número de pessoas numa aldeia destes grupos era maior do que aquele apresentado por contemporâneos e fontes documentais do século XIX. (Noelli, 1996: 17-21).

Sua organização social estava articulada em duas metades exogâmicas, cada uma com uma ou duas seções correspondentes. A relação entre as metades é complementar e assimétrica. (Crépeau, 2002:114). Bartolomeu Meliá argumenta que os Kaingang atuais identificam-se com a marca e o nome de sua pertença a uma das metades ou seções: tal identificação organizava-os social e politicamente (Meliá, 1985:175).

De São Paulo ao norte do Rio Grande do Sul, os grupos exibiam variações, mas, segundo alguns autores, seus padrões culturais apresentam-se mais semelhantes do que divergentes. Para o Rio Grande do Sul, os três ambientes ocupados por populações portadoras da “tradição” taquara, o planalto, a encosta da serra e o litoral, apresentaram o mesmo tipo de produção cerâmica, ainda que para usos diferentes, ou seja, a mesma técnica para produzir formas diversas. Na encosta da Serra do Mar e no litoral, a proximidade entre sítios tupi-guarani e taquara, relacionados pela bibliografia especializada aos antepassados das sociedades Guarani e Kaingang históricas, respectivamente, produziu um material cerâmico Jê associado a técnicas ceramistas tupi-guarani. Também, o padrão de assentamentos varia sensivelmente, entre os sítios estáveis e os sazonais. (Schmitz, 1991; Rogge, 2004).

Nos vales dos rios Jacuí, Taquari e Rio dos Sinos, e no litoral norte do atual Rio Grande do Sul, e principalmente no litoral dos atuais Santa Catarina e Paraná, houve contatos entre grupos Guarani e grupos denominados *taquara* (ou Proto-Jê) percebidos principalmente por sua tradição de produção cerâmica ⁸.

As pesquisas nos sítios da encosta da Serra do Mar indicam que até por volta do ano 1000 antes do presente⁹, no início da ocupação guarani, os sítios da população jê eram predominantes; séculos mais tarde, a ocupação guarani nos vales florestados ao longo dos

⁸ Muitos arqueólogos se utilizam dos registros de cronistas e da etnografia para relacionar os registros arqueológicos da tradição Taquara aos Caaguá, Guaianá, e estes aos Kaingang ou Coroados. Ver principalmente Francisco Noelli (2000).

⁹ A expressão “antes do presente” é uma convenção da Arqueologia, sendo considerado como “presente” o ano de 1950.

grandes rios tornou-se evidente. Também as margens florestadas do rio Uruguai eram compartilhadas ou ocupadas em épocas distintas com outros grupos como os Guarani.

As “intrusões” guarani, através da introdução de outras técnicas de produção, tais como a ceramista e também diversos cultivos e manejos ambientes, poderiam ocorrer através da troca ou do aprisionamento de mulheres e crianças, neste caso como presas de ataque; mas também através de trocas amistosas formando redes comerciais em pontos específicos, nas fronteiras entre os territórios. Estes pontos seriam mais tarde usados para os contatos com europeus.

Pedro Schmitz (1990; 2004) argumenta que, se na encosta e no litoral os sítios da “tradição” *taquara* apresentam contatos marcados com guarani, o mesmo não ocorre nas terras altas, considerando-as o centro do território, ponto de referência e local de moradia. Kimie Tommasino (1995) afirma que os Kaingang constantemente excursionavam pelo território, obedecendo à oferta de recursos em cada estação do ano; no entanto, estes grupos possuíam um toldo ao qual sempre retornavam, onde mantinham suas roças, no entorno da aldeia.

Assim, afirma-se que o território Kaingang ou relativo aos portadores da “tradição” *taquara*, por excelência, correspondia às terras altas dos planaltos do Brasil Meridional, acima dos 500 ou 600 metros de altitude, onde são encontradas aldeias de até 68 casas subterrâneas. Este seria, portanto, o centro do território, composto de campos ondulados e florestas e capões de araucárias e outras árvores frutíferas, e dividido por vários grupos Kaingang locais, onde não haveria ocorrido contato permanente entre grupos diferentes. As aldeias eram preferencialmente construídas em terrenos com declive, junto a capões de araucárias, junto a pequenos riachos ou fontes, onde mantinham suas roças.

As pesquisas arqueológicas no planalto meridional referem à construção de casas subterrâneas e a presença de vestígios de cultura material que datam do século IV da era cristã. Segundo pesquisas recentes, (Tommasino, 2000; Schmitz, 2004) a construção de casas subterrâneas significava efetivamente um domínio sobre o território, uma área conquistada por populações relacionadas arqueologicamente aos Jê.

É ainda relevante informar que pesquisas arqueológicas realizadas em Vacaria, em aldeias de casas subterrâneas, dataram três destas moradias para o século XIX, indicando que este padrão de ocupação foi utilizado por indígenas Kaingang neste período. Em outro sítio, as pesquisas observaram a constante reocupação das casas ao longo do tempo.

Em outro sítio (RS- 127, no município de Caxias do Sul, RS), anteriormente escavado, ocorreram datações para os séculos 5, 7, 9, 10, 12 e 14. Isso mostra que o grupo manteve um longo domínio sobre a região e que havia um princípio de sedentariedade: movendo-se na área, criava novas aldeias e reocupava as antigas. (Schmitz, 2004: 29).

O relato quinhentista de Gabriel Soares de Souza para os Guaianá habitantes entre Cananéia e Angra dos Reis escreve que estes indígenas não moravam em casas, mas em “covas pelo campo debaixo do chão”. (Souza, [1587], 1879: 90). Estes tapuias tinham suas povoações afastadas no sertão e deslocavam-se à costa para pescar e mariscar. Ainda que este relato não represente categoricamente um grupo ancestral do Kaingang, o grupo mencionado encontrava-se habitando o sertão, nas terras altas, e pôde ser identificado como tapuia, distinguindo-se do Tupi-guarani.¹⁰

Novas perspectivas de análise desenvolvidas recentemente para o estudo de populações ameríndias sugerem que as fontes documentais e os registros de contemporâneos sejam avaliados sob novas abordagens. Assim, pesquisas arqueológicas em Vacaria constataram a reocupação, no século XIX, de duas casas subterrâneas construídas no século 12, sendo que os artefatos encontrados nas diferentes camadas de ocupação mostraram semelhanças entre si.

No mesmo sentido, mas numa relação direta com os Kaingang, o engenheiro agrimensor Maximiliano Beschoren, em seus registros sobre uma visita de trabalho à aldeia indígena de Nonohay, observa que:

Os índios do Aldeamento de Nonohai, como os demais, pertencem a grande tribo dos Coroados. [...]. As cabanas, em número de duas ou três, situavam-se sempre juntas e na orla dos capões. São as mais miseráveis que poderiam existir. As portas permitem um “rastejar para dentro”. A altura das cabanas não deixa parar de pé. (Beschoren, 1989: 43-4).

Considerando que o agrimensor não deve ter prestado atenção ao rebaixamento do piso, no centro da casa, podemos inferir que estes indígenas poderiam continuar a abrigar-se em casas subterrâneas ou semi-subterrâneas, como mostram os resultados das datações para um sítio em Vacaria pesquisado por Schmitz:

sugerindo que a estrutura aérea talvez cobrisse mais que a área escavada. Os abundantes materiais coletados sobre o solo ou e escavações, nos arredores das casas e do montículo,

¹⁰ Aurélio Porto dedicou-se a “conhecer as origens da ocupação aborígine da América do Sul”. O autor é responsável pela correlação entre estes tapuias com os ibianguaras ou bilreiros, e, ainda, com outras etnias Jê habitantes do planalto. Porto (1954 e s.d.).

testemunham que grande parte das atividades teria sido realizada a céu aberto ou debaixo de telheiros com piso não rebaixado. (Schmitz, 2004: 27).

Ainda sobre as moradias, há o relato da construção e habitação destas casas em tempos bem recentes, talvez em meados do século XIX. Sérgio Baptista coletou esta descrição de um informante de Nonohai, cujo tio-avô era morador de Tenente Portela (antiga Aldeia da Guarita):

Meu avô, tio da minha mãe, era de Tenente Portela. Ele viveu cento e poucos anos. Ele contava como se protegia: faziam uma cavação grande pra ser coberta. [...]. Ele chegou a ver, viver junto como os pais numa casa destas. É uma escavação redonda, e as coberta, ele mostrava, elas quase encostavam no chão pra não entrar o vento. Faziam uma valeta em roda pra água não entrar. Do fundo, sobe tipo uma escadinha, na parede, pra subir, volteadinha. Ali, tu saía pra fora. De noite, cobre com palha. No meio tem um tronco, tipo esteio, até uma alturinha pra fazer coberta. Aqui, é também feito fogo, dentro da casa. Só que e cima [...] tem tipo um chapeuzinho de capim. Quando faz fogo, tiram. A fumaça sobe. Quando chove, botam em cima. A folha de palmeira era a cama. (interlocutor Kaingang. In: Silva, op. cit.: 41).

Assim, os dados trazidos pela arqueologia (através das datações) e pela etnografia (através de informantes) comprovam a reocupação destas casas subterrâneas no planalto durante o século XIX. O interlocutor de Baptista diz, inclusive, que seu avô não somente teria habitado numa delas como também que seus pais a haviam construído. Acreditamos que dentre as descrições conhecidas, a coletada por Baptista seja a melhor e mais clara de uma estrutura subterrânea.

Cruzando dados arqueológicos, históricos, etnográficos e lingüísticos, Tommasino propõe que os Kaingang faziam suas aldeias fixas nas regiões de campo, e acampamentos ou abrigos provisórios nas florestas e margens dos rios onde caçavam e pescavam durante semanas ou meses. (Ibid: 198-9). Estudos arqueológicos recentes sugerem que nestes locais - as florestas e as margens de grandes rios piscosos ou no litoral - ocorreram contatos entre populações Kaingang e Tupi-guarani que redundaram numa convivência pacífica. Esta teria resultado do fato de que estes locais de passagem estarem dotados de muitos recursos alimentícios, implicando um convívio durante determinada época do ano. (Rogge, 2004: 158).

Tommasino afirma que os Kaingang possuíam um modo próprio de apropriação do meio físico, apresentando o que a autora define como uma concepção de território e de propriedade própria dos Kaingang:

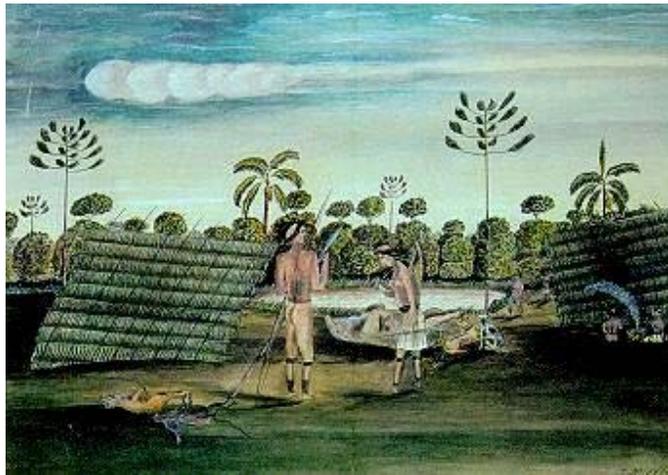
Enquanto um espaço de subsistência, a unidade territorial de uma sociedade Kaingang pode ser assim resumida: constitui-se de um espaço físico – composto por serras (Krin), campos (rê) e floresta (nén) – onde os grupos possam exercer suas atividades de caça, pesca, coleta e plantio de milho, abóbora, feijão e batata-doce. Este vasto território

constituía um espaço de contínuos deslocamentos dos grupos para desenvolverem suas atividades de subsistência material e reprodução social. [...]. A noção de propriedade comum do solo não implicava ausência de direitos precisos e definidos do indivíduo sobre o solo. (Tommasino, 2000:191).

A única exceção a este tipo de direito sobre o solo era constituída pelos pinheirais, que pertenciam exclusivamente ao grupo aldeado junto aos mesmos. Ainda, a autora argumenta que os grandes rios serviam de delimitações naturais entre os territórios dos grupos locais. Assim, temos que o território manejado pelos Kaingang era amplo e diversificado, sendo o seu local de moradia habitual o mais próximo possível às terras altas. Nas terras altas, os limites entre o território de cada aldeia eram sinalizados por marcas características nas cascas dos pinheiros (Silva, 2000; Veiga, 2000; Mabilde, 1983). Outra característica de tal manejo de diferentes áreas são os constantes deslocamentos em determinadas fases do ano. Assim, Schmitz comenta sobre os deslocamentos destes grupos:

As populações devem ter-se movimentado dentro do território que exploravam, [...] o território de nenhuma dessas culturas era exclusivamente rio-grandense. O grupo a que pertencem os Guaianá era predominantemente coletor e caçador, mas também fazia pequenas plantações de milho, feijões, amendoim e, em alguns lugares, de mandioca. Dominava as áreas altas de matas de pinheiros, [...]. (Schmitz, op.cit.: 12).

A circulação pelo entorno do território propriamente dito teria implicações para a sociabilidade e segurança destes grupos, sendo estes realizados por famílias, ou “grupos de parentesco”, sendo que uma parte do grupo sempre permanecia na aldeia, enquanto outra parte deslocava-se no território: “As visitas entre parentes dos diferentes grupos locais eram muito freqüentes...” (Tommasino, 2000: 204).



Fonte: João Henrique Elliot (1848). Desenho feito a partir de uma viagem de exploração pelos rios *Verde, Itararé, Paranapanema e seus afluentes, pelo Paraná, Ivahy e sertões adjacentes*. (1847).
A figura mostra um acampamento e registra a atividade de duas famílias que se encontravam caçando e coletando os recursos em um território que era controlado por grupos familiares em constante circulação.

Desta forma, podemos considerar que havia laços de parentesco ou aliança entre grupos habitantes do planalto meridional brasileiro, que eram constantemente fortalecidos através de peregrinações por rotas bastante antigas. Tal comportamento é expresso no modo como se organiza a sociedade Kaingang: a estrutura básica era a família; cada família tinha um chefe; cada aldeia continha uma família extensa e estas eram subordinadas a um cacique principal [*Pay Bang*]¹¹, que controlava vasto território, através da ocupação de vários outros grupos locais, compostos, sobretudo, por sua parentela.

As relações entre caciques principais podiam ser de amizade, distanciamento ou rivalidade e guerra. Assim também, os caciques subordinados não prestavam contas da administração de seu território específico ao *Pay Bang*, podendo inclusive retirar-se de sua proteção (Veiga, 2000:83, 125). No entanto, esta situação de rivalidade entre os chefes Kaingang foi realmente deflagrada com a conquista ocidental, quando um novo impasse para o estabelecimento de alianças entre estes grupos Jê foi criado: a aliança com os brancos geralmente significou uma cisão no grupo, e, se não isto, muitas vezes apenas alguns membros do grupo aldeavam-se juntamente com seus caciques, ficando parte do grupo em seu toldo de moradia.

¹¹ As expressões *Pay Bang* e *Pay* são relacionadas pela etnografia da catequese como palavras Kaingang que significariam grande chefe e chefe, respectivamente. Veiga (1994), Tommasino (1995), Baldus (1947) e Laroque (2000)). Na documentação da catequese, aparece, além de *Pay Bang*, também a expressão *Paibeni*.

Esta sociedade era formada por famílias entrelaçadas, cada qual com seu chefe e moradias específicos. Estes grupos, assim, detinham um território exclusivo para moradia e roças, mas estavam ligadas a outros vizinhos e subordinadas a um cacique principal. Conforme informa Mabilde, “os coroados são divididos em pequenas tribos constituídas por famílias entrelaçadas e parentes chegados. Cada uma destas tribos tem o seu chefe. E estas tribos estão sujeitas a uma autoridade superior de quem dependem que é o cacique principal [...]” (Mabilde, 1983:165).

Estas alianças entre os grupos locais permitir-lhes-iam, assim, o domínio sobre um amplo território ocupado, do que dependiam, conforme o seu modo de exploração dos recursos do meio-ambiente, caracterizado pela mobilidade na ocupação e exploração dentro e fora de seu território. Estas informações confirmam a importância das relações e regras sociais entre os vários grupos que compunham um determinado território, visando à manutenção de um amplo território.

Acreditamos que as dissidências ocorridas entre grupos locais vizinhos, transformaram-se e passaram a ser motivadas pelas alianças ou rivalidades com os novos moradores. No entanto, a possibilidade de um grupo não aceitar as proposições dos outros, recai também nos fundamentos desta sociedade que previam que cada grupo familiar era autônomo. Uma vez em choque com outros, os dissidentes migravam e poderiam juntar-se a outro grupo e a um outro chefe principal, ou ainda manter-se independente, lidando assim com os outros grupos. Assim, apesar de, como escreveu Clastres sobre as sociedades nativas do continente americano, estas terem “*permitido que la guerra ocupe un lugar central en la vida política y ritual del cuerpo social, en una palabra, han acordado el reconocimiento social a esta forma original, casi asocial, que es la guerra*” (Clastres, 1981:223), a consecução da guerra intratribal era regulada pelas regras sociais dos Kaingang, como regras de moradia e utilização dos territórios.

Neste sentido, procuramos ressaltar brevemente a importância das relações sociais entre os Kaingang, que objetivavam a manutenção de um território amplo e definido. Assim, Veiga (2000) e Souza (1998) argumentam sobre as boas relações que as próprias regras sociais entre os Kaingang previam como forma de subsistir e proteger um grande território frente a outros inimigos, como os Xokleng e/ou Guarani, por exemplo. A concepção de território entre estes grupos Jê meridionais tem sido discutida em Tommasino (2002) e Veiga (2000) sob a noção de uma concepção própria de território e territorialidade entre os Kaingang. Estas autoras têm chamado a atenção sobre a noção bastante clara e específica dos direitos de propriedade sobre as terras ou seus recursos que estas sociedades possuíam. Afirmam, neste sentido, que os Kaingang

possuíam uma moradia fixa, aldeia ou toldo e que mantinham o policiamento de vasto território através de deslocamentos constantes dentro do mesmo.

Com base em tais argumentos, acreditamos que as populações Jê meridionais habitaram durante longo tempo o planalto meridional do Brasil e, em específico, o planalto do Rio Grande do Sul. Estas populações sofreram, ao longo deste período, processos diversos no que diz respeito à ocupação deste território, como a conquista a populações preexistentes, formas de exploração e manutenção do mesmo, e ainda, a expansão de seus domínios. Não entendemos que estas populações Jê fossem homogêneas nem que estiveram estagnadas dentro desta área, mas reconhecemos um longo domínio destas no planalto sulino e o desenvolvimento de regras sociais relativas ao uso e exploração do território, baseados na manutenção de um local de moradia fixo, e o uso da área adjacente de modo extensivo.

Assim, parece correto afirmar que um território específico Kaingang restringia-se ao planalto ou a Serra Geral, enquanto que a ocupação de outros ambientes poderia traduzir-se por práticas de exploração dos territórios adjacentes, onde conviviam com outros grupos também em deslocamento. Desta forma, podemos dizer que os grupos Kaingang formavam populações horticultoras, numa relativa sedentariedade, e que consideravam o território por eles habitado como propriedade sua.

Tommasino afirma que após o contato, os Kaingang nunca abandonaram seus territórios, nem mesmo seu padrão de deslocamentos por áreas adjacentes, configurando uma situação de resistência à invasão de seus territórios. (ibid: 217). Como primeira consequência da ocupação, ainda que esporádica, de terras ou de portos marítimos, nos últimos anos do século XVI, houve a perda do rico ambiente litorâneo, cada vez mais acessado e ocupado por ocidentais. Podemos imaginar que isto repercutiu fortemente nas relações daqueles grupos que ocupavam o ambiente litorâneo, seja através de migrações estacionais ou de forma mais sedentária ou permanente. A perda desta área pode ter ocasionado disputas mais intensas pelos locais ainda não frequentados por embarcações e expedições terrestres européias. É provável que as disputas pelos territórios tenham se acirrado num grau elevadíssimo em decorrência da conquista. Com a colonização ibérica, os indígenas que habitavam o território do atual Rio Grande do Sul e adjacências, viram-se acudados pela ocupação do litoral e do baixo curso dos rios Uruguai e Paraná. Esta conjuntura deve ter intensificado as lutas entre as nações indígenas.

Considerando rearticulações e mudanças como processos inerentes a todas as sociedades

que se desenvolvem ao longo do tempo, é lícito afirmar que, após a conquista ocidental e às vicissitudes pelas quais passaram os Kaingang, a ressignificação de valores e pautas culturais foi a melhor alternativa face à violência da colonização.

2.3 Bandeirantes e missionários: os primeiros contatos com os grupos Jê do planalto meridional

A região do planalto sulino parece haver sido ocupada há muito tempo e continuamente por grupos de caçadores-coletores interessados em seus



Mapa *Continente de Viamão ou Del Rei*, de 1751. Fonte: Silva (1968)

abundantes frutos e caça. A ocupação por europeus e luso-brasileiros parece ter ocorrido primeiramente orientada para objetivos de reconhecimento e da redução de indígenas através de missões de cristianização. A ocupação portuguesa na região do planalto meridional ocorreu devido ao comércio de tropas de gados, e a conseqüente instalação de invernadas em certos pontos dos caminhos. Ainda nas primeiras décadas do século XVIII, as vacarias dos jesuítas e dos núcleos espanhóis no Rio da Prata despertaram os interesses da economia agroexportadora do sudeste do Brasil na região.

Além da atuação de missionários vinculados ao colégio de Assunção, no Paraguai, a historiografia vem apontando também a atuação de missionários do Colégio de São Paulo junto a grupos indígenas que ocupavam a região do atual estado do Rio Grande do Sul, que foi designada pelos espanhóis do Paraguai em três províncias: Tape, Uruguay e Ibiaçá ou Ibiá¹².

Além destes contatos, são também reconhecidas expedições portuguesas de reconhecimento e comércio que adentravam o território subindo o Jacuí para comerciar com guaranis. Durante o século XVI, os contatos parecem ter se restringido ao comércio de mantimentos, produtos nativos e escravos em troca de ferramentas e miçangas.

Os contatos também se deram através das visitas de missionários que partiram tanto do Paraguai quanto de São Paulo juntamente com as expedições (Franzen, 1994) que se caracterizavam por contar com indígenas servindo de guias e línguas. O conhecimento pré-existente dos missionários sobre os povos Jê meridionais, sejam relativos às denominações utilizadas ou à sua “índole”, eram geralmente adquiridos através dos Guarani ou Tapes.

É aí, no Alto Uruguai, ou mesmo em região catarinense, que os vai encontrar o padre Manuel de Ortéga, mandado por Anchieta á catequese do gentio. Entrou ele em 1589 em contato com essa grande nação. E constatou que os ibirayaras tinham certos conhecimentos da religião, havendo alguns recebido já o batismo em época antiga, que era impossível determinar. Inimigos dos espanhóis, talvez pelo contínuo comércio com os vicentistas, não permitiram os ibirayaras que aqueles penetrassem em suas terras, mas Ortéga, que "conhecia á maravilha o idioma que falavam", diverso do guarani, quando a peste, em 1589, invadiu o país, dirigiu-se a eles, conseguindo batizar 2.800, atacados pela epidemia. Outros solicitaram-lhe que se estabelecesse em suas terras, para lhes ensinar a doutrina cristã, dizendo-lhe que já haviam construído templos e feito cruces. (Nota 16: Nicolas del Techo - Hist. de la Provincia del Paraguay. Etc. I, 165, apud: Porto, op. cit.: 23).

Segundo Regina Gadelha, o povoamento das vilas de Ontiveros Villa Rica do Espírito Santo e Ciudad Real del Guairá, fundadas na década de 1550 no noroeste do atual Paraná, motivou-se principalmente pelas atividades em núcleos de exploração, como a mina de ferro do Tambo, nas proximidades do rio Cano, afluente do Pequiri. Também se deveu à política expansionista de Assunção, com o objetivo de, através do Guairá, alcançar um porto no litoral.

trabalhando nos roçados espanhóis, nos ervais de Maracayú (povoado indígena) e nas atividades mineradoras da mina de ferro do Tambo, serviram desde cedo como índios encomendados, pagadores de “mita” a esses senhores e “cunhados” espanhóis. (Gadelha, 1981:80).

¹² Mais adiante serão explicitados os significados desta designação. Ver Porto, A. *História das Missões orientais do Uruguai*, p.21-46; Silva, Riograndino Costa e. *Notas à margem da História do Rio Grande do sul*. p. 12-15.

O governo de Assunção fez acordos com os caciques Guarani para repartir os índios em “encomiendas” sendo que as reduções do Guairá foram fundadas para conter os índios e acostumá-los ao acordo estabelecido. A catequese foi iniciada com cinco padres, em 1610, nas aldeias de índios encomendados e que deram origem a Santo Inácio Mini e a Nossa Senhora de Loreto, próximas aos rios Paranapanema e Tibagi, respectivamente. (ibid.: 83).

A partir do século XVII, os interesses no aprisionamento de índios fizeram com que muitas expedições bandeirantes atravessassem os territórios ao sul e oeste de São Paulo, provocando o extermínio de muitas aldeias, a fuga de outras e ainda as rearticulações entre as populações que habitavam estes territórios, no sentido de protegerem-se destes ataques. As reduções do Guairá foram esvaziadas em 1631, tendo cerca de 12.000 Guarani se retirado pelos rios Paranapanema e Paraná para o sul do Rio Uruguai. Milhares foram aprisionados e escravizados pela economia do sudeste. Muitos outros emigram para o poente através do rio Paraná para terras paraguaias e mato-grossenses, tendo estes, mais tarde, voltado a migrar em direção ao mar. No contexto da fuga Guarani, as populações Jê que resistiram à redução nesta região encontraram oportunidade para expandir seus domínios.

Neste momento, podemos dizer que alguns grupos de paulistas, mamelucos ou mesmo índios tupi, estabeleceram-se nos entrepostos bandeirantes e constituíram ocupações transitórias em campos e florestas. (Alencastro, 2000:64). Estes grupos estavam, ainda que completamente envolvidos na economia paulista, também e, de modo complementar, atuando junto com comunidades indígenas da região, utilizando-se de seus conhecimentos, inserindo-se em suas relações sociais. Podemos dizer que estes contatos produziram-se através de relações bastante conflituosas.

Este primeiro período de ocupação por “brasileiros” na região norte do Estado é ainda bastante nebuloso, e poderia ser traduzido por poucos pontos avançados a partir de Vacaria e do Mato Português. Esta ocupação foi marcada tanto pelo saque às aldeias indígenas e aos gados, quanto por contatos comerciais através de trocas e alianças através da união de nacionais com índias, geralmente filhas de caciques. Estas alianças dependiam das circunstâncias, como uma guerra ou o poder que o indivíduo aceito no grupo dispunha, bem como da anuência de todos ou de parte dos chefes de família, sendo instáveis e dependentes de acordos firmados em

negociações constantes. (Monteiro: 1998:57-61). John Monteiro trabalha com documentos civis e eclesiásticos coloniais para tratar das áreas ao sul de São Paulo. Conforme o autor,

a violência tornava-se um instrumento cada vez mais importante na aquisição de cativos do sertão. Como no exemplo dos Kayapó meridionais, as relações de aliança e troca, mesmo fortalecidas pelos laços de parentesco entre colonizadores e índios, esfacelavam-se a ponto de reduzir os próprios aliados a cativos. (ibid.: 65-6).

Durante o século XVIII, esta população cresceu e continuou adotando os mesmos métodos de exploração do ambiente, mantendo relações de conflito ou aliança com os grupos indígenas vizinhos. Também havia o povoamento e exploração da região pelos indígenas que habitavam as Missões Jesuíticas ou os Sete Povos e suas estâncias e chácaras. Conforme o *Esboço da geografia econômica das Missões Orientais - 1637-1737*, organizado por Aurélio Porto (1954). Desde as primeiras décadas do século XVII, até a guerra que expulsou os índios missioneiros, entre 1753 a 1756, a região norte deste estado, até a área do Mato Castelhana esteve povoada por estâncias e ervais, bem como por guardas espalhadas pela área. Segundo aquele mapa econômico, vê-se que a região entre os rios Inhamoré e Passo Fundo no extremo norte do estado, esteve povoada pelos ervais do povo de Santo Ângelo, entre o primeiro e o rio da Várzea, e pelos ervais do povo de São Lourenço, entre este e o rio Passo Fundo. Logo depois do rio Passo Fundo, tinha lugar a Vacaria dos Pinhais.



Fonte: Porto, 1954, v. III

Com relação a esta ocupação remota, os historiadores locais preocupados com o povoamento do Planalto gaúcho, concordam que a região de Passo Fundo foi freqüentemente explorada por bandeiras e expedições a partir do limite do povoamento luso na região norte. Também concordam que se estabeleceram estâncias dos povos jesuíticos, e ainda algumas reduções de índios, como é o caso de Santa Tereza dos Pinhais (Porto, op. cit.:96). Esta área também foi reconhecida por apresentar excelentes atrativos econômicos "naturais", como a erva-mate e outras espécies, e ainda por ser local de concentração de gado introduzido nas Missões Jesuíticas do Paraguay. Desde então, Passo Fundo e arredores já constituíam locais de extração de erva-mate, de estação de gado e área de passagem entre a fronteira sul e a região de São Paulo. (Oliveira, 1990; Marcon, 1994; Ávila, 1989). Passando por Soledade¹³, Maximiliano Beschoren comentou:

¹³ "Nossa Senhora da Soledade está situada no alto de uma coxilha que domina toda a região. No mapa da Província, está representada como Coxilha de Soledade, estendendo-se de sul a oeste até norte-leste, formando a linha divisória entre o rio Jacuí e Taquari." (ibid.: 30).

O lugar é muito antigo. Mesmo que não existam vestígios das primeiras habitações, não há dúvida que, há mais de 150 anos houve uma instituição jesuítica. Todo o distrito, bem como os municípios de Passo Fundo e Cruz Alta pertenciam à comarca de São João Batista, a segunda maior das "Sete Missões", fundadas em 1698. A mais antiga povoação das Missões é São Nicolau, fundada no ano de 1527. (Beschoren, 1989:30).

Carlos Teschauer S. J. baseou-se em documentos da coleção Manuscritos Coleção D'Angelis e em mapas produzidos por missionários espanhóis e expedições espanholas e portuguesas. Nos mapas antigos da região do Paraguai, aparecem referências ao Rio Grande, que corre de norte a sul, ao rio Tebiquari, ao Jequi, Caí, Tramandaí, entre outros. Sobre o mapa "Paraquária", este autor escreveu que o "Rio Grande do Sul não figura neste mapa, tampouco nos outros mapas antigos, senão como parte integrante e inominada da província e governo do Paraguai, e desde 1617 do de Buenos Aires." (Teschauer, 1918:36).



Mapa *Paraquária*, século XVII. Fonte: Teschauer, 1918.

Ao investigar a origem e a dispersão dos indígenas no Estado, bem como seus contatos com europeus, Porto constata que as três províncias do Tape, do Uruguai e Ibiá eram assim divididas devido aos grupos aborígenes que habitavam cada uma delas. Porto comenta sobre a vasta região compreendida entre a bacia do rio Jacuí e o litoral, que formava a província do

Tape:

Entravam até o Tebiquarí, diz, mais tarde, o padre Roque Gonzalez, e iam resgatar com os índios panos, chapéus, etc. em troca de escravos que levavam em suas pequenas embarcações para S. Vicente [...]. Confinavam, dentro do atual território riograndense, tripartindo-o, as províncias abraçadas pelo rio Uruguai, cujos designativos, desde os primeiros passos da penetração espanhola, ornaram os títulos dos adelantados e dos governadores do Prata: - Uruguai, Tape e Ibiaça. Serviam essas denominações para assinalar regiões distintas, já perfeitamente delimitadas, quer por acidentes geográficos, quer pela existência de uma nação aborígine, **a Tape**, ... (ibid.: 21. Grifo meu).

Valendo-se dos mapas dos séculos XVII e XVIII¹⁴, bem como dos relatos de missionários que estiveram em contato com grupos Jê do planalto, como Díaz Taño, Teschauer procura identificar os grupos indígenas e definir seu território. Buscando a localização dos grupos que aparecem no dito mapa, Teschauer colocou os *Guaianá* na região, concluindo que os *Caaguá* dominavam o planalto campestre e nordestino do atual Rio Grande do Sul. (Teschauer, op. cit.:16-48). Para Teschauer, os *Guananá*, seriam também designados de *Ibirajara*, e estavam situados nas matas e campestres do Alto Uruguai, confrontando-se com os Tape, ocupantes da bacia do Jacuí. (idem: 19-28).

Estas designações, que classificavam os grupos Jê meridionais, são interessantes na medida em que revelam o tipo e o grau de conhecimento que os jesuítas mantiveram com estas populações. As diferenciações observadas por ocidentais provavelmente remetiam ao local de moradia dos grupos, bem como a alguma característica comportamental particular. Assim, é deste modo que procuramos as utilizar, não para marcar diferenças culturais significativas, mas como “notícias” específicas que remetem diretamente para a circunstância histórica em que os “cronistas” ocidentais e os Jê se encontraram. Vale considerar as particularidades observadas por estes europeus, geralmente designadas através da língua guarani, a fim de avaliar os próprios preconceitos e depreciações construídas pelos mesmos na relação com os “índios bravos”.

Mas, de fato, os diversos grupos Jê meridionais assim conhecidos, mantiveram atitudes diferenciadas frente aos jesuítas e às bandeiras paulistas, que se caracterizaram ora pelo isolamento, buscando refúgios devido aos ataques às aldeias, ora por alianças baseadas no comércio de produtos e escravos.

Parte do território destes grupos *caaguá* era uma importante base de operações do bandeirismo, pela sua ligação direta com o velho porto de Laguna e a Ilha de Santa Catarina.

¹⁴ Dentre os mapas analisados por Teschauer, destaca-se o primeiro mapa do Paraguai, com o título: *Paraguária, vulgo Paraguai, com arredores*, dedicado ao Reverendo Padre Vicente Carrafa, prepósito Geral da Companhia de Jesus (1646-49). (Teschauer, 1918).

Assim, segundo Porto, o grupo “*Tapuia-Gês*”, conforme referido pelo autor, ocupava a província de Ibiacá, onde o autor destaca três principais *nações* deste grupo “racial”: Ibirayara, Caaguá e Gualacho. Note-se que estes nomes têm origem na língua guarani, e ainda, que o referido autor os diferencia como *nações*, apesar de partilharem o mesmo *grupo racial*, conforme o entendimento do autor à época. (Porto, s.d.: 22). Este autor afirmou que documentos de origem espanhola estabeleciam essa “grande nação”-os ibirayaras - até o Rio da Várzea, afluente do Uruguai, constituindo esta zona uma fronteira respeitada pelos Tapes. (Nicolas del Techo - Hist. de la Provincia del Paraguay. Etc. I, 165. In: Porto s.d.: 23). Estes mesmos documentos analisados por Porto afirmam que os ibiayaras estavam em luta com os espanhóis e comerciavam produtos diversos com os portugueses, especialmente escravos.

Os Tapes, que lhes ficavam ao sul, vindo até Itapuã, lhes tinham horror porque os tomavam continuamente em presa, para vendê-los, como escravos, aos brancos que entravam a resgatar, em caravelões, pelo rio de São Pedro, até o Taquari. (Porto, op. cit.: 25).

Ao diferenciar o grupo Jê em três *nações* distintas, apenas por sua localização, Porto ainda subdividia estas *nações* em grupos ou *parcialidades*. Segundo Porto, a diversidade era expressa nos documentos espanhóis, que citam os de Ibia (ibianguaras), aqueles do caatime (junto do erval), os grupos do Caamone (junto ao mato), do Tayaçuapé (caminho do porco do mato), Pirayubi, Tebiquary, Cariroy e Guaybi-renda. Pode-se perceber que os espanhóis designavam os Jê meridionais com nomes em língua guarani, o que evidencia a situação histórica dos séculos XVI e XVII, quando os Guarani estavam em contato maior com os ocidentais. Apesar de considerar bastante interessante estas diferenciações, pensamos que estas designassem não *nações* ou grupos culturais, mas sim divisões comuns em qualquer *nação*, baseadas em localização específicas e mesmo em situações de acordo ou luta entre os grupos habitantes de um grande território – o planalto. Mas, segundo A. Porto, os *ibiayaras*, enquanto grande grupo ou *nação*

Eram todos muito amigos dos portugueses aos quais ajudavam na predação de outros índios, mantendo comércio constante com eles. Tiveram o auxílio desses índios as primeiras bandeiras paulistas que penetraram em território do RS, indo destruir as reduções aí fundadas pelos jesuítas. (ibid. 24).

Através do estudo de Porto, podemos afirmar que os primeiros contatos com as populações indígenas da região ocorreram através de expedições de reconhecimento ou mesmo comerciais. Lugares conhecidos como porto dos Patos, em Laguna, e a Província de Ibiacá

tornaram-se locais conhecidos por fazerem parte do trajeto das expedições comerciais e de apresamento já nos primeiros anos do século XVII.

Ao analisar a chamada província do Ibiaça, Porto procura conhecer sua localização e seu significado histórico, observando que “Por muitos anos conservaram não só os governadores de Buenos Aires e Paraguai, como mesmo os provinciais da Companhia de Jesus, esse predicamento.” (Porto, *idem*). Segundo o mesmo autor, o topônimo Ibiaça foi cunhado ou simplesmente utilizado por Cabeça de Vaca, significando a região de Laguna, mais precisamente a região entre Laguna e a bacia do Jacuí. Comentando sobre a confusão em torno do topônimo, Porto escreve:

É enorme a confusão existente em todas as fontes documentais referentes á província de Ibiaçá, que se deveria estender desde Laguna, Uruguai, Uruguai-pitã (Rio da Várzea), todo o curso do Jacuí até a Lagoa dos Patos (rio de São Pedro) e pelo litoral até o ponto de partida. A própria grafia do topônimo está registrada de dez formas diferentes [...] estas designações se referem a uma província, a um rio, a um porto, e a uma povoação de índios. Oscila, assinalando, nas cartas geográficas e nos documentos, ora um lugar, ora outro, [...]. Mas, essa confusão desaparece se tivermos em consideração que parece provir de duas palavras de origem diversa: Mbiaçá e Ibiaçá. A primeira, segundo o Dr. Theodoro Sampaio, é palavra tupi e significa porto. [...] Como designativo de província, porém, Ibiaçá tirava seu nome de Ibiá, região da bacia do Jacuí. Os padres Francisco Ximenes e Dias Taño, que foram os primeiros a assinalar essa região, escreviam sempre Ibiá e nunca Mbia e eram perfeitos conhecedores da origem da palavra. Com a mesma grafia Baptista Caetano registra o étimo "Ibiá, caminho do rio, que vai ter ao rio." E com sinalização diversa: "Ibia, terra erguida, barranco, barranca, ladeira, terra a pique." Esta última acepção foi a que adotou Teschauer, traduzindo o topônimo Ibiá, erradamente, parece-nos, [...]. (Porto, *op. cit.*: 23).

Segundo o mesmo autor, os grupos designados *Ibirayaras*

ocupavam a maior parte desse território, lindando com os carijós, ao norte, pelas alturas do Mampituba. [...]. Em documentos de origem espanhola vamos encontrar ainda essa grande nação até o Rio da Várzea, afluente do Uruguai, fronteira respeitada pelos Tapes e onde se chocavam com os ibirayaras em sangrentos combates. (*ibid*: 24).

Sobre as tentativas de catequização destes grupos, Porto afirma que:

Para catequizá-los, determinou o padre José de Anchieta que os irmãos Pero Corrêa e João de Souza entrassem em suas terras. [...]. Foi depois de transporem a fronteira existente entre carijós e ibirayaras que estes mataram os dois irmãos jesuítas. (*idem*).

Sobre os caaguás, Porto afirma que estes seriam os “últimos representantes do povo autóctone da região”, colocando-os ainda como o tronco originário dos depois chamados coroados.

Os tupis designavam-nos por Irayti-inhacame, que significa "cera na cabeça". São os *cerados* a que se referem os historiadores. Faziam largas coroas e cobriam-nas de cera. Tinham suas aldeias na Serra geral, onde hoje assenta o município de S. Francisco de Paula de Cima da Serra, lindando, assim, com a região de Ibia que abrangia a bacia do Cai e serras do município de Caxias. (Porto, op.cit.: 25).

O Pe. Antonio Ruiz de Montoya, ao escrever sobre índios *Gualacho*, afirmou que estavam entre os rios Piquiri e Iguazu, em decorrência de tentativas para reduzi-los. Na Carta Anua de julho de 1628, dirigida ao Provincial da Companhia de Jesus, o padre Montoya chamava a atenção para a estrutura política destes grupos, composta por grupos autônomos organizados em torno de caciques principais. O cronista português Simão de Vasconcelos refere as constantes guerras entre os grupos Carijó ou Guarani e os Guaianá, em decorrência do processo de migração de ocupação portuguesa. Segundo o autor, a partir das primeiras décadas do século XVII, predominaram os movimentos migratórios dos grupos guaianá em direção ao sul. (Vasconcelos, [1663] 1864:40).

Na década de 1620, foram fundadas outras onze reduções, sendo as de São Francisco Xavier em lugar denominado Pinheirais, São José e Encarnação no alto Tibagi e ainda Conceição, nas nascentes do rio Tibagi, e São Pedro, sendo as duas últimas estabelecidas na região dos índios Guanãnos, e constituída pelos mesmos. (Carta Anua de 1627 do Pe. Antonio Ruiz de Montoya, apud Gadelha, Regina, 1981: 87).

A partir do início do século XVII, as expedições bandeirantes que antes se restringiam às imediações do rio Tietê, passaram a percorrer distâncias maiores, atingindo o planalto sulino. (Monteiro, 1998: 58).

Na procura por trabalhadores indígenas, os colonos buscavam suprir-se, inicialmente, de duas maneiras: através do escambo ou da compra de cativos. Na primeira forma de recrutamento, os portugueses ofereciam ferramentas, espelhos e bugigangas aos chefes indígenas na expectativa de que estes orientassem mutirões para as lavouras européias. (Monteiro, op. cit.: 62).

Utilizando-se das rotas indígenas, paulistas e missionários entraram em contato com grupos interessados em estabelecer alianças, numa conjuntura de intensificação das expedições que penetravam nos sertões em busca de indígenas. Assim, as tentativas de redução junto a estes grupos e de outros que escapavam àquele contato ocorreram num ambiente bastante tenso. A conjuntura acabou por se traduzir na necessária reavaliação das alianças intratribais pré-existentes em face da guerra e das epidemias.

durante as primeiras décadas do século XVII, os paulistas concentraram suas atividades em duas regiões, que ficaram conhecidas como o sertão dos Patos e o sertão dos Carijós. O sertão dos Patos, localizado no interior do atual estado de Santa Catarina, era habitado por grupos guarani, identificados, entre outras, pelas denominações Carijó, Araxá e Patos. O sertão dos Carijós, por sua vez, abrangia terras além das margens do rio Paranapanema, igualmente habitadas sobretudo por grupos guarani, porém incluindo também diversos grupos não guarani. Esta imprecisa referência geográfica remetia-se, provavelmente, a Guairá, região circundada pelos rios Piquiri, Paraná, Paranapanema e Tibagi. (Monteiro, op. cit.: 61).

Monteiro afirma que, já no final da década de 1620, o caminho terrestre para o Guairá havia se tornado preferível à rota marítima que chegava até Laguna, onde havia no final do século anterior um modesto tráfico de escravos. Um parecer escrito pelo Pe. Ruiz Montoya e inserido num Memorial dirigido ao Rei da Espanha nos esclarece sobre como era estabelecido o suporte para as bandeiras paulistas:

Que la villa de San Pablo y otras circunvecinas hecen quatro o cinco compñias de quatrocientos y quiñientos hombres mosqueteros com quatro mily más indios flecheros, gente muy belicosa y bestial, [...] caminam por aquellas tierras, montes y valles sin ningun estorbo, trescientas y quatrocientas legoas, sin que jamás les falte la comida, porque saben cojer el tiempo em que los piñones estan sazonados y los parajes donde han hacer provision: saben las poblaciones de los gentiles, de cujas labranzas se sustentan y previnen para adelante. (Memorial de 1628 do Pe. Montoya ao Rei de Espanha, apud Cortesão, s.d.: 157).

A partir deste registro podemos constatar que havia vários grupos indígenas envolvidos nas bandeiras, tanto para garantir seu abastecimento, quanto para realizar os ataques às reduções que eram habitadas por tapes ou guaranis, inimigos dos grupos Jê. Estes acordos e alianças parecem estar baseados tanto nas pautas indígenas quanto nas exigências da economia do sudeste colonial.

A conjuntura marcada por rápidas transformações e os interesses conflitantes podem haver sido as causas dos ataques realizados por grupos denominados Kaiapó meridionais¹⁵ às expedições e às bandeiras de apresamento. Estes ataques corroboram a hipótese de resistência frente ao avanço bélico sobre seus territórios e sua fama de temíveis guerreiros. Tais ataques, entre 1608 e 1612, podem ser vistos como resultantes de um influxo nas relações amistosas entre Kaiapó e portugueses e mamelucos, talvez pela exacerbação da própria conjuntura que os uniu

¹⁵ Apesar de localizarem o sertão dos bilzeiros em “uma extensa faixa a noroeste da vila de São Paulo”, as cartas de missionários correlacionam os grupos denominados Ibirajara aos Kayapó meridionais (Monteiro, op. cit.: 43; 63).

em alianças.

A expedição de Nicolau Barreto, com a participação de mais de cem colonos, ao decessar o vale do Paranapanema em 1602-3, apresou cerca de 2 mil cativos tememinó. Quatro anos mais tarde, sob o comando do mameluco Belchior Dias Carneiro, outra expedição, apesar das hostilidades sofridas pelos ataques dos Kayapó meridional, que trucidaram diversos colonos, retornou ao povoado ostentando centenas de índios do chamado sertão dos Bilreiros. (Monteiro, op. cit.: 60- Nota 5).

Ao comentar as relações comerciais que se davam entre um grupo denominado Kayapó meridional e os paulistas, Monteiro informa que:

A desastrada trajetória de um grupo intermediário pode ser ilustrada como o caso dos Kayapó meridionais - denominados bilreiros na época -, grupo jê que ocupava uma extensa faixa territorial a noroeste da vila de São Paulo. No início, os paulistas não visavam os Kayapó enquanto cativos; de fato, como a prática demonstrou ao longo dos séculos XVII e XVIII, a captura dos mesmos era muito difícil. [...] a tomada de cativos forneceu a chave das relações luso-kayapó. De fato, diversas expedições que partiram nos anos iniciais do século XVII para o sertão dos Bilreiros trouxeram cativos não Kayapó, o que sugere a possibilidade de os cativos terem sido fornecidos pelos próprios Kayapó. (ibid.: 63).

Há poucos anos Prezia preocupou-se em discutir a origem das nações de índios Guaianá ou Guaianã no Brasil meridional, apontando a existência, em São Paulo, de dois povos Jê meridionais: um denominado Guaianá, que vivia na Serra do Mar e que era culturalmente ligado ao Puri; e outro grupo, os Guaianá do Sul que foram levados para São Paulo em meados do século XVII. O autor acredita que estes últimos seriam ancestrais dos Kaingang, corroborando a hipótese de que muitos grupos do sul de São Paulo foram para lá levados para o trabalho agrícola. (Prezia, 1998:155). Os caaguá – estudados por Teschauer e por Porto – foram também missionados por jesuítas espanhóis, tendo sido aprisionados por bandeirantes na década de 1630 e levados para Piratininga.

De "boa condição" e pacíficos, tornaram-se logo amigos dos padres, atendendo o convite do padre Cristóvão para irem se aldear nas reduções, o que não foi levado a efeito por não haver ainda esse ano comida suficiente nas povoações do Tape. [...] foram, em sua quase totalidade, reduzidos á escravidão e levados para Piratininga. (Porto, op. cit.: 24).

Na região do atual Rio Grande do Sul, foram estabelecidas reduções no início do século XVII (1626-1637) entre os rios Paraná e Uruguai, no oeste dos atuais Estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Os aldeamentos de *N. S. de la Candelaria*, e *Martyres del Caaró*, entre os rios Ijuí e Piratini, *Asunción*, ao norte do Ijuí Grande, *San Joanes*, na margem esquerda do Ijuí,

próximo a sua foz no rio Uruguai, *San Nicolás*, na margem sul do rio Piratini, próximo de sua foz no rio Uruguai, *Santa Teresa*, nas proximidades da cidade de Passo Fundo, *San Carlos del Caápi*, ao norte do Ijuí Grande e *Apóstoles de Caaçapá-Guazú*, entre os rios Ijuí Grande e Ijuí –Mirim, provavelmente foram também constituídos por indígenas da nação Guaianá, ou Guananá, como referido por Guilhermino Cesar. (Cesar, 1970:61-62).

Em 1637, as Missões Orientais foram saqueadas pelas bandeiras dos mamelucos paulistas. Com os sobreviventes, os padres retiraram-se para o oeste do rio Uruguai, deixando gado solto na chamada Vacaria del Mar:

Entretanto, não puderam resistir à compressão bandeirante e dos aliados indígenas, que tiveram como bases incipientes de operações não só daqueles redutos citados de Pirapopi e Jesus Maria de Botucaraí, mas, ainda, no Alto do Uruguai, Santa Tereza dos Pinhais, onde foi vigário o padre bandeirante Fernandes, perto de Passo Fundo; de um lado e outro do Uruguai, o importante e esconso reduto terrestre de Campo-Erê; o de Apiterebi, no rio do mesmo nome, com seu caráter fluvial, próximo à foz do Peperiguaçu, onde saíram os monçoeiros bandeirantes, que travaram a batalha indecisa de Mbororé [...]. (Freitas, op. cit.: 29).

Não obstante a desativação das Missões do Tape, a derrota bandeirante na batalha de M'bororé implicou numa queda no fornecimento de cativos guarani e na retomada da escravização das populações Guaianá face ao crescimento da economia do planalto paulista:

Assim, a expansão do povoamento, vinculada à busca de mão-de-obra, também reintroduziu os Guaianá e guarulhos nos plantéis paulistas. [...] com a queda do abastecimento de mão-de-obra guarani, o apresamento dos Guaianá e guarulhos surgia como solução temporária para a crise. As expedições de João Mendes Geraldo, Antonio Pedroso de Barros e Fernão Dias Pais, voltando ao antigo Guairá para capturar os Guaianá remanescentes, trouxeram em 1645, 1650 e 1661 muitos cativos. Já na década de 1650, no entanto, precisamente devido ao fluxo crescente de cativos guaianá, o número de homens ultrapassou pela primeira vez o de mulheres. [...]. (ibid.: 82-83).

John Monteiro afirma que o número de cativos Guaianá nunca foi muito expressivo e que a maioria dos prisioneiros deste grupo foram atacados pelas bandeiras, pois considera que: “A falta de descrições de aldeias guaianá igualmente leva a crer que os paulistas não freqüentavam muito os “alojamentos” dessas sociedades jê, capturando, sobretudo expedições de caça ou de guerra.” (idem).

É significativo que a partir da década de 1620 diversos grupos relacionados aos Jê meridionais buscaram aldear-se na região do Guairá. Segundo relatos feitos por alguns jesuítas, os contatos com estes grupos antes mesmo do fim do século XVI indicam que esta aceitação

dependia de diversos fatores. Houve muitas tentativas ao longo dos séculos XVII e XVIII de missionar estes grupos, mas parece que estes consentiam em aldear-se apenas em momentos críticos que os punham em perigo.

Francisco Schaden afirma que em 1630 houve a instalação de uma redução junto aos grupos Guaianá no Alto Uruguai, que, sob o nome de “Conceição”, teria abrigado cerca de 3.000 destes indígenas. (Schaden, 1963:74). Esta data corresponde ao aumento das investidas paulistas nas proximidades desta área, sendo possível pensar que os índios reuniram-se com o objetivo de proteger-se de seus inimigos.

No tocante à pacificação dos índios Kaingang do Rio Grande do Sul na época colonial, cumpre salientar como um dos fatos mais importantes o estabelecimento duma redução jesuítica no alto curso do Rio Uruguai. Ficava no território dos Guandaná e tinha o nome de Conceição. Diz-se existirem ainda, perto de Forquilha, as ruínas desse estabelecimento fundado em 1630, no qual, segundo os cronistas se teria aldeado um total de 3.000 índios. (Schaden, 1963: 74).

Ítala Becker assinala que “Forquilha, conforme Vocabulário Geográfico do estado do Rio Grande do Sul (1950: 53 e 37) é arroio afluente da margem direita do rio Conceição no município de Ijuí; nasce nas vizinhanças de Cruz Alta e segue para Ijuí” (Becker, 1995: 67).

Sobre as tentativas missionais junto aos ibirayaras, Aurélio Porto diz que foram todas infrutíferas, devido a pouca inclinação dos mesmos à fé cristã:

Singularizavam-se os ibirayaras pelas suas práticas de feitiçaria, segundo documentos espanhóis. Seus yeroquiয়ারas (dançadores) saíam pelas aldeias dançando e cantando versos improvisados em que os concitavam á guerra, ou prediziam as desgraças que deviam baixar sobre o povo. [...]. Desbatizavam os catecúmenos dos jesuítas, servindo-se, para isso, de processos idênticos aos que viam os padres pôr em prática para o batismo. (idem.: 25).

Porto transcreve um documento que relata uma insurreição contra os padres e que teria sido escrito logo após o assassinato do Pe. Cristóvão de Mendoza em Santa Lúcia do Piaí, na região da atual Caxias do Sul. É interessante destacar a imitação dos procedimentos dos padres pelos indígenas, como uma forma de repudiar os intentos missionários.

dieron en una traça infernal que fue **remedar y contrahacer todas las acciones de los Padres haciendo unas Iglesias donde se juntaban y tenían unos como pulpitos y baptisterio donde hacian sus razionamentos y baptizavam a su modo poniendo nombres a los baptizados**, y lo que predicaban todo era contra los Padres haciendo burla de lo que enseñaban, y predicaban atemorizando a los que se reducian y assistian en el

Pueblo y publicando que todos los Xpños auian de acabarse, y los Pueblos y Reducciones consumirse, [...] los itaquiceyas y los Ibitipós que son unas fantasmas fingidas que el vulgo y chusma imagina muy horrendas, quienes temen todos mucho [...] decian estaban já apercebidos para salir y destruir estos pueblos y Reducciones y acabar con los Xpños. (Nota 17= Relación de lo sucedido en las reducciones de la Sierra, etc - Biblioteca Nacional. Col. d'Angelis, I-29, 1, 55), apud Porto, op. cit. : 25. (Grifos meus).

Grande foi o número de prisioneiros levados pelos paulistas durante o século XVII, o que ocasionou não só o decréscimo populacional na região entre os rios Paraná e Iguassu como também uma reformulação das ações dos indígenas. Fugas e guerras passaram a se alternar com a procura pela segurança oferecida pelas reduções jesuíticas. As tentativas de organizar reduções entre os índios conhecidos como Caaguá ou Gualacho, assim, tinham mais êxito quando ocorriam os ataques das bandeiras paulistas, situação em que se viam forçados a fazer acordos com missionários:

Ganhou-os a bondade do p. Cristóvão de Mendoza. Tendo notícia dessa nação, cujas terras beiravam o Caminho do Rio pelo fatalmente deveriam passar os paulistas para invadirem as reduções do Tape, foi o padre combinar com os Iraitís a defesa de suas terras. Em 1635, alguns paulistas e tupis que baixaram pelo caminho haviam sido hostilizados e desbaratados por esses índios. Foi na volta do Caagua que os ibianguaras martirizaram o p. Cristóvão, em 26 de abril de 1635. (Porto, op. cit.: 22).

Principalmente após o fim da União Ibérica, as expedições militares e as entradas dos bandeirantes destruíram aldeias e levaram prisioneiros para a capitania de São Paulo, refletindo a busca pelo saque e a intenção de ocupar as terras. Sua passagem perturbava consideravelmente a circularidade destas sociedades, bem como suas relações sociais. Estas empresas destruíram muitas reduções e forçaram a retirada de milhares de indígenas para o outro lado dos rios Paraná e Uruguai. Além dos indígenas aldeados, alvo das bandeiras neste período, também outros grupos que não foram missionados sofreram os reflexos da conquista. Além dos constantes ataques bandeirantes entre 1628 e 1640, nas reduções do Guairá, houve também muitas epidemias¹⁶ durante o século XVII. (Monteiro, 1998:70-3).

Porto e Bigg-Witter afirmam que no período entre 1637 a 1682, o exército Tape fazia patrulhas constantes para vigiar o gado, o que evidencia que o território não havia sido completamente abandonado por estes grupos ou pela Coroa espanhola. Esta informação sugere que também reavaliemos a afirmação corrente de que devido à instalação das reduções jesuíticas,

¹⁶ Segundo Monteiro, a região do planalto meridional brasileiro foi acometida por epidemias nos anos de 1631, 1611, 1624, 1654, 1666, 1676, 1695 e 1700. (Monteiro, 1998:70-3).

teria ocorrido um grande despovoamento das florestas e campos (Noelli, 1996:17). De acordo com Noelli, mesmo estando reduzidos, os Guarani não deixaram de circular pelo seu território, uma vez que as próprias atribuições da missão os obrigavam a cuidar do gado e a trabalhar nos ervais.

Para muitos autores, a tese de que teria ocorrido um despovoamento de florestas e campos em decorrência da redução dos Guarani é considerada para explicar o crescimento da ocupação dos vales dos grandes rios e a encosta florestada do planalto por indígenas Kaingang. A expansão Kaingang a partir do século XVII acarretou freqüentes conflitos entre os Kaingang e os Guarani durante o período de redução nas missões do Guairá e do Tape, da Província jesuítica do Paraguay. Nas primeiras décadas do século XVIII, tanto os portugueses quanto o exército missionário estiveram em guerra com os Kaingang ou Guaianá, como referido na Carta Ânua de 1722.

Considerando a expansão Kaingang, Antonio Serrano e João Cezimbra Jacques, os grupos Kaingang teriam migrado para a região do Rio Grande do Sul entre meados do século XVIII e início do XIX, fugindo à colonização lusa, já efetiva nos sertões de São Paulo e Paraná (Jacques [1912], 1957: 65).

Alguns autores, tais como Becker (1995) e Jacques (1957) acreditam que grupos Kaingang voltaram a ocupar a região sudoeste do Paraná quando da transmigração dos sobreviventes dos ataques às reduções do Guairá para a outra margem do rio Paraná, nas primeiras décadas do século XVII. Baldus argumenta que “Os Kaingangs de Palmas asseguram que seu território atual entre os rios Iguassú e Uruguai, em cujo centro está a cidadezinha de Palmas, foi sempre a sua pátria.” (Baldus, 1937:30).

Há aí um debate entre a arqueologia e a produção historiográfica, já que muitos intelectuais do início do século XX, e mesmo historiadores contemporâneos, defendem que estes indígenas seriam migrantes: “As primeiras vítimas da apropriação de terras no planalto sulino foram os índios guaranis remanescentes das Missões Jesuíticas do Paraguai e os **migrantes** caingangues [...]” (Zarth, 1998:43 – grifo meu).

Apesar destas constatações difundidas por boa parte da matéria historiográfica, acreditamos que os grupos ancestrais dos Kaingang do século XIX eram provenientes do Planalto Central Brasileiro, tendo migrado para o Planalto Meridional desde o início da era cristã. A identificação de áreas de caça, coleta e pesca, além das trilhas, bem como toda uma estrutura

formada por cemitérios circundados por taipas de pedra, galerias subterrâneas, e ainda extensos “muros” feitos com terra evidenciam a utilização destes territórios por diversos grupos, podendo-se correlacioná-los com o modo de organização da exploração dos recursos ambientais que os grupos Kaingang forjaram: uso coletivo e sazonal dos mesmos.

Ainda sobre os efeitos das empresas bandeirantes no território do planalto meridional, podemos dizer que, além da transmigração de milhares de prisioneiros para servirem à economia do sudeste, elas promoveram o conhecimento destas áreas remotas e o seu inicial povoamento, como forma de garantir o acesso às riquezas da região bem como a comunicação com grupos indígenas. Assim, temos que a história destas sociedades indígenas e européias durante a conquista do Brasil Meridional foi bastante violenta e dinâmica.

Oliveira Vianna (1933) comenta que no século XVII a empresa bandeirante tinha dois objetivos: o primeiro era a exploração de riquezas dos sertões, e o segundo era o povoamento daquelas rotas pelas quais elas passavam. Assim,

Até 1632, as sucessivas invasões haviam destruído boa parte das aldeias guarani e virtualmente todas as reduções do Guairá. Os outros chefes da invasão do Guairá, assentando-se como os principais senhores de terras da região do planalto, também comandavam prodigiosos plantéis. Tal foi o caso dos irmãos André, Domingos e Baltasar Fernandes, cuja cota na partilha das presas formou a base das vilas de Parnaíba, Itu e Sorocaba, respectivamente. (Monteiro, op. cit.: 79).

Comentando o processo de ocupação de um desses núcleos populacionais originados pelos movimentos bandeirantes, Ney d'Ávila destaca a miscigenação e a introdução de um novo modo de explorar o ambiente. Grupos de indígenas Guarani e de Kaingang podem ter sido atraídos para estes arraiais, cuja orientação econômica e social era bastante diversa daquela praticada nas aldeias. Tais estabelecimentos promoveram, com certeza, novos desdobramentos nas lutas entre os Guarani e os Kaingang:

Com o abandono do Sul pelas bandeiras paulistas, atraídas pelo ouro das Minas Gerais, a peonada das bandeiras, isto é, a força de trabalho dessas empresas itinerantes, constituída por mamelucos pobres e índios tupis, ficou entregue à própria sorte. Para sobreviver dedicou-se à faina da coirama, abate de gado chucro para retirada do couro, [...]. Esses coureiros do Planalto Médio eram também ervateiros. A erva-mate colhida nos ervais da região era preparada em carijos provisórios e vendida aos negociantes. O couro, o sebo e a erva eram mercadorias comercializadas tanto no mercado interno, como no externo, sendo o couro e o sebo exportados para a Europa e a erva-mate para Buenos Aires e Montevidéo. [...] Os mamelucos (resultado da mestiçagem de europeus e índias) e os índios tupis ainda no tempo das bandeiras haviam começado a se mestiçar com índias guaranis, tapes, Kaingáng e de outras parcialidades. A miscigenação consolidou-se no

período pós-bandeirante, ao longo do século XVIII, dando origem ao caboclo da parte norte do Rio Grande do Sul, o chamado gaúcho serrano. [...] teve uma origem mestiça, formou um grupo marginal, nômade, aliou habilidades e costumes europeus e indígenas. (Ávila, op.cit.: 35-6).

Em 1682, os jesuítas voltaram à banda oriental do Uruguai, com o objetivo de cuidar das vacarias e atingir os ervais, instalando as reduções que ficaram conhecidas como “Sete Povos”: São Borja, São Lourenço, São Miguel Arcanjo, São João Batista, São Nicolau, São Luis e Santo Ângelo. Como o gado passou a ser uma riqueza cada vez mais disputada dentro da própria jurisdição platense, a atitude dos jesuítas foi incrementar as estâncias jesuíticas, formando a Vacaria dos Pinhais, na primeira década do século XVIII. Esta, por se localizar distante do alcance dos castelhanos, tornou-se bastante atrativa para os lagunistas. (Bigg-Witter, 1974:453).

Durante o século XVIII, os missionários continuaram tentando *reduzir* os grupos designados como *Guananás* ou *Guaianás*, com o aumento do interesse exploratório no planalto meridional. Apesar do esforço dos missionários e da aceitação da redução por alguns indígenas Guaianás, muitos outros permaneceram em luta com os Guarani missioneiros. A transcrição abaixo revela que apenas 53 indígenas foram ao povo de Corpus, o que pode significar uma ruptura no grupo numa situação de grande conflito “externo”.

A 25 de Agosto de 1730 salio el P. Joseph Pons en compañía del P. Pedro Villavieja para la conversión de los Guanañas. Las tierras desta nación [...] el Parana azia el iguassu, donde viven esparcidos por los montes en varias [parci]alidades: esta nación en los tiempos pasados ha sido mui numerosa, sin embargo aora por las frecuentes invasiones de los Portugueses, han quedado pocos, y estos tienen tanto horror a los Padres que ni aun quieren verlos. [...] para la reduccion destes gentiles, [...] y procurando com todo genero de cariño a domesticarlos: finalmente despues de aver gastado tres meses en esta expedicion N. Sr. Premió su zelo y trabajos con la conversión de 53 almas que trajo consigo al pueblo del Corpus donde aora se hallan mui gustosos y contentos y dan grandes esperanzas de ser mui buenos Christianos. (Cortesão, 1955:247).

As Ânuas consultadas também nos informam sobre como ocorriam os contatos entre missionários e indígenas e como estes negociavam e procediam para a sua redução. Segundo consta, o cacique se dirigia ao local determinado acompanhado de um pequeno grupo. Estes, muitas vezes, voltavam para suas aldeias, comprometendo-se a voltar, o que nem sempre ocorria.

Determinòse pues que el mismo Pe. Ximenes y el Pe. Lucas Rodriguez volviesen a fundar el pueblo como de hecho volvieron por el mês de Enero de 1734. Llegaron al puesto donde dio palabra el Cazique de los Guañanàs de esperar con los suyos y como no pareciese entraron los Yndios Christianos a buscarlos [...] sin poder descubrir indicio de ellos. (Ânuas do Paraguay. In: Lozano, 1955:173).

Parece correto afirmar que os contatos dos séculos XVII e XVIII se caracterizaram por alianças que se firmaram e se desfizeram, determinando uma série de conflitos que impuseram grandes dificuldades para o povoamento do planalto meridional¹⁷.

Ainda que, conforme afirmou Meliá, “O interior dos atuais estados do Paraná, Santa Catarina e o planalto riograndense continuaram sendo durante o século XVIII e inícios do século XIX, terra de índios” (Meliá, 1985:176), configurando um período de relativo controle sobre o seu território, estes grupos Jê vivenciaram de forma intensa a ação destruidora das expedições bandeirantes. A destruição das Missões Jesuíticas do Paraguai provocou a tomada de muitos indígenas missioneiros como prisioneiros, bem como a fuga para locais distantes e ainda a permanência de muitos grupos na região das reduções. Tal desorganização dos grupos Guarani teria ocasionada a expansão dos Kaingang em áreas menos elevadas do planalto e encosta.

As perturbações decorrentes do alastramento de epidemias e da depopulação, da destruição de aldeias e às conseqüentes migrações foram significativas para as populações indígenas, gerando transformações nas relações entre os mesmos, havendo a ocorrência de guerras pelo domínio de determinada região. Todos estes fatores parecem ter contribuído para a configuração das alianças firmadas por estes grupos com os colonizadores no século XIX. A análise desta nova configuração decorrente destas alianças, face ao contexto de conquista e ocupação do território Kaingang, será o tema do próximo capítulo.

¹⁷ O Relatório do presidente da Província, de 1832, comenta sobre o abandono da vila de Lages, em Santa Catarina, por causa dos “bugres que infestam aqueles sertões”.

3. Ocupação e colonização do Brasil Meridional

Nas últimas décadas, o processo de desterritorialização - ou expropriação¹- de grupos ameríndios - tem considerado tanto a violência da colonização ibérica quanto as rearticulações havidas naquelas sociedades que já ocupavam o território. As articulações destes processos têm revelado características “desconhecidas” desta história, ao prescindir de categorias etnocêntricas. No entanto, a ampla gama destes estudos não logrou até o momento desmistificar algumas noções construídas e naturalizadas a partir daquelas categorias de análise, insuficientes para entender a história dos contatos entre populações indígenas e colonizadores. Estas concepções estão profundamente arraigadas no discurso político-educacional e no imaginário coletivo, e mesmo, ainda, na academia.

Exemplos podem ser as concepções que discriminam e rotulam os índios com base em sua atuação na sociedade: para aqueles que lutam por suas terras, falam somente o seu idioma, e mantêm-se “fechados” à sociedade nacional, o rótulo é o da autenticidade étnica. Entretanto, para aqueles grupos indígenas que buscam garantir seus direitos, valendo-se das leis do país, visando garantir seus direitos tradicionais a certos territórios, falando o português e inteirando-se da política do país, o rótulo, ainda, permanece ligado à idéia de aculturação².

Esta opinião convencional generalizou-se fundada na hierarquia social da sociedade brasileira, naturalizada entre a população em geral, e, infelizmente, também entre a própria intelectualidade do país e do Estado. O exemplo, dicotômico, pode encaixar-se nas atuais relações de parte dos grupos aborígenes Mbyá-Guarani e Kaingang, respectivamente, com o poder público.

A razão da naturalização das ações indígenas frente ao estado liga-se intimamente ao próprio desenvolvimento da historiografia sul-americana, marcada pelo pressuposto de que as

¹ Entendemos desterritorialização como o processo pelo qual comunidades indígenas são expulsas de seus territórios (aldeia e zonas de caça e coleta); a expropriação é aqui entendida como a apropriação de terras dos aldeamentos destinados aos Kaingang pelo governo provincial. Não obstante, poderíamos muito bem entender este conceito de um modo mais amplo, ou seja, **expropriação** entendida como o próprio processo de ocupação e colonização destas áreas por ocidentais, que através de fazendas, estradas e guarnições militares invadiam o território destes grupos.

² Sobre a luta dos Kaingang na atualidade, Souza afirma que “*Sua alteridade cultural nativa manteve-se continuamente manifesta ao longo da história e, hoje, cada vez mais reconhecida, [...]. Entre eles, a afirmação étnica é desvelada, explícita, manifesta em meio a uma organização política que extrapola o nível local e é estabelecida ao estilo de confederação étnica fundada no dualismo clânico vigente entre as Terras Indígenas Kaingang, sendo suas lideranças articuladas com outras lideranças de grupos originários do Brasil e do exterior.*” (Souza, 1998:191).

sociedades aborígenes constituíam entidades estáticas e “puras”, arraigadas à conservação de suas tradições “imemorais”. Contrariando essa concepção e referindo-se ao processo de aldeamento no Rio de Janeiro e às transformações ocorridas, Almeida argumenta em relação às aldeias:

Elas constituíam, portanto, para retomar a expressão de Melià, o espaço de liberdade possível diante das ameaças do sertão, espaço esse que possibilitava também aos índios **reconstruir** suas histórias e identidades. [...]. Transformaram-se, portanto, mais do que foram transformados. Afinal, como têm demonstrado inúmeros estudos etno-históricos da atualidade, **as tradições e culturas indígenas** não são estáticas, mas **constroem-se e reconstroem-se continuamente em situações históricas definidas**. (Almeida, 2003: 136. Grifos meus).

No século XIX, os grupos que procuraram preservar-se do contato com os ocidentais, especialmente os grupos pequenos, eram considerados *selvagens* e *arredios*, sendo muitas vezes alegada a sua incapacidade de civilizar-se e viver em sociedade. Apegados às suas tradições, tais grupos resistiriam ao convívio com a sociedade ocidental a fim de preservar sua identidade, em oposição àqueles grupos que mantiveram contato com esta nova sociedade em formação, os quais não seriam mais índios, tendo-se aculturado.

No entanto, recentes estudos têm comprovado as intensas relações havidas entre ameríndios e ocidentais na construção desta mesma sociedade em formação, argumentando que os grupos indígenas lograram atuar, articulando novos interesses e realidades advindas com a ocupação militar de suas terras, com seus próprios interesses de sobrevivência ou de supremacia sobre grupos ou populações inimigas. (Boccaro, 2001:16).

Analisar a inserção das sociedades indígenas no contexto da colonização e seu aldeamento implica considerar as perspectivas e noções com as quais a sociedade ocidental do século XIX entendia os indígenas e a própria conquista. Por este motivo procuramos utilizar – e discutir – conceitos e termos relativos aos “índios” difundidos nesta sociedade em formação. Carneiro da Cunha argumenta que até a década de 1860, o debate em torno da “questão” indígena polarizou-se entre o cativo e o extermínio; o aldeamento e a brandura. O pressuposto da inferioridade indígena – aplicado neste caso aos índios bravos - autorizava a crença na sua incapacidade para a civilização, tornando aceitáveis seu cativo e extermínio em decorrência do processo de colonização de suas terras.

Tal pressuposto norteia as considerações de F. de Varnhagen (1867), considerado o pai da história no Brasil, traduzindo também o pensamento de parte da elite intelectual de sua época, ao

expressar um juízo sobre o futuro que a colonização traria, isto é, de que no espaço ocupado e civilizado, não havia lugar para os índios. (Cunha, 1992:3-6).

Durante o século XIX, a ideologia construída em torno dos povos que habitavam os “sertões” e “desertos” os considerava retardatários do progresso, estes “índios ferozes” seriam inaptos à civilização, o que justificaria seu extermínio:

el estudio de las sociedades indígenas integró un capítulo de la historia oficial que respondía a la reconstrucción de los hechos políticos, institucionales y militares en la cual los indios encarnaron el papel de enemigos y retardatarios de la “civilización” y del “progreso”. [...]. Se justificaba así ideológicamente el avance sobre las tierras indias al mismo tiempo que se encubrían motivaciones más profundas de orden económico y geopolítico: tierras para sostener el proyecto de una economía agroexportadora que integrara al país al sistema económico mundial [...]. Mandrini & Ortelli, 2003:62).

A colonização do território tido como “deserto” – pois ocupado apenas por populações nômades e não civilizadas – através de imigrantes europeus, teve um sentido civilizatório, ou seja, vinculava-se o progresso a uma determinada cultura de exploração das riquezas naturais. O conceito de “deserto” utilizado por nós é aquele expresso nos documentos oficiais do século XIX, onde o deserto é a antítese da civilização, um lugar “inculto”, “desabitado”, desprovido de cultura e de utilidade. Nos Estados do sul, de maneira significativa, os conceitos de “deserto” e “sertão” foram associados às matas ou campos entremeados por bosques, onde vivam “índios ferozes”. (Taunay, 1931: 103). O progresso via exploração capitalista, fazia-se necessário para civilizar estas áreas assim referidas.

Não obstante as recomendações do uso de meios brandos e persuasivos, como observado nos Apontamentos de José Bonifácio de 1823 e que fizeram parte do discurso oficial, a política indigenista seguiu do modo proposto para a colonização destas áreas. Com a descentralização do poder legislativo, a partir de 1834, as assembleias provinciais passaram a legislar sobre a questão de modo a incentivar e a defender os interesses locais.

A partir das guerras justas declaradas contra os “bolsões” resistentes na Bahia, Minas Gerais e no sul do Brasil, contra os Botocudos e seus vizinhos, a política deu vazão ao cativo e extermínio de muitos grupos, meios que oportunizaram e caracterizaram a ocupação dos planaltos do Paraná. Assim, podemos perceber que a colonização dos territórios indígenas do planalto meridional ocorreu sob os influxos da guerra, uma vez que aquilo que foi declarado pelas cartas régias de 1808 e 1809 continuou sendo exercido pelos colonizadores nas décadas seguintes,

noutros lugares. Assim, temos os rogos e denúncias feitas pelo Pe. Parés na tentativa de por em prática a catequese entre os Kaingang:

Sim, Exmo. Snr., encarando o deplorável estado desses meus Patrícios, primeiros senhores deste [...] ameno torrão da América, perseguidos a ponto de se acantonar por esses apertados desertos, só tendo abrigo dessas escarpadas serras, sempre hostilizados, e hostilizando, [...] aliás nossos maiores os iludiram, quando aproveitando-se de sua boa fé e ignorância começaram a assassiná-los, roubar seus filhos e escravizá-los, fatos estes, e outros que de alguma maneira não deixa de justificar seus bárbaros feitos, por quanto se vem as atrocidades que para com eles praticam os civilizados quando assaltam seus toldos. [...]. (Correspondência de 17 de junho de 1845 do Pe. Antonio de Almeida Leite Penteadado ao Conde de Caxias. Assuntos Religiosos (AR, 08, maço 16) Clero Católico- Paróquias – AHRS).

No século XIX, a conquista e a colonização dos territórios indígenas tornaram-se constantes e movidas pelo ávido interesse de conquistar espaços e de controlar riquezas. Sobre o século da conquista definitiva dos territórios indígenas, cabe lembrar que:

No período colonial, a questão indígena contava com um maior número de atores. Havia os diversos grupos indígenas com estratégias próprias, os colonos, os jesuítas e a coroa portuguesa, e, portanto projetos diferentes. [...] com Pombal, ela tentaria uma política de Estado relativamente autônoma. Mas no século XIX, esse século de senso prático, a destruição dos índios se deu sobretudo por processos mesquinhos e sem vozes dissonantes: o governo aderiria com poucas reservas aos projetos dos moradores; os religiosos [...] eram meros funcionários do Estado. (Cunha, 1992: 5).

Lúcio Mota (2004) também considera o século XIX como o da “conquista do espaço”, com ações bélicas de fazendeiros e agentes do governo em todos os territórios Kaingang. Nestas circunstâncias, o autor considera a ação dos Kaingang bastante audaciosa, através dos freqüentes ataques às fazendas e estradas. Constatando a prática corrente de negociações, o autor considera o aldeamento como o lugar por excelência de obtenção de vantagens. (Mota, 2004: 86-9).

Valemo-nos da bibliografia e da documentação relativa aos processos de ocupação do território indígena pela população luso-brasileira e estrangeira, apenas para focalizar o ritmo da ocupação e os interesses econômicos que a incentivaram. Neste sentido, entendemos o povoamento do planalto sulino como um processo que esteve orientado pelo o aumento do interesse e da exploração econômica na região, tendo se efetivado através de um sistema de ocupação baseado na violência, no aprisionamento de índios “selvagens” e no poder militar dos conquistadores.

Estudar a história do apossamento de terras na área em questão, considerando as comunidades indígenas presentes no processo também como protagonistas do mesmo, significa destacar sua fundamental importância no desenrolar do processo, determinando, muitas vezes, o próprio ritmo deste.

O sistema de doação de sesmarias, ainda vigente nas fronteiras do império nas primeiras décadas do século XIX, oportunizou que grandes extensões de terras fossem mais tarde legalizadas, confirmando a existência de grandes extensões de terras apropriadas por poucos fazendeiros e gerando o mercado do qual se alimentou a colonização estrangeira. A conquista do território Kaingang foi iniciada através de guerras e expedições punitivas aos “índios brabos”, sendo coroada pela Lei de Terras, que considerava as terras ocupadas por índios como devolutas, legitimando o processo de violência próprio à colonização. (Martins, 1975: 44-48).

O interesse na exploração dos gados e da erva-mate, recursos provenientes de ocupações anteriores, provocou embates e acordos diversos entre paulistas, paraguaios e sociedades indígenas desde o final do século XVII, provocando situações de contato, migrações e alterações na mobilidade indígena, marcadas pela tensão social. Entendemos que as relações de contato desenvolvidas neste processo conflituoso de ocupação do planalto sulino se caracterizam por serem relações conflituosas, mesmo naqueles momentos em que se travaram alianças, caracterizando um “equilíbrio assimétrico”, como o descreveu Souza (1998: 223).

Nos diferentes momentos da colonização européia no estado, estiveram em contato, e em diferenciadas conjunturas, diferentes grupos indígenas e europeus. Não é nossa intenção analisar o processo de ocupação européia no território do Rio Grande do Sul em toda a sua complexidade. Trata-se, em especial, de perceber as reações de repúdio e adaptação utilizadas pelas comunidades Kaingang neste processo de conquista de seus territórios.

Procuramos entender o processo de ocupação e colonização do planalto sulino durante o século XIX como um processo complexo no qual se envolveram interesses conflitantes. Grosseiramente, podemos dizer que, de um lado estavam os representantes dos interesses econômicos do Império do Brasil, ávidos por explorar as riquezas contidas neste território vinculando-o assim à economia do sudeste - a cafeicultura -, e do outro, estavam diversos grupos indígenas que se opunham a esta ocupação permanente de seu território. Visto de forma geral, o processo pode ser considerado altamente conflitivo, permeado de ataques de parte de ambos os

litigantes. No entanto, entendendo a categoria conflito³ de forma um tanto permeável, podemos afirmar que as ações e reações às diferentes circunstâncias não devem ser classificadas com base numa orientação maniqueísta ou substancialista. Os obstáculos que um e outro ofereciam parecem ter sido minimizados através de acordos conjunturais.

Considerando a colonização como um projeto civilizatório do território e de suas gentes, não podemos pensar, entretanto, que tal orientação atingiu plenamente seus objetivos em relação aos indígenas. Apesar de muitos grupos Kaingang haverem aceitado aldear-se e mesmo colaborar na ocupação e exploração do território, esta atitude não significou, necessariamente, a falta de resistência aos ataques ao grupo e ao território; muitos outros grupos – e mesmo os aldeados – permaneceram rebeldes e atacando os estabelecimentos luso-brasileiros.

Mesmo para os grupos aldeados, dos quais se tem maiores informações, não podemos considerar que a civilização européia atingiu seu objetivo com o aldeamento. Considerando a mudança cultural⁴ de forma articulada com as formas tradicionais, podemos encontrar nos documentos relativos aos aldeamentos informações que permitem afirmar que os aldeados mantiveram uma postura de luta por seus espaços essenciais, pois, mesmo confinados nos aldeamentos, percebemos que estes mantiveram suas costumeiras incursões pelo território, seus hábitos alimentares e sociais.

As relações de aliança geradas nestas circunstâncias apresentaram características diversas, sendo perceptíveis a tensão e a fluidez como características principais. No Rio Grande do Sul, a dramática experiência da ocupação dos campos de Guarapuava e de Palmas, no Paraná, ocasionou a tentativa de estabelecimento de acordos. No caso deste estudo, parece-nos que a atuação dos Kaingang frente à conquista, tanto foi a de resistência, em certas circunstâncias, quanto à de adaptação através de alianças⁵, principalmente a partir das primeiras décadas do século XIX, com a intensificação do povoamento.

³ Considerando o conflito uma das formas centrais de interação, G. Simmel afirma: “*Se toda interação de homens é uma sociação, o conflito deve ser certamente considerado uma sociação [pois] Visa a solucionar dualismos divergentes; é um meio de alcançar uma espécie de unidade, mesmo que seja através da aniquilação de algumas partes conflitantes.*” (Simmel, 1955: 13).

⁴ Sobre articulação entre mudança cultural e tradição, ver Almeida, (2003:34; 266).

⁵ Neste contexto, a aceitação do aldeamento, bem como a utilização de suas regras para a obtenção de vantagens cruciais, são ainda formas de resistência, conforme discussão feita por Celestino de Almeida (2003: 148) sobre os aldeamentos coloniais no Rio de Janeiro, e para a qual se utiliza dos conceitos de “índios aldeados” e de resistência adaptativa.

Podemos perceber que estas últimas ocorreram em momentos críticos sob diversas circunstâncias, sendo a resistência a mais comum e observada, conforme a maioria dos autores. Isto significa pensar num projeto político baseado na defesa de territórios, conforme Lúcio Mota assinalou. (Mota: 1994:5).

De modo esquemático, e, em certo grau, até arbitrário, podemos dividir as alianças travadas em dois tipos: aqueles acordos firmados com o governo, já numa situação de quase controle total sobre o território indígena, e aquelas relações de aliança travadas entre determinados Kaingang e fazendeiros instalados próximo a seus toldos. Podemos, assim, compreender que os motivos que levaram a uma ou à outra, distinguem-se, basicamente, naqueles motivados por interesses públicos ou gerais, e privados e pessoais.

No entanto, esta é apenas uma generalização a fim de analisar a política de alianças que os Kaingang desenvolveram quando da conquista. Como tal, estas categorizações não se exprimem, necessariamente, para todos os casos, ocorrendo muitas vezes uma concomitância de interesses e esforços. Também, há diferenças nas alianças realizadas com fazendeiros, importando as relações pessoais travadas.

Assim, os acordos com o governo da Província e com os missionários, e as atitudes colaboracionistas, nesta situação de forte conflito, seriam alternativas para conservar seus territórios ou postos de comando, onde e como poderiam exercer seu modo de vida pautado por referências sociais e culturais próprias. A aceitação do aldeamento pode assim também ser vista como uma forma de resistência, posto que, não precisavam, necessariamente, desfazer-se de seu modo de vida, como de fato não o fizeram. Aldeados, alguns caciques logravam obter poder e auxílios do governo, fortalecendo seu papel nas negociações e contatos com a frente de expansão⁶. As alianças estabelecidas com fazendeiros locais parecem ter tido outra natureza, nas quais os interesses indígenas estariam mais presentes.

Deve-se, contudo, considerar que a política imperial de povoamento praticada nas províncias do sul do Brasil retomava o antigo projeto do Conselho Ultramarino português de

⁶ “A noção de “frente”, acrescida à de “expansão”, indica claramente a característica dinâmica do fenômeno que se quer investigar. É a sociedade nacional, através de seus segmentos regionais, que se expande sobre áreas e regiões cujos únicos habitantes são as populações indígenas. Mas esse processo de expansão não é conduzido ao acaso. Interesses econômicos o conduzem, motivando as populações nele envolvidas.” (Oliveira, 1967:55-6).

“branqueamento” da sociedade, através do incentivo à instalação de colonos europeus na região⁷. A empresa colonizadora com imigrantes europeus no século XIX esteve ordenada por um projeto político e econômico bastante claro, sendo que este processo determinou, primeiramente, a perda dos territórios da encosta da Serra Geral e do Vale do Rio dos Sinos. (Roche, 1969:147). A colonização com imigrantes europeus através de empresas particulares, ou pelo governo, produziu as relações menos amistosas que a colonização produziu: partidas de colonos batendo as matas, alcançando toldos indígenas a fim de seu extermínio; de outra parte, as investidas indígenas às roças e casas dos colonos recém instalados. (Becker, 1976: 24).

Com base em tais pressupostos, pretendemos analisar a ocupação ocidental em territórios Kaingang, privilegiando as relações estabelecidas entre os grupos, o que significa dizer a inserção dos indígenas no processo de ocupação e de exploração das riquezas do meio.

Consideramos que os grupos Kaingang, longe de permanecerem estáticos em suas relações entre si e com a sociedade envolvente, mantiveram-se em constante luta para preservar suas vidas e seus territórios e, no limite, quando a ocupação torna-se acirrada pela imperiosa necessidade de exploração de recursos naturais, alinhando-se a economia regional e mesmo atlântica, os grupos ameríndios aliam-se a este processo na perspectiva de garantia de sobrevivência. Neste processo ocorreu a desterritorialização de muitos grupos, alimentando o acirramento de disputas intragrupos e extragrupos, de maneira marcadamente mais agressiva. Os contatos advindos da conquista a partir das Guerras justas aos Botocudos, conformaram reações e a própria cultura dos índios Kaingang do século XIX.

Considerando que este estudo se propõe a tratar das comunidades Kaingang, que se distribuem em todo o planalto meridional brasileiro e que, apesar disto possuíam sistemas de comunicação entre si, optamos por analisar, ainda que de forma assistemática, a colonização desde o Paraná.

⁷ “A questão racial estava subjacente aos projetos imigrantistas desde 1818, [...]. Desde então, a imigração passou a ser representada como um amplo processo civilizatório e forma mais racional de ocupação das terras devolutas.” (Seyferth, 2002: 118).

3.1 O interesse na ocupação dos campos do planalto meridional: Guerras “justas”, estradas e povoamento

O planalto meridional, como um todo, apresentava comunidades interligadas por laços de parentesco ou aliança e ainda, salvo algumas especificidades, recursos naturais semelhantes, que motivaram tipos de exploração também semelhantes. A conquista e colonização do Paraná e, em especial, de suas comunidades indígenas, foi já suficientemente analisada pelos estudos de Becker & Laroque (1999), Tommasino (1994; 2000) e Mota (1998; 2004). Becker argumenta que por sua localização geográfica, entre outros elementos característicos, o Paraná foi, desde cedo, “pólo de interesse colonizador, ligado aos distintos ciclos da economia brasileira”, gerando diferentes formas de colonização, esta alicerçada “no tripé mineração, agricultura e pecuária” (Becker, 1999:31). Em meados do século XVIII, com a exploração aurífera em Minas Gerais, as regiões sulinas passam a fornecer gado para o desenvolvimento desta economia.

Nesta conjuntura, a autora afirma que “os Kaingang mudam as suas atividades de mão-de-obra de mineração para a pecuária”. (ibidem: 29). Perceberemos que, se houve muitos ataques indígenas aos povoados e aos viajantes das estradas, também, desde muito cedo, estes indígenas procuraram aliar-se à conjuntura de exploração econômica do território. Entretanto, até o final do século XVIII certas regiões dos planaltos meridionais permaneceram à margem do avanço tanto por encontrarem-se afastadas dos núcleos e rotas de produção ocidental quanto por serem reconhecidamente habitadas por “hordas selvagens”.

O processo de conquista do planalto meridional iniciou-se nos primeiros anos do século XVIII, com as primeiras fazendas de engorda de gado nas imediações da vila de Castro, antigo pouso do Iapó. A partir de 1768, cresceu o interesse em invadir os “sertões” e reduzir os “índios bárbaros que infestavam” o Paraná, sendo enviadas 11 campanhas militares à região, as quais foram rechaçadas pelos Kaingang (Mota, 1994:110).

A colonização do planalto médio e do alto Uruguai intensificou-se na medida em que a produção econômica da Província de São Pedro do Sul articulava-se ao mercado interno, levando tropas de gado *vacum* e *muar* para o transporte e abastecimento da escravaria utilizada na

exploração agrícola da Província de São Paulo e mineira em Minas Gerais. Desenvolvida ainda em meados do século XVIII, esta articulação consolida-se durante o século XIX.

Representando um caminho mais curto e um barateamento do processo de transporte de gado do sul para o centro-oeste, realizou-se, entre 1728 e 1732, a abertura de um caminho que, partindo do litoral catarinense, atingia os campos de São Joaquim, Lages e Curitiba. Atravessando o planalto meridional, estas expedições e as futuras tropas de gado reconheceriam que estas regiões estavam dominadas por indígenas geralmente designadas por *selvagens* ou *tapuias*. Outras rotas foram, nestas circunstâncias, sendo abertas ou retilhadas, enquanto que as reduções espanholas paulatinamente ocupavam a região através de guardas guaraníticas e estâncias de gado.

Ao longo destes caminhos, foram-se constituindo guardas militares, as quais efetivamente possibilitariam a povoação de algumas destas zonas, geralmente nas bordas dos matos. A Vacaria dos Pinhais concentrava grande quantidade de gado nos campos de Cima da Serra, constituindo atrativo para novos moradores. Ainda na década de 1720, foram fundadas estâncias de criação e internada de gado, com elementos provenientes dos sertões da província de São Paulo. Estes estabelecimentos, assim como aqueles de Lages, foram formados pelo estímulo da economia pecuária, nas rotas de condução de gado para a economia do sudeste. Expedições de tropeiros e comerciantes de gado abriram estradas ligando o extremo sul ao sudeste, principalmente à praça comercial de Sorocaba.

A partir de meados do século XVIII, as tropas missioneiras e os tropeiros lusos disputavam a região e o acesso ao gado, sendo que já então existiam guardas nos pontos extremos dos dois domínios. Estas guardas estabeleceram-se nos locais que ficaram mais tarde conhecidos como Mato Castelhana e Mato Português. (Xavier e Oliveira, 1990: 67-8).

Ainda no fim do século XVIII, ocorreram diversos conflitos, pois os tropeiros, seguindo pelo antigo caminho até Sorocaba, atingiam os territórios Kaingang, do que resultavam diversas mortes e roubo de gado e mulas, além de outras mercadorias. Estes conflitos se intensificam em decorrência da maior vinculação da economia sulina com o mercado colonial, à medida que a abertura de novas estradas passava diretamente sobre as terras Kaingang, possibilitando, através das fortalezas militares, a ocupação destas áreas através da instalação de fazendas e internadas.

Os selvagens atacavam as comitivas, tropeiros e moradores não sendo por isso possível realizar-se certos trabalhos dentro das florestas de grande parte da Serra Geral e da

margem oriental do Uruguai. Um dos primeiros moradores da Costa do Rio Santa Maria do Mundo Novo, onde está situado o povoado de Santa Cristina, fora um Rangel, o qual deixou numerosos descendentes. Consta que esse primeiro habitante, dessas paragens, a fim de poder viver ali, trazia a cada fortificada e que até possuía um canhão de artilharia, de modo a garantir-se contra os ataques dos Coroados ou Bugres. (Jacques, [1912], 1957:63).

Um comunicado do capitão mór de Lages, Antonio Corrêa Pinto de Macêdo, a Lobo de Saldanha, em 1779, confirma que o povoamento dos Campos da Vacaria dos Pinhais foi caracterizado pelo abandono das fazendas ou pela sua defesa através de batidas organizadas a fim de encontrar os toldos indígenas, matar os resistentes, e levar os sobreviventes, em sua maioria mulheres e crianças, como presas de guerra. Também foram característicos deste período os ataques indígenas aos intrusos, que, em última instância, determinaram as ações dos brancos. Estes registros revelam, portanto, uma situação altamente conflitiva, que se dava através de ataques e batidas:

chegou-me a notícia de dar o Gentio nas Fazendas dos Fundos de Vaqueria, que se divide com esta, onde fizeram mortes e grande estrago; e com este temor se tem despovoado, e ajuntado um pequeno Corpo daqueles moradores, e dando neles mataram setenta e oito, e os que escaparam se reforçaram com maior número, e voltaram a darem em outras Fazendas, que já tinham despovoado, e com este movimento também os moradores deste Continente ficam bem aterrorizados, e os fico aplacando. (Macedo apud Duarte, 1945: 329-330).

O interesse na ocupação e povoamento desta região se expressava, além dos interesses estratégicos das duas coroas ibéricas, nos interesses particulares de moradores já instalados nos campos de Vacaria, bem como daqueles estabelecidos nos campos do Paraná. A estrada da Mata, também conhecida como “Caminho das Tropas” foi o eixo inicial da ocupação, a qual foi intensificada pelo comércio de rebanhos muares e bovinos do Rio Grande do Sul até as feiras de Sorocaba, atravessando os Campos Gerais. Esta estrada e o fluxo comercial que ela suportava consubstanciaram a ocupação e a exploração de toda a região ao sul, a oeste e ao norte dos Campos Gerais paranaenses, evidenciada pela procura de uma ligação entre o porto marítimo de Paranaguá e o Mato Grosso. Como locais de pouso e engorda de animais, primeiramente foram ocupados os campos para o pasto, a partir de 1810. As áreas a oeste e sudoeste dos Campos Gerais foram demandadas a partir de 1839 pelos fazendeiros estabelecidos em Guarapuava em 1810, tendo sido os campos distribuídos entre as duas expedições bem sucedidas que partiram de Guarapuava em 1839. O interesse nas terras além do rio Paraná evidenciou-se com a abertura de uma estrada entre Palmas e Corrientes, na Argentina, iniciada em 1857. A construção da estrada

que vinha de Vacaria – chamada estrada geral -, com destino à região das Missões e sua fronteira, significava um grande decréscimo do caminho, que, ainda assim, evitava as matas da Serra Geral. Muitos informes atestam a dificuldade de transitar pelos campos compreendidos entre o Mato Castelhana e o Mato Português, e mesmos nas florestas próximas ao rio Passo Fundo, devido aos constantes assaltos praticados pelos *bugres*. Estas circunstâncias devem ser também consideradas como prováveis causas para a ocupação tardia dos campos a leste da Vila de Cruz Alta. (Silveira: 1990:83).

Com o conhecimento já adquirido por expedições anteriores, sabia-se que as matas da Serra Geral e aquelas do Vale do rio Uruguai estavam densamente povoadas por indígenas “ferozes”. À passagem pelo Mato Castelhana, muitas comitivas de tropeiros foram atacadas e mortas, aspecto bastante recorrente na bibliografia, assim como os ataques nas proximidades do rio Passo Fundo. (Bandeira, 1851:386). Assim sendo, muitas comitivas de tropeiros preferiram seguir a rota que do litoral atingia os campos de Vacaria e daí para sudeste, não por ser este o melhor caminho, mas para desviar das concentrações indígenas.

Ao resistirem e atacarem missionários, fazendeiros e tropas de comércio bovino, cavalariagem e muar que atravessavam a região com cada vez maior frequência, os indígenas puderam, de certa forma, e, em algumas circunstâncias, barrar temporariamente um avanço que ainda não poderia ser equiparado com aquele que se daria a partir de meados do século.

Em 1844, estando o Pe. Sató em Vacaria, a percorrer as povoações da Serra, para dar missão nos povoados, escreveu:

estos campos [...]. Por todas partes están rodeados de densos bosques, en todos los cuales, como le decía arriba, hay indios que los habitan. Entre otros hay dos naciones de un carácter muy bravo y salvaje: á unos dan el nombre de botocudos, [...] á los otros llaman coronados, [...]. Estas dos naciones son enemigas declaradas y están en permanente guerra [...] porque aquellos campos están casi despoblados, y sus pocos moradores distantes algunas leguas unos de otros. (Carta de 17/07/1844 do P. Sató ao P. Antonio Morey. In: Pérez, 1905:366).

Portanto, o padre distinguia *coroados* e *botocudos*, indicando rivalidades entre os grupos, e ainda assinala os efeitos dos seus ataques: o fugaz povoamento ocidental. Os *botocudos* ou Xokleng, assim como os Kaingang, também praticaram assaltos a fazendas no nordeste do estado, em fins do século XVIII, antes de diversos grupos terem sido expulsos para Santa Catarina e lá terem sofrido com uma guerra de extermínio ordenada pelo rei D. João VI no início do século XIX. A adoção dessa política acabou liberando os territórios limítrofes entre as

províncias de Santa Catarina e de São Pedro do Sul à colonização européia (Cunha, 1995, 137).

Segundo Mabilde,

Os últimos vestígios de incursões havidas por parte dos Botocudos nas matas desta província [RS] foram no ano de 1798 nos campos da Vacaria, e no ano de 1803 nos Campos de Cima da Serra. Desde essa época todas as incursões ou correrias conhecidas foram feitas pelos Coroados, conservando-se ainda, no entanto, em nossos sertões vestígios da nação dos Botocudos. (Mabilde, 1899: 145-146).

Antonio Serrano, baseado nas informações de Mabilde, refere-se à ocorrência de conflitos nos Campos de Cima da Serra no final do século XVIII:

Em 1834, o ancião Luiz Caetano dos Santos Mondal, um dos primeiros paulistas que possuíram campos em Vacaria e morava naquela época no Rincão de Santa Rita, nos campos de Cima da Serra, informou ao autor (Mabilde) que as últimas correrias dos Botocudos no estado do Rio Grande foram em 1798, nos fundos dos campos de Vacaria, e no ano de 1803, nos campos de Cima da Serra. (Serrano, 1957:167).

Evaristo de Castro escreveu que, com o enfraquecimento da população missioneira, após sua dispersão com a conquista lusa, as “hordas selvagens” de Kaingang fizeram muitas incursões neste território, fazendo com que as estâncias de criação dos povos de Santo Ângelo e São João fossem total ou parcialmente abandonadas. (Castro, 1887: 45). Isto confirma o domínio que esta sociedade exercia na região. Na região de Campo Novo, extremo norte da província, e próximo às reduções jesuíticas, houve também muitos ataques à população luso-brasileira que iniciou seu povoamento na década de 1820. Em retrospectiva, Beschoren refere-se a um destes ataques que ficou famoso por haverem sido mortos oito indivíduos:

No maior deles, lá pelos fins de 1835, um grupo de onze pessoas foram assaltadas, apenas três conseguindo escapar com vida, mas bastante feridas. O lugar onde aconteceu o assalto, leva o nome de “Mortandades”, distante meia légua do atual Campo Novo. (Beschoren, 1989:61).

Entre os ataques a comitivas de tropeiros que atravessavam a estrada do Campo do Meio, Mabilde relata que, em 1837, os grupos do cacique Braga⁸ que tinham entre eles o de Doble, atacaram uma comitiva de tropeiros que cruzava o Campo do Meio, tendo sido vitoriosos

⁸ Então, o chefe Braga era o “principal” de 23 grupos ou aldeias distribuídas nas “[...] *matas compreendidas entre os campos de Passo Fundo e os da Vacaria, - matas essas que abrangem o Mato-Castelhano, onde foi aqui o ponto em que se encontram os Coroados -, existia uma grande tribo da nação coroados, da qual era cacique principal o coroadado Braga, [...]*” (Mabilde, 1983: 127). O território controlado por estas 23 aldeias kaingang estendia-se do Mato Castelhano até as cabeceiras dos rios Caí e das Antas, tendo-se deslocado, em 1850, para as serras dos rios Turvo e da Prata, afluentes do rio das Antas.

(Mabilde, 1983:179). Inclusive, foi a partir deste ataque que o cacique Doble tentou tomar o lugar de chefe principal de Braga, tendo sido rechaçado, obrigando-o a ficar com apenas parte de seu próprio grupo ou aldeia, já que parte desta juntou-se à de Braga.

Apesar do estabelecimento das primeiras colônias alemãs no Vale do Rio dos Sinos, a partir de 1824, não há referência na documentação sobre ataques indígenas até 1829, quando se registram as correrias Kaingang na zona de colonização alemã:

os povoados de Mundo Novo, de Montravel, da Picada Feliz e de Nova Petrópolis sofreram freqüentes ataques dos bugres que na época da colheita do milho desciam de seus matos com o fim de saquearem as roças e, podendo ser, as casas dos colonos. Anunciavam eles a sua chegada pelos fogos que acendiam nos morros mais altos de nossa região montanhosa e o colono, vendo aqueles fogos, já se punha de sobreaviso. (Koseritz, [1884], 1957, VII: 190).

Na obra *“Maria Bugra. Episódios dos primeiros tempos da colonização alemã”*, Petry descreve as conseqüências de algumas correrias Kaingang na zona de instalação das primeiras colônias alemãs, entre 1829 e 1831, preocupando-se em relatar os mortos e feridos. O autor alerta sempre que se tratava de uma “invasão” dos Kaingang às colônias, sem, no entanto, perceber que o que ocorria era justamente o contrário.

Na invasão que os índios fizeram na Picada dos Dois Irmãos, em 26 de fevereiro de 1829, assassinaram três colonos alemães, e feriram um com uma flechada. Em 8 de abril de 1831, fizeram os selvagens outra invasão na mesma Picada dos Dois Irmãos, e assassinaram três colonos raptando igualmente uma criança (resgatada depois em Cima da Serra) e feriram dois outros colonos. A mais terrível daquelas invasões foi a de 15 de maio do mesmo ano de 1831, na Picada Hortêncio, onde assassinaram onze pessoas, homens e mulheres, feriram dois outros com flechadas. (Petry, 1931: 3 e 4).

A partir das primeiras décadas do século XIX, constata-se o crescimento do interesse na exploração e ocupação do planalto médio sulino. O movimento de ocupação, ainda que não exclusivamente, parece ter-se orientado desde o sul de São Paulo e os Campos Gerais do Paraná para atravessar o rio Uruguai.

Sabemos, também, que já em meados do século XVIII a situação de ocupação crescente de vários territórios no planalto e adjacências teria provocado muitas guerras entre os Kaingang e os Xokleng, assim como com os Guarani missioneiros. Uma situação de conflito permanente fez com que os grupos indígenas que habitavam estas regiões procurassem áreas de refúgio à expansão da ocupação, alterando profundamente as relações entre estes.

Em relação à problemática da expropriação dos territórios Kaingang, faz-se necessário abordar o conhecimento que já existe sobre concepção e manejo de um território⁹ pelos Kaingang. Sobre a concepção de território e de propriedade entre os aborígenes Kaingang, Tommasino afirma que estes grupos escolhiam para o local de suas aldeias os campos e as serras. (Tommasino, 2000: 195).

Enquanto um espaço de subsistência, a unidade territorial de uma sociedade Kaingang pode ser assim resumida: constitui-se de um espaço físico – composto por serras (Krin), campos (rê) e floresta (nén) – onde os grupos possam exercer suas atividades de caça, pesca, coleta e plantio de milho, abóbora, feijão e batata-doce. **Este vasto território constituía um espaço de contínuos deslocamentos dos grupos** para desenvolverem suas atividades de subsistência material e reprodução social. [...]. **A noção de propriedade comum do solo não implicava ausência de direitos precisos e definidos do indivíduo sobre o solo.** (ibidem:191. Grifos meus).

De acordo com Mabilde, estes grupos preferiam os lugares mais altos – entre os pinheirais - para estabelecer seus toldos¹⁰. (Mabilde, 1983:42). O planalto meridional, composto por campos entremeados de bosques, estava habitado por grupos Kaingang e Xokleng, sendo, igualmente,

⁹ “*Pode-se falar de território tanto num sentido antropológico-cultural e, portanto, psicológico-cultural, político, jurídico etc. quanto num sentido biológico. [...] território é a parcela geográfica que serve de habitat exclusivo a um grupo humano, [...]. Diz-se de forma exclusiva, porque o grupo ou indivíduo tende a manter zelosamente seu direito de preservar e explorar essa área geográfica sem interferências de outro grupo [...]. O território não é, pois, um conceito vago. [...] Trata-se [...] de limites muito concretos: essa árvore, aquele monte de pedras, esta margem de um rio, etc.*” (Villar, 1986:1227).

¹⁰ Consideramos apropriada a utilização, neste estudo, do termo **toldo** para referir-se àqueles locais onde os indígenas tinham suas moradas fixas - suas aldeias e roças -, como consta na documentação produzida durante o processo de aldeamentos dos Kaingang. A mesma documentação (Catequese e Civilização dos Indígenas – AHRs) refere-se aos pontos de concentração promovidos pelo governo como **aldeamentos** e **aldeias**, indistintamente. Não obstante, o termo aldeia é usado de modo recorrente na bibliografia, referindo-se àquilo que, neste caso, estamos considerando como toldos indígenas. Também a palavra toldo, e sua utilização pelos agentes do governo, remetem à idéia de acampamento, um estado provisório; isto devido talvez à idéia que os colonizadores fizeram destes índios, que se encontravam sempre em mobilidade pelo território. Estas concepções alimentarão a afirmação de que os Kaingang eram grupos nômades. Sobre a formação dos toldos Kaingang, Becker (1995) informa que as comunidades constituíam-se de pequenas aldeias com 4 ou 5 estruturas habitacionais, onde habitariam 4 ou 5 famílias nucleares. Antonio Serrano (1936) conclui que as pequenas aldeias possuíam uma população em torno de 20 a 25 famílias, perfazendo um total de 80 a 100 pessoas. Para Veiga (2000), as aldeias Kaingang achavam-se próximas a pequenas e boas nascentes de água, conectadas por trilhas e próximas às roças.

considerado excelente local para invernadas de gado e o estabelecimento de fazendas pelos colonizadores.

Tommasino acredita que os grandes rios devem ter servido como limites entre os territórios dos grandes chefes, e os cursos menores, de divisor entre os subgrupos. Corroborando estas afirmações, feitas para os grupos Kaingang do Paraná, Mabilde informa que na província de São Pedro, os coroados costumavam se instalar nos locais mais altos dos morros, sempre nos pinheirais, evitando instalar a aldeia nas proximidades dos rios ou grandes arroios, limites de cada território. (Mabilde, 1983:42). Deve-se também considerar que, além desses pontos de invernada de tropas, a região do planalto apresentava-se povoada por populações mestiças originárias dos movimentos portugueses do século XVII. Assim, a área, apesar de dilatada, encontrava-se já sob tensão, com diferentes grupos, os quais tinham suas próprias motivações para a exploração do meio-ambiente.

O povoamento da região de Passo Fundo, bastante dificultado pela ação dos grupos indígenas, foi impulsionado pela conquista de Guarapuava e Palmas, no Paraná. As guerras “justas” aos *botocudos* e aos “Bugres seus vizinhos” promoveram grande instabilidade, e, implicaram na legalização do cativo dos seus sobreviventes por um período mínimo de 15 anos. Apesar desta proposição relativa às guerras justas, as Cartas Régias de 1808 e 1809 também previam a atração pacífica daqueles que depusessem as armas e se apresentassem. Estas guerras, determinadas por D. João VI, responderam aos reclames dos moradores de Lages e dos campos gerais de Curitiba, tendo sido estas localidades esvaziadas em duas ocasiões pelos ataques e ameaças dos índios. (Mota, 1994:126).

Apesar de a situação ser grandemente conflituosa, parece que os índios desfrutaram de alguma margem de negociação frente a estas disposições. Para tanto, contribuíram a própria necessidade de sobrevivência dos indígenas e a importância de um acordo dos conquistadores com os indígenas, dada a sua reconhecida resistência, bem como à perspectiva de utilização desta população na exploração econômica do ambiente e, ainda, de atração ou combate de grupos ainda resistentes. Assim, os grupos que, em 1828, aceitaram se aldear em Guarapuava, o fizeram por terem percebido os interesses dos brancos proprietários de terras e a oportunidade de sobrevivência nesta situação de conflito.

Sob os influxos da formação da economia cafeeira no sudeste, no início do século XIX, há a intensificação da exploração da riqueza ganadeira nas fronteiras oeste e sul. Assim, foi aberta

uma estrada ligando outras já existentes, cortando caminho pela Serra Geral. Esta estrada, que chegava até a região das Missões, seguia para Cruz Alta, Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Vacaria, retomando a partir dali o caminho para Lages até Sorocaba.

Esta estrada foi aberta no início do século XIX, após a conquista dos Campos de Guarapuava e de Palmas, no norte do atual estado de Santa Catarina. Expedições militares foram mandadas para os sertões de Guarapuava, conforme as ordens régias, a fim de ocupar e povoar aqueles “sertões”. As já referidas “guerras justas” estenderam-se aos Botocudos e Bugres dos sertões da Província de São Paulo, acarretando a escravização dos sobreviventes. Em 1810, as lutas travaram-se em Atalaia, no centro dos campos de Guarapuava. No entanto, esta conquista fazia parte de um projeto maior, o qual delineava a conquista dos campos ao sul:

Tendo presente o quase total abandono em que se acham os campos Gerais de Curitiba e os de Guarapuava assim como todos os terrenos que deságuam no Paraná e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguay, todos compreendidos nos limites dessa capitania infestados pelos Índios denominados Bugres que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietários [...]. (Carta Régia de 05/11/1808. In: Cunha, 1992:37).

A conquista se direcionou a um território bem definido, que estava “infestado” de índios bárbaros. A motivação dessa conquista estava na possibilidade de comunicar a província de São Paulo com o sul até a região das Missões, a fim de explorar a riqueza ganadeira integrando-a a produção cafeeira, bem como o povoamento desta região. A Carta Régia de 1/04/1809 reconhece a existência de um território determinado, cujos habitantes eram sumariamente conhecidos – Bugres e seus vizinhos- e classificados, mormente pelos ataques aos moradores e aos tropeiros ao longo da estrada de Lages, constituindo-se efetivamente num empecilho ao desenvolvimento. Saudando as iniciativas das expedições militares que iam avançando no território, fazendo roças e construindo paliçadas, esta correspondência reconhece a existência de um território dado, conhecido:

dar principio ao grande estabelecimento de Povoar os Campos de Guarapuava e Civilizar os Índios Bárbaros que infestam aquele Território e de por em cultura todo o país que de uma parte vai confinar com o Paraná e da outra forma as cabeceiras do Uruguay que depois siga o País das Missões e comunica assim com a capitania do rio Grande. (Carta Régia de 1/04/1809. In: idem).

Apesar da resistência, a ocupação foi realizada e estabeleceram-se, em todo o Campo de Guarapuava, fazendas de criação e internadas. No final da década de 1830, alguns moradores começaram a demandar os campos de Palmas, mais ao sul. (Bandeira, 1851:387).

Na década de 1840, na Província do Paraná, os campos de Guarapuava e Palmas estavam conquistados, significando o domínio de grande parte dos campos da zona central da mesma província. As áreas "livres" para os Kaingang, eram a regiões noroeste, até os rios Paranapanema, Ivaí e Tibagi, e, ao sul de Palmas, as matas do Vale do rio Uruguai. Alguns grupos indígenas continuaram em Guarapuava e Palmas após sua conquista; isto ocorreu porque, apesar de serem expedições de guerra, houve a possibilidade de estabelecerem-se contatos "pacíficos" com os índios, o que se revelava muito vantajoso aos conquistadores. (Mota, 1994:83-4). A imperiosidade da exploração econômica resultou nefasta para os índios: já não tinham mais controle sobre o seu território, apesar de terem, desde as primeiras entradas, procurado mantê-lo a salvo. A conquista desta área, que corresponde à região centro-oeste dos planaltos sulinos, atingia o centro dos territórios Kaingang. Na ocupação dos campos de Palmas, os fazendeiros de Guarapuava contaram com o auxílio de Vitorino Condá, que mediou os contatos entre fazendeiros e os Kaingang que ali habitavam.

A própria forma de obtenção de terras esteve vinculada à ação militar, através da qual as Missões foram tomadas. Como exposto nas Cartas Régias de 1808 e 1809, controlar e ocupar "o país das Missões" era o objetivo último da ampla campanha militar incentivada pelo interesse econômico na região do planalto meridional. Tomados alguns pontos das regiões de Guarapuava, Palmas e as Missões, restava, ainda, explorar as matas do Alto Uruguai, desde o rio da Várzea até o arroio Lageado.

Assim, em 1815 foi enviada uma expedição à região das Missões, por ordem do tenente-coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, comandante da Praça de Guarapuava. Esta tinha por objetivo encontrar um caminho intermediário entre as Missões e o norte rio-grandense. A expedição estava sob o comando do Major Athanagildo Pinto Martins, e era composta também pelo alferes Antonio da Rocha e o índio Jonjong, que serviu como guia da mesma. Evitando passar pelas matas do Alto Uruguai e pela região ao sul do rio Iguaçu, a exploração pendeu para oeste, percorrendo o antigo caminho das tropas, passando através do passo de Santa Vitória¹¹ para a Vacaria. (Ghem, 1978:13).

Os campos chamados pelos Kaingang de Cavará-Cuiá, segundo o relato de Mabilde, corresponderiam aos territórios entre o rio Uruguai e o sul do rio Iguaçu, na divisão dos atuais

¹¹ "Em 1785, foi aberto o passo do Pontão, na barra do rio Marombas, nos atuais municípios de Campos Novos (SC) e Barracão (RS). No ano de 1790, foi instalado um Registro no Passo da Vitória." (nota dos editores, 1990:74).

estados de Santa Catarina e Paraná. Este local seria equivalente aos campos do Irani, considerado, a partir das guerras da primeira década do século XIX, como local de refúgio de muitos Kaingang. (Mota, 1994: 138). Conforme Mabilde, esta área constituía já um território tradicional destes grupos, possuindo excelentes oportunidades para sua sobrevivência. Por ser território de difícil acesso, constituía também local seguro de onde partiam muitos ataques aos moradores das vilas de Guarapuava e Lages, principalmente até sua conquista, em 1839. (Mota, 1994:177).

Este território, a sudoeste de Palmas, foi disputado e percebido pelos indígenas como um ponto, localizado no centro do território, que se constituía em refúgio após as guerras ordenadas pelo príncipe regente em 1808 e institucionalizadas no planalto meridional ao longo da década de 1820. Segundo Mabilde:

As matas da margem direita do rio Uruguai desde a foz do rio Peperiguaçu até a foz do rio canoas, eram ocupadas pelos Coroados dos caciques Nonoai e Cundá (hoje conhecido por Vitória Cundá), os quais viviam, ainda que não em perfeita harmonia, ao menos sem hostilizar-se. Amizade idêntica era a que existia entre estes dois caciques e o cacique Nicofé, que vivia com suas tribos de Coroados à margem direita do Rio Pelotas, entre este e o rio Canoas [...]. Mas, cada um per si, mantinha uma guerra de extermínio contra o cacique Braga, de cuja gente Doble (Yu-toahê) tinha feito parte, tendo, inclusive, indo com seus antigos companheiros atacar as tribos daqueles três chefes, causando a morte de muita gente [...]. Para as matas situadas mais para o oeste, entre os rios Peperiguaçu e Peperimirim, Doble não podia refugiar-se, pois, esse campo, denominado pelos Coroados de “Cavará-Cuiá”, era o local de reunião dos três chefes Nonoai, Cundá e Nicofé [...]. (Mabilde, 1983: 162-163).

Oliveira observou que após a Revolução Farroupilha, os indígenas fizeram guerra aos moradores e viajantes, a “cada momento fazendo grandes morticínios, com especialidade no Mato Castelhana, onde o cerrado da floresta e a estreiteza do caminho eram próprios às suas traiçoeiras emboscadas.” (Oliveira, [1908], 1990:77). Ao mesmo tempo em que ocorria esta “revolta”, muitos grupos procuraram apresentarem-se em atitude pacífica a fazendeiros e outros agentes da colonização, como foi o caso dos grupos do chefe Fongue, no ponto alto chamado Guarita. (Correspondência de 25/04/1849 do Pe. Pares ao presidente da província, Lata 299, maço 1 – AHRs).

Os conflitos mencionados pelo autor ocorreram nas rotas que passavam pelo caminho “aberto” no início do século XIX, que, vindo das Missões, passava entre o Mato Castelhana e o Mato Português, ou seja, no Campo do Meio, entre os posteriores municípios de Passo Fundo e Lagoa Vermelha.

Com relação às rotas de tropeiros, vias de escoamento da produção sulina, e, portanto, de integração de sua economia ao mercado interno colonial, diz Marcon que “A abertura de estradas foi o primeiro passo para a conquista dos territórios indígenas na região do Planalto Médio e do Alto Uruguai.” (Marcon, 1994: 96).

Ainda no início da década de 1830, podemos avaliar que o povoamento de Passo Fundo – através de grandes fazendas distantes entre si e de chácaras de médio e pequeno porte – esteve concentrado na sede do distrito e, a oeste desta, e nas proximidades de Soledade. (Ghem, op. cit.:12-15). Assim, ficava ainda por explorar a região do Alto Uruguai.¹²

Até a década de 1840, os diversos grupos Kaingang promoveram ampla resistência à ocupação branca, atacando através de emboscadas os tropeiros e viajantes e as fazendas e invernadas. Era comum, também, simplesmente chegarem a uma roça e porem-se a colher o milho maduro, dentro do que consideram território seu, por haverem lutado por ele com grupos como os Xokleng e Guarani.

O ponto de inflexão, no que diz respeito à resistência a esta ocupação, parece ter ocorrido a partir de 1846, mais precisamente por causa da construção de uma estrada que, desde Palmas, penetrou nas matas até o vale do rio Uruguai, passando ao Rio Grande de São Pedro através do Goio-en. Esta estrada ficaria conhecida como estrada Reiúna, e o passo instalado para o controle da passagem do gado, como Passo Reiúno. (Beschoren, 1989:43).

A abertura desta nova estrada foi projetada pelo presidente da província de São Paulo, que designou o Tenente Francisco Ferreira da Rocha Loures para comandar os trabalhos (Marcon, op. cit.:98). O trabalho de construção desta estrada iniciou em 1845. O presidente da Província de São Pedro do Sul, o comandante Duque de Caxias, em relatório à Assembléia Legislativa referente ao ano de 1845, observa que:

Por este mesmo tempo veio ter a esta província o Tenente Francisco Ferreira da Rocha Loures, encarregado pelo governo de São Paulo de explorar o terreno e abrir uma nova estrada por conta daquela província, no seu regresso mandei-o acompanhar pela mesma que seguia com o padre Penteadó [...]. (Relatório do Presidente da Província à Assembléia Legislativa, 1846, fl. 46 v.).

¹² Os primeiros a estabelecerem-se na região pretendiam, além de estabelecerem invernadas para o gado, alcançar também os ervais, especialmente na região do futuro distrito da Palmeira, na década de 1860, e nas proximidades da Serra do Botucaraí. Já em 1827, em Palmeira, havia um total de 43 famílias. (Xavier e Oliveira, op. cit.: 73).

Esta estrada tinha dois objetivos ou, ao menos, dois resultados: ao passar por parte do vale do Alto Uruguai e centro-oeste da província do Paraná, o novo trajeto interligaria mais rapidamente os campos de Cruz Alta às feiras de comércio de São Paulo, e ainda passaria pelo território Kaingang que até então se constituía um refúgio para os grupos do Paraná.

Na medida em que a colonização avançou sobre os territórios indígenas, intensificou-se o movimento migratório da região de Palmas e Guarapuava, no Paraná, para Santa Catarina e Rio Grande do Sul. [...] a migração mais intensa de índios para o Rio Grande do Sul ocorreu, portanto, no final do século XVIII e início do século XIX, no contexto de expansão das frentes pastoris em Guarapuava e Palmas, no Paraná. (Marcon, op. cit.: 64).

Para as comunidades indígenas Kaingang que habitavam estes territórios, as consequências da consolidação das relações inter-coloniais foi imediata: para garantir a colonização e o desenvolvimento das atividades econômicas, o governo provincial abriu uma estrada através do centro dos territórios Kaingang, o que justamente significava um caminho direto e mais curto até as praças de São Paulo. No mesmo sentido, houve a utilização de bugreiros, que guardavam a passagem das tropas por estes locais.

No entanto, as guerras promovidas por fazendeiros moradores no Paraná, pela Corte e pelo governador de São Paulo provocaram muitas reações dos índios, bem como sangrentos combates. Quando se inicia o projeto dos aldeamentos na província de São Pedro do Sul, o governo desta província esforça-se por “dissipar toda a suspeita a nosso respeito”, na esperança de controlar os grupos indígenas e reduzi-los ao aldeamento. (Relatório de 1846, fl. 46). Na esteira da preocupação paternalista externada pelo governo, muitos fazendeiros e moradores utilizaram-na como meio de facilitar suas relações com os indígenas, prometendo-lhes o que não poderiam cumprir. Esta era a causa apontada por missionários e presidentes da província para as exigências que faziam os indígenas para aldear-se. Uma relação assim “amistosa” para com os indígenas certamente facilitou o contato e as relações de trabalho entre estes e fazendeiros e ervateiros vizinhos.

Em novembro de 1843, um grupo de missionários jesuítas, entre eles os padres Parés e Sató, estava em viagem pela região “cima da serra”, para dar missões aos povoados distantes. No percurso ouvem histórias a respeito dos “Bugres”, que enfatizavam seus ataques aos brancos. Assim, informando sobre o caráter destes indígenas, o Pe. Sato afirmou que estes eram indolentes e votavam ódio ao trabalho, considerando-o atividade apenas para mulheres e escravos. O padre

ainda chamava a atenção para as relações entre indígenas e moradores locais, atentando para a tensão destas mesmas, como o fez em outras ocasiões.

São muito desconfiados, o que, porém, parece proceder de motivos de desconfiança que antes lhe deram e do temor de serem castigados por suas injustiças e crueldades cometidas contra os guaranis cristãos. [...] com suas freqüentes viagens a Passo Fundo vão-se afeiçoando à cachaça, o que te produzido algumas desordens; contudo **não falta quem diga que seria útil introduzir esse vício e já se tem pensado em estabelecer tal negócio.** Daí se vê como seria útil fiscalizar os especuladores, que se dizem civilizados e civilizadores, mas não para introduzir a moralidade e a civilização entre os selvagens. [...]. (Correspondência de 08/11/1843, Assuntos Religiosos 08, maço 16, AHRS. Grifos meus).

Ao referir o processo de construção da estrada que passaria pelo Goio-en, o Pe. Penteado, então à frente do curato de Passo Fundo e Botucaray, interessa-se pelo aldeamento dos Kaingang que os trabalhos da mesma atingiam:

e como o Senhor Rocha encarregado do Ilmo. Snr. Presidente de S. Paulo a por um pique d'aquela para esta pelos fundos de Palmas, casualmente saiu por dois toldos d'numerosas tribos, e por via destas somos cientificamente informados da existência de mais 6, quase em torno d'aqueles, que juntos somam grande número. [...] Ora, sendo o primeiro toldo pouco distante desta Praça, parece que nenhuma [condição ou circunstancia] seria mais oportuna para a catequese [...]. (Correspondência de 17 de junho de 1845 do Pe. Antonio de Almeida Leite Penteado ao Conde de Caxias. Assuntos Religiosos (AR, 08, maço 16) Clero Católico - Paróquias – AHRS).

No entanto, as negociações não foram acertadas de acordo com as pretensões do governo, o Pe. Penteado teve de esperar ao menos por cinco meses para novos contatos. Após serem estabelecidos em Nonohay, poucos índios permaneceram no aldeamento. Também deve ter havido dissensões quanto ao aldeamento, pois D'Angelis afirma que à medida que a estrada avançava sobre os territórios da família do cacique Nonohay, esses indígenas opuseram forte resistência a esta interferência em seu território, dando início a diversos conflitos (d'Angelis, 1984: 12-13). Os grupos de Nonohay e Vuotoro, entre outros, expressamente não queriam o mesmo que ocorria em Guarapuava havia três décadas. As negociações dependiam do aceite de vários grupos das “vantagens” do aldeamento naquela situação:

ajuizando que V. Exa. não desaprovava, contratei da companhia do Tenente Rocha para voltar do Uruguay o Indio intérprete Manoel, genro do chefe do primeiro Toldo, **para coadjuvar aos selvagens que daqui seguem a fim de fazer a contratada junção dos muitos toldos que são 7**, e tudo mais que necessário for, pôr se conhecer nele capacidade, e com particularidade por via da Mulher, que goza muita estima entre eles como uma das Nobrezas desse chefe; para que conforme seus serviços V. Exa. o gratificasse, [...]. (Correspondência de 06 de outubro de 1845 do Pe. Antonio de Almeida Leite Penteado em Passo Fundo ao Conde de Caxias, Presidente da Província AR 08, maço 16- AHRS.

Grifos meus).

A situação que os Kaingang então enfrentavam era marcada pela violência e pela contínua aproximação da ocupação ocidental, à qual os Kaingang respondiam com ataques ou acordos particulares. Fazendo um balanço sobre os meios de tratar e subjugar as comunidades indígenas, ponderava o presidente da província em 1852:

o sistema de força e o de persuasão empregados separadamente para tirar dos matos os nossos indígenas tem sido ambos improficuos. Até aqui nos temos limitado: 1º, a atrair os índios por meio de algumas roupas e ferramentas distribuídas nas aldeias de Nonohay e Guarita, e a conservá-los ali pelos esforços dos padres jesuítas: de catequização propriamente dita pouco se te feito, sem dúvida porque aqueles padres ignoram a língua, em que deveriam dirigir aos índios as palavras de conversão. - 2º Abater os índios, perseguí-los e matá-los, quando eles tem feito alguma agressão e a colocar guardas por algum tempo nos lugares por onde eles tem agredido. Pela simples enunciação se vê que esse dois sistemas são incompletos; e a experiência os tem condenado. Os índios recebem roupas e ferramentas e voltam às matas. Batidos e perseguidos depois da agressão, reaparecem mais hostis em outros lugares, não sendo possível colocar guardas em todos aqueles por onde eles fazem os seus assaltos [...]. (Relatório do vice-presidente da província em 01/10/1852. Porto Alegre, Tipografia do Mercantil, 1852.).

Em ofício ao Presidente da Província, o Pe. Bernardo Pares registrava que: “Os de Nonoai, faz já três anos, se apresentaram debaixo do comando de seu chefe Vitorino Condá, que pediu seguridade e ofereceu que procuraria reunir sua gente toda de sua nação nos campos ditos de Nonoai.” (Ofício, 6/11/1848 – Lata 299, maço 2 - AHRS).

No início de 1849, o Pe. Parés entrava nos campos de Nonohay, onde estava estabelecido o “chefe Nonohay, que contava já 120 anos”. Após os ataques aos trabalhadores da estrada que vinha de Palmas, as negociações mediadas por Condá redundaram no estabelecimento do grupo de Nonohay no distrito de Passo Fundo, sob a “proteção do governo”. No local onde futuramente seria instalado o aldeamento de Nonohay, encontravam-se, no início de 1849, doze choupanas nas quais habitavam de 40 a 50 indígenas, da “gente de Vitorino Condá e seu genro Pedro Nicaji com seus irmãos e suas famílias”, vindos da região de Guarapuava e Palmas, no Paraná. Valendo-se de informações do Pe. Parés, Teschauer relatou:

Foi no princípio de 1849 que o Pe. Parés entrou nos Campos de Nonoai, assim chamados por causa de um chefe Nonoai que contava já com 120 anos. Este com sua tribo tinha-se estabelecido sob a proteção do Governo no distrito de Passo Fundo; mas nada se tinha feito em favor dos Missionários nem da catequese e muito menos das aulas que são a esperança de um futuro estável. [...] consistia este estabelecimento em 10 para 12 choupanas de tábuas de pinho, em que habitam 40 a 50 bugres, número em que estão incluídas as mulheres e crianças. Era a gente de Vitorino Condá e seu genro Pedro Nicaji com seus irmãos e suas famílias. Tendo notícia da chegada do Missionário e da roupa que este trouxera, acudiram de toda a parte e em breve reuniram-se mais de 400 pessoas

e também o velho Nonoai [...]. Numa Assembléia [o cacique Nonoai] fez uma proposta sendo que queria outra vez ir a seus toldos e comer o que tinha plantado e quando fosse tempo de plantar voltariam para fazer suas sementeiras em redor da aldeia. O mesmo aconselhou os mais o Pe. Parés, que se retirassem para procurar os meios de sua subsistência, ficando só aqueles que tinha casas. Com estes poucos, pois, empreenderam a tarefa de catequizá-los não como convinha, pois continuamente iam ao mato e de lá voltavam, e, procurando sustento, passavam às vezes 8 a 10 dias fora da aldeia. (Teschauer, op. cit.: 287).

A aceitação em aldear-se e a colaboração com o governo provincial, ou seja, os acordos havidos entre governo e os indígenas, caracterizaram-se pela extrema fluidez, oscilando com as circunstâncias. A característica marcante da vida indígena, qual seja, a mobilidade dentro do território, não foi, contudo, abandonada pelo processo de aldeamento, sendo que os grupos o utilizavam como ponto de apoio nas situações em que os conflitos externavam-se.

Pelo número de indígenas estabelecidos em Nonohay, em 1849, podemos afirmar que durante as negociações com os brancos em Nonohay, boa parte dos grupos de Condá, Nicafim e Nonohay permaneceram em seus toldos ou buscaram outros caminhos. Isto decorreu da própria situação conflitiva de Nonohay, como dos próprios modos de exploração dos recursos e oportunidades praticados pelos Kaingang.

Tommasino (2000) afirma que os grupos Kaingang exploravam o ambiente do planalto deslocando-se em grupos de famílias, sendo que durante grande parte do ano percorriam o território, explorando seus recursos sazonalmente. A autora afirma que após o contato, os grupos Kaingang não abandonaram seus territórios, deslocando-se nos mesmos padrões, sendo que nestes sempre havia grupos na aldeia fixa (*wãre*), enquanto outros percorriam as florestas (*ema*): “As visitas entre parentes dos diferentes grupos locais eram muito freqüentes. [...] os deslocamentos eram feitos por grupos de parentesco, de modo que sempre havia pessoas no ema e outras no wãre.” (Tommasino, 2000:195 e 204. Grifos da autora).

Através do relato do Pe. Parés transcrito por Teschauer, podemos perceber que o padre sabia que as famílias que ali se encontravam não correspondiam à totalidade do grupo de cada toldo. Após alguns dias, reuniram-se nesta ocasião 400 índios destes chefes, que, em conferência, decidiram, no entanto, voltar a seus toldos a fim de comer o que haviam plantado, prometendo retornar ao aldeamento - lugar onde estavam sendo convencidos a se instalarem de forma definitiva - para plantar suas sementes ao redor do mesmo. Assim, ficaram, por hora, no local do aldeamento apenas aqueles que tinham ali já construído casas.

Tendo conhecido os toldos da Guarita e de Nonohay, e percorrido o caminho entre estes, o Pe. Parés propõe ao presidente da província o desmatamento dos bosques entre os dois pontos, a fim de fazer ligação entre os dois aldeamentos e, principalmente, facilitar a comunicação entre São Paulo e a província de São Pedro do Rio Grande do Sul, alinhando-se às preocupações que objetivaram a construção da estrada que, desde Palmas, cortava o Goio-en, entrando no Estado, e, da outra ponta, seguia para as feiras de gado e vilas de São Paulo. Baseando-se nos juízos emitidos pelo Pe. Santiago Villarrubia, Teschauer escreveu:

Podem-se distinguir em mansos e em selvagens. Aqueles debaixo do mando imediato de Victorino Condá amansaram-se em Guarapuava e em Palmas, aldeias (nesse tempo do Estado de São Paulo) donde vieram, diziam eles, para amançar os chucros ou os selvagens por sua vida pacífica em aldeias e porque falam sofrivelmente o português quando criados entre brasileiros, com que já contraíram vários casamentos, também sem sacramento. [...] sua redução tornou-se muito mais custosa e difícil que a dos antigos índios ou daqueles que vivem mais retirados nos bosques, pelos vícios apreendidos na lida que tinham com gente que não era a melhor do mundo. [...]. (Teschauer, op. cit.:141-143).

No jogo da ocupação do espaço, se intensificavam as pressões para tomar parte da mesma, recaindo no compromisso com a perseguição de grupos “dissidentes” do processo. Não se pode descartar o uso do poder - adquirido através da aliança com os brancos - para fins próprios ao grupo, e em última instância, é disto mesmo que se trata, mas acreditamos que os motivos para as dissidências entre os grupos relacionam-se à aceitação ou ao desacordo dos termos dos novos ocupantes, cada vez mais invasivos ao território, ou mesmo com a luta pela hegemonia do controle nestas circunstâncias.

Assim, neste momento, Condá permanece em Nonohay, realizando seu trabalho de mediador de conflitos. O governo da Província de São Pedro do Sul também empregou Condá como bugreiro¹³, função equiparada à condição militar, com direito a soldo, fardamento e uma

¹³ Muitos autores identificam o **bugreiro** com antigos moradores locais, brancos, “amigo dos índios” remetendo esta função a um momento inicial da conquista do espaço, quando, através de estradas recém abertas, o povoamento era escasso e isolado, sendo que alguns moradores lograram desenvolver relações amistosas com os indígenas. É também considerado o *índio* que trata com seus vizinhos *errantes*, de forma pacífica ou hostil, a fim de “pacificá-los” ou “exterminá-los”. No século XIX, para “liberar os territórios infestados por bugres” recém ocupados, os assaltos aos toldos ou aldeias eram um condicionante primário e mais do que isto, duradouro. Concomitante e generalizadamente, havia ainda a ação de moradores e da Guarda Nacional, que juntos ou isolados organizam expedições armadas a fim de encontrar os alojamentos Kaingang e assaltá-los. As “batidas” oficiais ou particulares tiveram uma vida longa no processo de conquista do Brasil, fazendo parte do cotidiano de cada região recém ocupada: nas emboscadas aos toldos ou aos viajantes Kaingang, os homens geralmente eram mortos e as mulheres e crianças levadas prisioneiras. A partir da década de 1850, com importância progressivamente maior, o “bugreiro” foi chamado a organizar expedições de guerra aos índios dos *sertões*. No final do século XIX, e início do seguinte, o

gratificação mensal (Moreira Neto, op. cit.:396), estando entre suas obrigações a de pacificar os indígenas, levá-los para o aldeamento, e de auxiliar os brancos em confrontos com índios revoltosos:

Havendo-se ajustado com o índio Victorino Condá dar-se-lhe uma gratificação mensal de 50\$000 reis logo que a aldeia reunisse 500 almas, modificou-se esse ajuste, dando-se-lhe uma mensalidade de 5\$000 reis de cada 50 que apresentasse. (Relatório do presidente da Província, 1847, fl. 76 v.).

A atividade realizada por Condá, de apresentar índios à administração provincial, vincula-se a um momento em que ainda não havia a organização de aldeamentos jesuíticos ou a ação de qualquer outra ordem na região. No que se refere ao convencimento pacífico e ao acordo com o governo, esta ação dependia da vontade de cada família, mas era fortemente condicionada pela situação de ocupação que, em meados do século, já exercia enorme pressão sobre aqueles grupos. Neste momento, existia em Nonohay, além do pequeno número de Kaingang, uma pequena força policial, bem como os trabalhadores da estrada, além de fazendeiros e ervateiros interessados no trabalho e nas terras dos índios. (Correspondência de 25/04/1849 do Pe. Parés ao presidente da Província - AHRS).

Não obstante haver-se mudado para os campos de Nonohay, ou do Goio-en, a fim de auxiliar nas negociações entre os grupos Kaingang locais, Condá manteve seu domínio em Palmas, através da manutenção de alguns toldos:

Victorino Condá, tendrá sobre unos 60 años, está ya bautizado y es de los más civilizados que hay aquí, y à quien el Gobierno pasa mensualmente 5 duros. Su gente sobre unos 160, de los cuales aquí tendrá unos 90, y los demás en Palmas, distante cinco días; creo que vendrán acá. (Correspondência de 26/02/1851. In: Pérez, op. cit.: 552).

Assim também podemos perceber que, apesar de estar mediando os conflitos na região de Nonohay, tendo soldo do governo provincial para o serviço de apresentar índios para os aldeamentos, e para a perseguição de outros, Condá não era um mero instrumento do governo. Pode-se assim argumentar, pelo fato de que, apesar de haver sido criado no aldeamento de Guarapuava, e estabelecido relações amistosas com os povoadores da região, a partir da década de 1830, como já referido, Condá fez muitos ataques os outros povoados, tendo fugido de Guarapuava.

incremento da imigração e colonização européia fez multiplicar a utilização dos bugreiros, em sua versão mais violenta. (Ver Simonian, 1981).

Neste primeiro contato com parte dos grupos de Condá, Nonohay e Nicaji, o Pe. Parés já assinala a constante presença de brancos entre eles. Também na Guarita, onde alguns índios já se haviam alugado a ervateiros para o fabrico da erva, as relações entre índios e moradores eram bastante intensas, devido à exploração da erva-mate: “Seria bom se os empregados não tivessem seus afilhados nestas alturas [...] (ou) não acabam as contínuas questões sobre as propriedades, originadas na falta de medições ou das mesmas mal feitas [...]” (Correspondência de 25/04/1849 – AHRS).

Por conta das relações já existentes entre alguns grupos indígenas e fazendeiros instalados perto dos toldos, bem como das próprias regras do Regimento das Missões de 1845, e mesmo antes de chamar os padres jesuítas, o governo já havia entregado a direção de Guarita e Nonohay a particulares, como também havia criado o cargo de Diretor Geral das Aldeias da Província. (Correspondência de 07/11/1848, do Pe. Parés ao Pe. Lerdo. In: Pérez, p cit.:475).

Podemos ilustrar este procedimento através do caso do grupo de Fongue, que havia se apresentado em 1847 na fazenda de José Joaquim de Oliveira, talvez por convite do mesmo. Já mantinham relações de produção com este fazendeiro, na exploração da erva-mate, quando, em 1849, o Pe. Parés foi até o toldo para firmar o acordo para o aldeamento. Muito provavelmente visando manter algumas vantagens conseguidas através de sua inserção na economia local, estes indígenas empenharam-se em trabalhar nos ervais, manter o aldeamento, confirmando assim sua aliança com fazendeiros, através do envolvimento na estrutura social e econômica local.

Sobre o grupo de Fongue, e seu relacionamento com os moradores da região, Teschauer, baseado em correspondência do Pe. Pares, de 08 de novembro de 1843, escreve:

O Pe. Parés diz mais que pôde observar na Guarita que os Coroados vivem lá em confiança entre os habitantes daquelas estâncias, porque estes tinham bastante prudência de atraí-los sem nunca terem dado motivos para queixas: assim acostumaram-se a viver entre eles trabalhando nos ervais, trabalho em que são muito estimados por sua agilidade para subir às árvores e desfolhá-las. Assim seria um meio de acostumá-los a conversar e trabalhar com os cristãos, se estes não abusassem da sua simplicidade; antes o prêmio ou pagamento certo os afeiçoaria ao trabalho e eles perderiam sua preguiça. (Teschauer, 1905:135).

Nota-se neste relato, a originalidade do relacionamento entre os fazendeiros próximos à Guarita e os indígenas de Fongue, sendo estas descritas como relações amistosas, que redundaram na criação de um aldeamento “ordeiro e próspero”, evidenciadas nos documentos, em contraste com os outros aldeamentos.

Nesse mesmo relato, evidenciam-se as características destas relações com os fazendeiros locais: os índios eram muito apreciados para o trabalho nos ervais, sendo que, durante todo o período, os indígenas de Guarita “especializaram-se” neste trabalho, empregando-se como jornaleiros aos ervateiros da região.

Houve, assim, relações amistosas travadas entre grupos Kaingang e os novos moradores do local. Tais relações foram firmadas, principalmente, com os primeiros fazendeiros estabelecidos nos campos do entorno da Serra Geral e, apesar das circunstâncias conflituosas em que se engendraram, muitas vezes estavam em acordo com as regras sociais e interesses dos Kaingang. Exemplos dessas relações foram aquelas desenvolvidas pelos Kaingang com o “bugreiro” José Domingues de Oliveira e com o “pardo” José Manoel Quadros. Outras, baseadas na cooptação de indígenas para o trabalho produtivo, foram correntes e aumentaram ao longo do século. Destas, destacamos as relações dos grupos do Pay-bang Fongue, com os pay Portela e Prudente, com José Joaquim de Oliveira, genro de David dos Santos Pacheco, que possuíam grandes fazendas e invernadas na região. Com base na Carta de 17/7/1844 do Pe. Sató, Pérez descreve a jornada dos missionários para fazer uma “entrada” aos Bugres:

Partió, pues, el P. Superior con los PP. Calvo y Cabeza con dirección á Cruz Alta, Villa municipal, situada muy en el interior sobre la sierra del Tape, y que da entrada á los bosques frecuentados por los indios bugres. [...] el penetraba hasta una estancia no lejana de las tolderías de los indios, de donde partió con el dueño de ella al sitio llamado Guarita, que es la maior altura que se conoce en aquellas cercanías, [...]. Allí encontró á los indios con sus caciques, que eran los mismos que un año antes se habían presentado de paz al Teniente D. José Joaquim Oliveira, que acompañaba al P. Parés. (Pérez, op. cit.: 467-8).

Em se tratando da população imigrante européia, as relações foram diferentes, pois se caracterizaram por ataques às roças e colônias e o crescimento da formação de corpos civis armados entre os imigrantes, e mesmo de especialistas em descobrir e “bater” aldeias indígenas. A diferença entre estas relações deveu-se ao fato de que, quando os primeiros fazendeiros estabeleceram-se nos campos da Serra Geral, a colonização estava ainda abrindo rotas de penetração e forjando alianças necessárias com grupos indígenas.

Oliveira menciona um fazendeiro radicado no Campo do Meio, chamado José Domingos Nunes de Oliveira¹⁴, considerado bugreiro, por auxiliar tropeiros e fazendeiros no trato com os

¹⁴ Este indivíduo foi um forte criador e tropeiro de gado no Mato Castelhana. (Inventários de Passo Fundo-121-nº22, Maço1 - APERS).

indígenas, permitindo a passagem das tropas. Este fazendeiro amigo dos indígenas¹⁵ é o mesmo com que a missão do Pe. Sató contactou, permitindo sua passagem. Conforme relata Rafael Perez:

Según el rumbo que debían seguir, tenían que passar por varios de los puntos poco ántes misionados, y el primero era el Piñar, cuyo dueño D. Domingos Parera, verdadero patriarca de aquellas comarcas, [...] fue á Porto-Alegre á llevar á los Padres [...] continuando de nuevo su marcha acompañados de Parera, [...] y de unos quince ó má jinetes, lo cual no era solo caballerosidad, sino precaución necessaria contra los indios salvajes que vagan por las montañas y despojan y matan á los caminates. (Carta de 11/04/1844 do P. Sató ao Superior P. Antonio Morey. In: Pérez, op. cit.: 322-3).

Também no Campo do Meio, havia Manoel de Quadros, fazendeiro que, segundo uma correspondência de 13/07/1851, era pardo e mantinha relações amistosas com os indígenas Kaingang que habitavam a região:

Manoel de Quadros, morador no Campo do Meio em dias do mês de Abril p.p. sacrificou sua vida entranhando-se no Sertão sobre as margens do Rio Taquary, até os Toldos dos Indígenas, e conseguiu que os Caciques Nicafe, Chico, Maneco, e Dobre, todos com suas hordas, o acompanhassem, com o desígnio de aldearem-se no Campo dele Quadros; e assim estão praticando. [...] fui vê-los, e observei com admiração a confiança que depositam naquele homem tanto que o respeitam com se ele fora um de seus principais caciques. Observei mais que estão todos na firme esperança, que o Governo não tardará em fornecer-lhes vestuário, ferramentas próprias para a cultura; e para isso, estão prevenindo-se de sementes; [...]. Um Bugre que a eles serve de intérprete assegurou-me que não tardaria a chegar ali um Cacique de nome Braga com doze Casais que vem aldearem-se com as que ali estão [...] e aqueles Caciques Nicofê, Chico, Maneco, queriam ir á Porto Alegre ver a Cidade em companhia de Quadros. Este homem é pobre e tem feito despesas superiores a suas forças, a fim de atrair os Bugres; seus serviços prestados com risco de vida a prol da Catequese V. S. melhor saberá avaliar. Correspondência de 19/05/1848 de Joaquim Fagundes dos Reis (Subdelegado de Polícia do distrito de Passo Fundo) ao Diretor Geral das Aldeias da Província maço 2, lata 299 – AHRS).

O diretor geral das aldeias da Província refere o trabalho do referido Quadros de reunir e civilizar os indígenas, tentando dar-lhe um cargo no governo, e ao mesmo tempo confirmar sua ascendência sobre os indígenas, pois este sabia bem

o quanto convém à mesma catequese que ele continue no importante fim de atrair os

¹⁵ Ávila informa que foi em 1828 que José Domingues Nunes de Oliveira veio estabelecer-se à Entrada do Mato Castelhana. “*Aí domiciliou-se e formou uma fazenda de criação. Esse era um típico caboclo e logo estabeleceu forte amizade com os índios da região o que lhe valeu o apelido de “Bugreiro”. Seu bom relacionamento com os verdadeiros donos daquelas terras permitiu-lhe expandir sua posse até a confluência dos rios Piraçucê e Carreteiro. A Leste confrontava com o lugar depois conhecido como Povinho da Entrada. José Domingues era casado com uma índia. Falava além do Português, Kaingáng. Era amigo do famoso Cacique Marau.*” (Ávila, 1996: 54-5).

selvagens, e pôr isso, vendo como ele é pobre, parece-me justo que V. Exa. igualmente se digne dar-lhe uma gratificação condicional, a bem de que fique satisfeito, e com assiduidade se empregue no desempenho de sua missão. (Correspondência de 8/07/1848 de José Joaquim da Andrade Neves ao Presidente da Província, Diretoria Geral dos Índios, 1848-1857-Lata 300, maço 3 – AHRS).

Sobre o período de negociações em Nonohay, o diretor geral informava que parte dos índios que estava neste aldeamento havia se deslocado para o Campo-do-Meio, para ocupar os campos de um fazendeiro com quem já tratavam:

Deste Aldeamento, retiraram-se muitos para o lugar chamado =Campo do Meio = protegidos pelo pardo Manoel José de Quadros, a quem muito estimam, e o denominam seu Capitão. Este homem inteiramente devotado a beneficiá-los com eles reparte quanto vai granjeando. À vista disto, convidei-o em março do ano passado, a vir para o Aldeamento: de pronto assentiu; porém, não tendo de que sustentar-se, e tendo família retirou-se em poucos dias; a este indivíduo tão proveitoso era justo dar-se-lhe uma gratificação, o que bastante seria capaz de movê-lo. (Relatório de 1º de Janeiro de 1849 do Diretor Geral dos Índios, Lata 300, maço 3 – AHRS).

Apesar de o Pe. Parés, em sua primeira vista aos toldos de Fongue, afirmar que estes se encontravam nos campos de José Joaquim de Oliveira, o relatório do diretor geral para o mesmo período indica que Guarita estava dentro dos campos de outro fazendeiro:

A Aldeia da Guarita onde existem 305 Índios de ambos os sexos, dista do Nonohay 28 léguas e está situada no campo de Jerônimo Moreira Vaz, junto a Serra Geral, que segue o Uruguay, e até este Rio terá pouco mais de uma légua de mato. Fongue é seu chefe, bastante respeitado, e pouco fala o idioma português. [...]. Tendo V. Exa. ordenado que eles fossem mudados para os campos do Major Athanagildo, recusaram por temer os outros Índios com quem vivem discordes. O terreno acima é muito apto para aldeamento por que tem bastante campo, boa terra, e abunda em água; e pertencendo todo este terreno ao dito Jeronymo Moreira Vaz, convinha comprar-se-lhe até o Boqueirão Queimado, onde julgo deverá ser a divisa. (Relatório de 1º de Janeiro de 1849 do Diretor Geral dos Índios, Lata 300, maço 3 – AHRS).

Em meados do ano de 1849, o aldeamento de Nonohay estava ainda sem diretor, sendo que o Pe. Superior Bernardo Parés, desde a demissão de Joaquim da Silva Portela, realizava visitas espaçadas ao mesmo, ficando, assim, o aldeamento em situação de total abandono, na perspectiva do Governo Provincial. Diante desta circunstância, o diretor geral das Aldeias da Província propõe ao presidente alguns nomes para ocupar o referido cargo:

acho de necessidade a mudança da Companhia de Pedestres para este Aldeamento, e o capitão Marcelino incumbido de cuidar na diretoria quando seja do agrado de V. Exa., e quando não, que seja o cidadão Clementino Pacheco, pessoa de probidade, e morar d'ali distante poucas léguas [...]. (Correspondência de 23/06/1849, lata 300, maço 3 - AHRS).

Mas é interessante constatar que Clementino dos Santos Pacheco foi cogitado para dirigir Nonohay, certamente por haverem reconhecido suas relações com os indígenas, e, principalmente, seus interesses nas terras dos mesmos. Assim, em 1854, Bernardo Castanho da Rocha, estabelecido nas proximidades do Campo Novo, a título de proteção, mantinha índios coroados trabalhando em sua fazenda no Pinheiro Torto (Silveira, op. cit.:324); os indígenas então trabalhavam nos ervais próximos, controlados por Rocha. Da mesma forma, o alferes Clementino dos Santos Pacheco, o subdelegado de Passo Fundo, Joaquim José da Silva Portela e Manoel José de Quadros, todos possuidores de campos e invernadas, mantinham indígenas trabalhando em lavouras, estâncias e em carijos¹⁶. (Ghem, op. cit.: 47-8).

Os grupos indígenas geralmente apresentavam-se a fazendeiros ou agentes do governo para negociações em representações compostas de apenas uma parcela do grupo, o que pode significar a manutenção de um costume habitual – o de que quando parte do grupo se ausenta, algumas famílias permanecem nas aldeias ou toldos. Também poderia, em outras ocasiões, demonstrar uma cisão no grupo, mediante a decisão de aldearem-se ou acordarem com os brancos. (Correspondência de 19/05/1848, lata 299 maço 2 – AHRS).

As informações de Joaquim da Silva Portella, quando à frente da direção de Nonohay, atestam que os grupos indígenas freqüentemente encontravam-se agregados “nos fundos” de fazendas, e, geralmente, de acordo com o proprietário destas. (Correspondência de 19 de Junho de 1848. De Joaquim da Silva Portella a José Joaquim d’Andrade Neves, Lata 299, maço 2 - AHRS). Assim, em 1848, ainda em fase de negociações para convencer os índios a retirarem-se para o aldeamento, os índios são muitas vezes encontrados em fazendas próximas:

Participo a V. Sa. que no dia 1º de Junho tomei posse dos Índios e Aldeia de Nonohay, [...]. Logo de vereda segui à Fazenda do Butiá, aonde estavam também aldeados cento e quarenta Índios, e os seduzi a irem para Nonohay acompanhados de seus Capitães, que espero não faltarão à promessa que me fizeram de logo seguirem. Fui nos Campos do meio, e levei em minha companhia o Capitão Pedro de Nonohay, para melhor me ajudar a seduzir aqueles que estavam aldeados junto à Casa do Quadros, a se reunirem a Aldeia

¹⁶ “O alpendre chamava-se “Carijó” e a finalidade era a de secar a erva-mate. [...]. A época da “colheita do chá” é de março a setembro, porém os “herveiros”, peritos na produção do mate, colhem somente nos meses de junho ou julho. Começam a poda na época certa, [...]. A idade dos pés de erva-mate não é levada em consideração. Depois da primeira colheita, o período de produção é de pelo menos quatro anos. O trabalho de “produzir chá” é simples: o ervateiro sobe na árvore, cortando com um facão afiado todos os galhos novos e os ramos com a folhagem verde-escura. No mesmo lugar são secados ligeiramente, depois juntados em montículos, passados algumas vezes pelo fogo. Depois de reunir pequena quantidade, os feixes são colocados em compridos bastidores, postos lado a lado, de maneira que as folhas fiquem para cima e as partes de madeira para baixo. Os bastidores depois são pendurados, na altura de um homem, em alpendres construídos especialmente para esse fim, são os “carijos”. Sob eles é mantido um fogo lento.” (Beschoren, 1989:20).

de Nonohay, como de fato efetuei essa Comissão, e comigo mesmo vieram ontem até o pouso, e hoje seguem para a Aldeia onde lhe destinei, indo também o principal Capitão Nicoffé. Não tenho deixado de esforçar-se em os reunir, já prometendo uma e outra coisa, e assim os tenho levado com felizes resultados, [...]. Correspondência de 11/08/1848, Lata 300, maço 3 – AHRS.

No contexto da exacerbação do processo de ocupação, podemos também entender a recusa de ir ou mesmo em permanecer nos aldeamentos como resultado das alianças com fazendeiros e ervateiros locais, uma vez que entre esses e os indígenas havia acordos de trabalho sazonal. Deve-se, ainda, considerar o poder advindo destes acordos, pois, muitas vezes, os indígenas sentiam-se seguros morando em dada fazenda, não considerando necessário aldear-se. No entanto, a situação de índios oficialmente aldeados - e que saíam periodicamente dos aldeamentos - faz crer que estes indígenas mantiveram tanto seus toldos, como as relações de trabalho na economia local.

Esta situação parece ser mais do que uma “introdução” aos aldeamentos, significando um real entrosamento destes grupos com os fazendeiros interessados na exploração econômica dos recursos da região. Assim, ainda em 1855, “Os índios desta Aldeia e os que existem nos campos de Joaquim Portella e Bernardo Castanho, são calculados em 640 de ambos os sexos, à exceção dos da extinta Guarita [...]”. (Correspondência de 22/06/1855, Lata 299, aço 2 – AHRS). Não obstante, estes são concomitantemente utilizados nos serviços públicos, como a abertura de estradas. Sobre o processo de ocupação luso-brasileira e exploração das terras indígenas no século XIX, Cunha escreve que:

Nas fronteiras do império, ainda em expansão, trata-se de alargar os espaços transitáveis e apropriáveis. Nas zonas de povoamento mais antigo, trata-se, a partir de meados do século, de restringir o acesso à propriedade fundiária e converter em assalariados uma população independente – libertos, índios, negros e brancos pobres [...]. A política de terras não é, portanto, a rigor, independente de uma política de trabalho. (Cunha, 1992:15).

Apesar da separação que Cunha faz entre os processos de apropriação de terras em zonas de povoamento novas ou antigas, o que parece ter ocorrido nos campos do planalto médio foi a concomitância desses dois processos. Entendemos que a apropriação de grandes extensões de terras trouxe condições para o estabelecimento de brancos pobres, negros, índios e mestiços dentro destas áreas ou nas florestas, o que condicionava estas pessoas à proteção do fazendeiro.

A expropriação dos antigos territórios indígenas, assim, submete estas populações, tanto via administração provincial, através dos aldeamentos, quanto através dos ocupantes destas terras. Nos dois casos, e apesar dos trabalhos serem pagos – na forma de roupas e mantimentos, no caso das estradas, e dinheiro, no caso da exploração da erva-mate -, o indígena era utilizado, a despeito da situação conflitiva, para o trabalho produtivo, numa condição jurídica de liberdade que escamoteava o processo de escravidão indígena que acompanhou a colonização.

Apesar desta situação, que poderíamos definir como um *contato assimétrico*, pois assinala o forte interesse de fazendeiros locais no trabalho dos índios nos ervais e nas fazendas, a mesma pode ser descrita como *desejável* aos indígenas, que teriam atendidos seus próprios interesses através da negociação com os fazendeiros e ervateiros para o trabalho sazonal, o que não interferia, necessariamente, em seu modo de vida. Não restam dúvidas de que os grupos que logravam engendrar estes tipos de relações com os fazendeiros, o faziam dentro de suas próprias pautas culturais, objetivando interesses econômicos e sua própria sobrevivência.

A intenção do Governo provincial na utilização da mão-de-obra indígena, relacionada à concentração destes nos aldeamentos, é bastante clara no relatório que o presidente da Província, Conde Duque de Caxias, encaminha à Assembléia Legislativa:

É uma grande desumanidade os deixarmos vagar por esses desertos índios sem os socorros da religião e da civilização esses restos dos primeiros habitantes do nosso país, que tão úteis nos podiam ser, como muitos deles nos tem sido, enquanto que a custa de tantos perigos e despesas vamos buscar braços africanos que nos ajudem. (Relatório, 1846 fls. 45 e 46 v).

Em relação ao processo de utilização da mão-de-obra Kaingang especificamente por particulares, é esclarecedor o comentário feito por Reinhold Hensel, naturalista alemão que conviveu durante algum tempo com esses indígenas:

Os Coroados são acusados pelos brasileiros de infieis, falsos e pérfidos, e talvez não sem razão, pois os índios tem suas idéias próprias sobre moral. Entretanto, quando se sabe que entre os estancieiros da Serra era costume tais índios que estavam alugados a eles como trabalhadores com direito a salário, após a conclusão do trabalho ou tempo de serviço, quando chegada a hora do pagamento, eram conduzidos a um lugar solitário, e como pretensos espiões serem fuzilados traiçoeiramente, então não se pode julgar tão severamente a infidelidade dos índios. (Hensel, 1928:74).

A utilização de indígenas como mão de obra agregada ou de aluguel por moradores dos Campos do Meio e da Vacaria foi observada por Heinold Hensel também em sua visita a Colônia

Militar de Caseros, em 1865. Também se pode perceber, através de outros relatos, que, constantemente, após uma batida, os menores eram entregues aos moradores ou distribuídos entre o grupo que os havia atacado.

Os ‘coroados’, são legítimos índios do mato e como tais evitam o campo e a água. Por isso eles não montam a cavalo nem navegam nos rios. É verdade que e encontram alguns deles em casas de criadores da Serra ou, empregados como remadores, nos grandes rios da planície, porem neste caso geralmente eles foram tirados aos pais quando crianças e cresceram no meio dos brancos. (Hensel, [1894], 1957:160).

Conforme Paulo Zarth,

A erva-mate, ao lado da pecuária, foi um dos principais produtos da região serrana durante o século XIX. Particularmente, o mate tinha especial importância por ser a principal fonte de recursos das câmaras municipais, através do tributo que incidia sobre a exportação do produto. (Zarth, 1997: 56).

Os documentos oficiais, como os relatórios dos Presidentes da Província, bem como os textos de historiadores ou comentaristas locais contemporâneos ao século XIX confirmam a importância da receita decorrente da venda da erva. O Código de Posturas do município de Cruz Alta, de 1835, que regia a exploração e comercialização da erva-mate, pode ser tido como a base das posturas dos futuros município da região, com pequenas alterações específicas. Manteve-se, sobretudo, que os ervais eram públicos e deveriam ser explorados mediante uma licença¹⁷.

No entanto, conforme Francisco Xavier e Oliveira, que escreveu em 1909, com base nos arquivos oficiais do município de Passo Fundo, entre primeiro de julho de 1857 e 30 de junho de 1858 “foram exportados 665.685 quilogramas de erva-mate, sendo 385.125 dos ervais públicos e 280.560 dos particulares.” (Oliveira, op. cit.: 83).

A imposição de restrições para explorar a erva-mate não impedia a colheita sem a licença e entre os meses de março a setembro, o que era proibido. Em 1850, a coleta de erva-mate possuía grande importância econômica, e empregava milhares de pessoas, sendo responsável por quase a metade da arrecadação de impostos dos municípios da região ervateira.

¹⁷ “Pela licença de que trata o presente artigo, pagará o requerente dois mil réis”, sendo este “obrigado a declarar no ato de tirar a licença o número de trabalhadores de que se compõem a comitiva com indicação do lugar onde tem de fabricar erva, sob pena de pagar a multa de cinco mil réis”. (Código de posturas do município de Santo Antonio da Palmeira, artigos 41’ e 42, apud Zarth, op. cit. : 117).

Paulo Zarth argumenta que o trabalho de extração de erva mate conjugou-se ao trabalho agrícola em terras florestais. Nas florestas e fazendas achavam-se numerosos moradores, “caboclos”, trabalhadores livres, que durante o inverno dedicavam-se à extração da erva, enquanto que durante o verão faziam as suas roças nas áreas de floresta ou em suas margens. Esta combinação entre atividade agrícola e extrativista perdurou até o definitivo avanço da privatização sobre as terras cobertas por florestas. A primeira foi considerada uma atividade de subsistência, ou mesmo destinada a suprir parte do mercado local na sua demanda por alimentos; a segunda era geralmente feita por trabalhadores livres mediante pagamento em dinheiro por jornada ou empreitada. (Zarth op. cit.:172). Assim, caboclos e indígenas conciliavam suas atividades sazonais com o trabalho temporário em um centro produtivo, no caso, os ervais. Neste sentido, o mesmo autor afirma que os grupos indígenas aldeados nas proximidades de Passo Fundo e Cruz Alta, estavam transformando-se em “agricultores sedentários e produtores de erva-mate”, através da política de aldeamentos. (ibid: 60). A partir de 1828, a região do Campo Novo, pela atração econômica dos grandes ervais, e pela proximidade dos rebanhos de muares,

foi-se povoando o hoje distrito da vila, inspirando interesses a alguns homens de São Paulo, que traziam cabedais para a compra de muares, que já era um ramo de comércio naquela província. [...] De então por diante foi-se propalando a fama da erva-mate do campo Novo. Começou também a vir da fronteira, para onde era vendida essa erva, uma emigração, que de ano em ano quase duplicava. (Silveira, op. cit.: 324 e 327).

Estudos recentes sobre a organização social dos Kaingang indicam que os Kaingang podem ser considerados caçadores (atividade masculina) e coletores (atividade feminina). Não obstante, Tommasino (1995:266) e Mabilde (1983: 123) informam que a coleta seria uma atividade masculina, ou, também masculina, o que corrobora as informações da documentação trabalhada, pois que os Kaingang, a partir de primeiras décadas do século XIX, foram muito apreciados na coleta e fabrico da erva-mate.

Apesar dos índios também empregarem-se no trabalho de confecção de cestos, chapéus e outros utensílios para venda nas vilas, o trabalho onde conseguiam maior renda era através da exploração da erva-mate. (Teschauer, 1905:137). Assim, podemos afirmar que, no período anterior ao estabelecimento dos aldeamentos, bem como já na vigência destes, os grupos localizados em Guarita e Nonohay eram empregados principalmente no fabrico da erva-mate e na construção de estradas e picadas. Nestas atividades, estavam sujeitos aos fazendeiros e ervateiros que os empregavam, bem como aos diretores dos aldeamentos. Sendo que o trabalho para um e

para outro era concomitante, muitas vezes. O aluguel aos ervateiros era realizado por períodos curtos, em que se ausentavam do aldeamento. Baseando-se em um manuscrito do Major Cypriano da Rocha Loires, no qual descreve a ocupação de Nonoai, Silveira observa que “Não produz a erva-mate, que é conduzida do sertão limítrofe do estado do Paraná [...]” (Silveira, 1979:337).

Sabemos que em 1857, a Câmara do município de Passo Fundo, que integrava os ervais do Campo Novo¹⁸, a noroeste deste município, decretou, através de seu código de posturas, a interdição dos ervais por mais de quatro anos. “Nesse período, a população do Campo Novo, que já excedia de 3.000 almas, reduziu-se a metade, ou a menos, pela emigração para outros ervais.” (idem:328).

Esta migração ocorreu, muito provavelmente, para os ervais da Província do Paraná, conforme as informações do diretor de Nonohay:

A menos que não vão trabalhar os Índios nos Ervais d'além do Goyoen, território da província de Paraná, em breve aqui escaceará a Erva mate, e não mais os Índios tirarão partido do seu fabrico; portanto mais a propósito acho a medida que autorizasse o emprego dos Índios no serviço das estradas; e por isso a Companhia de Pedestres deve ser composta de dois terços de Índios de todas as tribos (de preferência os caciques). (Correspondência de 28/12/1854 de José Joaquim de Oliveira ao presidente da província. Lata 299, maço 2 – AHRs).

Assim, podemos observar que em 1854, os indígenas que até então trabalhavam nos ervais têm suas atividades redirecionadas, devido aos interesses comerciais dos agentes da colonização.

Também se percebe que todas as medidas solicitadas por Oliveira, que comandou a reunião em Nonohay, referem-se direta ou indiretamente à exploração da erva-mate, uma vez que eram necessárias boas vias de escoamento do produto, que era vendido na fronteira de Itaqui ou São Borja: “e desejando eu melhorar este esperançoso lugar, [...] Assim, [...] o caminho será feito para entrar carreta nesta Aldeia, e isto muito (utilizará) ao mesmo comércio, e ao engrandecimento deste lugar.” (Correspondência de 03/12/1853, de José Joaquim de Oliveira ao presidente da província, Lata 299, maço 2 – AHRs).

Na situação de crescente controle e espoliação das áreas que constituíam seus territórios terras, os índios procuram preservar as terras das aldeias ou estabelecerem-se em

¹⁸ Estes se localizavam no território do futuro município de Palmeira das Missões, formando, na década de 1860 um conjunto que incluía a vila da Palmeira, a povoação de Campo Novo e a colônia Militar do Alto Uruguai.

pontos mais isolados, procurando estratégias práticas de sobrevivência nesta sociedade. Desta forma, iremos perceber que os grupos Kaingang estiveram plenamente na economia local, em condições diversas: como agricultores agregados nas fazendas, peões na pecuária, coletores de frutos diversos, principalmente, a erva-mate. Geralmente as atividades assim vinculadas à economia local eram sazonal que correspondiam a habilidades já desenvolvidas pelos Kaingang, como a coleta de frutos diversos. Trabalharam junto a fazendeiros e ervateiros nas condições de trabalhadores livres, serviçais ou como índios aldeados.

3.2 A expropriação dos territórios Kaingang: disputas pelas terras dos aldeamentos numa conjuntura de conflitos e negociações

Na segunda metade do século XIX, o projeto de integração das regiões do Planalto médio e do Alto Uruguai ganhava forte impulso através da abertura de estradas e da retaliação dos territórios indígenas. Através das estradas, o governo conseguiu penetrar nas florestas do Alto Uruguai. O acesso por via fluvial foi tentado a partir da década de 1870, mas o rio Uruguai oferecia inúmeras dificuldades. Em 1849, o presidente da Província havia proposto uma estrada que interligasse São Borja ao Pontão, “seguindo e subindo a margem esquerda do Rio Uruguai, nesta estrada e à medida que ela avançar se poderão demarcar muitas colônias e prontas a receberem moradores [...]” (Relatório de 1849, fl. 18 e 34. In: Anais da Assembléia Legislativa de Porto Alegre).

A partir da década de 1850, com a crescente abertura de estradas cortando o planalto, o governo provincial utilizou todos os recursos para afastar os Kaingang de seus territórios, sendo as principais medidas a organização de aldeamentos e a formação da Companhia de Pedestres, encarregada de bater os matos à procura de toldos indígenas. Em decorrência, intensificaram-se também as *correrias* Kaingang, praticadas principalmente por aqueles grupos não aldeados.

A Companhia de Pedestres do município de Passo Fundo foi criada em 1847, sendo seu comandante o Capitão Marcelino José do Carmo que tinha como principais funções recolher os índios que se achassem nas matas para os aldeamentos e para o trabalho nas roças (Nonnemacher, 1995:24). Muitos caciques também fizeram parte do corpo desta companhia, especialmente os da “Guarita”, que continuaram sendo distinguidos dos de Nonohay mesmo depois da reunião, sendo

isto incentivado pelos diretores. Não obstante, o governo provincial cooptou também colonos (provavelmente aqueles de poucas posses) como milícia das Guardas Nacionais contra as “tribos arredias”.

Com o objetivo de acelerar a colonização, o Governo Imperial da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, incumbiu o engenheiro Pierre Alphonse Booth Mabilde das primeiras medidas para a construção de uma estrada que deveria ligar o passo do Pontão, próximo ao Rio Uruguai, no município de Lagoa Vermelha, à Picada Feliz, no município de Caí. Através de um prolongamento até o Passo da Esperança, chegando até a Colônia de São Leopoldo." (Correspondência oficial de Mabilde ao Governo Provincial 14-1-1850. In: 1945).

Também fazia parte do projeto, a construção de uma estrada que costearia o Rio Uruguai, ligando o Passo do Pontão com o Passo do Ijuí, sendo considerada, assim como a primeira, uma empresa arriscada, já que ambas atravessavam a área onde vivam os “bugres” (Becker, 1995:301). A partir de então, os ataques aos trabalhadores das estradas se iniciam, já que estas cruzam diretamente o território de um grupo Kaingang, que:

ocupavam a área da mata compreendida entre o Rio das Antas até a parte meridional da Vacaria, descendo até a região banhada pelo Rio Caí. Formavam a última tribo de Coroados no Rio Grande do Sul a serem aldeados; somavam um total de 49 arranchamentos espalhados por esta área. (Becker, op. cit.: 301).

A intenção do governo provincial era a de abrir estradas por toda a região das matas, como meio de abrir estas áreas à colonização européia. Segundo Marcon,

A abertura de novas estradas foi a estratégia utilizada para a conquista dos índios e de suas terras. Daí o projeto do governo provincial para abrir uma estrada entrecortando toda a região das matas. Pelo projeto inicial a mesma partiria de São Borja, seguindo a margem esquerda do Rio Uruguai até a região do Pontão onde estavam localizados os índios do cacique Doble, às margens do Rio Pelotas. (Marcon, op. cit.: 103).

Em relatório à Assembléia Legislativa, o Presidente da Província é bastante claro: “Nesta estrada a medida que ela avançar, se poderão demarcar muitas colônias, e pelas prontas a receberem moradores” (Relatório do Presidente da Província, 1849, fl.18.)

Faziam parte também das medidas tomadas pelo governo para fazer progredir a colonização o alargamento das principais estradas, especialmente a que passava entre os matos castelhano e português, onde os indígenas freqüentemente atacavam viajantes e comitivas de tropas.

para afugentar os bugres selvagens que atacam viajantes nas picadas dos matos Português e Castelhana ordenei ao Tem. Cel. Antônio Maia, comandante do 2º batalhão de caçadores e da guarnição de Cruz Alta, que mandasse alargar com mais 20 braças as ditas picadas na extensão de duas léguas e meia pelo mato português e de meia légua pelo mato castelhano, [...]. (Relatório de 01/03/1846 ao Conde de Caxias. Fl.21).

Em carta datada de 13/3/1850 ao Presidente da Província, Mabilde refere-se aos constantes ataques dos “bugres”:

Tendo sido bastante incomodado no serviço da Picada que estou abrindo por ordem de Va. Excia. por motivo dos Bugres que em número de mais de duzentos têm saído nesta Picada, [...] ordenou que fizesse as despesas necessárias para com o sustento dos bugres e procurar pelos meios ao seu alcance de ver se os acostumava ao trabalho e a viverem Aldeados. [...]. Em virtude às recomendações que Va. Excia. me fez para evitar o quanto me fosse possível não repelir os bugres pela força logo que com eles me encontrasse neste sertão, tendo até agora podido conseguir a mantê-los e evitar que nos fizessem alguma desordem, e isto pude conseguir em dando-lhes roupas, carne e farinha; porém não me é possível continuar a fazê-lo, porque a maior parte da minha gente já está com falta de roupa por terem dado diariamente aos bugres aquela que podiam dispensar e assim evitar desordens. Como não me é possível continuar a dar roupas e ainda menos mantimentos, [...] **vendo-me neste caso, obrigado a afastar-me das ordens que tive a honra de receber verbalmente de Va. Excia. e atacar os Bugres e desalojá-los daqui se assim puder conseguir a fazê-lo, a fim de evitar os continuados impedimentos que eles põem na marcha de meus serviços.** (Correspondência de 13/03/1850. In: Duarte, 1945. Grifos meus).

Como resposta à Mabilde, o governo provincial manda-lhe as peças que havia solicitado, entre elas, 10 enxadas, 10 machados, 50 facas de cabo de osso, com o objetivo de “acostumá-los ao trabalho” (Ofício de 24/03/1850, do presidente da província).

A abertura da estrada estava diretamente ligada à expropriação do território daquele grupo Kaingang, que, em decorrência dela, recorreriam mais facilmente ao aldeamento, num momento (meados do século XIX) em que seus territórios tradicionais foram quase que completamente ocupados:

Indo sempre pessoalmente na frente em descoberta encontrei trinta e quatro arranchamentos ou alojamentos de Bugres, em várias partes do Sertão, e todos bastantes distantes entre si, porém sobre uma mesma cordilheira. Resolvi abrir a Picada pelo meio daqueles alojamentos para assim ficarem todos devastados. O resultado foi ficarem meio desacoroçados os Bugres, e terem-se mais depressa decidido a anuírem ao convite que lhes fazia de se retirarem daquele sertão como ao depois o fizeram. Das tribos de Coroados era a última nesta Província que ficava para se conquistar. Hoje estão no campo mansos e pacíficos, esperando de Va. Excia. o apoio e a proteção de que são dignos pela sua triste condição. (Correspondência de Mabilde ao Governo Provincial, 27/8/1850. In: Duarte, 1945).

Apesar das esperanças do engenheiro Mabilde, os grupos de Braga e Doble não se fixaram à nenhum dos aldeamentos, procurando antes alianças circunstanciais com o governo da

província ou com fazendeiros próximos e, ao mesmo tempo, atacando fazendas nas orlas das matas e os viajantes nas estradas. Estas alianças levaram à formação dos efêmeros aldeamentos do Campo do Meio, em 1851 e o de Santa Isabel, no início da década de 1860, quando o governo o instituiu especialmente para acomodar Doble e sua família.

Apesar da tensão e do iminente conflito, a turma de trabalhadores e os Kaingang puderam entrar em acordo: Conforme refere Mabilde, tais “presentes” serviam para apaziguar os indígenas, demonstrando que, apesar da determinação do governo em abrir as estradas atravessando as aldeias indígenas, este objetivo era conseguido somente através do assalto a estas aldeias ou através de um acordo com seu cacique. Esta última alternativa, seguida por Mabilde e por Doble, caracteriza-se por uma “concessão” feita ao cacique, que fez exigências ao engenheiro e, em última instância, ao governo. Tal opção refletiu-se - para os indígenas - na garantia de sua sobrevivência, apesar da perda do controle sobre o território. Conforme relata Mabilde em carta ao Presidente da Província:

Julguei de meu dever dar parte à Va. Excia. de ter-se-me apresentado no meio dessas matas aqueles Bugres que são os que o Cacique Victorino (Condá) não tem podido fazer sair do mato, nem eles querem por maneira alguma aldear-se. Contudo suponho que Va. S.a apresentando-se aqui, trazendo consigo baeta, lenços ordinários panos e alguns arranjos que são os que ordinariamente estamos dando para assim acomodá-los, suponho, digo, que por este meio Va. S.a consegue a fazê-los sair do mato e os poderá fazer aldear-se na Capela do Pontão, satisfazendo assim os desejos que o mesmo Exmo. Sr. (governador da Província) tem de ver prosperar os aldeamentos dos Bugres. Desde já advirto Va. S.a que estes Bugres para o Aldeamento de Nonoai não vão por serem estes índios inimigos da Tribo de Victorino (Condá) com quem sempre tem guerreado. (Correspondência 13/3/1850. In: Duarte, 1845).

Quanto ao povoamento da região do Pontão, Mabilde refere que muitos dos colonizadores eram estancieiros de posses, incluindo-se entre eles antigos moradores dos campos de Vacaria. Estes fazendeiros estavam deslocando-se para as regiões do planalto, a fim de aproveitarem-se do gado, instalando-se na região, considerada despovoada até então, ou seja, havia a promessa - desde que os indígenas fossem aldeados – de vastas terras para colonizar.

O proprietário do Campo e terreno em que se está edificando o Quartel, tem feito o que pode para obstar o arranchamento do povo neste lugar, [...] contudo o povo para cá corre e vai se arranchando diariamente [...]. Logo que cheguei a este lugar em tais dias setenta e tantas pessoas se me apresentaram, supondo que Va. Excia. me tinha incumbido de demarcar terrenos, [...] querendo aquelas pessoas que lhes demarcassem terrenos a fim de poderem edificá-los com casas, tanto para morara como para estabelecer casas de negócios [...]. A maior parte daquelas pessoas são estancieiros dos Campos Novos,

Vacaria e Lages, sendo a maior parte deles homens que possuíam fortunas não pequenas. (Correspondência de Mabilde ao Governo Provincial 1/3/1850).

Em agosto de 1851, Kaingangs chefiados pro Nicué, segundo as informações, atacou a fazenda de Mariano Pimentel, no Passo de Santa Bárbara, entre os atuais municípios de Bento Gonçalves e Veranópolis. O ataque ocorreu quando o proprietário se encontrava em Uruguaiana, contratando tropas a fim de levá-las a Sorocaba:

O massacre da família Pimentel, chefiado por Nicué, conhecido como João Grande, [...]. Uma das famílias mais afastadas da sede era a de João Mariano Pimentel, dono da estância de São João, uma vasta propriedade. Casado com Bárbara Borges Vieira, descendente de uma família de povoadores, [...]. Com eles viviam ainda o irmão Serafim, vários escravos e escravas e agregados. Mariano Pimentel [...]. Dedicava-se ao comércio de muars, levando-os para as feiras de Sorocaba e comprando-os na região, toda ela dada a esse criatório. [...]. O dia 5 de agosto de 1851 [...]. Os rapazes, chegando do campo, acabavam de encurrular uma das manadas e já haviam iniciado o aparte das mulas, quando os Coroados se aproximaram de mansinho e os alvejaram com certeiras flechas [...]. Arrombada uma janela, penetram os índios naquele lar honrado, procedendo ao roubo de ferramentas e ao rapto de moças, o que fizeram influenciados por um negro fugidio de São Francisco de Paula. (Gardelin, 1969a: 29).

Não havendo nenhuma força policial no recém criado município de Vacaria, a perseguição aos indígenas foi realizada por fazendeiros e colonos da região, sob o comando do Coronel José Luiz Teixeira, juntamente com Kaingang chefiados pelo cacique Doble:

Cacique Doble aquiesceu, porque era inimigo da tribo perseguida [...] logrou descobrir o ponto de entrada dos fugitivos na mata, o que conseguiu em virtude de conhecer as marcas convencionais dos selvagens: dobradura de ramos de arbustos com as pontas voltadas para a frente, à direita de quem entra, para indicar a direção da marcha [...] os fugitivos se dirigiam para as encostas do Rio das Antas, segundo se depreendia dos vestígios encontrados. Após alguns dias de angustiosa expectativa, chegam, enfim, às proximidades do paradeiro dos selvagens [...]. Batidos ali após cruento encontro, os bugres fugiram deixando os prisioneiros. (Mabilde, op. cit: 141).

Muitos fazendeiros consideravam-se em perigo com a intensificação das *correrias*, como foi o caso do comerciante de gado Clementino dos Santos Pacheco¹⁹, irmão do Barão do Jacuí, e que, conjuntamente com os outros três irmãos, possuía a enorme propriedade *Quatro Irmãos*, nas proximidades de Passo Fundo. Esta família era proveniente da vila do Príncipe ou da Lapa, próxima aos rios Negro e Iguazu, no Paraná, sendo que um dos irmãos, o Juiz de Direito José

¹⁹ Fazendeiro poderoso, que detinha cinco posses de campos, muitas tropas de gado e ainda 15 escravos (Clementino dos Santos Pacheco. Inventários – número 36, maço 1, 1856 – APERS).

Gaspar Santos Lima, havia se apossado de terras pertencentes aos indígenas *Coroados*, campos que se chamavam “Erexim” (Inventários Passo Fundo - nº36, maço 1, 1856 - APERS).

No entanto, a posse de Clementino sobre esta invernada foi contestada por D. Ana Joaquina Guimarães, viúva do major Antonio dos Santos Pacheco (idem: fl. 14). Parece que este campo era também contestado pelos indígenas, pois no documento, a autora da petição esclarece que tal campo, “chamado também de campo Bonito, é denominado entre os indígenas com o nome = Erexim=”.

Contudo, o comerciante estava certo de que o campestre onde viviam os Kaingang do grupo de Pedro Nicofé, lhe havia sido dado em doação por um de seus irmãos (Nonnemacher, 1995:97). Nesta ocasião, o campestre estava ocupado de modo mais permanente por duas famílias Kaingang que, no entanto, até o litígio familiar, conviveram bem com as atividades da invernada conhecida como “campos de Arechi” ou Erexim desde pelo menos 1850. Entretanto, envolvidos no litígio, foi escrito que os mesmos haviam “invadido” o local, devido às incitações de um vizinho, conforme o referido pelo negociante de tropas Clementino em carta enviada ao Diretor Geral dos Aldeamentos:

Aproveito a ocasião para fazer-lhe participante dos meus sofrimentos com os índios, motivados pelos conselhos de quem sei a muito se achava informado, pois que não satisfeitos com os incômodos e prejuízos que me tenham causado, sucede que agora há poucos dias foram ao campo de Arechi, desmancharam-me a mangueira e queimaram a casa, atropelaram os animais que eu ali tinha invernado, matando alguns e taparam a entrada para aquele campo na saída do lado de cá com cerca de tranqueiras falquejadas. Ainda fizeram uma derrubada no caminho e tudo isto não culpo tanto os índios, mas sim aqueles que por duas bem conhecidas irregulares condutas, viverem aconselhando a eles para que não se aldeiem e que pratiquem estes atos a fim de me prejudicarem [...]. (Carta, 10/10/1854. In: Nonnemacher, op. cit: 98).

No início de 1856, os grupos dos caciques Pedro Nicofé e Manuel Grande atacaram a fazenda dos Três Serros, de propriedade de Clementino dos Santos Pacheco. O conflito ocorreu em consequência, primeiramente, da intensificação apropriação fundiária com a especulação da colonização por imigrantes, mas também da conflitiva situação em que se encontrava o aldeamento de Nonoai, então sob a direção do Pe. Penteado (Silveira, op. cit.: 342), que reunia diversos grupos, muitas deles então considerados inimigos. Em ofício ao Diretor Geral dos Aldeamentos, o Pe. Penteado informava o ocorrido:

Cortado de dor, tomo a pena para participar a V. Exa. o bárbaro assassinato perpetrado pelos índios do malvado Nicofim, na pessoa do infeliz Clementino dos Santos Pacheco [...]. Tomei as providências seguintes: Despedi o major Prudente que, comigo se achava para reunir toda a sua tribo e entrar em seguimento dos assassinos para os capturar. Oficiei ao Comandante Marcelino no mesmo sentido e espero dele que me acompanhe, visto não ter gente bastante. Mandei também chamar o Doble na Vacaria com sua horda. (Ofício, 6/1/1856, Lata 299, maço 2 - AHRS).

A reunião dos dois chefes - Major Prudente e Doble - para caçar os assassinos junto com a Companhia de Pedestres e a Guarda Nacional, determinou a morte do cacique Nicofê e de outros índios de seu grupo, a prisão de outros e o aldeamento de poucas mulheres e crianças. Estas ações refletem um momento de inflexão na aliança entre Kaingang e os moradores locais, determinada pelo acirramento do movimento de ocupação de terras. Nesta conjuntura, o governo fomentou e se aproveitou das inimizades entre os Kaingang para proceder à captura dos assassinos: “Reunimos as duas forças para ir prender essa horda de Pedro Nicofim no dia 16 do corrente.” (Ofício de 22/01/1856, do Capitão da Guarda Nacional ao presidente, Lata 299, maço 2 - AHRS). Em ofício, o tenente Schell, comandante da Guarda Nacional, relatou a captura dos indígenas de Nicofê:

no dia 19 do corrente tratei de marchar com os presos a esta Freguesia e como tivesse que atravessar uma picada de uma légua de mato e temendo que já pudessem terem feito junção os extraviados da horda de Pedro com o Manuel Grande e sua gente e acometer minha força para tomar os presos na passagem da mencionada restinga e picada. Combinei com o Major Prudente e com 14 índios seus para que tomassem conta dos quatro presos mais atrevidos, sendo este Pedro Nicofim, Antonio Crespo, Neto e eu tomei conta de vinte e dois indígenas presos que são, sete índios, nove índias e seis menores. Por esta forma nos pusemos em marcha para esta freguesia. Ao aproximar-se da restinga do Papudo, o Major Antonio Prudente separou-se de sua força, ficando no comando dela seu subordinado, o indígena Tenente Portella que veio combinar comigo a melhor forma de passar-se adita restinga, quando ouvimos um tiro. Chegando ao lugar, encontramos mortos os quatro presos já nomeados. Informando-nos o major Prudente do acontecido, respondeu que os ditos quatro presos havendo tomado as armas de alguns de seus guardas, acometeram a escolta e do conflito resultou suas mortes porque a escolta era superior. (Ofício do comandante da Guarda Nacional de Passo Fundo ao presidente da província, 22/1/1856).

Quando os índios do grupo de João Grande atacam os fazendeiros da família Santos Pacheco, em 1856, o fizeram aparentemente por disputas em torno da posse de:

Uma invernada denominada o Erexim, além do Rio Passo fundo, entranhada na Serra do ato castelhano com meia légua mais ou menos em quadro, havida por doação feita por seu finado irmão Antonio dos Santos Pacheco, e sua cunhada Dona Anna Joaquina Guimarães, avaliada por seis centos mil réis. (Clementino dos Santos Pacheco. Inventários – número 36, maço 1, 1856 APERS).

Podendo ser este o motivo para o assassinato de Clementino, João Grande com mais alguns dos seus, atacam os fazendeiros - Clementino e um sobrinho - e os prováveis moradores da fazenda dos Três Serros, local onde ocorreram os assassinatos.

As “intrigas” em torno das terras do aldeamento, que culminaram com a morte deste fazendeiro e de outros –seus agregados – desenvolviam-se desde o início do processo de aldeamento. Estas terras eram muito cobiçadas por se encontrarem em ótimos campos e, mais precisamente, por serem, antes, terras devolutas do Império, o que significava que se os indígenas as abandonassem, perderiam o direito de usufruto sobre as mesmas. Foram várias as estratégias de particulares para se apoderarem de tais territórios, desde o amedrontamento dos índios até o oferecimento de vantagens caso estes fossem para fazendas particulares, como o emprego sazonal em atividades diversas – principalmente o fabrico da erva-mate e o cuidado do gado nas invernações.

Uma das estratégias para conseguir apossar-se dos campos dos aldeamentos era convencer os indígenas de que o mesmo era utilizado pelo Governo a fim de colocá-los em serviços públicos e corporações militares. Era também muito declarada e difundida a intenção do Governo de matá-los simplesmente:

o Diretor da Aldeia de Nonohay em ofício de 15 do corrente me participa terem ali aparecido indivíduos, entre eles um pardo José Pedro, que hoje vaga com o suposto nome de Jacintho José Corrêa e que consta ser escravo do Capitão Francisco José Dias d' Almeida, propalando aos Índios indígenas (sic) que os brancos os querem enganar, e o Governo Catequizar para oportunamente os mandar matar, tanto assim que existindo já arranchados no campo do meio porção deles repentinamente desapareceram, e também os mesmos aldeados andam bastante desconfiados a ponto de já ter pretendido ausentar-se o seu Capitão Pedro com sua gente, [...] o mencionado pardo José Pedro, [...] é protegido pelo subdelegado do respectivo Distrito. [...]. (Correspondência de 22 de novembro de 1848, Lata 300, maço3 – AHRS).

Esta foi a causa, segundo o Diretor Geral dos Índios, para que o aldeamento de Nonohay fosse esvaziado em duas ocasiões. Por volta de junho de 1848, Rocha Loires havia deixado a diretoria do aldeamento “a um habitante dali de nome Francisco Maximo que servia de secretário daquela Coletoria” (Correspondência de 26/07/1848, Lata 299, maço 2 – AHRS).

Uma correspondência do Pe. Parés traduz a situação tensa em que o aldeamento de Nonohay encontrava-se em meados de 1848, devido à ocupação dos terrenos destinados ao aldeamento pelo seu anterior diretor, Cipryano Rocha Loires:

Advirto V. S. que os Índios estão muito descontentes com a falta de gêneros para eles, e já não querem acreditar em promessas e me parece que se por todo o mês de Agosto não houver melhores providências ficará todo este trabalho inutilizado, chegando já tanto a audácia deles que uns poucos que estavam arranchados junto à fazenda do Rocha quiseram no dia 14 atacar a mesma, que está dirigida por um capataz [afamiliado?], porém retiraram-se deixando ali seus arranchamentos. (Correspondência de 26/07/1848, Lata 299, maço 2 – AHRS).

A situação desta ocupação, que em si não era ilegal, já que o próprio Regimento das Missões de 1845 (Decreto 426, de 24/07/1845, In: Cunha, 1992:194) previa que cada diretor de aldeamento poderia tomar para si parte das terras do mesmo, chegou, entretanto, às esferas superiores do governo, devido talvez ao exagero cometido por Rocha. A correspondência de 26/02/1851 de José Joaquim d'Andrade Neves ao Chefe de Divisão Pedro Francisco de Oliveira informava que:

Sou informado que o motivo dos Índios do Aldeamento de Nonohay se desgostarem, e ser já a segunda vez que se tem retirado, é em razão do dito aldeamento ser em uns campos muito bons, com divisas naturais d'um Serrito, e o Rio do passo Fundo, pelo que várias pessoas querendo se apossar deles tem incutido temor nos Índios dizendo-lhes que o Governo os quer domesticar, e ao depois sentar-lhes praça em 1º Linha. João Cypriano da Rocha Loires foi o primeiro Diretor deste aldeamento, o qual tendo pedido ao ex Presidente Senhor Galvão permissão para fazer uma casa, hoje acha-se com um grande estabelecimento, como querendo apossar-se dos terrenos do aldeamento: O Subdelegado de polícia também é um dos interessados neste negócio, [...]. (Correspondência de 26/02/1851, Lata 300, maço 3 – AHRS).

O subdelegado de Polícia citado acima era Joaquim da Silva Portella, do distrito de Passo Fundo, que em meados de 1848 substituiu ao Rocha Loires na direção do aldeamento de Nonohay em novembro de 1848. (Correspondência de 22 de novembro de 1848, Lata 300, maço 3 -AHRS).

Sobre a disputa em torno dos campos de Nonohay, escreve Silveira (1909) que em 1846, João Cypriano da Rocha Loires, primeiro diretor do aldeamento de Nonohay,

transpôs o Uruguay no passo do Goyen e por sua conta e risco, passou a catequizar os índios coroados [...] mas em pouco mais de dois anos, teve de incorrer na má vontade do comendador José Joaquim d' Oliveira, diretor do diminuto aldeamento da Guarita, e do genro deste, o juiz de direito José Gaspar dos Santos Lima, cujo irmão Clementino dos Santos Pacheco, apossara-se de grande extensão de terras do patrimônio dos índios, ou pelo menos consideradas tais. (Silveira, op. cit.: 437-8).

Apesar de Rocha Loures ter se apropriado abusivamente de terras do aldeamento, percebe-se que a posse de Rocha dentro do aldeamento de Nonohay somente foi tão contestada

devido ao acordo estabelecido com os indígenas que haviam ali se estabelecido quando da construção da estrada que passaria pelo Goio-en.

O subdelegado de Polícia citado acima era Joaquim da Silva Portella, do distrito de Passo Fundo, que em meados de 1848 substituiu ao Rocha Loires na direção do aldeamento de Nonohay em novembro de 1848. (Correspondência de 22 de novembro de 1848, Lata 300, maço 3 - AHRS).

Em 1851, os indígenas ameaçaram matar Rocha Loires e pediam providências do governo através do missionário que estava entre eles. Em correspondência ao diretor geral, datada de 23/02/1851, o Pe. Superior Parés transcreveu uma carta enviada a ele pelo Pe. Villarrubia, na qual ficam expostos os motivos que os índios de Nonohay tinham para planejar o ataque à Rocha, que, no entanto, não aconteceu. O que se transcreve agora é a carta do Pe. Villarrubia, datada de 13/02/1851:

No dia 1º deste mês tive uma visita e conferência do velho Nonohay. Eu não tinha ido visitar eles no seu toldo por saber que estavam todos no rio da Vargem e que tinham passado até a Guarita. Vieram com o velho uns 50 homens: eu estava já prevenido de que tinham de vir a fazer reclamações contra da posse n'estes campos do Snr. Rocha, e que alguns dos principais queriam por força botar ele dos campos, derrubar as casas e matar os animais. O velho Nonohay os conteve, e ele foi quem nesta conferência falou com mais energia. A substância de sua fala foi:

1º O Snr. Rocha nos ameaça perseguir com força armada, não quer que moremos **nos campos que ele chama seus, e que são nossos**, pois n'eles nascemos, n'ele estão enterrados os nossos pais, n'eles estávamos nós quando ele veio de Palmas com a gente do Victorino e **nunca os temos abandonado**;

2º O Snr. Rocha fez derrubar as casas que tínhamos feito no campo quando o Snr. Presidente nos mandou dizer que saíssemos dos matos;

3º O Snr. Rocha se queixa injustamente de nós, quando se perde ou morre algum de seus animais, dizendo que nós matamos ou roubamos;

4º Se nós permitimos que o Snr. Rocha fique com esse grande campo que chama seu, logo tem de vir outros da Vilhinha e Passo Fundo a tomar posse do campo, e nos sucederá o que aos de Garapuava que tudo perderam e foram botados fora por intrigas do Pai do Snr. Rocha.

Estas foram as razões do velho Nonohay das que concluía exigindo desde já a expulsão do Snr. Rocha d'estes campos. Eu lhe respondi que não acreditasse nas ameaças do Snr. Rocha, [...] que nós não podíamos botar fora ao Snr. Rocha, mas que eu lhe prometia de elevar ao Snr. Presidente as suas queixas e razões, que entre tanto esperassem e se sujeitassem ao que o Governo determinasse, [...] disseram que logo que chegasse o P. Bernardo queriam tratar com ele para que fizesse sair do campo ao Snr. Rocha. (Correspondência de 13/02/1851, do Pe. Villarrubia ao Pe. Parés. In: Correspondência de 23/02/1851 do Pe. Parés ao diretor geral, Lata 300, maço 3 – AHRS).

O Pe. Parés informava sobre a insatisfação com a tomada de terras do aldeamento de Nonohay, quando rememorava os episódios conflituos de Guarapuava e Palmas:

pois não somente a gente de Nonohay, as todos os Bugres [clamam] sobre o mesmo, e mais depois que chegaram os de Palmas, de cujos campos foram botados sem que a proteção do Governo de S. Paulo lhes valesse a tanta distância contra a cobiça dos intrusos. (Correspondência de 23/02/1851, do Pe. Parés do diretor geral, lata 300, maço 3 – AHRS).

Ainda sobre a concepção de domínio sobre determinado território ou campo, percebemos através do relato do pe. Villarrubia que os índios de Nonohay tinham uma concepção própria sobre o mesmo, já que afirmavam que nunca abandonaram os campos reclamados, não importando, assim, os constantes deslocamentos dentro de uma área contígua, pois os Kaingang consideravam este procedimento necessário para lograr dominar o território no qual estabeleciam suas aldeias.

Baseado na correspondência de João Batista Vidal de Almeida Pillar, então diretor geral das Aldeias da Província, o presidente da província reconhecia a arbitrariedade das posses havidas dentro do território do aldeamento de Nonohay:

Constando-me que alguns indivíduos se tem apossado arbitrariamente de terras no aldeamento de Nonohay com inteiro detrimento dos indígenas, a quem tem deixado ficar sem lugar para suas lavouras., ordenei em 12 do mês passado ao respectivo diretor, que sindicasse sobre esse fato e informasse minuciosamente, indicando as medidas a tomar para assegurar aos indígenas a propriedade de suas terras. (Relatório de 1871. In: 1957: 85).

No entanto, o desfecho desta situação reconhecidamente arbitrária, foi a legitimação das posses de Rocha dentro das terras destinadas ao aldeamento:

Pelo Relatório de meu antecessor fostes inteirados de que alguns indivíduos se haviam arbitrariamente apossado de terras do Aldeamento de Nonoai, [...]. Cumpre-nos agora dizer-vos, continuando estes esclarecimentos, que o Major Cypriano da Rocha Loires, a quem se acusava ser o principal ocupante destas terras, requereu o ser conservado na posse das terras a que se julgava com direito, e que por despacho de 23 de junho se mandou proceder à necessária medição e demarcação, afim de conhecer-se se tinha ou não fundamento a sua alegação. (Fala do presidente da Província de 1872. In: 1957:185-6).

Em 3/6/1876 foi realizada a medição judicial legitimando duas posses de João Cypriano da Rocha Loires, então localizada na freguesia de Nonohay do município da Palmeira, outrora pertencente a Passo Fundo. Sua extensão era de

vinte e quatro milhões oitocentos setenta e dois mil metros quadrados confrontando ao Norte com o arroio do Cerro e terras devolutas, a Leste com o rio Passo Fundo, ao Sul

com o rio Tabuão e terras devolutas, ao Oeste com a Serra Geral. (“Título de legitimação passado a favor de João Cypriano da Rocha Loires de 24/01/1877”. In: Livro da Lei de Terras de 1850- UNISINOS – doc.305.).

As posses de Rocha dentro do aldeamento de Nonohay cobriam a extensão de aproximadamente 2.486 hectares, que o mesmo havia alugados a tropeiros para internada de gados.

Até a década de 1850, todos os campos nativos do planalto já estavam ocupados²⁰ e convertidos em fazendas e sesmarias. Zarth considera que a privatização dos ervais públicos e das terras de floresta iniciou-se a partir da década de 1860, envolvendo os ervateiros em uma longa luta contra os fazendeiros, o que corroborou para que muitos destes ingressassem nas fazendas para trabalhar como agricultores ou peões²¹. Segundo as formas de “apropriação” então previstas, “[...] os coletores de mate não eram posseiros no sentido jurídico da palavra, o que os tornava vulneráveis aos processos de apropriação que iriam se desenrolar no decorrer do século XIX.” (Zarth, op. cit.: 59).

A Lei de Terras veio legitimar as apropriações feitas durante este período, e ainda muitas outras feitas em períodos anteriores, já que no seu artigo 3º, expõe que são terras devolutas aquelas que:

As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou provincial, não incursas em comisso por falta de cumprimento das condições de mediação, confirmação e cultura. As que não se acharem dadas por sesmarias ou outras concessões do Governo, que apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta lei. (Brasil, 1983:357-358 apud Linhares, 1998:128).

A lei N.º601 de 1850, a chamada Lei de Terras, não permitia a aquisição de terras públicas (pertencentes ao império) por outro meio que não fosse à compra das mesmas. (Linhares

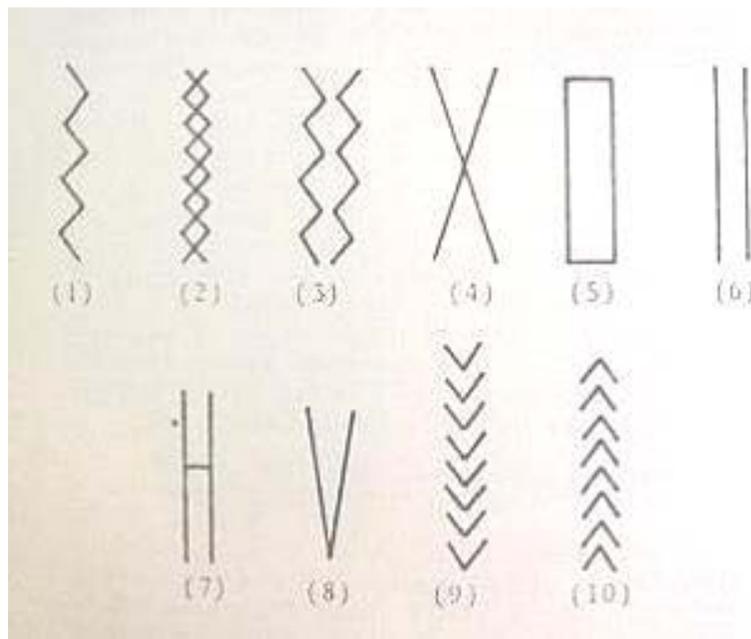
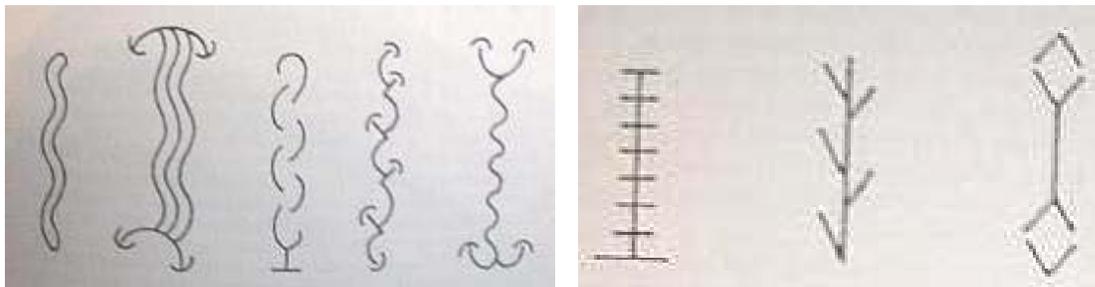
²⁰ A legislação de doação de sesmarias vigorou até 1822, sendo que, entre esta data e o ano de 1850, prevaleceram aquisições de terras pela posse, ou seja, a simples instalação na terra. Segundo Telmo Marcon, “*Na ausência de uma legislação regulamentando o acesso às novas terras “devolutas”, o que predominou foi a imposição do poder dos “coronéis” locais, que se apoderam de enormes extensões de terras ou que criaram um poder paralelo para doá-las a terceiros*” (Marcon, 1994: 69). Neste período, ocorre a apropriação de extensas áreas no planalto médio e região do alto Uruguai. Conforme Francisco Oliveira, estas apropriações foram autorizadas pelo comando da Fronteira de São Borja, autoridade responsável pela distribuição dos campos devolutos desta região das missões, que compreendia o planalto médio sulino. (Oliveira, 1909:11).

²¹ As áreas de floresta eram ocupadas por estes trabalhadores livres, os caboclos que mantinham relações de trabalho com os estancieiros. Estas últimas traduziam-se por relações clientelísticas, onde havia o fazendeiro patrão e o agregado, trabalhador livre atrelado ao fazendeiro através da influência deste na sociedade local totalmente, desde a obtenção dos meios de subsistência até a venda de seus produtos agrícolas (alimentos excedentes que o lavrador vendia no mercado local) e a compra de artigos manufaturados vendidos geralmente nas vendas dentro ou próximo às fazendas. (Zarth, op. cit.: 58-60).

op. cit.:127-130). A apropriação de grandes extensões de terra, regularizadas ou não, realizou-se por meio da expropriação direta dos tradicionais territórios de diversas comunidades indígenas que habitavam diferentes meio-ambientes da região.

A política oficial não admitia às comunidades indígenas o direito a terra como decorrência de sua ocupação. Os aldeamentos eram constituídos em terras devolutas, únicos territórios destinados aos indígenas no projeto de colonização proposto pelo poder executivo. (Lei 601, de 1850, Art. 12. In: Brasil, 1983:359, apud Linhares op. cit.: 129).

A posse não era condição suficiente para a legitimação. O artigo 6º da Lei informa que justamente as ocupações de indígenas e caboclos de “simples roçados, ranchos, toldos, queimadas de mata” não eram suficientes para legitimar a posse de tais áreas por estes grupos, sendo necessária que a terra se encontrasse cultivada e com morada habitual. (idem:358 apud idem:130). Deste modo de entender “posse” e “ocupação” de determinado território, chocava-se com o entendimento e modo de exploração do território vivenciado pelas comunidades indígenas. Entre os Kaingang, o território era dividido por cada grupo de famílias, as quais tinham suas marcas próprias, reproduzindo-as em troncos de pinheiros nos limites de cada território, ou subterritório. Conforme visto anteriormente, havia vários grupos subordinados a um grande chefe ou cacique principal, e cada qual possuía um território definido e “nele circulavam durante os meses do ano, sempre retornando a seu alojamento ou aldeia principal, onde mantinham suas roças” (Veiga, 2000:2). A ocupação e a exploração dos diversos nichos ecológicos dentro do território de cada grupo local eram sazonais, sendo que a aldeia representava o lugar de morada fixa, onde realizavam seus rituais e plantavam suas roças.



Fonte: Mabilde, 1983:146-7

Estas marcas foram vistas pelos engenheiros e agrimensores que trabalhavam na área do planalto. Mabilde as desenhou e integrou aos seus apontamentos. Tais marcas eram feitas em pinheiros de araucária, servindo para delimitar o território ou o pinheiral de uma família, ou “subtribo”. Estas marcas eram próprias a cada grupo ou indivíduo, que utilizavam as mesmas em suas pinturas corporais e motivos de suas lanças e outras armas.

Assim, sua economia estava totalmente baseada nos diferentes ecossistemas e nas oportunidades que um território amplo permitia. A oportunidade de exploração de um grande território foi criada por meio de alianças que permitiram o acesso de vários grupos vizinhos a um território de exploração comum, sendo resguardados os direitos de cada aldeia ou grupo sobre o território que especificamente ocupava. Estes grupos locais subordinados a um cacique “principal”, então explorariam e guardariam um grande território. A subordinação de vários

grupos Kaingang a um cacique, parece, no entanto, estar mais bem identificada com uma confederação de aldeias aliadas com o objetivo de preservar um território amplo.

Juracilda Veiga desenvolve interessante argumento, que se contrapõe à idéia generalizada de que os cultivos entre os Kaingang fossem pouco manejados, o que contribui para a idéia de nomadismo desta sociedade: a autora afirma que a sociedade Kaingang tem seus rituais baseados nos cultivos, como é o caso do Kikikoi (culto aos mortos), importante ritual que separa os mortos do mundo dos vivos, no qual é servida uma bebida à base de milho fermentado, mel e água, o Kiki. (Veiga, op. cit.:195). Mabilde refere que os *Coroados* faziam bebidas fermentadas também a partir dos frutos de dois tipos de palmeira, em especial a do buriti, mas que nunca a usavam em suas festas, somente o milho (Mabilde, op. cit.:117). O frei capucho Luiz de Cemitille, que trabalhou na catequese dos índios Kaingang no aldeamento de São Jerônimo da Serra no Paraná, afirmou que a festa dos mortos era sempre realizada no tempo em que o milho estava maduro. (Cemitille, 1882. In: Taunay, 1931: 62). Francisco Noelli (1996:34) também aponta a importância e antiguidade dos cultivos entre os Kaingang.

Partindo destes argumentos, Veiga infere que a sociedade Kaingang não deve ser caracterizada como nômade, pois possuía como base de sua organização, a idéia de um território fixo e marcado por concepções culturais e sociais próprias – este seria o planalto meridional brasileiro. (Veiga, 2000:196; Seeger e Castro, 1979:104).

A Lei de Terras, de 1850, tornou a terra uma mercadoria, excluindo índios, mestiços, entre outros, de seu acesso, garantindo, entretanto, a legitimação das apropriações de extensas áreas de terra, consolidando assim o processo de expropriação dos territórios originários das comunidades indígenas. O processo de apropriação de terras consolidou-se após 1854, com o início dos processos de tramitação para a legitimação das posses dos campos nativos da região. Grande parte das medições das posses que ocorreram nas décadas de 1830 e 40 inicia-se nos primeiros anos da década de 1870.

Até a década de 1850, todos os campos nativos do planalto estavam já apropriados, convertidos em fazendas e sesmarias. A partir de então, o que ocorre é a ocupação de áreas florestais por aqueles que já eram grandes ou médios proprietários de terras e, concomitantemente, a criação de um mercado de terras para alimentar a colonização européia.

Através da análise dos Autos de legitimação de posses, podemos identificar alguns destes grandes posseiros, pessoas que gozavam de um grande poder local, seja como comerciantes,

políticos ou ainda funcionários da província. Desta forma, os fazendeiros podiam aproveitar-se vantajosamente do que a Lei de nº 601 de 18 de setembro de 1850 dispunha. O artigo quinto da Lei de Terras informa em seu primeiro parágrafo:

cada terra em posse de cultura ou em campos de criação compreenderá: **além do terreno aproveitado ou do necessário para pastagens dos animais que tiver o posseiro, outro tanto mais de terreno devoluto que houver contínuo**, contanto que em nenhum a extensão total da posse exceda a de uma sesmaria, para cultura ou criação, igual às últimas concedidas na mesma comarca ou nas mais vizinhas. (Lei nº601 de 18 de setembro de 1850. In: Coletânea da legislação agrária do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura do RS, 1961:6. Grifos meus).

Nos Autos de Legitimação de Posses, além de declarar a extensão da posse, o posseiro declarava, também, a existência de terrenos devolutos contíguos à dita posse, a fim de estender suas propriedades. (Auto de Legitimação de Posses. n. 966. Autor: José Joaquim de Oliveira, 1872, Passo Fundo, AHRS.).

Paulo Zarth afirma que este avanço sobre as terras florestais e os ervais ocorreu depois da regulamentação da referida lei, num momento em que todos os campos nativos estavam já apropriados, e as terras de floresta e ervais passaram a constituir uma fronteira aberta à apropriação.

A ocupação, via coerção ou mesmo através da compra das terras cobertas por florestas, teve como objetivo principal formar um mercado de terras a fim de vendê-las aos brancos provenientes de outras regiões “coloniais” e aos imigrantes europeus que, novamente, começavam a chegar ao estado, de forma crescente. A iniciativa, amparada pelo estado e pela Lei de Terras de 1850, promoveu a concentração fundiária através dos especuladores, que, em seguida, as venderam aos imigrantes. Zarth comenta o aparente paradoxo de tais práticas:

A presença de agricultores imigrantes europeus, solicitada pelas próprias autoridades locais, parece ser paradoxal quando havia considerável população de camponeses nacionais. No entanto, **essa população foi utilizada como mão-de-obra para a construção da infra-estrutura** nos empreendimentos das companhias de colonização e para as atividades das estâncias de gado. (Zarth, 1997:10. Grifos meus).

Tal situação ocorreu também com os indígenas aldeados, que eram constantemente deslocados em função dos seus trabalhos rotineiros para, principalmente, participar da construção e conservação das estradas que ligavam o município aos centros consumidores.

A partir da Lei de Terras, as negociações para um aldeamento foram muitas vezes promovidas por fazendeiros locais, agrimensores e engenheiros na abertura de estradas, além dos missionários. Nos trabalhos de medição e demarcação das terras em cumprimento ao decreto de 30 de janeiro de 1854, regulamentando a Lei de Terras, os próprios agrimensores e engenheiros estavam encarregados de estabelecer contatos com os Kaingang, objetivando seu aldeamento. (Decreto nº1318 de 30/01/1854, In: Brasil, 1983:364 apud Linhares, op. cit.:132). Este procedimento provocou muitos ataques às comissões de medição. De fato, os engenheiros e os agrimensores fizeram parte do processo de tomada das terras indígenas, como agentes promotores da colonização.

As informações constantes do Livro dos Autos de legitimação de posses permitem a constatação da existência de grandes fazendas, bem como de estabelecimentos menores na área do antigo município de Passo Fundo. Preferimos analisar estas legitimações baseando-nos nos critérios do proprietário, e não no das posses. Dentre os pequenos e médios proprietários, muitos se encontravam na vila de Nonohay, correspondendo a estabelecimentos voltados para o beneficiamento de produtos agrícolas, bem como ao comércio.

Entre os proprietários de grandes fazendas instaladas no distrito de Nonohay, podemos destacar Francisco José dos Santos e os herdeiros de João de Vergueiros (Autos 805, APERS), João Cipriano da Rocha Loires, com duas posses no total de 2.700 hectares (Autos 319 e 320 - APERS). A fazenda dos Quatro Irmãos, com cerca de 94.000 hectares, de posse da família Santos Pacheco, encontrava-se nas proximidades dos campos de Nonohay. (Auto 518 - APERS). Existia, ainda, a fazenda do Sarandi, de propriedade dos herdeiros do comendador Vergueiro, com 58.000 hectares (Autos 554 - APERS).

Com pequenos estabelecimentos em Nonohay, tem-se o exemplo de Francisco Theodoro de Oliveira, com cerca de 370 hectares e de João Mathias Müller, que era proprietário de uma posse de cerca de 120 hectares, que tinha como uma das divisas o próprio aldeamento de Nonohay. Também no então município de Santo Antonio da Palmeira, houve o estabelecimento de grandes fazendas e invernadas. (Autos de Legitimação de Posses 923; 927 e 928 APERS).

Em 1878, a maioria dos estrangeiros estabelecidos encontrava-se nos sexto e sétimo distritos de Passo Fundo, correspondendo aos distritos de Soledade e Lagoão (Autos 842; 822 e 678 APERS). Beschoren argumenta que na década de 1870, houve um incremento da população

estrangeira nestes locais, principalmente de alemães, que dominavam o negócio de extração e exportação de pedras preciosas, comuns nos referidos distritos.

Ainda neste período – década de 1870 – aparecem nos Autos de legitimação de posses aparecem indicações da existência de muitas terras devolutas, constando da maioria dos registros, a existência de terras e matos devolutos contíguos às posses requeridas. Como já afirmamos, nos Autos de Legitimação de Posses, além de declarar a extensão da posse, o posseiro declarava, também, a existência de terrenos devolutos contíguos à dita posse, quando estes existiam. (AUTO de Legitimação de Posses n. 966. Autor: José Joaquim de Oliveira, 1872, Passo Fundo, AHRs.). De um total de 83 proprietários que requererão a legitimação de suas posses no município de Passo Fundo durante a década de 1870, 63 dos Autos informam a existência de terras devolutas contíguas.

Assim, veremos que, apesar do extenso processo de apossamento de terras a partir de meados do século XIX, ainda existiam em 1870 zonas de florestas não apropriadas, mas não desertas, já que, muito provavelmente, estariam habitadas por pessoas livres e pobres, dedicadas ao trabalho de fabrico da erva-mate a jornal aos fazendeiros, muitos dos quais proprietários das terras onde se encontravam os ervais.

Neste contexto, Hensel aponta para a ocorrência de uma dispersão dos indígenas pelo território, em esconderijos, de onde lançavam seus assaltos aos civilizados. Acerca dos “indígenas selvagens”, porém, afirma que é quase impossível saber ao certo quantos eram e onde estavam, visto o interesse dos diretores de aldeamento em minimizar o seu número diante da dificuldade de fazê-los sair dos matos para os aldeamentos. Ainda assim, observa que:

Parece que principalmente no alto Taquari e entre este e o Cai ainda se encontra ‘coroados’ completamente selvagens, como e de supor pelos assaltos periódicos, porem agora quase sufocados, às colônias alemãs do mato virgem. Entretanto, não é inverossímil atribuir-se alguns destes saques aos índios civilizados, notavelmente os de Caseros que de vez em quando desaparecem de suas colônias [...]. (Hensel [1894], 1957:161).

Sobre os Botocudos, em meados da década de 1860, o mesmo autor observa que:

Devido à sua ferocidade eles eram muito temidos e bastante molestaram os primeiros colonos alemães no mato virgem. Parece que atualmente estão completamente afastados e a sua morada se limita às províncias do Paraná e Santa Catarina onde especialmente a colônia de Brusque tem sido alvo de seus ataques. (Hensel, 1928: 67).

No início da década de 1860, a região do Alto Uruguai já estava sendo explorada pelo governo imperial, com o objetivo de colonizá-la. Em 1860, uma comissão de engenheiros foi enviada para “abrir uma picada no fundo do rincão da Guarita e descobrir a barra do Peperi-Guassú. Deveriam demarcar aí uma colônia militar.” (Silveira, 1979:329). Esta colônia militar²² ficou conhecida como Colônia Militar do Alto Uruguai, fixada nas proximidades do rio Uruguai, entre o rio Turvo e o arroio do Herval, próximo ao aldeamento de Guarita e do povo do Campo Novo. (Mapa da Província do Rio Grande do Sul, 1886, por Maximiliano Beschoren). A Colônia Militar do Alto Uruguai, por sua vez, foi edificada para conter o acesso de paraguaios e correntinos aos ervais da margem esquerda do Peperi-Guassu:

que o governo de Corrientes promove uma associação de pessoas para entrarem fabricar erva nos riquíssimos Ervais da margem esquerda do Pipiri-Guassú, território brasileiro, hoje da Província do Paraná [...] só o estabelecimento de uma Colônia Militar na margem do Uruguay, ao pé da confluência deste rio, pode prevenir que os correntinos ali se introduzam [...]. (Correspondência de 28/12/1854 de José Joaquim de Oliveira ao presidente da província – lata 299, maço 2 – AHRS).

No contexto da aceleração dos preparativos para a colonização do território, os aldeamentos tornaram-se espaços produtivos, não somente através do trabalho dos índios, mas também devido aos excelentes campos que a região de Nonohay dispunha, e pelo interesse nos ricos vales do rio Uruguai.

As terras dos aldeamentos foram reservadas dentre as terras devolutas do Império do Brasil para usufruto dos indígenas. (Cap. VI do Decreto de 30 de janeiro de 1854. In: Brasil, 1983:97, apud Linhares op. cit.: 139). No entanto, grande parte das terras encontrava-se aforada a brancos. Os resultados de tal política, propiciada e muito estimulada pelo Império, foram usados para afirmar que os índios haviam se “confundido com a massa da população” (Ofício de 16/06/1851, lata 300, maço3 – AHRS; Relatório do presidente da província de 1888), justificando a extinção de muitos aldeamentos ou ainda, como no caso, a diminuição considerável de seus terrenos.

para que tendo conhecimento do que se dispõe n’aqueles Avisos, mande-se questurar e incorporar aos Próprios Nacionais todas as terras concedidas aos Índios que já não vivam aldeados, mas sim dispersos e confundidos com a massa da população; por que tais terras devem ser aproveitadas na forma da dita Lei nº 601, uma vez que não estejam ocupadas aforadas, ou arrendadas cumprindo por isso averiguar se existem os títulos dos

²² A colônia militar de Caseros localizava-se no município de Vacaria, sendo primeiramente criada para soldados negros.

respectivos contratos, [...]. (Ofício de 16/06/1851, do residente da província ao diretor geral. Lata 300, maço 3 – AHRs).

As terras destinadas aos aldeamentos iniciais localizavam-se em campos excelentes, com “boas aguadas”, escolhidos pelos próprios índios, conforme indica a documentação. Os Kaingang afirmavam que haviam mantido sua ocupação continuamente, ainda que apenas com parte dos grupos, (Correspondência de 08/02/1851, Lata 300, maço 3 - AHRs) esforçando-se, assim, em manter a posse de toda sua extensão, que no momento de sua demarcação pelo Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais, em 1913, eram de 34.908 hectares. Moreira Neto (1971) argumenta que a ação dos diretores dos aldeamentos - entre outros agentes da ocupação -, esteve francamente comprometida com os interesses da sociedade local na exploração de seus recursos. Uma das maneiras de incluir os indígenas nas esferas econômica e social da mesma foi o incentivo de inserção de colonos brancos dentro do aldeamento, para “ensinarem aos bugres o trabalho”, o que foi incentivado pelo diretor José Joaquim de Oliveira. (Correspondência de 21/01/1850, Lata 300, maço 3 – AHRs).

Em muitos casos, não mais de um ou dois anos de intervalo existem entre a fundação do aldeamento indígena e sua integral substituição por colonos brancos que se apossam de todas as terras e forçam a transferência maciça dos índios aldeados para outras áreas de menor interesse econômico. (Moreira Neto, 1971:75).

Assim, em 1872, o relatório referente à Missão de Nonohay do padre jesuíta José Stüer, à frente do curato que compreendia então a vila de Nonohay, informa que sua população compunha-se de mais de mil pessoas, sendo, talvez, 1300 brasileiros livres, 300 índios e 60 a 70 escravos. Informa que o aldeamento ficava a “quase meia hora distante da vila”, a qual

tem povinho com 20-25 casas todas de tábuas e pouco acomodadas, entre elas umas 10 lojas de venda; fora de 3 ou 4 carpinteiros não tem oficiais; quase todos moradores se ocupam com a erva ou a lavoura; nas margens do Goio-ene tem alguns engenhos de cana. [...]. Os índios [...] vivem quase sempre retirados no mato, fazendo erva, ou nas roças ou na caça e nas suas ocupações são tão dispersos que não facilmente se pode ir para ajuntá-los e influir neles. As razões são a sua índole tardia e preguiçosa, a falta de bons exemplos dos outros moradores e a falta de providências convenientes de cima. [...]. Das três vistas que fiz aos bugres [...]. Estes poucos restos dos índios misturaram-se com os brancos, de sorte que podem-se considerar como extintos. (Relatório de 1872 do Pe. José Stüer S. J. da Missão de Nonohay, In: Teschauer, 1905:162 e 165).

Em 1883, Beschoren refere que as terras de Passo Fundo constituem-se de 6.000 km de campos e 12.400 de floresta, tendo o município, quando do recenseamento nacional de 1872,

uma população de 7.287 habitantes. Beschoren refere ainda que a vila de Passo Fundo, sede do município, apresenta 1.200 habitantes, sendo que

Desta população, um terço são famílias alemãs e outro terço famílias brasileiras de origem alemã. Entre negociantes e operários conta com 19 casas de comércio, 1 curtidor, 2 seleiros, 4 sapateiros, 3 ferrarias, 3 açougueiros, 7 marceneiros e carpinteiros, 3 pedreiros, 1 funileiro, 1 relojoeiro, 1 fabricante de cerveja, 2 hospedarias. Destes, a maioria são alemães. O elemento alemão é, portanto, fortemente representado, e possui em qualquer tipo de negócio, seja na profissão ou indústria, uma posição dominadora e de destaque. (Beschoren, 1989:35).

No início da década de 1880, o município de Passo Fundo incluía mais quatro pequenas vilas:

ao norte, a paróquia de Nonoai. A Oeste, na estrada na estrada que vai a Cruz Alta, está situada a vila de Carazinho, [...]. Duas léguas a nordeste de Passo Fundo, diante do Mato Castelhanos, localiza-se a terceira e pequena vila, chamada "Povinho", e finalmente na saída do Mato Castelhanos está a pequena "Povo do Campo do Meio". (idem: 36-7).

Assim, vemos que Passo Fundo estava povoada por elementos que provinham das colônias antigas que se estabeleceram principalmente como comerciantes ou donos de engenho para a cana de açúcar produzida no vale do rio Uruguai ou no vale do Goio-en. Passo fundo tornava-se, assim, através de suas estradas que partiam para muitos pontos, um local de atração de setores “progressistas” da economia regional.

O debate em torno das causas do atraso da estrutura técnica da agricultura praticada no Rio Grande do Sul e dos meios arcaicos usados no fabrico da erva-mate foi bastante longo e acirrado. A constatação deste “atraso” por contemporâneos da década de 1880 se baseava na exploração sazonal dos recursos na produção do Rio Grande do Sul, tendo sido utilizada como argumento para a solução proposta: a introdução de colonos imigrantes europeus.

Analisando a obra de Oliveira, observa-se, que no município de Passo Fundo, houve uma queda na importância da exportação da erva-mate e do gado mular, a partir de finais da década de 1860, quando então a agricultura começa a receber incentivos econômicos e políticos. (Roche, 1969: 219). A partir de então, a imigração foi aumentada e se iniciaram os preparativos para esta colonização, caracterizada pela montagem de uma infra-estrutura direcionada ao aumento expressivo da exploração dos recursos naturais. (Martins, 1975: 45).

A despeito das muitas observações de políticos contemporâneos (vereadores, principalmente) de que a agricultura no município era frágil, o que parece ter incentivado os

políticos a enaltecerem e procurarem subsídios para a agricultura, o movimento de migrantes das antigas colônias e outros às matas do planalto central foi crescente. (Oliveira, 1990: 85-93).

É interessante lembrar que nesse período, muitas aldeias eram controladas por tenentes e coronéis, sendo a assistência religiosa muitas vezes itinerante. Tratava-se então de um outro momento, diferenciado circunstancialmente em relação ao período colonial, quando o trabalho missionário era chamado apenas diante da necessidade do uso da força junto a certas populações indígenas que não se submetiam facilmente. (Azevedo, 1984: 17-21).

O primeiro objetivo dos padres, ao irem ao encontro dos “bugres selvagens” do planalto, era atrai-los a viverem sedentariamente num local restrito onde, através da fé e da civilização, apreendessem o respeito à propriedade e parassem de atacar fazendas e lavouras dos habitantes brancos.

A criação dos aldeamentos jesuíticos entre os Kaingang foi, na verdade, uma contingência enfrentada pelo governo provincial, num momento em que a colonização destas áreas do planalto estava se efetivando. Em situação inevitável e iminente de choque, devido à ampla mobilidade dos grupos indígenas, se encontravam diversos grupos de funcionários dos governos provinciais do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Estes estavam trabalhando na abertura de estradas que pudessem melhor escoar a produção, “civilizar” estas áreas e permitir uma avaliação melhor dessas terras no mercado imobiliário. A construção dessas estradas, ligando as províncias do Rio Grande do Sul à de São Paulo, parece ter, assim, um duplo objetivo: melhorar o transporte dos produtos coloniais e afugentar os índios destas regiões. (Relatório de 1846 – AHRS).

A história dos indígenas Kaingang e de suas relações com a sociedade ocidental está repleta de complexidades. A documentação dos aldeamentos reflete uma situação muito dinâmica e diversificada. Nesta documentação, estão expostos os conflitos em torno da posse de terras, seja por que seus diretores se apropriaram das terras dos aldeamentos em demasia, ou seja, além da parcela já prevista como doação por seus serviços, seja pela presença de intrusos e foreiros que utilizavam as terras do aldeamento. Ainda que os aluguéis das terras fossem, geralmente, acertados pelos diretores, mas a idéia geral é de que os aluguéis revertiam em certa medida também para os índios, saciando interesses gerados em uma situação tensa. Os aldeamentos foram instalados em terras consideradas devolutas, condição esta que, ainda que observando o usufruto dos indígenas, gerou disputas entre os vários novos ocupantes que, a pretexto de ocupar

e explorar terras devolutas e improdutivas, impulsionaram o processo geral de expropriação de seus territórios por meio da ocupação e exploração maximizadas do espaço, o progresso.

Cabe considerar a descrição do processo combinado de espoliação e expropriação das terras dos aldeamentos nos século XIX feita por Manuela Carneiro da Cunha:

O processo de espoliação torna-se, quando visto em diacronia, transparente: começa-se por concentrar em aldeamentos as chamadas “hordas selvagens”, liberando-se vastas áreas, sobre as quais seus títulos eram incontestes, e trocando-as por limitadas terras de aldeias; ao mesmo tempo, encoraja-se o estabelecimento de estranhos em sua vizinhança; concedem-se terras inalienáveis às aldeias, mas aforam-se áreas dentro delas a estranhos; deportam-se e concentram-se grupos distintos; a seguir, extinguem-se aldeias a pretexto de que os índios se acham “confundidos com a massa da população”; ignora-se o dispositivo da lei que atribui aos índios a propriedade das terras das aldeias extintas e concedem-lhes apenas lotes dentro delas; revertem-se as áreas restantes ao Império [...] para que as vendam aos foreiros ou as utilizem para a criação de novos centros de população. [...] o produto final [...] é uma expropriação total. (Cunha, 1992:23).

Neste contexto, o Governo Provincial pretendia assumir a catequese e civilização dos índios, tutelando-os, visto que a autonomia dos índios e das nações indígenas não era reconhecida jurídica ou cientificamente desde o Diretório Pombalino (Cunha, 1995:135; Perrone-Moisés, 1995: 119). Ao reduzir significativamente as possibilidades de atendimento da sobrevivência baseadas na tradicional circulação dentro do território, a conquista superdimensionou, e mesmo transformou as disputas entre os próprios Kaingang e entre estes e os Xokleng e os Guarani. A partir da década de 1850, as relações entre os grupos Kaingang do norte do atual Rio Grande do Sul giravam em torno da possibilidade de estabelecimento de alianças com o governo da Província, através de seus agentes. (Correspondência de 03/05/1853; Correspondência de 25/1852 – AHRS - Lata 299, maço 2).

No próximo capítulo, abordaremos o momento inicial da instalação dos aldeamentos junto aos Kaingang, ressaltando seus objetivos e alguns resultados obtidos através desta política de concentração. Pretende-se ressaltar, ainda, as relações estabelecidas entre estes grupos e a sociedade envolvente, com destaque para as formas mais variadas de resistência Para melhor avaliar a dinâmica do processo, optamos por considerar – a título de comparação – as especificidades das décadas de 1850 - 60 e de 1870 -1880, valendo-nos de documentação diversa.

4. Aldeamentos: as relações dos Kaingang com o poder público

Neste capítulo pretendemos analisar os objetivos e as circunstâncias que concorreram para a formação dos aldeamentos, aprofundando a análise entre os anos de 1845 e 1857, com o objetivo de desvendar como ocorreu a inserção dos aldeados na economia local e na montagem da infra-estrutura para a colonização européia. Pretendemos, ainda, fazer uma correlação entre os primeiros anos de funcionamento dos aldeamentos e a década de 1870, quando a apropriação de terras de campos, ervais e florestas próximas aos povoados estava completada e os indígenas tiveram que reformular suas alianças intra e intertribais, bem como o manejo do território.

Também nos preocupamos com o projeto de catequese propriamente dito, uma vez que este entendia que a civilização¹ dos índios era a melhor forma para sua integração, bem como para o próprio povoamento da região. Assim, pretendemos analisar os limites da catequese para a civilização nos moldes ocidentais dos Kaingang, uma vez que se reconhece que, de modo geral, esta sociedade rejeitou parcialmente este modelo proposto pelo poder público, utilizando-se muito mais de suas relações com fazendeiros e ervateiros para inserir-se naquela sociedade. Assim, veremos que a mobilidade apresentada pelos Kaingang – com suas constantes “correrias” pelas matas –, bem como a recusa em deixar “antigos hábitos”, como a poligamia e a nudez, tornaram a sua redução e catequese difícil e conturbada. Isto porque, antes da fé cristã, os Kaingang preferiram adaptar-se, dentro de sua própria perspectiva, na medida do possível, às políticas ocidentais.

Pretende-se destacar as contraposições havidas entre os agentes do processo civilizador, especialmente entre os padres missionários e os diretores dos aldeamentos, que mantiveram atitudes diferenciadas frente aos conflitos com moradores locais. Pretendemos, ainda, refletir sobre a natureza das relações estabelecidas nestas circunstâncias específicas e relativas à conquista do planalto, tanto das relações entre os grupos Kaingang como entre estes e os agentes do governo imperial.

¹ Conforme definiu Norbert Elias em *O processo civilizador*, civilização “é um conceito que expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo” (Elias, 1990:23), podendo ser aqui entendido como um conjunto de ações que objetivaram transformar os valores sociais e culturais dos indígenas em valores próprios aos europeus.

Entretanto, antes de analisar as relações que engendraram a formação dos aldeamentos, pretendemos apresentar as relações intratribais Kaingang, no intuito de ter estas considerações presentes na condução da análise.

4.1 Os Aldeamentos

Os aldeamentos² ou o estabelecimento das aldeias oficiais junto aos Kaingang parecerão constituir tanto uma “rendição” à conquista ocidental, com o coroamento da mesma, quanto um recurso utilizado pelos índios para barganhar vantagens face a situações de grande tensão. Dependendo do manejo da situação de conflito pelos indígenas aldeados, estar aldeado poderia significar a obtenção de algum prestígio para seu grupo e poder de troca com a sociedade envolvente. Uma vez que as terras dos aldeamentos se encontravam sob usufruto dos grupos ali aldeados, estes poderiam haver entendido tal circunstância como uma forma de manutenção de uma parte de seu território, na conjuntura de sua violenta expropriação. Assim, o aldeamento pode também ser visto como um local escolhido e defendido pelos índios, através do qual buscaram sua inserção naquela sociedade, conforme o demonstrou Almeida (2003) para o processo de aldeamento no Rio de Janeiro.

As “aldeias da província” significaram tanto o lugar onde foram feitas as negociações, acordos e reclamações junto ao governo, como também locais efetivamente ocupados pelos índios fixa ou sazonalmente. No processo de colonização, os governos Provinciais assumiram a catequese e civilização dos índios, tutelando-os, visto que a autonomia dos índios e das nações indígenas não era reconhecida, jurídica ou cientificamente, desde o Diretório Pombalino (Cunha, 1995:135; Perrone-Moisés, 1995:119). No século XIX, muitas aldeias foram controladas desde o início, por tenentes e coronéis fazendeiros locais, sendo a sua assistência religiosa muitas vezes itinerante. Neste período, o trabalho missionário foi chamado pelos governos apenas quando percebiam que através do uso da força certas populações indígenas não seriam facilmente submetidas. (Azevedo, 1984: 17-21).

A catequese dos indígenas no Brasil, a partir do Ato Adicional de 12 de maio de 1834, passou à responsabilidade de cada província, cabendo às respectivas Assembléias Provinciais

² O termo *aldeamento* pressupõe a idéia de processo, de uma aldeia em formação, em contraposição aos toldos ou aldeias de origem. (Petrone, 1995:105).

legislar, cumulativamente à Assembléia Geral, sobre a catequese e civilização dos índios. Toda esta preocupação com a civilização dos indígenas culminou com o decreto do Regimento das Missões, herdeiro de toda uma legislação colonial relativa aos indígenas.

A partir do Regimento das Missões de 1845, foi estabelecida a criação de todo um aparato administrativo no âmbito de cada província, vinculado ao governo geral. Este regimento era inteiramente voltado à constituição dos aldeamentos de índios como locais produtivos a partir dos quais os indígenas obteriam condições de civilizar-se e adentrar no grêmio da sociedade nacional. Este conjunto de procedimentos administrativos deixava claro o objetivo de que, com a civilização dos aborígenes, buscava-se a sua inserção na sociedade através do trabalho produtivo. (Decreto n.426 de 24/07/1845, in: Cunha, 1992:191-194). O Regimento das Missões previa ainda a supressão de aldeias despovoadas e a reunião de índios num único aldeamento. O projeto de aldeamento único foi perseguido pelo governo durante todo o período.

Por conta das relações já existentes entre alguns grupos indígenas e fazendeiros instalados nas proximidades dos toldos, bem como das próprias regras do dito regimento, mesmo antes de chamar os padres jesuítas, o governo já havia entregado a direção de Guarita e Nonohay a particulares, como também criado o cargo de diretor Geral das Aldeias da Província. Assim, coadjuvados por fazendeiros locais interessados no negócio, foram os padres jesuítas aos toldos indígenas negociar com estes em nome do Governo da Província. O primeiro objetivo dos missionários, ao irem ao encontro dos “bugres selvagens” do planalto, era atrair-los a viverem sedentariamente num local restrito – as reduções, ainda que estas fossem então, muitas vezes, em seus próprios toldos - onde, através da civilização e do trabalho aprendessem o respeito à propriedade e assim parassem de atacar fazendas e lavouras dos habitantes brancos. (Correspondência de 07/11/1848, do Pe. Parés ao Pe. Lerdo. In: Pérez, 1901:475).

A criação dos aldeamentos jesuítas entre os Kaingang foi uma contingência enfrentada pelo governo provincial, em um momento em que a colonização destas áreas do planalto estava sendo acelerada. Em choque com a ampla mobilidade dos grupos indígenas, a construção das estradas ligando as províncias do Rio Grande do Sul à de São Paulo parece ter, assim, um duplo objetivo: melhorar o transporte dos produtos coloniais e afugentar os índios destas regiões. (Relatório do Presidente da Província de 1846, fl. 48 – AHRS).

O projeto dos aldeamentos na província de São Pedro do Rio Grande do Sul vinculou-se a interesses econômicos e sociais relativos ao incremento da colonização. Foi uma forma de

combinar a necessidade de tornar a região a ser colonizada - planalto médio e Alto Uruguai – segura, e, ainda, transformar os “remanescentes” indígenas em “caboclos” que se dedicassem a atividades produtivas. A diretriz básica que orientou a formação dos aldeamentos foi a liberação de terras – tanto aquelas nas quais habitavam os índios, bem como todo o território, já que estes o percorriam constantemente - para a colonização.

Como exposto acima, iremos a partir de agora refletir sobre algumas características das relações dentro da sociedade Kaingang, no intuito de perspectivar a análise do aldeamento a partir destas reflexões. Começamos com a dissidência entre Braga e Doble. Em meados da década de 1830, parte do grupo sob o comando direto de Doble rompeu relações com o grupo maior com quem mantinham relações estreitas, tendo tal grande grupo como seu “cacique principal” Braga. A justificativa mais aceita para esta dissidência foi a de que parte do grupo de Doble o auxiliaram na tentativa frustrada de tomar o lugar daquele de grande chefe supra local.

Conquanto muitos autores caracterizem esta dissidência como produto apenas da quebra de acordos que pautavam a organização social Kaingang, podem também ter concorrido para este resultado as pressões exercidas por moradores próximos. Sabemos, através da narrativa de Mabilde, que o chefe Doble era bastante conceituado entre seu próprio grupo e os demais, e que, por causa deste prestígio, tentou tomar o lugar de Braga como chefe principal de uma determinada “unidade político-territorial”.

Poderíamos pensar que a decisão de atacar Braga pudesse estar baseada nas relações que Doble mantinha com fazendeiros locais: sentindo-se poderoso com os novos aliados, ele teria a força necessária para pensar em tornar-se o grande chefe do grupo que ocupava a região do vale do Caí e do Campo do Meio. O exposto é apenas uma suposição, mas, seja como for, não obstante as relações amistosas havidas com alguns fazendeiros, nos anos seguintes à insurreição, Doble continuou realizando ataques aos moradores brancos da Serra e aos viajantes que passavam pelo Campo do Meio. (Gardelin, 1969a: 18).

Apesar da decantada rivalidade entre os grupos locais Kaingang e, de muitas vezes, estes realmente haverem-se chocado em combates, estes grupos organizavam-se através de laços de parentesco, por casamentos exogâmicos, bem como através de alianças políticas (Veiga, 2000:145). Ainda segundo os apontamentos de Tommasino (2004) e Veiga (2000), depreende-se que estes grupos, cada qual de seu toldo, mantinha uma circularidade constante através do imenso território por eles dominado enquanto nação ou “unidades político-territoriais”, conforme

Tommasino. Assim, o chefe Doble era primo do chefe Fongue, que dominava uma região muito a oeste do território do primeiro (Relatório do Diretor Geral de 06/10/1853). Segundo o padre Julián Solanellas, Doble era também um dos sobrinhos de Nicafim, que habitava ao norte, e que por sua vez tornou-se genro de Condá por volta de 1850. Segundo a narrativa de Nicolau Mendes, a partir do relato³ do índio Konkó a um funcionário municipal em 1930, Fongue e Nonohay, primitivamente, fizeram parte do mesmo grupo local. (Mendes, 1954:35).

Ainda sobre as relações entre os grupos dos chefes Nonohay e Fongue, há o relato do Pe. Superior Bernardo Parés, afirmando que quando esteve na Guarita entre os índios de Fongue, empreendeu uma viagem a Porto Alegre, acompanhado por um filho de Fongue, de nome João Coitó e de outro índio chamado Wagetó, a fim de dar início às negociações com o Governo para o estabelecimento do aldeamento. Tendo, a caminho, o padre pensado em fazer uma visita a Nonohay, distante cerca de 20 léguas da Guarita, os dois índios recusaram-se a segui-lo, pois não desejavam encontrar-se com a gente de Nonohay:

Hace poco más de cuatro años formaban un mismo toldo los de la Guarita com los de Nonohay, mas habiéndose desavenido y separado, acometieron aquellos las rancherías de estos; aunque desprevenidos y descuidados se defendieron estos tan bien, que no solo lo rechazaron, sino que les hicieron horrible carnicería. Desde entonces esta gente de Fongué tiene tanto miedo á los de Nonohay, especialmente al famoso Condá, tan conocido en las sierras de esta y de la Provincia de San Pablo com el nombre de Victorino. (Pérez, 1901:472).

Os chefes Nonohay, Condá e Fongue, que mantinham boas relações de vizinhança, logo antes da chegada dos missionários, entraram em desavença por volta de 1845, devida talvez a desacordos quanto à ação junto aos brancos. O ataque dos grupos ligados a Fongue aos de Nonohay coincide, também, com o início da exploração do vale do rio Uruguai na altura do Goio-en, com os trabalhos de construção da estrada que, desde Palmas, tinha como destino Cruz Alta, tendo esta um grande trânsito a partir da década de 1850⁴. Os motivos para as desavenças entre os grupos de Nonohay e Fongue não são explicitamente mencionados na bibliografia e documentação consultadas, mas não podemos deixar de considerar as pressões que a ocupação de

³ Este relato narra uma “lenda” na qual um guerreiro castelhano, saído das Missões Jesuíticas, feito prisioneiro após uma luta entre os Coroados e os Guarani missioneiros, tornou-se o grande chefe Fondengue, cacique dos Coroados, por volta de 1772. Este era pai de Nonohay, e tinha como braço direito um experiente guerreiro chamado Fongue (Mendes, 1954: 34-6).

⁴ A referida estrada interligou Sorocaba (SP) e Cruz Alta (RS), passando por Ponta Grossa (PR), pela região centro-oeste da província do Paraná, transpondo o rio Uruguai no passo do Goio-en, seguindo por Nonoi até Cruz Alta.

seus territórios exercia sobre suas atitudes, que, ainda assim, permaneceram pautadas por conceitos e interesses próprios sobre tal situação.

Podemos lembrar que o grupo de Fongue estava, desde pelo menos 1847, em contato com o fazendeiro José Joaquim de Oliveira, vizinho a seus toldos, que seria diretor de aldeamento por muitos anos. Por sua vez, os grupos ligados ao cacique Nonohay entravam em choque com fazendeiros e os trabalhadores da estrada que atravessaria o Goio-en, no rio Uruguai. Neste momento, Condá, que prestava serviços ao governo de São Paulo desde pelo menos 1843, foi chamado a mediar tais conflitos. O cacique Condá mantinha-se imprescindível ao governo da província de São Paulo em seu trabalho de “amansar” os selvagens, sendo o responsável por apaziguar as contendas no Goio-en.

No entanto, a situação de desavenças e desacordos não deve ser generalizada para todo o período, pois devido às mudanças nas circunstâncias, estes indígenas também mudavam suas estratégias de alianças, como ocorreu no início da década de 1850, quando parte dos índios da Guarita foram, a mando do governo, para o aldeamento de Nonohay.

O que pretendemos ressaltar, entretanto, é o fato de que as relações mantidas entre os grupos Kaingang, e destes com os ocidentais, estiveram conformadas a situações específicas pelas quais passaram tais populações no processo de ocupação do planalto meridional. Em sua tese de doutorado, Almeida (2003) destacou não só a flexibilidade das relações indígenas em contraposição ao pretense “engessamento” de sua cultura, como também a tendência dos colonizadores de classificar, discriminar e agrupar os interesses das sociedades indígenas segundo suas categorias de pensamento, visando compreendê-las e melhor utilizá-las para seus próprios interesses. Comentando um texto de Anchieta sobre a participação de destaque de Araribóia na primeira tentativa de fundar a povoação do Rio de Janeiro, Almeida ressalta:

As amplas possibilidades de rearticulação de alianças e inimizades dos índios entre si e com os europeus. É no mínimo curioso perceber que, além dos tamoios terem inicialmente recebido bem os portugueses, eles aparecem como “irmãos de raça” de Araribóia, que procura intermediar uma amizade pacífica oferecida pelos portugueses. “Irmãos de raça” pode significar, é claro, o pertencimento ao grupo tupi ou até mesmo à genérica categoria “índio”, inventada pelos europeus, mas **importa constatar que o texto não apresenta os temiminós e os tamoios como inimigos ancestrais e irreconciliáveis**, como costuma ser sugerido pela literatura histórica. Muito mais do que buscar verdades sobre a trajetória de Araribóia ou dos temiminós, cabe atentar para **as possibilidades de rearticulação e construção de alianças e inimizades que iam surgindo nas diversas situações, sobretudo em épocas de guerras intensas**, como a da costa brasileira nos anos 50 e 60 do século XVI. [...]. (Almeida, 2003:66. Grifos meus).

A partir das reflexões das autoras acima citadas, bem como dos estudos etnográficos entre os Kaingang realizados por Souza (1998) e a análise de Rogge (2004) sobre as relações entre os grupos Jê, no período pré-colonial, que atestam que todas as normas sociais dos Kaingang serviam para manter boas relações – tais como marcas distintivas para cada território, festas e cultos organizados entre os vários toldos –, acreditamos que muitos grupos procuraram contornar as crescentes pressões inerentes ao processo de aldeamento, muitas vezes evitando lutas.

Com a intensificação da ocupação ocidental a partir das primeiras décadas do século XIX, os combates intertribais já não eram mais desatados apenas por violações das regras sociais Kaingang: a ocupação do espaço, obstruindo as bases de sua organização, tornou-se a condição preponderante nas ações indígenas. A exposição desta população ao processo de conquista e ocupação de seus territórios provocou alterações nas relações até então mantidas entre os grupos locais, visando, primeiramente, sua sobrevivência:

Os massacres tinham evidentemente efeitos significativos sobre os índios: se suas relações de aliança e inimizade já eram tradicionalmente flexíveis, em situações críticas como essas, com certeza, deviam se transformar com muito mais facilidade. [...]. No jogo de relações entre os índios e os europeus não resta dúvida que os primeiros perdiam sempre e muito, contudo é possível perceber que **colaborar com os portugueses podia significar estratégia de negociação das perdas**. (ibidem: 66. Grifos meus).

Desta forma, entendemos que a situação de desavença entre Fongue e Nonohay não deve ser cristalizada como uma categoria de análise para as relações entre os grupos Kaingang, e muito menos generalizada para todo o período, pois devido a mudanças nas circunstâncias sociais, econômicas e políticas, estes indígenas também mudavam suas estratégias de alianças. Assim parece haver ocorrido no início da década de 1850, quando parte dos índios da Guarita foi, a mando do governo da província, para o aldeamento de Nonohay. Esta situação, como veremos tampouco se cristalizou no tempo.

Quanto às guerras ou rivalidades entre os grupos Kaingang locais, podemos entendê-las como produto da própria ocupação. Apesar de reconhecer que, efetivamente muitos grupos estavam, nestas circunstâncias, em rivalidade por motivos inteiramente ligados às suas próprias pautas culturais, esta não era a característica mais relevante na organização das relações intergrupais entre os Kaingang: “Unidos entre si no que diz respeito ao interesse geral do grupo, são, entretanto, rivais entre si no tocante aos interesses da própria subsistência, tornado-se desconfiados, rancorosos e hostis.” (Becker, 1976:52).

No entanto, as circunstâncias promovidas pela conquista, como os movimentos migratórios desde a região ao sul de São Paulo para a região de planalto entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, acarretando disputas entre os migrantes e os Kaingang que já habitavam o Rio Grande do Sul e os grupos Xokleng, parecem haver conformado e acirrado disputas que até então eram manejadas pelas regras sociais próprias aos Kaingang. Zwetsch (1994) indica os processos migratórios ocasionados pela conquista do litoral e planalto paulista como motivo para as constantes rivalidades e lutas entre os caciques Kaingang ao longo do século XIX. (Zwetsch, 1994:21).

Assim, parece-nos que a deflagração de lutas entre os Kaingang no século XIX tem poucas relações com “sua natureza guerreira”: muitas informações atestam que a organização social entre os Kaingang era praticada de modo a diluir as rivalidades que pudessem surgir. Assim, Veiga (2000) argumenta que as aldeias eram construídas com bastante distância entre si a fim de evitar as intrigas. A citada autora e Souza (1998) afirmam que os Kaingang somente faziam guerra quando atacados, ou quando seus territórios exclusivos (pinheirais) eram invadidos por outro grupo Kaingang ou mesmo Xokleng ou Guarani. Mabilde informa que cada território e subterritório eram demarcados de forma bastante clara, com marcas próprias a cada um dos grupos, e reconhecidas por todos. Estas marcas eram geralmente feitas nos troncos das araucárias, e representavam um território exclusivo àquele grupo familiar, composto pela aldeia e um pinheiral próximo. (Mabilde, 1983: 86).

As lutas entre os grupos Kaingang no século XIX caracterizaram-se mais por disputas do que por guerras de extermínio, quando eram mortos os homens ou resistentes, e agregados ao grupo triunfante mulheres e crianças. A documentação atesta lutas entre grupos de diferentes chefes ou caciques, que, no entanto, foram motivadas por interesses indígenas ligados ao compromisso com o governo provincial, ou pelos poderosos efeitos da ocupação, que perturbaram sua forma de exploração do meio-ambiente e de seus recursos, o que levou a disputas mais acirradas em torno da busca da subsistência.

Parece-nos que a definição da guerra em sociedades “primitivas” oferecida por Clastres define bem uma situação na qual a possibilidade da guerra era sempre presente, mas que necessitava de motivos ou circunstâncias pelos quais as regras de convivência eram quebradas:

La guerra se articula a la sociedade primitiva en tanto tal (también ella es universal) es un modo de funcionamiento. Es la propia naturaleza de esta sociedad la que determina la existencia y el sentido de la guerra, que se presenta de antemano como posibilidad del

ser social primitivo en razón del extremo particularismo de cada grupo. Para cada grupo local todos los Otros son Extranjeros: la figura del Extranjero confirma, para cualquier grupo dado, la convicción de su identidad como un Nosotros autónomo. O sea que el estado de guerra es permanente, porque con los extranjeros sólo se mantienen relaciones de hostilidad, se realicen o no en una guerra real. No es la realidad puntual del conflicto armado, del combate, lo esencial, sino la permanencia de su posibilidad, el estado de guerra permanente en tanto mantiene en su diferencia respectiva a todas las comunidades. Lo que es permanente, estructural, es el estado de guerra con los extranjeros que a veces culmina, a intervalos más o menos regulares, más o menos frecuentes según las sociedades, en la batalla efectiva, el enfrentamiento directo. El Extranjero es, entonces, el Enemigo, que a su vez engendra la figura del Aliado. El estado de guerra es permanente, pero los Salvajes no pasan todo su tiempo haciendo la guerra. (Clastres, 1981:211).

Apesar de reconhecer muito bem a situação de extremo conflito ocasionada a partir das investidas da ocupação luso-brasileira desde meados do século XVIII, Mota parece acreditar que a resistência, no sentido da defesa de seu território, foi realizada apenas por grupos Kaingang que não mantinham nenhuma relação amistosa com setores da frente de ocupação e colonização:

Os choques contra brancos, tribos inimigas e colaboracionistas foram uma constante na vida Kaingang desde o século XVIII. Nessa relação conflituosa, criaram técnicas de combate, refinaram táticas de luta, aperfeiçoaram formas de atacar e de manter o inimigo sobre pressão, enfim, desenvolveram uma tecnologia de guerra, de guerrilhas, de emboscadas e ataques capaz de fazer frente a um inimigo muito superior a eles. (Mota, 1994: 93).

Sem esquecermos as flutuações nas relações de alianças e inimizades entre os diversos grupos aldeados - uma vez que estas se transformavam de acordo com as circunstâncias, e não por “ódios” ou “alianças” tradicionais - podemos generalizar e circunscrever um padrão dicotômico observado nas reações dos indígenas frente à expansão da ocupação de seus territórios.

Desta forma, teríamos de um lado Vitorino Condá, índio “manso”, mas não civilizado, que havia participado dos acontecimentos da ocupação de Guarapuava e Palmas, atuando primeiro como mediador no processo de apropriação dos campos de Nonohay, e depois, como bugreiro, o que equivale dizer mediador, pois que a uns seduzia ao aldeamento, e a outros perseguia. Tornou-se poderoso, temido, odiado e invejado. A partir de 1845, Condá se encontrava em Nonohay por seus reconhecidos méritos, isto é, por ter “amansado” *selvagens* na conquista de Palmas e por ter mediado conflitos através de suas boas relações com os Kaingang e com os agentes da ocupação, como Francisco da Rocha Loures e seu filho, João Cipriano da Rocha Loures.

De outro lado, representado a resistência, ainda que dentro do processo de negociações, encontravam-se os grupos dos chefes Nicafim, João Grande e Chico, que permaneceram pouco nos aldeamentos e foram reconhecidos como os autores de vários ataques, principalmente nas regiões do Campo do Meio e Vacaria. O grupo do chefe Pedro Nicofé (na documentação aparece com diversos nomes semelhantes, como Nicafim, Nicasi e Nicaji) frequentemente realizava assaltos também na região da encosta do planalto, então ocupada por imigrantes provenientes do império prussiano. Segundo as informações disponíveis, fazia parte do grupo de João Grande um negro fugido de São Francisco de Paula. Não há certeza da proveniência deste escravo, uma vez que houve também um escravo mandado a servir os padres missionários na Guarita, que, entretanto, havia fugido ainda no ano de 1849 (Teschauer, 1905:149).

A generalização acima exposta talvez possa ser expressa somente no contexto da década de 1850, momento de inflexão no qual as esperanças dos ocidentais advindas com os primeiros acordos foram turvadas tanto pelas exigências e desacordos com os indígenas, quanto pelas exigências da própria ocupação. Além disto, tanto Condá quanto Nicafim e seus respectivos grupos, não se mantiveram alheios a estas resoluções, antes, as manejaram conforme situações específicas. Mesmo o temido Nicafim, esteve aldeado em Nonohay, e gozou das “vantagens” do aldeamento.

Também a atuação de Doble não pode ser classificada apenas como colaboracionista. Apesar de manter negociações com moradores e com o próprio governo para contatar e levar grupos *arredios* para o aldeamento, ou perseguir aqueles que haviam “assaltado” fazendas, o grupo deste cacique não aldeou-se em Nonohay, conforme o governo mandava, e, conforme denunciava Mabilde, Doble atacava fazendas nas regiões de Vacaria e do vale do rio Caí, evidenciando a atuação ambígua deste grupo:

Meu empenho era de aprisionar, ao menos, o cacique Doble e conduzi-lo preso no estado em que andava na mata, até Porto Alegre, levando-o até à presença do Presidente da província onde, um mês antes, este cacique tinha estado, fardado com galões de capitão. Este seria o único meio de desenganar as autoridades a que, por várias vezes, dei conhecimento das correrias que o perverso cacique Doble praticava, depois de aldeado, circunstância esta que lhes parecia impossível, pela confiança que aquele cacique lhes inspirava. (ibidem:171).

Apesar dos esforços de Mabilde, Doble pôde continuar em negociações com o governo, vivendo livremente pelo território e utilizando-se do aldeamento - primeiro de Santa Isabel, depois em Caseros - como ponto de apoio, apenas. O cacique Doble permaneceu prestando

auxílio ao governo, convencendo grupos Kaingang a aldearem-se, e no extermínio de grupos “hostis”. No entanto, seu trabalho gerava pouco atrelamento às demandas do governo, tendo agido “por conta própria”, conforme menciona a documentação. Este chefe marchou com sua família até Porto Alegre em três ocasiões, a fim de tratar diretamente com o governo provincial o pagamento por grupos aldeados ou por índios mortos. (Teschauer, 1905: 357).

Mesmo aldeados, muitos grupos Kaingang continuavam a atacar os brancos. Mota distingue claramente entre aldeados e aqueles que “refugiaram-se nos campos e matas distantes das vilas”, os Kaingang resistentes. Assim, pensamos que Mota procurou, antes de tudo, a resistência Kaingang, e não suas relações com os brancos, característica, para ele, dos “colaboracionistas”. Ainda que norteado pelo mote da resistência – uma resistência “pura”, enérgica, que não admitia acordos - o autor percebeu que esta foi realizada sob diversas circunstâncias, e por grupos aldeados também. (ibidem: 258).

Laroque observa que, tanto colaboracionistas e aldeados, os Kaingang “continuaram fazendo tudo como sempre fizeram”, ou seja, atesta a resistência à civilização ocidental mesmo dos “colaboracionistas”. (Laroque, 2003:117). Analiticamente, pode-se definir as atitudes indígenas frente ao contato, como fez Darcy Ribeiro no trecho a seguir; na realidade, entretanto, constata-se cada vez mais a combinação de diversas formas, que remetem tanto à conservação dos interesses indígenas quanto à sua inserção em uma sociedade que tanto os podia ameaçar quanto realçar os seus próprios interesses.

A expansão civilizadora se apresenta à análise como um conjunto uniforme de fatores dissociativos aos quais cada tribo pode reagir diferencialmente, mas aos quais reagirá sempre e necessariamente. Três são as reações possíveis para os indígenas. A fuga para territórios ermos, [...]. A reação hostil aos invasores, que transtorna toda a vida tribal pela imposição de um estado de guerra permanente em que o funcionamento de muitas instituições se torna inviável e outras tem de ser dramaticamente redefinidas. A saída final é a aceitação do convívio [...] como resultado de uma opção diante do inevitável, assente na esperança de controlar a nova situação. (Ribeiro, 1986: 220).

Trataremos a seguir das negociações para a redução dos Kaingang. Em 1845, o Pe. Penteadado foi acompanhado por uma escolta até as imediações de Passo Fundo, onde se encontrou mais tarde com cerca de 400 Kaingang. Estes primeiros contatos iniciaram as negociações para o aldeamento dos indígenas:

Já terá sabido que fui muito feliz na ida ao Toldo dos Índios, com efeito mandamos adiante a China filha do Cacique que os trouxe e se nos apresentaram: em regra de

proporção calcule V. Sa. este Toldo que [se dizia?] ter 9 Índios, tem mais de 40 moços, fora as famílias: trataram-me muito bem, distribui a eles os utensílios que o Exmo. Conde mandou, e até em casa me acompanharam 4, que voltaram muito satisfeitos, e foram certos de com um Índio manso que contratei **fazerem a junção de toldos** que ajuízo pôr mais de 1000 homens inclusive famílias a fim de dar-lhes o resto da fatura e **conferenciar sobre o Aldeamento; que já me disseram queriam [pousar?] em seus Lares** [...]. Estou até a data à espera dos Índios que muito se tem demorado (julgo pelo tempo que tem sido chuvoso) [...]. Correspondência de 08/11/1845 do Pe. Penteado ao Diretor Geral dos Índios, Lata 300, Maço 3 – AHRS. (Grifos meus).

Este relato informa que os índios iriam reunir os vários toldos – os quais possivelmente corresponderiam a uma unidade político-territorial – a fim de conferenciar sobre a proposta de aldeamento. Isto indica o estreitamento de laços entre estes toldos, cada qual com sua independência e cacique próprios, mas, contudo, ligados uns aos outros.

Esta situação não desmerece, entretanto, as disputas e discordâncias ocorridas entre os índios. Neste processo de negociação entre os próprios índios, houve desacordos quanto ao aldeamento e mesmo disputas já dentro dos aldeamentos relativas quanto à ação dos índios junto aos agentes do governo, no sentido de obter melhores vantagens.

Podemos perceber que todos os agentes ligados ao governo provincial que se encontrassem em determinado distrito estavam sujeitos a auxiliar no aldeamento dos indígenas, especialmente aqueles ligados à repressão, bem como os fazendeiros locais. Assim, escreve o subdelegado de polícia do então distrito de Passo Fundo ao diretor geral das aldeias da província:

Um Bugre que a eles serve de intérprete assegurou-me que **não tardaria a chegar ali um Cacique de nome Braga** com doze Casais que vem aldearem-se com as que ali estão [...] e **aqueles Caciques Nicofé, Chico, Maneco, queriam ir á Porto Alegre ver a Cidade em companhia de Quadros**. Este homem é pobre e tem feito despesas superiores a suas forças, a fim de atrair os Bugres; seus serviços prestados com risco de vida a prol da Catequese V. S. melhor saberá avaliar. (Correspondência de 19/05/1848, Lata 300, maço 3 – AHRS).

Neste trecho da correspondência, percebe-se que o cacique Braga estava disposto a se aldear, com parte de sua gente, e de forma não definitiva, no campo de José Manoel Quadros, onde já estavam Nicofé, e outros, inclusive Doble. Desta forma, parece que os “ódios” entre os grupos que compunham a sociedade Kaingang, ao estilo marcado principalmente através dos apontamentos de Mabilde, poderiam não ser tão profundos ou internalizados como uma situação dada e estanque.

Os grupos indígenas geralmente apresentavam-se para os acordos com os agentes do Governo compostos de apenas uma parcela do grupo, enquanto que algumas famílias

permaneciam nas aldeias ou toldos. Isto pode significar o uso de um costume habitual entre eles ou, em outras ocasiões, demonstrar uma cisão no grupo mediante a decisão de aldearem-se ou acordarem com os brancos. (Correspondência de 19/05/1848). No inverno de 1848, quando o subdelegado de Passo Fundo assume interinamente a direção de Nonohay, escreve que no mesmo encontravam-se apenas trintas e quatro índios, mas que encontrou 140 na fazenda do Butiá, os quais acordaram em ir para o aldeamento de Nonohay após certo tempo. Assim, o diretor vai até as fazendas próximas “seduzir” os índios a estabelecerem-se em Nonohay. Na fazenda de José Manoel de quadros, também encontrou muitos Kaingang, entre eles o cacique Nicofé: “Não tenho deixado de esforçar-me em os reunir, já prometendo uma e outra coisa, e assim os tenho levado com felizes resultados, [...]” (Correspondência de 19/06/1848, Lata 299, maço 2 – AHRS).

Desde seu início, Nonohay foi um aldeamento bastante conflituoso, sendo que constantemente pedia-se uma força policial para vigiar o mesmo. As causas certamente relacionam-se com a abertura da estrada que atravessaria o Goio-en, principalmente com a vinda de Condá para estes territórios, a fim de colaborar na feitura da estrada através de sua intermediação junto aos outros Kaingang, o que já evidencia os conflitos com este avanço. Também são referidos “ódios” dos *selvagens* aos aldeados, especialmente em Nonohay. (Relatório de 28/12/1850 da diretoria geral dos Índios da Província ao Ministro do Império, lata 300, maço 3 - AHRS). No início de 1849, parte do grupo de Condá continuava no aldeamento de Nonohay com algumas famílias, sendo que parte do mesmo permanecia em Palmas.

A Aldeia de Nonohay [...] está muito bem fundada, entre dois arroios de lageado distante do Passo Fundo 25 léguas, e uma do Uruguay, na costa da Serra Geral. Seu chefe é o índio Victorino Condá, que fala sofrivelmete o português, e sem Diretor por haver pedido demissão sendo muito preciso encher-se esta vaga. Estão arranchados: 285, [...]. (Relatório de 1º de Janeiro de 1849 do Diretor Geral dos Índios ao presidente da Província, Lata 300, maço 3 – AHRS).

As formas pelas quais os Kaingang procuravam sua subsistência, e ainda mantinham o domínio sobre um grande território eram as constantes incursões pelo mesmo, o que ficou conhecido como “correrias” Kaingang. O entendimento dos ocidentais sobre tais práticas resultou na idéia de que estas populações eram nômades. No entanto, este conceito não pode de maneira alguma ser aplicado aos Kaingang, uma vez que pressupõe a inexistência de uma moradia fixa. Os recentes estudos etnológicos sobre esta sociedade afirmam a posse de um território definido, no qual cada grupo familiar possuía um “subterritório”. Estes grupos familiares, em conjunto, logravam dominar um vasto território através das alianças firmadas, onde então,

entrava a figura do cacique principal, que respondia sobre este grande território assim subdividido.

Seguindo estes parâmetros, os grupos que ocupavam os aldeamentos ausentavam-se periodicamente a fim de percorrer o território, com os objetivos de buscar alimentos onde estes se encontrassem, e ainda patrulhar a área, atacando fazendas próximas às matas e comitivas de viajantes. Assim, embora se tenha aldeado desde 1847, Pedro Nicofim e seus grupos voltavam constantemente aos seus toldos, percorrendo as regiões entre Vacaria, Mato Castelhana e Mato Português e a região do rio Taquari. (Correspondência 10/05/1848, Lata 300, maço 3 – AHRs). Assim também se comportavam todos os: “voltam aos seus toldos, dois dos quais afora o do Cacique Nicofé, estão na proximidade de Nonohay, um a distância de seis, outro a de quatorze léguas.” (Relatório Presidente da província de 05/10/1847. In: Roche, 1961:223).

Em contrapartida, a Companhia de Pedestres da Montanha serviu para guardar e fazer permanecer os indígenas no aldeamento, auxiliando na feitura das roças, “fazendo trabalharem os índios”. No entanto, por apenas algumas ocasiões a dita companhia permaneceu nos aldeamentos –sempre em períodos de conflito- e sempre com um número menor do que o pedido pelos diretores. A outra função desta companhia era a de vigiar os matos e bater os indígenas selvagens:

Uma longa experiência me tem feito conhecer o costume dos Selvagens; e que criados na ociosidade, empregando-se unicamente em continuadas correrias pelas matas, em busca de Caça, só quando se vêem acossados por outras Hordas ou por gente nossa é que se apresentam com aparência de amizade, e se os acolhemos e lhes prestamos alimentos e o mais tudo quanto lhes apraz param entre nós; e **logo que não se lhe ministra o que desejam, nos ameaçam, retiram-se pelos matos hostilizando-nos barbaramente: [...] sem uma força que os contenha em respeito, sem mostrar que não encontraram mais asilo seguro nas matas, e que no centro delas se os irá bater** quando nos hostilizam, nenhum resultado se pode esperar da catequese. O mesmo Victorino Condá reconhece tudo isto, pois quando aqui veio, disse-me que nada se conseguiria de permanência sem forças no Aldeamento. (Correspondência de 01/11/1849, de José Joaquim de Oliveira ao presidente da província, lata 299, maço 2 – AHRs).

A Companhia de Pedestres bem como todos os corpos armados chamados a controlar os toldos ou aldeamentos indígenas serviam essencialmente para conter os índios arredios aos aldeamentos, que costumavam atacar as vilas e arredores de Passo Fundo e Cruz Alta. As forças são reclamadas para que “[...] desta forma ficar aqueles lugares policiados, e livres de quaisquer

ataques que por ventura ousem fazer.” (Correspondência de José J. de Oliveira ao Diretor Geral em 13/06/1851, Lata 300, maço 3 – AHRs).

Entre os diversos grupos que se recusavam a aldear-se, em 1848, momento inicial das negociações para o estabelecimento do aldeamento de Nonohay, estava o do cacique Nicofé, que então se encontrava no Campo-do-Meio, pois segundo o Pe. Bernardo Parés, superior das missões entre os Kaingang:

Os mais rebeldes tem sido os do Campo do Meio, com seu chefe Nicofé. Consta-se que, ainda muito tempo depois de se ter apresentado o Condá, andavam roubando e fazendo danos, até que no passado mês de maio, se apresentaram no Passo Fundo para aldearem-se. (Ofício de 06/11/1848 do Pe. Parés ao Presidente da Província, Lata 299, maço 2 - AHRs).

Durante as negociações com os indígenas da região do Alto Uruguai, visando especificamente o aldeamento dos mesmos, foi o Pe. Parés, Superior das missões do Alto Uruguai, até as imediações de Guarita, quando teve a oportunidade de conhecer o toldo do chefe principal Fongue, que já se haviam apresentado ao fazendeiro José Joaquim de Oliveira.

Em 1848, Doble procurou alguma proteção através de negociações com Manoel José de Quadros, morador no Campo do Meio. (Correspondência de 10/05/1848 – AHRs). Este cacique estabeleceu acordos tanto com o governo quanto com moradores locais para fazer a segurança contra indígenas *hostis*. Sobre a insistência em aldear o grupo de Doble em Nonohay para os mesmos deixarem o Pontão, o Diretor Geral comenta que não seria bom obrigá-los, pois que “só os filhos poderão consentir em mudar-se.” (Correspondência de 19/07/1851, lata 300, maço 3 - AHRs). Em 1849, durante o processo de negociação, Doble esteve em Nonohay e Guarita, porém, somente por estas circunstâncias, não permanecendo nos aldeamentos.

Para a reunião em Nonohay, o governo ainda argumentava que os grupos de Braga e Doble não chegariam para compor um aldeamento. No entanto, sabemos que o grupo de Braga, ainda nesta época, estava formado por cerca de 500 pessoas, e que Doble também tinha ficado com algumas poucas centenas. As correspondências de 19/07/1851 e de 03/07/1851 revelam a falta de vontade dos moradores do Pontão de que os grupos de Doble e Braga aldeassem-se ali. Haviam ocorrido muitos confrontos entre a nova população do Pontão, interessada na exploração pecuária dos campos, e os grupos de Braga e Doble.

O aldeamento do Pontão foi criado em virtude da Povoação que ali se instalou, já no início do ano de 1850, compreendendo, “entre outras construções oficiais, o Quartel do Pontão,

Posto militar e a Casa da Coletoria” (Becker, 1995:74). Este aldeamento foi criado para reunir o que Mabilde chamou de “a última tribo Kaingang a ser conquistada no Rio Grande do Sul”, sendo esta a *tribo* do cacique Doble. No entanto, o grupo chefiado por Doble recusou-se a permanecer no Pontão, por diversas vezes, com o argumento de que precisavam abastecer-se na floresta e em suas roças. Não obstante, Doble auxiliava o governo quando a necessidade convinha com seus interesses, como quando aprisionou 30 Kaaguás em 1851, nos arredores de Lagoa Vermelha, os quais ficaram à disposição do governo. (Correspondência de 11/01/1851, Lata 300, maço 3 – AHRs).

A despeito das considerações de Mabilde, o grupo de Doble permaneceu percorrendo o território e realizando o trabalho de contatar índios para o aldeamento, através de seu convencimento ou pelo ataque. Devido à impossibilidade de Doble permanecer no Pontão, por causa das reclamações dos moradores do lugar, e tampouco de ir para o aldeamento de Nonohay, em 1858 o governo provincial criou o aldeamento de Santa Izabel especialmente para Doble e sua família, onde permaneceram até o final do ano de 1861, quando o aldeamento foi extinto. No início de 1862, Doble apresentou-se ao diretor da Colônia Militar de Caseros declarando que pretendia aldear-se dentro dos limites desta. Compunham o grupo que se apresentou 25 homens e 33 mulheres. (Relatório presidente da província, 1862. In: 1957:159).

A relação estabelecida entre Doble e o governo da província foi aparentemente ambígua: Doble transformou-se em um especialista em convencer Kaingang “arredios” a juntarem-se aos aldeamentos. No entanto, o próprio Doble resistiu ao aldeamento e, segundo Mabilde, constantemente praticava assaltos a fazendas e a viajantes no vale do rio Cai. (Correspondência de 13/03/1850. In:1945).

Devido às correrias de Doble e Braga, as regiões de Vacaria e a encosta da serra eram as regiões mais atacadas, muitas vezes também pelo grupo de Nicafim. No início de 1851, o grupo de Braga permanecia entre o Campo do Meio e por Vacaria, recusando-se a ir para Nonohay, como o governo havia previsto. Ficavam no Campo-do-Meio, em uma fazenda “particular”. Tendo notícia disto, dois padres jesuítas “passaram ao Campo-do-Meio que era o lugar que os indígenas preferiam.” (Correspondência de 11/01/1851, Lata 300, maço 3 – AHRs). Impelidos a deixar os campos de particulares e apresentarem-se às autoridades, foram até o Pontão 273 Kaingangs, apresentando-se ao Tenente Comandante José Luiz Teixeira, pedindo sustento e vestuário. (Correspondência de 16/03/1851, Lata 299, maço 5 – AHRs). No entanto, tal “visita”

ao Pontão foi rápida e com objetivos claros, sendo que os mesmos voltariam ao Campo-do-Meio. Sobre o aldeamento do Campo do Meio, o diretor geral informava em seu relatório parcial para o ano de 1851:

Há pouco tempo que se organizou este aldeamento, [...] **foi por eles escolhidas as terras em que começam a fazer seus ranchos e roças**; é preciso fornecê-los de roupas e ferramentas e algum monício para os obrigar a permanecerem aldeados. Apresentando-se cerca de 200 Índios no princípio, hoje acham-se aldeados 267 Índios [...]. (Relatório de 05/07/1851, do Diretor Geral dos Índios lata 300, maço3 – AHRS).

Em 1852, o grupo ligado a Doble estava no Pontão, e ali desejavam permanecer, recusando-se a ir para Nonohay, então transformado em centro da reunião de indígenas aldeados:

pois segundo as informações que me deram os enviados que mandei àquele Cacique [...] ele e sua gente [...] por sugestões de algumas pessoas, que antepondo o seu interesse pessoal ao do verdadeiro bem estar desses índios, os induzem a não virem para o Aldeamento de Nonohay, visando algumas vantagens. [...]. (Correspondência de 25/10/1852, Lata 299, maço 2 – AHRS).

A situação descrita neste trecho foi recorrente, devido ao fato de que muitos grupos estavam ligados a fazendeiros locais, por diversos motivos, como analisado anteriormente. Assim, importa lembrar que, mais do que um simples bugreiro em acordo com o governo provincial, Doble, assim como outros chefes, travou alianças instáveis tanto com o governo como com particulares. Neste sentido, sabemos que muitos “colaboracionistas” permaneceram realizando ataques às fazendas mais distantes, além do fato de que com os acordos, estavam mais protegidos e poderiam ver logrados alguns interesses que se refletiam em sua própria sobrevivência.

A ambigüidade vivida pelos grupos aldeados foi uma constante durante todo o período. Entendemos que apesar de estar ligada às brigas entre os grupos Kaingang, a recusa de diversos grupos em se estabelecerem em Nonohay estava fortemente vinculada ao fato de que desejavam permanecer próximos ou nos seus próprios toldos, uma vez que já haviam estabelecido alianças que os permitiriam agir assim.

O diretor de aldeias José Joaquim de Oliveira, diversas vezes externou seu juízo sobre os indígenas, sempre reconhecendo que, estando nas matas, estes não precisavam do aldeamento, o que poderíamos entender como sua habilidade em manter-se em seu próprio território. Afirmava que a melhor forma de conter os indígenas aldeados seria o uso de uma força policial, único modo de contê-los e acostamá-los à civilização. Segundo Oliveira:

Mudar costumes de séculos, não é uma Fortaleza, ou outra qualquer posição inimiga, que se toma de assalto, é mister tempo, prudência e jeito, e como podem estes miseráveis acharem todos os recursos em suas próprias forças, [...]. É para destruir de uma vez estes obstáculos, que eu exigiria trinta Pedestres para este Aldeamento, homens próprios para o mato, e não para o campo. (Correspondência de 21/01/1850, lata 300, maço 3 - AHRS).

Ainda quanto às negociações para o estabelecimento dos aldeamentos, vemos que estas eram realizadas pelo Governo e seus agentes com cada chefe, o que equivale dizer que, para cada circunstância, e para cada grupo o processo de aldeamento foi diferente.

Assim, por diversas vezes, Kaingang de grupos diversos foram até Porto Alegre, para conferenciar pessoalmente com o presidente da província, sempre acompanhados, ou por padre, ou por algum fazendeiro aliado. Foi assim com os filhos de Fongue, que fizeram esta viagem em 1847 junto ao padre Superior das Missões do Alto Uruguai, como a chamaram os jesuítas.

Chegados a Porto Alegre já não encontraram mais ao Sr. Galvão em cujo lugar, no governo da província, se achava o Dr. J. Capistrano de Miranda Castro, [...] recebeu os dois índios [...], apresentou-lhe o padre uma lista das coisas que o Sr. Oliveira tinha considerado necessárias para formar um aldeamento; **Com igual agrado e benevolência foram recebidos em toda esta cidade, cujas famílias principais visitaram**, sempre na companhia de um dos Missionários; [...]. (Teschauer, 1905:134).

Voltaram à aldeia, além dos índios mencionados, o padre Parés, que em seguida retornou Porto Alegre, e também os Padres Calvo e Cabeza, que permaneceram em Guarita. Nesta ocasião, realizou-se uma festa para comemorar o acordo e a volta dos viajantes, pois o fato era significativo: emissários indígenas haviam conhecido a capital e o chefe do governo da província:

entre eles produziram muito bom efeito as relações e descrições de tudo aquilo que os seus dois emissários tinham visto em Porto Alegre. O jovem João parecia particularmente destinado a ser um valioso auxiliar dos Missionários. (Teschauer, 1905:136).

Podemos afirmar que durante o período de formação dos aldeamentos, entre 1848 a 1857, foram constantes as viagens a Porto Alegre realizadas por um ou mais caciques, ou mesmo por enviados destes, para negociar diretamente com o presidente da província. Em uma de suas várias visitas a Porto Alegre, o grupo do cacique Doble foi até esta cidade levando 30 “Coroados selvagens” como prisioneiros. Nesta ocasião, no ano de 1864, como de costume, receberam do governo pagamento pela presa, e ainda algumas fardas militares. A novidade desta visita foi a nomeação de Brigadeiro dada à Doble pelo governo. (Hensel, 1957:161).

Quando já estavam em Caseros, manifestou-se uma epidemia de varíola, causando a morte de muitos índios, inclusive de Doble. Laroque afirma textualmente que “foram presenteados, com roupas sujas de soldados que tinham morrido de varíola” (Laroque, 2000: 141). De fato, seria ingenuidade pensar que a infecção de vários soldados pela varíola passasse despercebida. Assim, pensamos que isto foi a maneira encontrada pelo governo, já convencido de seus ataques, para livrar-se de Doble. Pois que, apesar dos serviços prestados, este nunca se submeteu totalmente às exigências do governo, antes usando seu prestígio para continuar sua vida “selvática”.

É interessante notar que os Kaingang referiam-se ao presidente da província como *Pay-Bang* ou grande chefe. Estes índios aldeados por mando do governo reconheciam esta situação tratando o chefe do governo provincial como também o seu grande chefe. Isto não indica mudança cultural, mas sim, estratégia política. (Correspondência de 01/11/1849, Lata 299, maço 2 – AHRS).

Agindo de forma semelhante, o governo tratava com os índios sempre através de seus caciques e, podendo ser, através do cacique principal. Quando havia algum ataque, mesmo reconhecendo os autores, as autoridades sempre se referiam ao cacique principal do grupo atacante, ainda que o chefe estivesse isento de tais ataques. Isto faz supor a importância da hierarquia de poder, presente tanto na sociedade Kaingang como na ocidental. Sobre Antonio Prudente:

Tenho observado que este Bugre tem espíritos mui elevados, e pode fazer ainda serviços transcendentales na Catequese, e civilização dos que ainda estão errantes; [...] **que tendo forças a sua disposição irá fazer vir todos para os Aldeamentos, e obrigá-los ao trabalho; por isso que não se deve desprezar estas disposições, nem mesmo desgostá-lo**, pois é com quem mais [se digne] contar no Aldeamento. (Ofício de 21/10/1850, Lata 300, maço 3 – AHRS. Grifos meus).

Apesar de comportar princípios de autonomia, para cada grupo subordinado havia um chefe principal, ao qual estavam estas subordinadas. A liberdade de cada grupo circunscrevia-se ao seu território particular, enquanto que, para a manutenção do domínio sobre um grande território, era necessária uma articulação destas partes.

A transformação dos chefes indígenas em capitães, majores, tenentes, coronéis, exemplifica tanto a subordinação dos Kaingang à sociedade que se formava através da conquista, quanto remete às formas de hierarquização dentro da sociedade Kaingang. Ainda que possa ser dito que o processo de conquista de seus territórios transformou as relações de poder entre os Kaingang, “fixando-as” dentro da hierarquia militar, própria à sociedade sul-riograndense,

pensamos que esta característica já existia entre estes grupos. Pensando as relações sociais entre populações Jê no período pré-colonial, Rogge argumenta a possibilidade da existência de instâncias superiores aos grupos familiares, mais ou menos centralizadas, afirmando que, apesar da sociedade Kaingang ser vista como segmentária, sua organização social poderia ser mais complexa. (Rogge, 2004:100). Corroborando estes argumentos, a existência, entre os Kaingang, de territórios e subterritórios bem definidos, o que pode identificar um sistema sócio-político bastante complexo.

Ainda em 1845, no início das negociações, os Kaingang procederam de modo a buscar garantias para seu aldeamento, o que, acreditavam, somente obteriam caso conferenciassem pessoalmente com o chefe do governo:

disseram-me pelo intérprete, que queriam que fizesse uma Povoação para eles, o que muito me satisfiz pôr vê-los com esta boa disposição, porém que havia de ser em seus lares, o que com efeito parece muito apropriado [...] **visto estar resolvido a apresentar a V. Exa. os que me pediram, que queriam conhecer seu Benfeitor**, e neste caso imploro a V. Exa. uma prevenção no Rio Pardo, pôr minha passagem com eles à Cidade, [...].(Correspondência de 15/10/1845, do Pe. Antonio de Almeida. Leite Penteado ao Conde de Caxias AR 08, maço 16 – AHRS, grifos meus).

No final de 1850, o cacique Prudente e outro índio foram até a Corte do Rio de Janeiro para conhecer o Imperador do Brasil. Acreditamos que o fato deveu-se à organização das forças para combater Rosas na Argentina:

Em 29 de novembro de 1850, prevenindo que **depois serem vestidos o Cacique Antonio Prudente e seu companheiro, ordenou que seguisse para a Corte a fim de serem aprestados a S. M. o Imperador**. [...] Em 4 de Fevereiro comunicando que partem nesta ocasião para Rio Pardo os Índios Antonio Prudente e o seu companheiro Antonio que foram beijar a mão de S. M. o Imperador. [...]. (Ofício de 13/06/1851, lata 300, maço3 – AHRS. Grifos meus).

Recomendando ao Conde de Caxias que lhes desse um instrutor “moderado e prudente para os disciplinar”, na campanha contra Rosas, o diretor interino de Nonohay escreve:

eu pude conseguir do Aldeamento a meu cargo que saíssem voluntariamente 63 índios, mas sendo tempo de fazerem plantações, não permiti que seguissem todos, e só sim **42 praças ao Mando do Capitão Indígena Antonio Prudente**, os quais seguem desta Vila [acolhidos] ao Corpo do Tenente Coronel João Baptista (de Moreira?) Mello, em quem achei toda a coadjuvação, [...] Eu afiançei aos Bugres que teriam vencimentos de soldo [...]. **Além do Cap. Antonio Prudente e o Tenente Antonio Moreira, que sua Magestade o Imperador se serviu elevá-los, quando foram à Corte, não me pude [deixar] de prometer a João Portella, que V. Exa. lhe mandaria abonar o soldo de**

Alferes, a Vitorino (Crirão?), o de Sargento, e a Manoel Fongue o de cabo, pois tendo estes Índigenas algumas pessoas em quem pudessem influir para marcharem. [...] Igualmente lhes assegurei que estariam no Exército quatro meses, e que passado este tempo V. Exa. os faria voltar, [...]. Ajuízo que com a minha ida a Nonohaÿ, [...] esperando reunir os dissidentes, e tirar 60 a 70 Índios voluntários para novamente enviá-los a V. Exa., [...]. Correspondência de 02/10/1851, Lata 300, maço 3 – AHRS. (Grifos meus).

Neste informe percebe-se que os indígenas fizeram exigências para ir à guerra, mas também que a decisão de irem não foi tão voluntária quanto o faz parecer Oliveira, já que muitos índios foram convencidos por seus caciques a irem, muito provavelmente, devido às vantagens que poderiam obter, valendo-se do que Laroque chamou de “lógica de negociação”. Os índios aceitaram ir à guerra contra Rosas, visando à obtenção de vantagens que os deixassem cada vez mais longe dos perigos da situação de conquista e ocupação de suas terras. Em relação à ocupação das terras, escolhiam os lugares onde desejavam se aldear, e exigiam a retirada dos intrusos destes locais.

Acossado por todos os lados, sem recursos de espécie alguma, Doble, para salvar sua vida e da pouca gente que lhe restava, outra coisa não poderia fazer senão aldear-se, o que fez contra a vontade, porém forçado pelas circunstâncias. (Mabilde, 1983: 162-163).

4.2 Aldeias Oficiais

Como parte do projeto colonizador do governo provincial, os aldeamentos deveriam se encarregar de civilizar os índios, além de empregá-los em obras “públicas” como mão-de-obra baratíssima, uma vez que lhes eram pagas pequenas quantias ou mesmo em espécie. Neste sentido, podemos entender a criação da Companhia de Pedestres que tinha como objetivos bater os índios nos matos e também contê-los nos aldeamentos, obrigando-os ao trabalho. (Becker, 1976:55).

Deste modo, o governo provincial os utilizava como mão-de-obra em favor da província, especialmente em trabalhos “públicos”, principalmente na abertura de estradas, trabalho pelo qual – como já referido – recebiam certa quantia ou em gêneros. (Correspondência de 10/10/1849, Lata 300, maço 3 – AHRS). No trabalho de abertura de estradas, bem como em outras atividades “públicas”, os indígenas aldeados foram utilizados como a mão-de-obra essencial:

Os índios estão empregados nos trabalhos da picada que sai de Nonoai para a Palmeira, na qual já tem evoluído 4 léguas de uma boa estrada, é vantajoso conservá-los ocupados, com a ambição da gratificação que se lhes paga aplicam-se em gosto ao serviço e não pensão nos vícios [...]. (Relatório do presidente da Província à Assembléia Legislativa, 1857, fl. 30 v.).

O sistema de exploração do trabalho dos indígenas aldeados fazia-se por turmas e em períodos estabelecidos. Parte dos indígenas aldeados fazia erva para o aldeamento, enquanto que outra parte para os ervateiros; chegando o inverno, os índios dispersos pelo território reuniam-se, principalmente na Guarita, para fabricarem a erva. Em Nonohay, os indígenas aldeados eram utilizados principalmente como mão-de-obra nas estradas. (Correspondência de 03/12/1853, Lata 299, maço 2 – AHRs).

Em relatório referente ao ano de 1848, o diretor geral dos aldeamentos informa que “Em Nonohay os Índios são trabalhadores, tem roças com plantações de milho e feijão, e criação de gado, cavalos, porcos e aves que particulares tem dado.” (Relatório de 01/01/1849, do diretor geral das Aldeias ao presidente da província, Lata 300, maço 3 – AHRs). Ainda assim, também refere que os índios voltavam ao mato por falta de alimentos. Não sabemos se os gêneros produzidos e os animais criados em Nonohay supriam as necessidades alimentícias dos 285 índios então aldeados, mas nos parece que as saídas dos aldeamentos –constantemente referidas – relacionam-se à própria forma de estes índios suprirem-se: não obstante haver roças e animais no aldeamento, outros recursos naturais também eram apreciados e necessários.

Apesar de a situação se encontrar “calma” no aldeamento, tendo os indígenas se aplicado ao trabalho nas roças e na fatura de erva-mate, o seu diretor pede insistentemente a presença da dita Companhia no mesmo, a fim de acostumar os indígenas ao trabalho, uma vez que isto, segundo ele, não era conseguido deles sem muita instância: “V. S. já aqui esteve, e ocularmente observou o serviço que se fez no aldeamento, isto por eu fazer ali trabalhar algumas pessoas minhas, sem o que nada se fazia [...] muito convém não conservar esta gente na ociosidade.” (Correspondência de 1º/02/1849 de José Joaquim de Oliveira ao Diretor Geral dos Índios – AHRs).

Tal situação não perdurou por muito tempo, pois já em março de 1850, tanto o Pe. Parés quanto a Companhia de Pedestres haviam se retirado do aldeamento de Nonohay, determinando com isto também a retirada dos índios. (Correspondência de 11/03/1850 - AHRs). A Companhia de Pedestres esteve poucas vezes nos aldeamentos e por períodos curtos, especialmente durante a

vigência de conflitos ou “intrigas”. Desde o início da organização dos aldeamentos, o diretor Oliveira, da Guarita, pedia que fossem fornecidos aos aldeamentos praças da Companhia de Pedestres da Montanha, sendo que “estes mesmos indivíduos engajados servem para todo o serviço do Aldeamento; e com prontidão se engajará aqui seis a oito pessoas, e ainda podem servir para se fazer algum serviço, [...]”. (Correspondência de 1/02/1849, Lata 300, maço 3 – AHRS).

Ao pedir ao presidente da província uma força para “reprimir os excessos” dos índios, o diretor geral das Aldeias expressou sua concepção sobre como civilizar os índios, que passaria, necessariamente, pelo uso da força:

Desde que o Governo tem tratado de tirá-los das selvas para os civilizar, a experiência dos séculos tem mostrado que esta gente, para se obter deles alguma coisa, é preciso conservá-los como em tutela, pelo seu gênio indolente e Selvagem, hábito adquirido desde sua infância. (Correspondência de 21/12/1849, lata 300, maço 3 – AHRS).

Os índios instalados nos aldeamentos dedicavam-se ao plantio de roças, divididas entre a comunitária e a de cada família. Baseando-se em relatório do Pe. Parés de 1849, Teschauer escreveu que:

a um tempo de ver-se plantado na **roça grande ou comum** dez alqueires de milho e quatro de feijão, um pouco de algodão e cana de açúcar e bastante abóbora e que nas **roças particulares de cada família** se havia plantado mais que outro tanto, [...] (Teschauer, 1905:140-1. Grifos meus).

Ainda em 1849, recém-formados os aldeamentos, os índios da Guarita já trabalhavam nos ervais: “Boas disposições encontro nos nossos Bugres para a fatura d’Erva” (Correspondência de 01/02/1849 –Lata 300, maço 3 – AHRS). Beschoren escreveu que encontrava com os índios muitas vezes na floresta, durante seus trabalhos de medição na região do Alto Uruguai: “Nos meses de inverno se mudam para a floresta, a fim de colher a erva-mate, cujo produto dá-lhes recursos suficientes para viver, obtendo dinheiro bastante para a cachaça.” (Beschoren, 1989:44).

Informando ao Diretor Geral sobre o andamento dos trabalhos no fabrico de erva-mate pelos índios de Guarita, dizendo que estes já haviam produzido cerca de 400 arrobas, Oliveira escreveu:

mais podia fazer-se, **se o Victorino Condá do Aldeamento de Nonohay não viesse aqui, e fizesse ver aos Selvagens que não trabalhassem, que o Governo lhes dava o necessário sem exigir deles trabalho algum**; e que ninguém lhes compraria a Erva que fizessem; isto não deixou de desmoralizar bastante aos ditos Selvagens, e parte deles

deixaram o serviço, [...]. (Correspondência de 01/07/1849, Lata 300, maço 3 – AHRS. Grifos meus).

Os índios não queriam trocar a erva por eles produzida por gêneros, mas sim por dinheiro, “entretanto não aparece quem mais compre Ervas se não por gêneros, e os selvagens só querem dinheiro para depois comprarem o que mais necessitarem.” (Correspondência de 01/07/1849, lata 300, maço 3 – AHRS).

O rendimento de seus trabalhos dentro do aldeamento deveria servir para o sustento dos índios, sendo controlado pelo diretor parcial. Sobre as atividades realizadas pelos índios nos aldeamentos do Rio de Janeiro, Almeida comenta que:

os índios saudáveis deviam sustentar-se de suas próprias roças, do trabalho fora das aldeias e da comercialização de alguns produtos, como o artesanato, principalmente, a pesca e outros, incluindo, talvez, a madeira e gêneros agrícolas. **Importa constatar o interesse dos índios nos salários**, por mais irrisórios que fossem, [...]. Não resta dúvida que o dinheiro era parte do mundo das aldeias: **os índios aprenderam a fazer uso dele e a reivindicá-lo**. (Almeida, op.cit.: 208-9. Grifos meus).

Apesar de seu interesse em trocar seus produtos por dinheiro, preferencialmente, os Kaingang não pareciam estar interessados no aumento da produção agrícola ou na superexploração dos frutos por eles colhidos.

O diretor geral das aldeias relatava a situação dos aldeamentos: na Guarita, os índios de Fongue dedicavam-se ao fabrico da erva-mate, que comerciavam pessoalmente na fronteira oeste: “Os índios da Guarita já o ano passado fizeram 500 arrobas d’erva , a qual venderam a troca de gêneros em S. Borja.” (Correspondência de 15/05/1850 do diretor geral ao presidente da província, lata 300, maço 3 – AHRS).

Podemos perceber que os Kaingang – especialmente aqueles da Guarita – estavam completamente envolvidos na economia da erva-mate: “ainda ontem fiz sair cinco carretas para Itaquí, com as Ervas fabricadas por eles, e indo três Selvagens dos mais influentes acompanhando as ditas ervas para assistirem na venda delas.” (Correspondência de 10/01/1850, lata 299, maço2 – AHRS).

Os indígenas reunidos no aldeamento de Nonohay, em 1853 já estavam trabalhando na construção de estradas públicas.

Um pontão de mato existe que separa estes campos com os que vão dar ao Passo Fundo, e uma muito má picada é por onde se transita, e terá uma légua de extensão, além disto

outras restingas, e vários passos [...] se acham também em péssimo estado; [...] propus aos Índios para se empregarem neste trabalho, mediante gratificação de uma baeta, camisa e calça [...]. (Correspondência de 03/12/1853, de José Joaquim de Oliveira ao presidente da província, Lata 299, maço 2 – AHRS).

Em carta enviada ao presidente da província, José Joaquim de Oliveira, então diretor de Nonohay, (13/06/1855, lata 299, maço 2 – AHRS) relatava e cobrava os gastos com materiais e trabalhadores feitos para a abertura da estrada entre “os campos da Palmeira” para Nonohay:

mostro quanto despendi na abertura da estrada do mato, que divide estes campos da Palmeira com os de Nonohaÿ, cuja extensão reputo hoje em boas oito léguas. Não me foi possível fazer esta [despesa?] somente com os 2:000 dois contos de réis que essa Presidência mandou-me fornecer pela Coletoria de Nonohaÿ, [...] acresço mais 172#720 com que supri de dinheiro meu, não incluindo na conta jornada de dois escravos, bestas cargueiras e [...] outros objetos de minha propriedade; [...] foi este serviço pela maneira seguinte: Em distância de três léguas até o Rio da Várzea, ficou muito bem feita a estrada, e com uma considerável largura; limpa de toda a madeira; deste rio em diante, [...] e a que faltava para sair em Nonohay fiz aumentar a picada que há dois anos mandei abrir, e por ela passei; [...] e há poucos dias já por ali seguiram duas tropas, e outras.

Assim, já em meados da década de 1850, os aldeamentos eram “especializados” em determinado tipo de exploração produtiva. O grupo de Fongue trabalhava principalmente nos ervais, tanto para a aldeia como também se alugando aos ervateiros da região. A especialidade de Nonohay era a construção de estradas vicinais, ligando pontos de escoamento da produção. (Correspondências de 03/12/1853; 28/12/1854 e de 24/04/1855, Lata 299, maço 2-AHRS).

Sobre as atividades realizadas pelos índios, há uma correspondência do Pe. Solanellas ao Superior das Missões, em 1852, referindo as constantes saídas dos índios à floresta, para caçar, pescar ou alugar-se a algum ervateiro; também informava que os Kaingang vendiam seus cestos, peneiras e chapéus de fibras vegetais, o que sugere a vontade dos índios de participar, nos espaços que lhes deixavam, da economia local. (Carta de 15/03/1852, do Pe. Solanellas ao Pe. Berdugo. In: Pérez, 1901: 489).

As saídas de grupos de famílias eram rotineiras, com o objetivo de visitarem parentes ou de realizar expedições de caça, o que, principalmente no início do processo de aldeamento, era até bem recebido, uma vez que a falta de comida nos aldeamentos era motivo para que os índios os deixassem e fossem procurar seu próprio alimento. Foi constante a retirada temporária do aldeamento: “com falta de várias Famílias, que há mais mês se internaram pelo mato, e até agora não tem voltado, [...]”. (Correspondência de 10/12/1848, Lata 300, maço 3 – AHRS).

Os documentos atestam a intensa mobilidade destes grupos, indo do Campo do Meio para

a região de Palmas, de Palmas para Nonohay, e assim por diante. Estas eram realizadas com o objetivo, muitas vezes, de procurar campos mais livres de moradores brancos, ou, ao contrário, procurar lugares onde pudessem encontrar mais recursos alocando-se na economia local.

Também são muito recorrentes as informações que referem que certos grupos iam para o aldeamento e, logo em seguida, o deixavam. Consideramos que estas idas aos aldeamentos tinham diversos objetivos, como fazer acordos, barganhar objetos ou fugir, temporariamente devido às situações tensas onde estavam estabelecidos.

Esta prática foi inclusive estimulada, a fim de não prejudicar o processo costurado de forma muito delicada. Ao longo da década de 1850, as partidas de caça foram constantemente mencionadas, como também as “férias” dos índios, geralmente desfrutadas em locais próximos aos rios. (Correspondência de 08/02/1851, Lata 300, maço 3 – AHRS). No entanto, este procedimento já começava a ser mais bem entendido pelos diretores, ou seja, estes percebiam que as constantes saídas dos aldeamentos faziam parte da rotina indígena:

Sem força física no Aldeamento nunca haverá respeito, e sempre andaremos a pedir de favor aos Bugres qualquer serviço a benefício deles, e farão alguns, e outros não; e quando quiserem ir para o mato irão indo. Esta minha convicção é firmada na experiência, [...]. (Correspondência de 01/02/1849 de José Joaquim de Oliveira ao diretor geral – Lata 300, maço 3 – AHRS).

As constantes correspondências de José Joaquim de Oliveira, diretor do aldeamento da Guarita ao Diretor Geral das Aldeias revelam seu interesse em controlar o trabalho dos índios nos ervais. Tratando especificamente dos grupos de Fongue e Prudente, seu filho (Laroque, 2000:93), na Guarita, Oliveira escreveu:

Os Índios não acostumados ao trabalho, deram este ano uma prova de quererem fazer alguma colheita, [...] lançaram mão às ferramentas, e consegui uma plantação de dez alqueires de milho, e dois de feijão, isto porém com alguma coadjuvação de minha parte. Neste futuro inverno tenciono aplicá-los na fatura da Erva-mate, [...]. (Correspondência de 10/12/1848, Lata 299, maço 2 - AHRS).

No entanto, José Joaquim de Oliveira constantemente pedia licença ao presidente da província para empregar pessoas que ensinassem aos indígenas o trabalho com a erva-mate. Em algumas ocasiões, este solicitou a contratação de simples jornaleiros para ensinar aos índios; em outras, pediu soldados que, além de fazerem a segurança do aldeamento, serviriam também para ensinar e acostumar os índios ao trabalho em geral. No início de 1850, havia já cinco homens no

aldeamento de Nonohay para “dirigi-los no corte das madeiras e na construção de casas”. O aldeamento possuía, então, 100 reses de criar para dar princípio a uma fazenda, 12 cavalos para serviço de campo, 12 mulas cargueiras, além de mantimentos que o pe. Parés havia comprado, como “30 bois gordos para carnear, 50 alqueires de feijão e 40 de farinha de milho”. (Correspondência de 10/12/1848, Lata 299, maço 2 – AHRS).

Segundo o Pe. Parés, os Kaingang eram reconhecidos por sua habilidade em desfolhar os galhos da erva-mate, sendo bastante requisitados para este serviço. Parece-nos, assim, que o Tenente Oliveira procurava convencer o Governo da necessidade de empregar ervateiros, por pretender, além de lucrar com o trabalho dos próprios índios que desde o início do aldeamento da Guarita empregavam-se no fabrico da erva, utilizar os recursos provinciais destinados à catequese para a contratação de jornaleiros. Neste sentido,

Os diretores cuidavam e não em último lugar de si e dos seus, o que se colige de algumas observações; alguns ex-diretores apropriavam-se de certos terrenos, propriedade dos índios outorgada pelo governo. [...]. Existia, fora disso, uma antiga rivalidade entre os mais considerados chefes Victorino Condá e seu genro Pedro Nicasi; os diretores fomentavam-na procurando seus partidários em uma e outra tribo. (Teschauer, op. cit.:147).

Apesar de pedir sua demissão do cargo de diretor de aldeamento desde fins do ano de 1849, José Joaquim de Oliveira, então diretor da Guarita, permaneceu no cargo por longos anos, além de, em 1852, assumir o Aldeamento de Nonohay, levando consigo parte dos Kaingang da Guarita. Em 1850, o diretor ameaçou sair do aldeamento devido à falta da Companhia de Pedestres, pela qual tanto pedia. (Correspondência 21/01/1850, lata 300, maço 3 – AHRS).

Mais tarde, mesmo coadjuvado por outro diretor em Nonohay, Oliveira ali permanecia, sempre reclamando dos “prejuízos e incômodos” do cargo. Tanto desvelo em cuidar do aldeamento parece estar ligado ao uso do trabalho dos índios nos ervais, que ele controlava. Informando ao presidente da Província sobre a necessidade da permanência de Oliveira junto ao aldeamento de Guarita, o diretor geral escrevia: “foi quem organizou o dito Aldeamento, [...] os Índios já estão acostumados com ele; e a quem obedecem.” (Correspondência de 16/03/1850, lata 300, maço 3 - AHRS).

Ainda pretendendo destacar os interesses dos diretores de aldeamentos em mantê-los sob sua direção, podemos tomar o exemplo do diretor geral, o Brigadeiro José Joaquim de Andrade Neves, Barão do Triunfo que, por ocasião da campanha contra Rosas, em 1851, deixou o cargo,

pedindo ao presidente da província, entretanto, que nomeasse para seu substituto o antigo diretor de São Nicolau⁵. (Correspondência de 06/10/1851, Lata 300, maço 3 – AHRS). Andrade Neves insistiu para que este assumisse interinamente, para que, após a campanha, pudesse retomar o cargo, alegando que este lhe havia sido confiado pelo próprio Imperador (Correspondência de 06/07/1851, Lata 300, maço 3 - AHRS).

Oliveira requeria constantemente o engajamento de pessoas que pudessem auxiliar no trabalho nos aldeamentos e, ao mesmo tempo, civilizar os Bugres. Estas pessoas seriam provenientes da costa do Rio Negro, próximo à Lapa (Vila do Príncipe), no Paraná, de onde muitos fazendeiros e comerciantes de gado vieram para estabelecer-se no planalto sulino:

sendo casados, e boa moral, se irão estabelecendo nos Aldeamentos para cujo fim se lhes dará na serra uma data de terras a cada individuo e passados poucos anos, já não será mais necessário o Governo pagar-lhes vencimento algum, [...] e é os casamentos que haverá entre estas duas classes de famílias, garantido-nos para o futuro a estabilidade, [...] e em pouco tempo já não existiram Bugres errantes, e malfeitores: Para levar as coisas a este fim, é que tenho solicitado por gente apropriada a serem engajadas na Província de São Paulo, além do Registro do Rio Negro, no lugar denominado Campo do Tenente, oferecendo-me a mandar fazer este engajamento, [...]. (Ofício de 03/10/1850, Lata 300, maço 3 – AHRS).

Esta era também a opinião do diretor geral interino, que acreditava ser esta a melhor forma de civilização: “em cada uma das Aldeias, precisam-se destes Pedestres engajados na Costa do Rio Negro, para que se misturem com os Indígenas, casem-se e os animem a trabalhar, [...]” (Correspondência de 27/02/1852, Lata 300, maço 3 – AHRS). Apesar do desejo dos diretores, estes trabalhadores não chegaram aos aldeamentos do Rio Grande do Sul.

Em relação aos constantes pedidos de praças para guardar o aldeamento e ensinar os indígenas o trabalho, o presidente da província respondeu ao diretor geral:

que achando-se aqueles Índios há tanto tempo ali arranchados, se fossem capazes de trabalhar, já o teriam feito; e muito mal pareceria empregar trinta homens em plantações para os sustentar, [...] eles te sido socorridos, porém não devem continuar na sua ociosidade, [...]. (Correspondência de 28/01/1850, lata 300, maço 3 – AHRS).

Quanto à manutenção dos aldeamentos, os diretores de aldeamento costumavam comprar os gêneros alimentícios e o gado de fazendeiros próximos ao local, como recomendava o Regimento das Missões. Em certa ocasião, o diretor da Guarita comprou 60 reses de criar ao

⁵ São Nicolau formava um aldeamento desde 1819, com índios guaranis, estando localizado bem próximo de Rio Pardo. (Correspondência de 07/10/1851, Lata 300, maço 3 - AHRS).

preço de 6.000 réis cada uma a Manoel Pacheco de Carvalho, parente de seu genro, o juiz de direito José Gaspar. Os recursos para prover os aldeamentos provinham dos “cofres provinciais”, e os diretores costumavam utilizá-lo a bem próprio e dos seus. (Correspondência de 18/05/1851, lata 300, maço3 – AHRS).

Em diversas ocasiões, o governo negou alimentos e outros objetos, bem como mandou diminuir as despesas com certas compras, como por exemplo, a que previa a aquisição de 100 reses pelo diretor da Guarita. O presidente, no entanto, autorizou a compra de 60, pelo mesmo preço, e ao mesmo comprador indicados. O pedido de “gado de criar” partiu dos índios, segundo o diretor Oliveira, sendo que “Manoel Pacheco de Carvalho, morador na Cruz Alta, se oferece a por aqui as cem reses de criar a preço de 6/000 réis cada uma, [...]”. (Correspondência de 18/05/1851, lata 300, maço 3 - AHRS).

Sobre o suprimento dos aldeamentos, entre 13 de fevereiro e 16 de julho de 1848, o diretor da Guarita havia comprado 23 bois e 8 reses, 4 alqueires de sal, 37 alqueires de feijão e 270 mãos de milho, sendo a demanda crescente, o que José Joaquim de Oliveira atribuíra principalmente ao fim do pinhão. (Correspondência de 24 de Julho de 1848, Lata 299, maço 2 – AHRS). Segundo o relatório do diretor geral dos aldeamentos para o ano de 1850, enviado ao Ministro do Império, os indígenas de Guarita e Nonohay plantavam feijão, milho, hortaliças, e eram abastecidos com gado, vestuário e ferramentas através da receita da província:

Aldeamento de Guarita [...] tanto desejo tem de permanecerem, por já conhecerem que a vida errante não é boa, que dois de seus chefes pediram-me licença para irem a essa Corte beijarem a mão a S. M. o Imperador, conhecê-lo. [...] Acham-se aldeados 292 Índios d'ambos os sexos. [...]. Aldeamento de Nonohay Tendo a Assembléia Provincial mandado dissolver a Companhia de Pedestres que fazia a policia deste aldeamento, os Índios descontentes por semelhante dissolução, e cuidando que o Governo os desamparava, retiraram-se às matas, e aos desvelos e esforços dos Padres Jesuítas empregados na sua Catequese se deve eles terem voltado. [...]. Estão aldeados 385. [...]. (Relatório de 28/12/1850 do diretor geral dos aldeamentos de Índios da Província de S. Pedro ao Ministro do Império, Lata 300, maço 3 – AHRS).

Pelo menos até meados da década de 1860, o governo repassou aos aldeamentos, como já referido, suprimentos de alimentos, roupas, reses e bois, gêneros que eram comprados aos fazendeiros e chacareiros próximos. Em janeiro de 1850, o diretor da Guarita apresentou uma conta pela compra de 29 bois comprados a Antonio Gonçalves Pacheco Sobrinho, de 3 cargas de sal a Belarmino Borges d' Oliveira e 26 rezes compradas a Antonio Alvarez Rodrigues. Todos estes eram fazendeiros próximos à Guarita, e sempre os mesmos, com raras flutuações,

costumavam abastecer o aldeamento com semelhantes gêneros. (Correspondência de 10/01/1850, lata 299, maço2 – AHRS).

Em 1866, o aldeamento de Nonohay era abastecido com ferro, aço, roupas e medicamentos, tendo já estabelecida uma seção da companhia de pedestres no aldeamento. Já o aldeamento de Santa Izabel, neste ano, teria suspenso o envio de víveres aos inválidos, demonstrando o desgosto do governo com este estabelecimento. (Relatório de 1866, Lata 300, maço 4 – AHRS).

Em várias ocasiões, foi referido que o não envio de mantimentos pelo governo deveria ser percebido como a causa para os indígenas andarem pelas matas procurando seu sustento. No entanto, parece-nos que esta justificativa se ajusta à ótica do governo e seus agentes, que distribuíam os alimentos mais como uma gratificação pelos trabalhos prestados pelos indígenas, não atendendo ao que estava disposto no Regimento de 1845. Além disto, cabe lembrar que a rotina de grupos que saíam e voltavam ao aldeamento, se pautava muito mais pela concepção indígena de exploração sazonal e ampliada dos recursos naturais do território visando o seu sustento.

Nonnenmacher (1995) argumenta que a adoção desta “mediação paternalista” por parte do governo, ao aldear os índios e fornecer ferramentas, roupas e alimentos vinculou-se à preocupação em manter estes índios aldeados, utilizando-os em trabalhos públicos e, ainda, à intenção de reduzir grupos hostis. (idem: 49). Assim, a “boa vontade” demonstrada pelo governo para com estes “bandos de selvagens” deveu-se à constatação de sua importância na perseguição ou “pacificação” de grupos *hostis*.

O fornecimento de itens de vestuário aos indígenas tinha, sobretudo, uma importância simbólica, uma vez que estes não poderiam continuar andando nus junto aos civilizados. No entanto, o hábito de vestir-se entre os Kaingang era acionado somente quando da visita de “civilizados” aos seus toldos ou nos próprios aldeamentos. No entanto, o uso de roupas não era desconhecido entre os Kaingang, sendo que as mulheres usavam habitualmente uma saia ou vestido. O envio de roupas pelo governo, principalmente no inverno, parece sinalizar que já os estavam tratando como civilizados. (Correspondência de 08/06/1850, lata 300, maço3 – AHRS).

Em algumas correspondências, os diretores afirmavam que se o aldeamento não assegurasse o fornecimento aos Índios de mantimentos, miçangas, facas e outros objetos, que

estes ficavam insatisfeitos e ameaçavam voltar para os matos (Correspondência de 1/07/1849, Lata 300, maço 3 – AHRS).

Há tempos que acabou-se a pequena reserva que eu havia feito d'alguns vestuários para ir suprindo aos Selvagens mais necessitados, e por esta falta tenho sofrido reclamações diárias da parte deles; A tais reclamações tenho respondido que trabalhem para terem com que comprarem o necessário, **porém respondem-me = que o Pae Bangue = (nome que dão a S. Ex. Exmo. Senr. Presidente da Província)** lhes há de mandar enquanto eles não tiverem meios de obterem por via do seu trabalho, [...] veja se obtém do mesmo Exmo. Senr. Presidente mais um suprimento de vestimentas para este Aldeamento. [...]. (Correspondência de 01/11/1849, Lata 299, maço 2 – AHRS. Grifos meus).

Com bastante freqüência, os diretores e o diretor geral referiam-se às exigências de mantimentos e itens de vestuário feitas pelos indígenas. Acreditamos, contudo, que a aceitação de gratificações dessa natureza não deve ser entendida como indicativo de sua submissão imediata, mas que antes sinalizavam para seu potencial retorno ao aldeamento.

No início de 1851, o Pe. Parés relata que em Vacaria e em Passo Fundo os moradores estavam reclamando que os índios estavam comendo suas roças, e que isto decorria do fato de aquele ano não ter sido bom para as plantações, já que se haviam perdido muitas roças.

Os conflitos gerados com a ocupação das terras de Nonohay – que foi denunciada pelos índios – acabaram fazendo com que os padres se envolvessem efetivamente, tentando “dar voz” às reclamações dos índios, como retrata uma carta do padre Santiago Villarrubia desde Nonohay. Conquanto estivessem totalmente comprometidos com o projeto da colonização, os padres jesuítas denunciavam as constantes entradas de brancos intrusos no aldeamento. (Correspondência de 23/02/1851, Lata 300, maço 3 – AHRS).

Em relatório parcial sobre o ano de 1851, o diretor geral relatava os conflitos em Nonohay,

Onde existe bastante arado para plantações, não faltam também ambiciosos que [se queiram?] apossar das terras espalhando a tirania entre os Índios para por este meio ficarem senhores delas, porém os esforços dos Missionários Jesuítas que existem entre eles tem feito com que se desvançam semelhantes intrigas. (Relatório parcial da Diretoria Geral das Aldeias, em 05/07/1851, ao presidente da Província, Lata 300, maço 3 – AHRS).

No início da década de 1850, a situação era bastante tensa, devido às apropriações de terras dos aldeamentos, o que ocasionou a instalação de uma força de 30 praças em Nonohay “para conter os indígenas”. (Correspondência de 31/01/1852, Lata 300, maço 3 – AHRS) que não

permaneceram ali por muito tempo. O diretor geral afirmava que “Consta-me que os Índios de Nonohay depois que se retirou a Companhia de Pedestres se terem retirado para os matos, por lhes constar que o Governo não os protegia.” (Correspondência de 15/05/1850, lata 300, maço 3 – AHRS).

Após a retirada dos jesuítas em 1852, segundo o relato do Pe. Solanellas, os bugres foram à Porto Alegre procurar um padre. Em 1854, a Assembléia provincial revogou sua decisão de entregar os aldeamentos aos capuchinhos e trouxe de volta os padres jesuítas, não apenas para servir aos aldeamentos. (Carta de 15/03/1852, do Pe.Solanellas ao Pe. Berdugo. In: Pérez, 1901:489).

Eu aqui informei de tudo ao Sr. Oliveira como também das desordens, que alguns que não são Bugres e que se tem introduzido com os Bugres, estão provocando e que nós não temos forças para impedir ou conter. [...] prometeu-se um bom Diretor para o Nonohay, e uma força que protegesse os aldeamentos, e nada se executa. Os Bugres nos acusam de que os estamos iludindo, e já não sabemos que contestar. [...]. Este é o motivo porque me determinei de esperar aqui as providências, que se se demoram, não terei outro remédio se não mandar retirar os pp. Dos Aldeamentos, [...]. (Correspondência de 16/04/1851, do Pe. Parés ao diretor Geral, Lata 300, maço 3 – AHRS).

A correspondência entre os diretores e os missionários retrata a tensão existente nas relações entre os índios e os brancos dentro dos aldeamentos, sendo que o de Nonohay teria produzido os maiores atritos, devido às circunstâncias de sua “formação”. Os conflitos eram relativos à ocupação de terras dos aldeamentos ou daquelas que os índios consideravam suas, como no caso da internada do Erechim.

A saída do Pe. Parés deveu-se provavelmente aos conflitos ocorridos entre alguns índios de Nicafim e o fazendeiro Clementino dos Santos Pacheco que considerava os campos de Erechim como posse sua:

Tendo notícia que com a retirada da Companhia de Pedestres, e do Pe. Superior Bernardo Parés [...] do Aldeamento de Nonohay, os Índios deste Aldeamento se tem retirado, por falta de mantimentos; por isso convém que V. Exa. faça com que o dito Pe. Superior volte quanto antes para o dito Aldeamento a conter os Índios que se não retirem, e voltem para o mesmo, pois que por falta de Diretor, o antecessor de V. Exa. o tinha encarregado da direção da dita Aldeia. (Correspondência de 11/03/1850, lata 300, maço3 – AHRS).

Sobre este episódio, o Pe. Parés relatava:

o Senr. Presidente Andrea, convencido das minhas razões ordenou que passasse para lá toda a Companhia de Pedestres, como se efetuou. Quanta tinha sido a alegria e satisfação dos Bugres ao ver no Aldeamento uma força protetora, tanta maior foi a desconfiança e sentimento ao ver-se abandonados repentinamente d’aquela proteção. Muitos se retiraram

da Aldeia e todos estão na espera de que eu tenho de agenciar para que não fiquem sem uma força que imponha respeito aos salvagens para que não hostilizem aos aldeados. (Correspondência de 08/03/1850, lata 300, maço 3- AHRS).

Ainda em 1849, o presidente da província oficiou ao diretor geral dos índios solicitando que informasse sobre a existência de terras nacionais – ou devolutas – existentes nos municípios, pois cabia a ele, segundo o parágrafo 4 do primeiro artigo do decreto n.426, informar se os índios haviam abandonado as terras das aldeias. A comunicação do abandono tornava possível sua incorporação às terras nacionais, como, pela lei, já o eram. (Decreto 426, Regulamento das Missões de 1845. In: Cunha, 1992: 192).

Durante todo o período (1848-1875), foi relatada a presença de brancos nos aldeamentos, especialmente em Nonohay. Pela recorrência desta informação nas correspondências das aldeias, podemos perceber que havia muitos interessados em apossar-se das terras dos aldeamentos, já que estas eram devolutas. Esta foi, sem dúvida, a causa das reclamações dos índios e o motivo de haverem solicitado constantemente a presença de uma força armada dentro dos aldeamentos:

É de absoluta necessidade privar a entrada os Aldeamentos de homens que não sejam o Diretor, Missionários e policiais dos mesmos: e **fazer sair para fora deles os indivíduos que ali permanecem** entre os Índios **com sinistras intenções, como a de apossarem-se das terras dos Aldeamentos.** [...] **de que os Índios são muito ciosos,** [...]. (Relatório do diretor geral, em 05/07/1851, ao presidente da Província, Lata 300, Maço 3 – AHRS. Grifos meus).

Em 1852, os grupos dos chefes Fongue, Antonio Prudente e outros com eles aparentados, aceitaram ir para o Aldeamento de Nonohay. (Correspondência de 25/08/1852, Lata 300, maço 3 - AHRS). Em 1853, Fongue foi até o Pontão, onde estava arranchada uma parte do grupo de Doble, a fim de convencê-los a aldearem-se em Nonohay, juntamente com eles. Doble havia se apresentado no Campo do Meio em 1849, com cerca de noventa índios. Era intenção do governo aldear este grupo no Pontão, como meio de liberar as estradas por onde passavam as tropas de gado. (Pérez, 1901: 499). O que se depreende da documentação, é que, a partir de 1850, o cacique Doble fez acordos com o governo da província, indo constantemente a Porto Alegre para receber gratificações. Este grupo, em dissidência com seu antigo principal Braga, não aldeou-se efetivamente até o final da década de 1850, preferindo desfrutar da “proteção” do governo e manter-se excursionando pelas matas entre Vacaria, Pontão, Campo do meio e Passo Fundo. (Correspondências de 08/03/1850 e 29/12/1851, Lata 300, maço 3 – AHRS).

Em 1852, José Joaquim de Oliveira reuniu os índios da Guarita aos de Nonohay, assim transformado oficialmente em “aldeamento único”. Sabe-se, entretanto, que apesar da grande concentração de índios em Nonohay, este nunca foi o único aldeamento Kaingang na província. A partir de então, o aldeamento de Nonohay começava a dedicar-se de forma efetiva à exploração da erva-mate, bem como ainda ao trabalho nas estradas. Embora o aldeamento de Guarita houvesse sido oficialmente “desativado”, os próprios diretores reconheciam que, ainda em 1855, havia algumas famílias tanto em Guarita como em locais próximos. Desde 1852, estes Kaingang voltavam de forma constante e circunstancial para Guarita, apesar da ordem de se reunirem em Nonohay. Em julho de 1855, parte do grupo encontrava-se na região de Guarita:

No dia vinte e cinco do próximo passado mês fiz seguir o Portella, e Antonico, para a Guarita, e campos da Palmeira encarregados de congregar essa parte da sua horda, e trazê-la para este lugar, visto ser tempo da colheita das roças, e aproximar-se o da fatura, creio que breve se reuniram. [...]. (Correspondência de 04/07/1855, Lata 299, maço 2 - AHRS).

Tal situação pode ser descrita como desejada e favorecedora dos interesses indígenas, mas ao mesmo tempo assinala o forte interesse de fazendeiros locais no trabalho dos índios nos ervais, pois do contrário, haveriam sido expulsos dali por forças públicas e particulares.

A concentração em Nonohay provocou muitos conflitos entre os grupos Kaingang nele aldeados, ainda que cada grupo estabelecia-se em uma determinada área das terras do aldeamento, o que correspondia à própria forma de organização social entre os toldos Kaingang. Desta forma, Nonohay então era separado em *Toldo de baixo* e *Toldo de cima*. (Correspondência de 12/08/1859, Lata 300, maço 3 – AHRS).

A concentração dos Kaingang em Nonohay foi fugaz, já que a volta dos grupos de Fongue para a região de Guarita ocorreu de forma definitiva. A partir de 1859, o *Pay Bang* Fongue e os seus retiraram-se de Nonohay de forma definitiva, para voltar para Guarita ou se estabelecer em outros pontos dos municípios de Palmeira e Cruz Alta. As causas desta dissidência parecem estar relacionadas à perseguição que Antonio Prudente fazia a grupo “subordinado” a Nicafim, que redundou na morte deste e, em consequência, no assassinato do então cacique do Toldo de baixo em 1858. (Relatório do Diretor Geral das Aldeias, de 15/12/1856: 103-4 e Correspondência de 12/08/1859 – AHRS).

Os índios do distrito de Palmas, no Paraná assassinaram um dos de Nonohay, que acompanhava uma tropa de mulas para aquela província. Em desforra os índios de um dos

toldos de Nonohay assassinaram por seu turno a dois outros pertencentes à família dos de Palmas, mas aldeados nesta Província sendo uma das vítimas o Capitão Jacinhto, chefe do toldo de baixo. Um crime sucede a outro crime, a uma represália um ato de vingança terrível. (Relatório do Presidente da Província, de 1859:50-1).

Estas lutas entre caciques ou índios parecem ter relação com motivos pessoais ou com a traição de um deles em relação aos acordos feitos com os brancos em busca de vantagens particulares. Apesar das tensões e disputas, os grupos aldeados conjuntamente em Nonohay sabiam que deviam negociar de modo a não perder mais forças, procurando preservar-se.

Apesar dos esforços feitos pelos índios e pelo Governo, o cacique Prudente foi convencido a deixar Nonohay e voltar para seu alojamento na Guarita, então no distrito da Palmeira. No caso da família de Fongue, desde pelo menos 1865, esta havia se retirado de Nonohay (Correspondência de 16/11/1868 – AHRS), estabelecendo-se “numa faixa florestal de três léguas de extensão, localizada entre Campo Novo e o Rincão do Inhacorá”. (Beschoren, 1989:63).

Estes acontecimentos correspondem à dissolução do projeto de aldeamento único em Nonohay, passando a haver então vários pontos onde residiam grupos ou famílias Kaingang: nos Campos Novos, na área do antigo aldeamento do Pontão e nas matas do Campo do Meio. Este movimento foi acompanhado de outro que determinou a diminuição dos espaços ocupados pelos indígenas, seja através da simples ocupação de terras dos aldeamentos, ou porque o estabelecimento fora dos aldeamentos se deu em espaços cada vez menores e menos cobiçados.

Apesar de haver sido iniciado em Guarapuava e Palmas, em decorrência das guerras decretadas por D. João VI, o processo de conquista não foi linear, e nem progressivo. Os aldeamentos de Kaingang no Paraná e no Rio Grande do Sul passaram por processos semelhantes, sendo clara a ligação entre a ocupação e aldeamento dos Kaingang no planalto meridional. Mesmo no Paraná, conquistado a ferro e fogo, a ocupação ainda sofria reveses - através dos ataques indígenas - até a década de 1880, pelo menos. Em ambos, as reações mais violentas desde a conquista estiveram ligadas à expansão da ocupação, ou seja, cada vez que esta penetrava no território indígena, convertido em refúgio, os Kaingang realizavam uma onda de ataques, demonstrando sua desaprovação a este avanço.

A situação descrita no relatório do ano de 1855 do presidente da província do Paraná exemplifica isto muito bem. Informando sobre as crescentes hostilidades entre grupos indígenas e fazendeiros estabelecidos em Palmas, o texto refere-se a diversos ataques no distrito de

Laranjeiras, a oeste da vila de Guarapuava. Estes ataques provocaram o abandono de muitas fazendas que se encontravam nos “pontos mais avançados da sociedade paranaense em território Kaingang na região.” (Mota, op. cit.:144):

Ainda não cessou de ser ameaçada, como sempre, a segurança dos habitantes das povoações de Guarapuava e Palmas pelos índios selvagens que infestam as imediações dessas povoações, e ainda mais a dos fazendeiros que por vezes tem por eles sido assaltados. [...] somente há ocorrido de mais notável, contra a segurança, os assaltos dos índios selvagens no município de Guarapuava, uma vez na fazenda do capitão Hermogenes Carneiro lobo Ferreira, distrito de Palmas, e outra na do cidadão Francisco Ferreira da Rocha Loures, distrito daquela vila, fatos que trazem sobressaltados os fazendeiros em geral, que habitam aquela parte da província. (Relatório, 1855, pp. 6-8, apud Mota, op.cit.: 145).

No atual Estado do Rio Grande do Sul, os ataques aos fazendeiros também continuam ocorrendo, tanto nas colônias alemãs como no município de Passo Fundo, e outros locais, como os campos de Vacaria:

No distrito de Passo Fundo perto do Aldeamento de Nonohay foram assassinados em princípio de julho por alguns indígenas não aldeados, residentes nos campos do Portella, 4 pacíficos moradores daqueles lugares: Joaquim de Macedo, e um seu filho, um genro, e um peão. O subdelegado daquele distrito deu logo providências para serem capturados os assassinos, mas tendo então encarregado desta diligência ao índio Luiz Portella, e seus companheiros, inimigos da tribo a que pertenciam os assassinos, foram estes alcançados no interior das matas, e todos caíram vítimas do rancor de seus inimigos. No dia 13 de Agosto foi o índio Luiz Portella assassinado em seu próprio rancho pelo índio Agostinho, [...]. Tanto os índios da tribo a que pertenciam os 4 assassinos, como os que eram capitaneados por Luiz Portella, e os que o são ainda por Agostinho, matador deste, vivem em completa rivalidade, resistem aos esforços que se tem feito para estabelecê-los no aldeamento, e vagam pelos matos vizinhos, sem querer submeter-se às autoridades legítimas, ou permanecem temporariamente nos campos de alguns fazendeiros, que utilizam seus serviços, enquanto eles a isso se querem prestar, e algumas vezes os empregam como instrumentos de suas vinganças. (Relatório do presidente da Província de 26/09/1855, fl.6-7).

Apesar de o governo ter conseguido a reunião de vários grupos kaingang em Nonohay e estabelecido acordos com outros que habitavam locais como o Pontão, o Campo do Meio e a região de Campo Novo, os ataques indígenas aos novos moradores foram recorrentes durante todo o período. O relatório do presidente da província para o ano de 1868 relata um ataque⁶ Kaingang a uma colônia alemã afastada de São Leopoldo:

⁶ Esta história foi contada pelo Mons. Mathias Gansweidt, sob o título *As vítimas do Bugre. Peripécias de prisioneiros brancos entre índios e descrição dos costumes destes*. (1946), a partir do relato de Jacó Versteeg, que após dois anos de cativeiro, conseguiu escapar.

assaltaram os bugres a casa do colono Lambertus Werteg, da colônia de Santa Maria da Soledade, sita no 5 distrito do termo de São Leopoldo, levando para as matas a família do mesmo colono [...] autorizei o Dr. Chefe da policia a mandar proceder às necessárias diligências com o fim de afastar os bugres para longe das colônias e reaver a família raptada [...]. Por ofício de 24 de fevereiro comunicou-me o Dr. Chefe de policia que foram infrutíferas as diligencias empregadas, pois apenas se encontram vestígios passageiros da marcha dos selvagens [...]. (Relatório do presidente da Província de 1868, In; 1957:184).

Estas informações revelam o quanto estavam envolvidos fazendeiros e indígenas. Os assassinatos ocorreram, sem dúvida, porque os índios acreditaram que aqueles fazendeiros estavam se apropriando de suas terras. Ficava evidente a tensão existente nas relações mantidas, e também os interesses diversos que, muitas vezes os grupos Kaingang expressavam nesta situação.

Em meados de 1862, o cacique Doble foi até o Campo do Meio para negociar com um outro grupo, o de Nhucorá, para que este fosse para o aldeamento de Santa Izabel. Este grupo, no entanto, permaneceu nos campos de Diogo José de Oliveira, no Campo do Meio, fazendo “pilhagem e estava malquisto de todos os moradores dos Campos do Meio; assenhorando-se de ervais que lhe não pertenciam, ordenou-se que estes índios fossem transferidos para aquele aldeamento.” (Relatório de 1863:45-6).

Estes índios, além de desfrutarem de certo grau de liberdade e poder, mantinham uma boa relação com o fazendeiro Diogo José de Oliveira, e se encontravam fazendo erva nos ervais próximos. Cabe ressaltar que a presença estes grupos nas terras de alguma fazenda, provocava reação entre os outros moradores, que não os queriam por perto.

Em 1866, segundo os relatórios do diretor geral dos índios para os anos de 1865 e 1866, existiam no Campo do Meio cerca de 120 indígenas, sob a direção do Cacique Chico. Em Nonohay havia 309 Kaingang, e em Santa Isabel, 57 indígenas. (Relatório de 1866, Lata 300, maço 4 – AHRS). No entanto, o governo não reconhecia estes estabelecimentos, o que podemos depreender do relatório da Presidência da Província de 1864, que informa a existências de apenas três aldeamentos na Província: o Nonohay, o São Nicolau e o Santa Izabel. (Relatório de 1864: 102).

Apesar de reconhecer oficialmente apenas os aldeamentos de Nonohay e na Colônia Militar de Caseros, os relatórios dos presidentes da província referem-se aos toldos indígenas:

Segundo os dados ministrados em ofício de 12 de julho pelo diretor de Nonoái, que serve atualmente o lugar de diretor geral interino, eleva-se a 1.056 o número de índios de todos os sexos e idades, residentes naquele lugar, em Santa Izabel e na Guarita. (Fala

do presidente da província à Assembléa Legislativa, 1867, In: 1957:182).

Também os trabalhos de medição para a legalização das terras ocupadas, iniciados por volta de 1872, constituíram instrumentos bastante eficazes para a expulsão de Kaingangs que habitavam locais *impróprios*, porque já “ocupados”, e mesmo para a diminuição dos territórios dos aldeamentos, reservados legalmente aos índios pelo Império do Brasil. Assim, o governo reprimia o estabelecimento de índios em locais fora dos aldeamentos, esforçando-se por contê-los em Nonohay:

O diretor geral dos índios em ofício de 20 de maio do ano findo trouxe ao conhecimento desta presidência a representação, que lhe dirigira o tenente-coronel Manoel Francisco de Oliveira contra o estabelecimento nos campos da fazenda dos “Quatro Irmãos” do cacique Domingos com mais 20 índios e com o ofício datado de 10 de agosto apresentou-me uma nova representação do capitão Manoel Lucas Anes contra a invasão de um bando pertencente ao toldo de Fongue na fazenda do Monte Alvão, onde tem causado estragos. (Fala do presidente da província à Assembléa Legislativa, 1875, In: 1957:187).

Estas reclamações procediam muitas vezes dos fazendeiros proprietários dos campos nos quais se haviam instalado grupos de índios. Os índios do cacique Domingos de Oliveira, por exemplo, faziam constantes ameaças aos moradores, o que levou o governo a aconselhar o uso da força para repeli-los. No caso dos índios estabelecidos em Inhacorá, ficou decidida a criação de um novo aldeamento. No entanto, como vimos o aldeamento não significava a sujeição dos indígenas, já que constantemente voltavam a percorrer a área no seu entorno.

Ao serem feitas as medições do campo denominado São Jacob, de propriedade do capitão Fernando Westphallen, os índios estabelecidos no aldeamento de Inhacorá, no município de Santo Ângelo, “procuraram embarçar o andamento da citada medição, pretextando serem suas as do referido capitão, segundo declarou em data de 24 de Março de 1877 o juiz comissário.” O presidente da província prossegue relatando que o diretor interino do aldeamento de Inhacorá confirmou a sublevação dos índios nos campos de São Jacob, acrescentando que os mesmos índios haviam assaltado uma propriedade próxima, e noutra haviam se instalado para fazer erva-mate, sem autorização do proprietário. Afirma também que “nem os próprios terrenos pertencentes a ele diretor interino haviam respeitado, chegando ao ponto de ameaçá-lo e declararem que estavam dispostos a resistir com forças não só contra sua pessoa, mas também contra a do diretor geral.” (Relatório do presidente da Província de 1879).

Quando os trabalhos de medição dos terrenos alcançam o Inhacorá, o grupo de Fongue já se encontrava na região havia muitos anos. Devido às medições, eles são novamente exortados a se aldearem em Nonohay:

O brigadeiro Portinho, dando conta da incumbência que lhe fora cometida, informou que o Cacique Fongue e sua tribo, composta de 200 amas, há anos estão de modo próprio, contra as ordens do governo arranchados nas costas que limitam Inhacorá com os Campos Novos, pois que deviam estar no aldeamento de Nonohay, onde se acha o diretor, distando o mencionado arranchamento cerca de 20 léguas do aldeamento. (Relatório do presidente da Província de 26/01/1879: 75).

Durante as décadas seguintes, os indígenas ocuparam espaços fora da circunscrição estabelecida pelo governo. Isto manteve a ocorrência de assaltos na região serrana, que eram realizados tanto por índios aldeados – principalmente Doble – quanto por grupos que voltaram a “viver errantes”. Entre estes últimos, estavam um grupo remanescente da área controlado por Nicofé, então já falecido.

Enquanto continuou a ocupação das terras dos índios, estivessem elas dentro dos aldeamentos ou não, se acentuaram as investidas para que os índios deixassem os aldeamentos que tinham o *status* de terras devolutas, podendo ser apropriadas legalmente, desde que os indígenas as abandonassem. Assim,

Constando a esta presidência que alguns indivíduos residentes no Campo do Meio, no município de Passo Fundo, no intuito de afastar os índios das terras em que se acham, para chamarem-se à posse delas como devolutas, têm procurado indispor os com o Diretor Geral e com o da Colônia Militar Caseros, officiei ao Chefe de Polícia para mandar averiguar o fato e proceder como fôr de lei contra tais indivíduos. (Fala do presidente da província em 1874).

Em 1872, em fala à Assembléia Legislativa, o Presidente da Província informava que havia 690 índios sob a chefia de vários caciques, em vários toldos, os quais deveriam permanecer em Nonohay, apesar de se encontrar sem diretor. Reproduzindo as autoridades locais, informava que muitos índios estavam nas matas de Passo Fundo e Cruz Alta, “abusando de bebidas alcoólicas e incomodando os moradores com pedidos de fornecimento de sementes”. (Fala do presidente da Província, 1872, In: 1957:185-6). Após a conversão de Nonohay em aldeamento geral e único, o engenheiro agrimensor Beschoren relatava que “as poucas tribos restantes, espalhadas no Distrito, foram domiciliados e formaram pequenos Toldos.” (Beschoren, 1989: 42).

Em 1879, o governo mandou extinguir a Colônia Militar Caseros, fundada para soldados negros, e em cujos arredores encontravam-se grupos ligados ao falecido Doble. Apesar de dissolvida a Colônia, estes indígenas permanecem em seus arranchamentos, tendo sido inclusive designado um diretor interino para os “dirigir e proteger”.

Conforme os relatórios da diretoria geral para o ano de 1879, existiam aldeados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul 1.255 índios, sendo 250 em Nhocorá (Inhacorá), 100 na Guarita e 140 em Pinheiro Ralo, sendo todos estes ocupados por Kaingangs ligados a Fongue. Em Nonoai, havia 285 índios, no Campo do Meio, 90, o Pontão e Caseros somavam respectivamente 200 e 140 Kaingangs do grupo do falecido Doble, e, ainda, havia nos campos de José Bueno 50 índios. (Relatório do diretor geral dos índios de 1879, Lata 300, maço 4 – AHRs). Assim, este relatório afirma a existência de oito toldos “independentes”, ainda que houvesse algum esforço do governo de aldeá-los em Nonohay ou de confiná-los em novos aldeamentos. O governo da Província tentou constantemente fazer a reunião de alguns destes toldos, e ainda submetê-los a um diretor: “ficando o Tenente Coronel Siqueira Fortes com a direção dos de Nhocorá e Pinheiro Ralo, a um dos quais deveram ser recolhidos os índios da Guarita.” (Relatório de 1880, In: 1957:189).

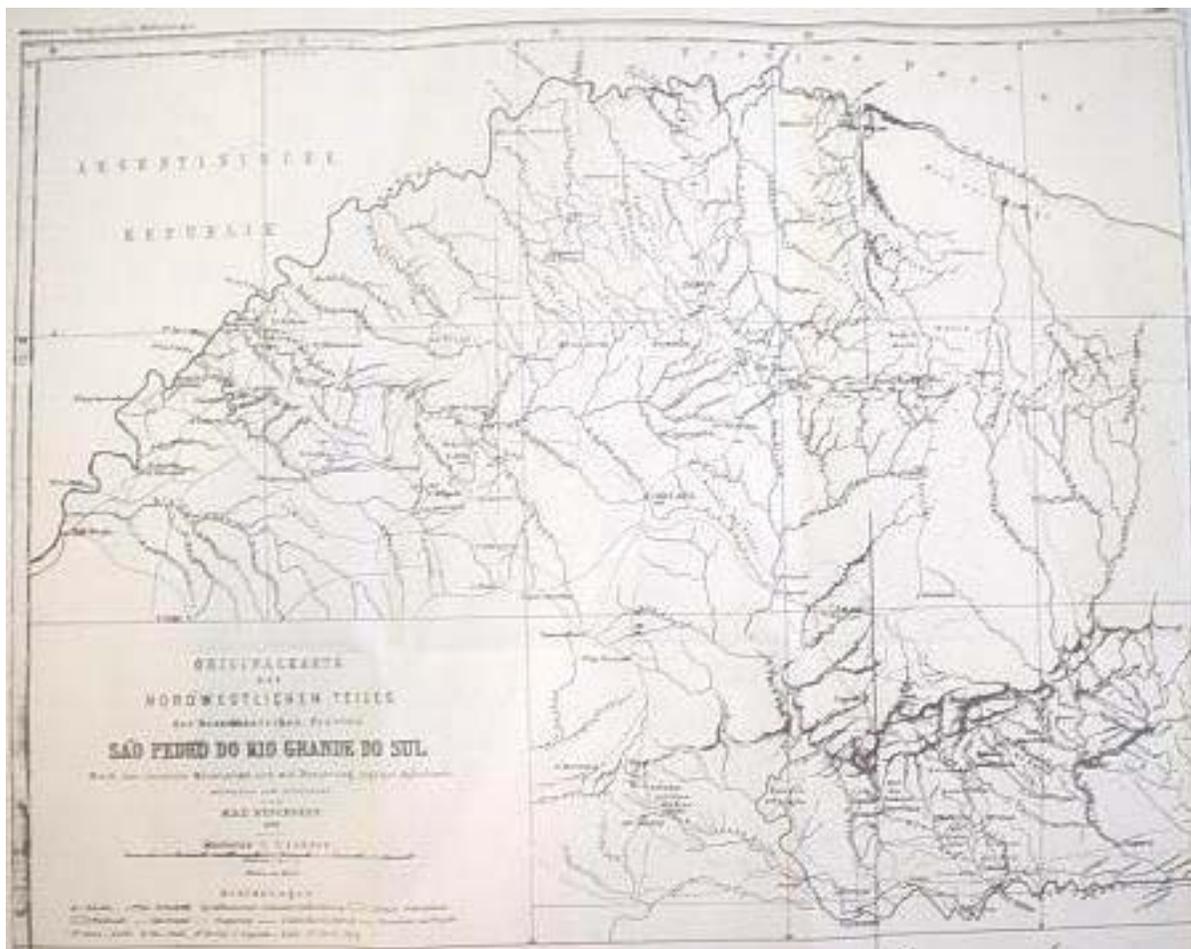
Já Evaristo de Castro refere à existência dos aldeamentos de Nonohay, do Pinheiro Ralo, o da Estiva, o do Campina e o de Inhacorá, sendo os dois primeiros no município de Passo Fundo e os outros, no da Palmeira. (Castro, 1887:205-208). Apesar desta “retomada” de alguns pontos do território, caracterizada pela total desobediência ao governo, podemos notar que, além destes espaços serem muito pequenos, a sua própria denominação reflete uma situação periclitante. Estas áreas, onde se instalaram os toldos Kaingang, eram aquelas desconsideradas pela colonização, ao menos, até aquele momento. Assim, a denominação “pinheiro ralo”, para um grupo que baseava boa parte de seu sustento através do fruto do pinheiro, pode indicar as condições precárias em que se encontravam estas áreas foram “escolhidas”.

Tanto é assim que os índios opuseram forte resistência à ocupação destes locais quando das medições que objetivavam legalizar as enormes propriedades incultas. Isto porque se tratavam de espaços que os colonos somente desejariam e ocupariam bem mais tarde. Para os índios, no entanto, ainda que não fossem adequados para o seu modo de exploração do meio, constituíam-se em espaços de sobrevivência.

Evaristo Castro recomendava que o governo auxiliasse a população indígena e cabocla para seu progresso através da agricultura, tendo percorrido a região onde se encontravam os aldeamentos Kaingang, em 1887. Sobre Nonohay, informava que sua população de 226 indivíduos distribuiu-se em 56 fogos, “dedicam-se à agricultura, ao serviço do fabrico de aguardente, rapaduras e outros”. Castro argumentava ainda que a área do aldeamento não estava medida nem demarcada, e encontrava-se localizada a cerca de meia légua da freguesia de Nonohay. O aldeamento do Pinheiro Ralo localizava-se a seis léguas da freguesia de Nonohay, sendo os índios em número de 217, aplicados à lavoura e a outras indústrias. Os aldeamentos da Estiva e da Campina encontravam-se bem próximos um do outro, sendo que este último se formou em decorrência de seu desalojamento pelas medições dos terrenos em que se encontravam, próximos à Guarita. O aldeamento de Inhacorá, formado por 181 pessoas em meados da década de 1880, localizava-se em uma área de cerca de meia légua, como o Aldeamento da Estiva. (ibidem). O mapa de Beschoren, de 1886, privilegia toda a parte norte do Rio Grande do Sul, e traz cinco aldeamentos nesta região. (Mapa, Beschoren, 1989).

Na ocasião em que foi presidente da província do Paraná, Taunay informou que em certa ocasião recebeu um grupo de índios que reclamavam de intrusos em suas terras. Ao serem solicitados que informassem qual o tamanho da terra a que achavam que tivessem direito, o presidente constatou que “tais posses, segundo pretendiam, ocupavam superfícies enormes, para poderem contentar os seus hábitos nômades e de simples vagabundagem.” (Taunay, 1931:84).

Pode-se, então, perceber que os índios continuaram reivindicando suas terras, apesar de estas estarem demarcadas em fazendas, por as considerarem seus territórios, extensões de terras onde pudessem realizar seus padrões seculares e próprios de sobrevivência.



Fonte: Beschoren (1989)

Apesar de apresentar difícil visualização, este mapa do ano de 1886 reconhece, além da hidrografia e relevo, os cinco aldeamentos nomeados, além das fazendas mais importantes espalhadas pela porção mais setentrional deste Estado.

4.3 Os missionários nos aldeamentos e a catequese

Os missionários foram chamados a realizar a sua obra civilizadora junto aos indígenas do planalto justamente quando a colonização avançava sobre seus territórios, a partir de 1846. Os primeiros aldeamentos organizados foram os de Nonoai, Guarita e Campo do Meio, visando qualificar a mão de obra indígena. No entanto, os indígenas Kaingang desta região já estavam envolvidos, de certa forma, na esfera produtiva local e mantinham relações sócio-produtivas com

os fazendeiros da região, principalmente como guias e coletores de produtos diversos, especialmente a erva-mate.

No entanto, até 1848, não havia aldeamentos ou povoações de índios na região considerada, sendo que durante os primeiros anos de efetiva colonização, os índios trabalhavam fora, mas moravam em seus “toldos” e não em aldeamentos. Ainda, muitos aldeamentos constituíram-se nos próprios toldos indígenas, ou, ao menos, dentro de seu território de circulação. Os missionários foram vistos como agentes do Governo pelos indígenas, o que, em alguns casos, facilitou as negociações. (Correspondência de 07/11/1848, do Pe. Parés ao Pe. Lerdo. In: Pérez, 1901:475). As viagens feitas a Porto Alegre para o estabelecimento de acordos com o governo, por exemplo, foram levadas a cabo através das instâncias dos padres, atendendo aos pedidos dos índios.

No século XIX, a tarefa dos missionários foi mais civilizadora do que evangélica, uma vez que “Trata-se mais de integrar o índio à vida social pela instrução, tornando-o economicamente produtivo na lavoura, do que à vida da Igreja, pela catequese.” (Beozzo, 1984:81). Conforme ressaltou Bartolomeu Meliá, a política de aldeamentos esteve totalmente sujeita ao projeto de colonização no estado: “O objetivo real era fixar os índios num lugar e deste modo evitar a sua livre movimentação pelos campos já cobiçados pelos colonos.” (Meliá, 1985:177).

Apesar de exaltarem o comprometimento com a “verdadeira civilização” de parte de alguns fazendeiros locais, especialmente de José J. de Oliveira, os padres sempre reafirmaram a impossibilidade da *redução* destes indígenas pelo alto grau de contato com moradores próximos. Esta constatação tanto pressupõe o intenso povoamento das áreas de Campo Novo, Cruz Alta e Passo Fundo, quanto à aliança dos índios com alguns novos moradores, numa atitude de resistência, já que permaneceram em seus toldos em face da conjuntura de intensificação do povoamento.

A presença de brancos nos aldeamentos, bem como as relações de trabalho mantidas por alguns grupos Kaingang com moradores nas estâncias e povoados próximos aos toldos, muito preocupou aos padres, que constantemente referiram-se a estas relações:

Não me é possível isolar umas reduções que se acham tão imediatas a povoações e estâncias, **nem os índios acostumados a tratar com os cristãos da vizinhança se sujeitariam facilmente a este isolamento.** (Carta de 07/11/1848, do Pe. Parés ao Pe. Lerdo, In: Pérez, 1901:475. Grifos meus).

Foi importante o papel desempenhado pelos padres na contenção dos conflitos decorrentes da intensificação da ocupação. Principalmente em Nonohay, as negociações foram intensas e a presença dos padres parece ter garantido a contenção de certos conflitos ou, ao menos, a garantia, em determinados momentos, da presença ou do regresso dos índios ao aldeamento:

O Padre que me escreve, disse que com a notícia de minha volta, vão regressando à aldeia os que se tinham retirado e que ontem chegou o Canhafé e Pedro com sua gente: e o próprio disse que achou Nonohay e a Vuotoro que também se dirigiam para lá. (Correspondência do Pe. Bernardo Parés ao Diretor Geral, em 08/03/1850, Lata 300, maço 3 – AHRS).

Os missionários muitas vezes atuavam como intermediários nos conflitos, principalmente naqueles momentos em que os aldeamentos encontravam-se sem força policial. Também os padres foram “impelidos pelas circunstâncias” a pedir constantemente forças policiais para conter e ensinar aos indígenas o trabalho no aldeamento. (Correspondência de 26/02/1851, lata 300, maço 3 – AHRS). Em 1849, o Pe. Parés pediu uma força de polícia no aldeamento de Nonohay, lembrando “os tristes sucessos de Palmas e Guarapuava que lamentamos ver reproduzidos na Vacaria”. O padre argumentava que o aldeamento fosse protegido, para reprimir as rivalidades indígenas, bem como as possíveis represálias dos moradores aos aldeados. Muito mais constante, entretanto, foi o pedido de forças para reprimir os intrusos no aldeamento, o que era feito pelos padres atendendo as reclamações dos chefes. (Correspondência de 25/04/1849 do Pe. Parés ao Presidente da Província. In: Teschauer, 1905:152).

A catequese foi desenvolvida pelos jesuítas em três aldeamentos: os padres Parés, Villarrubia e Solanellas em Nonohay, Aloysio Cots e Ignácio Curri na Guarita, e Pedro Laderra e Miguel Cabeza no Campo do Meio. (Teschauer, op. cit.:140). O Pe. Ferdinand de Azevedo, baseado no *Mapa de los indios existentes en el aldeamento e colonia de Nonohay*, de janeiro de 1850, contido no fundo AHSI. Bras. M. 1001a VII. 2, afirma que:

De todas as Aldeias em que esses missionários ensinavam a doutrina cristã, somente Nonoai já tinha índios batizados. Estes, cerca de setenta, chegaram a Nonoai provavelmente no ao de 1848 e procediam de Palmas e Guarapuava, da então Província de São Paulo, sob o comando de Vitorino Condá. Mas eles, por negligência ou esquecimento, nada sabiam de sua religião adotada. Bem possível é que esses índios tivessem sido batizados em Guarapuava, onde houve catequese nos anos de 1812 – 1826. (Azevedo, op. cit. :123).

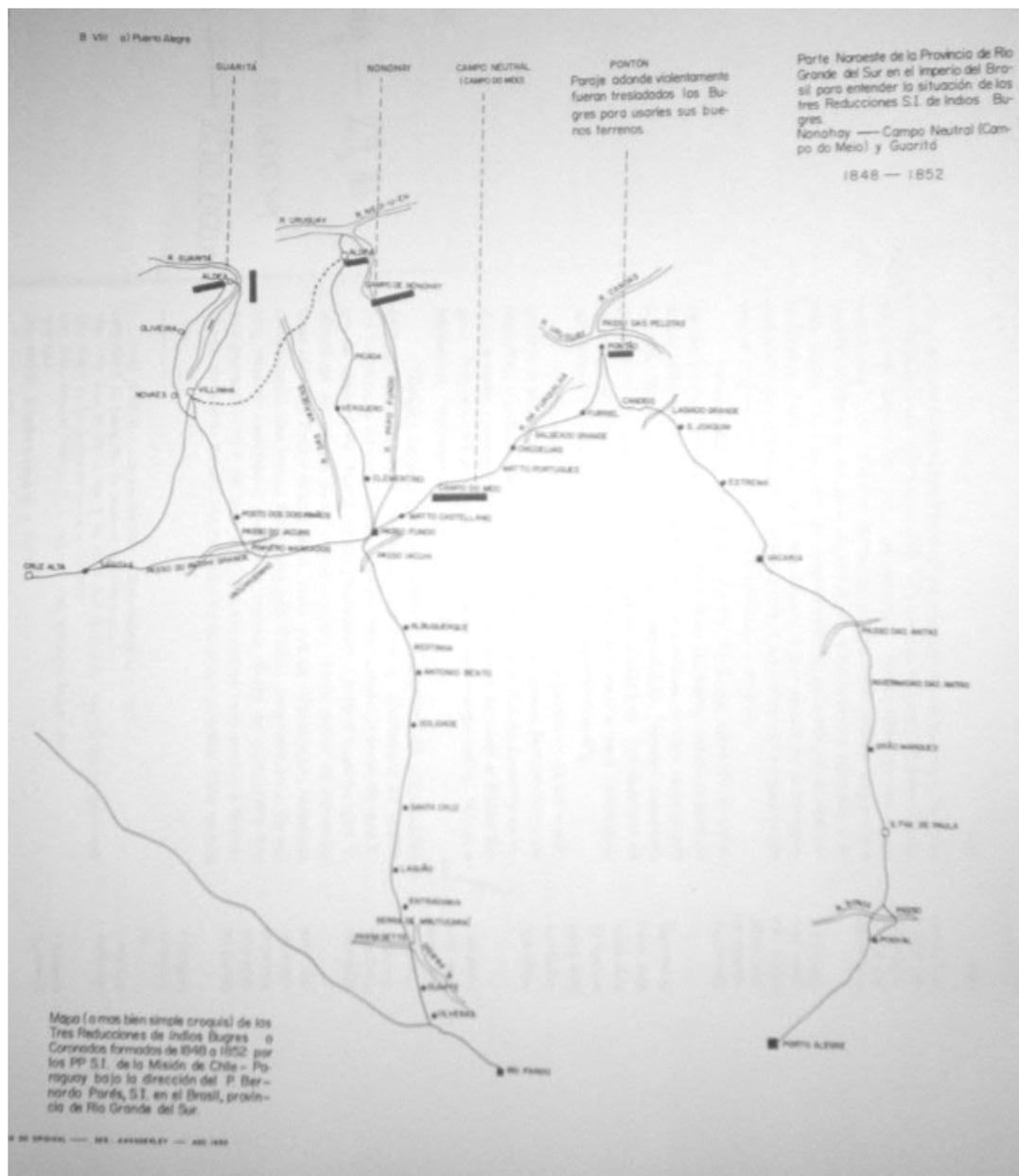
Para os padres jesuítas, os fundamentos do aldeamento deveriam ser: o trabalho – nas lavouras conjuntas e particulares a cada família –, e a religião. Mais tarde, os missionários seriam forçados a concordar que a religião cristã não causou nenhum entusiasmo entre os Kaingang.

Segundo o Pe. Penteado, o convívio entre brancos e índios nos aldeamentos, levou estes últimos a adotarem muitos dos “vícios” e “erros” daqueles “que se dizem civilizados e civilizadores”. Para solucionar esta situação, o missionário propôs a criação de uma escola que mantivesse os jovens distantes desta convivência.

Seria, pois, mui conveniente que os Padres Missionários logo estabelecessem **uma escola para ensinar os menores** a ler e escrever; **conservando-os assim separados, conseguirão, com o tempo, que trabalhem também separados**. Como, porém, tal separação oferecerá ao princípio muitas dificuldades, **é preciso proceder de maneira que eles não entendam o que se pretende**. (Correspondência de 08/11/1843, do Pe. Penteado ao Conde de Caxias. Assuntos Religiosos 08, maço 16, AHRS. Grifos meus).

Assim, a proposta dos padres era apartar os menores do convívio com a família e o grupo, justificando que somente desta forma não apresentariam os maus costumes “característicos” dos demais indígenas.

Quem pensar que se pode sujeitar o índio a uma vida sedentária em poucos anos, pensa erradamente. Os que saíram dos matos, em idade viril, tarde ou nunca se acostumam com outro modo de existência; os adolescentes e aqueles que nascem nos aldeamentos são os únicos próprios para receberem instrução religiosa. (Aldeamento de S. Jerônimo. - Frei Luiz de Cemitille. In: Taunay, 1931:103-4).



Mapa de las Tres Reducciones de indios Bugres o Coronados formados de 1848 a 1852 por los PP S. I. de la Misión de Chile – Paraguay bajo la dirección del P. Bernardo Pares, S.J. em el Brasil, provincia do Rio Grande do Sur

Fonte: Azevedo (1984)

A catequese entre os Kaingang observou esta proposta, havendo, porém, muitos pais que não permitiram que seus filhos frequentassem as aulas. Assim, este procedimento de isolamento das crianças não se efetivou da maneira como foi proposto pelos padres, sendo apontado com uma das principais causas da ineficiência da catequese destes índios, juntamente com o seu hábito de seguidamente ir ao mato procurar alimento, ou simplesmente voltar aos seus toldos, onde tinham suas roças. (Carta de 25/04/1849 do Pe. Parés ao Presidente da Província). Entretanto, os padres exerceram – com algum êxito – a sua doutrina entre as crianças e os jovens, utilizando-se de cantos e gravuras, apesar de não conseguirem reuni-los para a catequese.

Dentre as outras causas que dificultavam a catequese dos Kaingang destacadas pelo Pe. Villarrubia, em 1851 estava, ainda, o desconhecimento da língua destes índios, que consideravam muito difícil, levando-os inclusive a constatar que seria mais fácil um dos Kaingang aprender a língua portuguesa do que os padres aprenderem o Kaingang. O missionário apontou também para a preguiça dos índios e para a sua recusa em submeter-se à instrução metódica da religião cristã e para as constantes saídas dos índios dos aldeamentos. (Correspondência de 02/02/1851, do Pe. Villarrubia a Beck – AHSI. Bras. 1001 a, X. 2. In: Azevedo, 1984: 123-4).

A partir de meados da década de 1870, muitos curiosos e interessados passaram a produzir Vocabulários da língua “Kaingang”, mais precisamente, de um ou mais dialetos da língua falada entre os Kaingang de São Paulo até o Rio Grande do Sul. Ainda em 1864, Hensel elaborou um vocabulário com palavras Kaingang a partir do contato com a população aldeada na Colônia Militar Caseros. (Hensel [1928]. In: 1957:183-4). Taunay também o fez através da consulta aos índios de Guarapuava. O mesmo relata a dificuldade deste trabalho: “não só pelo modo de pronunciarem as palavras, [...] como também pela relutância em responderem a interrogatórios um tanto longos e de caráter até certo ponto científico.” (Taunay, 1931:81).

Através dos relatos dos missionários e dos diretores de aldeias, podemos perceber que os Kaingang preferiam expressar-se em português com os moradores locais, em vez de ensinar a alguém a sua língua. Entre os índios, aquele que conhecia melhor a língua portuguesa servia de intérprete e poderia projetar-se nas negociações. Em 1845, quando do início do processo de redução com a visita do Pe. Penteadó e da escolta armada, registrou-se o primeiro “contrato” de três intérpretes Kaingang, que se utilizavam do português para a comunicação entre brancos e índios. As negociações foram realizadas sempre em português, sendo que os línguas detinham um poder especial nestas circunstâncias.

A grande mobilidade indígena foi sempre considerada um entrave à catequese dos mesmos. Esta também era a opinião do frei Luiz de Cemitille, cura do aldeamento de São Jerônimo, no Paraná:

Uma das dificuldades, na catequese e civilização destes índios, não é a grande facilidade deles se sustentarem nas matas. Oferece-lhes a natureza com mão liberal tudo de que necessitam: abundam as florestas em fruta e caça e os rios em peixe; em qualquer parte enfim acham com que matar a fome e, tendo a barriga cheia, coisa mais alguma apetezem. (Cemitille, op. cit: 97).

Há informações privilegiadas sobre a conversão dos Kaingang à religião católica, ou seu fracasso, na documentação e bibliografia produzidas por missionários cristãos. Para o Paraná, há o registro dos freis capuchinhos que estiveram longamente nos aldeamentos do Paraná, especialmente do frei Luiz de Cemitille. Para os aldeamentos do Rio Grande do Sul, além das correspondências enviadas pelos padres que estiveram nos aldeamentos, há também a análise do Pe. jesuíta Carlos Teschauer, que escreveu baseado nestas últimas. Apesar de publicar a partir do início do século XX, Teschauer inspirou-se nas cartas dos padres dos aldeamentos e, esteve entre os Kaingang de Nonohay. Em comum, podemos dizer que estes religiosos referiram a frágil ou inexistente conversão à religião cristã entre os mesmos, atestada na continuidade de seus “costumes bárbaros” como a nudez e a poligamia. Quanto à religiosidade dos Kaingang, podemos afirmar que os padres que passaram mais tempo entre os índios nos aldeamentos, admitiam sua crença em um ser supremo, embora não a entendessem, classificando-a como excessivamente “material”:

No dia 12 de novembro de 1866 perguntei ao cacique mais velho, capitão Manoel Aropquimbe (que quer dizer avançador) quem era o deus, a que chamavam "Tupen". Prontamente respondeu-me ele que era o sopra. Mas nas conversações que tive com o velho cacique, [...]. Não me foi possível fazê-lo compenetrar-se dos seus tristes erros, nem convencê-lo de que a poligamia é um pecado. [...]. O velho polígamo em lugar de mostrar desejos de ser educado, respondeu-me que não podia deixar de ter as quatro mulheres, porque era "Tremani" (isto é valente). Se estava morando conosco, continuou, não era por encontrar a felicidade, pois mais feliz se achava nas matas virgens, [...]. O verdadeiro motivo que justificava sua permanência entre nós era porque não podia passar mais sem as nossas ferramentas; que já era tarde para aceitar uma nova religião, sendo já velho, tanto que nunca pudera aprender a fazer o sinal da cruz. Enfim, despediu-se com uma risada e deu-me as costas, dizendo-me sarcástico adeus. (Cemitille, In: op. cit: 97-9).

Ressaltando a *incivilidade* dos Kaingang, há também os relatos de leigos que estiveram entre eles em situações diversas e que falam da continuidade de seu modo de vida, como a circulação pelo território, a nudez, a epilação e a poligamia.

Referindo-se à resistência cultural dos Kaingang, Marcon afirma que estes procuraram manter seus aspectos essenciais, muitas vezes, através de métodos como a ocultação ou até mesmo através de reformulações de aspectos culturais e religiosos próprios:

Por trás da dominação dos colonizadores, os Kaingáng criaram uma série de mecanismos de proteção e defesa da cultura e da religião. Por isso, ainda hoje, embora não em grande escala, continuam praticando reservadamente os seus ritos de nascimento, de batismo, de morte, etc. (Marcon, 1994:44).

O padre Carlos Teschauer resumiu bem o juízo que os padres missionários fizeram sobre os Kaingang ao dizer que estes apresentavam um indiferentismo religioso. Segundo uma carta do padre Villarrubia, de Nonohay, Teschauer escreveu que “Os bugres do Rio Grande parecem não ter sido supersticiosos nem ter praticado religião alguma, mas ter vivido num completo indiferentismo religioso [...]” (Teschauer, 1929:284).

Entre as dificuldades para sua catequese, os padres informavam que, além de sua “natural preguiça e indolência”, havia também sua “susceptibilidade”:

que obrigava os Missionários a tratá-los com muito respeito e uma falta, um desacerto, dizem eles, teria bastado para dispersar outra vez a todos nos bosques [...] nunca podiam obrigar os meninos de escola à aplicação por meio de castigos; não teriam voltado [...]. (Teschauer, 1905:146-7).

O padre Villarrubia também destacou as principais dificuldades para a catequese dos Kaingang, destacando o indiferentismo religioso, uma vez que acreditava que estes grupos não praticavam culto algum, manifestando “uma idéia confusa da alma e de Deus, que chamavam Tupé” e à qual associavam elementos da natureza, e, principalmente, ao sopro.

Para Azevedo (1984) é significativo o fato do padre Villarrubia não haver percebido e valorizado devidamente o culto aos mortos – ao menos não enquanto tal –, que teria assistido em Nonohay em 1851. O mesmo padre entendeu que a festa deveu-se ao regresso dos emissários do grupo da viagem feita à Porto Alegre, assim descrevendo um evento que reuniu todos os grupos locais daquele território:

Para este tan distinguido dia, que para ellos es el és glorioso del mundo, hicieron cántaros de **su aguardiente, que conservaban en un grande tronco hueco, que hierve de tinaja**, y de **cuándo en cuándo** mientras están bailando, **un cacique ó dos**, con un pedazo de calabaza seca, que sirve de vaso, **les va dando de beber á todos**. Vi cuando llegaron los bugres convidados, que ya lo anunciaba su música, la cual consiste en flautas de caña, que tocan con la nariz, y cuernos de buey, que ellos se arreglan, y que todos

marcaban formados, con su gran Capitán al frente. ! Qué bellos mozos! ! Qué buenos granaderos! Uno de los Caciques más civilizados les salió á recibir. Ya ve V. R. cómo también á los infieles les gustan las etiquetas y cumplimientos. Comenzó la danza á las tres de la tarde y acabó á las doce de la noche. Ciertamente una vez en la vida es cosa digna de ver á estos indios, adornadas sus cabezas con plumas de papagayo, y á sus mujeres, brincar y bailar con mucho recato y honestidad, y cómo llevan el compás sus maestros de capilla; las uchas hogueras encendidas, que se ve como si fuese de día, **el gran Cacique que les pone la bebida á la boca**; aquella música tan patética y tétrica, aquellas voces propias de salvajes, todo junto forma una armonía, [...]. (Correspondência de 26/02/1851, do Pe. Julian de Solanellas ao pe. Superior Mariano Berdugo. In: Pérez, 1901:550. Grifos meus).

O Kiki Koi, ou festa dos mortos, é reconhecida entre os antropólogos interessados nos grupos Kaingang como sendo o ritual mais importante em sua sociedade. É interessante notar o seu vínculo com os mortos, pois com a “liberação” dos mortos recentes, através do ritual, se dá a nomeação das crianças, bem como a reatualização dos laços de parentesco e de reciprocidade. (Nimuendajú, 1993:67-9; Veiga, 1994:162-176). Becker assinala que:

O culto relacionado com os mortos é a expressão mais saliente da cultura espiritual do Kaingáng, segundo Baldus (Herbert Baldus), com referência ao grupo de Palmas, Paraná. Poderíamos fazer a mesma afirmação no tocante ao Rio Grande do Sul, salientando sua grande influência a vida do grupo. (Becker, 1976 a: 263).

Conforme os estudos realizados por Veiga entre os Kaingang da atualidade na aldeia de Inhacorá,

Seus rituais estão basicamente centrados na separação dos espaços dos vivos e dos mortos, sendo o mais exuberante deles o ritual do Kiki, relacionado à separação dos mortos recentes da sua comunidade. (2000:220). (Os ritos funerários incluíam:) Os ritos realizados no momento da morte, velório e enterro: quando os rezadores exortam o morto a abandonar a terra dos vivos explicando-lhes que ele deve se dirigir para o mundo dos mortos e viver bem com eles. O fim do período de luto dos vivos. E, finalmente, o Kiki, que fechava essa passagem para a visita dos mortos aos vivos. A partir daí, os espíritos só voltam ao mundo dos vivos como convidados de outros kiki, ou por um novo nascimento. (Veiga, 2000:269).

Este ritual era todo conduzido pelos Kujã⁷ e seus colaboradores, que exerciam a mediação entre o “mundo dos espíritos” e o “mundo dos vivos”, na sociedade Kaingang. Conforme constatou o padre, o dia do ritual “es el má glorioso del mundo”, sendo o ritual em si, conforme assinalou Becker, “a expressão mais saliente de sua cultura espiritual”; daí depreende-

⁷ “Para os Kaingang, o Kujã é um ser sobrenatural que tem poderes para lidar com os espíritos. Em principio cabe ao Kujã o cuidado com as pessoas na aldeia – informar sobre os perigos à espreita na área, quando uma doença se aproxima, o sucesso de uma caçada ou pescaria. Nesses casos, as forças que unem o mundo e os homens são invocadas por este especialista Kaingang.” (Rosa, 1998:5).

se que o papel exercido pelos Kujã, ou sacerdotes Kaingang, na sociedade Kaingang, é muito significativo. Para Armandio Kãnkõr Bento, um especialista da memória Kaingang, segundo Rogério Rosa, “antigamente, o Kujã tinha mais poder do que o próprio chefe sobre o povo, buscando sempre o melhor caminho contra os azares e perigos pudessem correr.” (Vyjkág, 1997: 47. In: Rosa, 1998: 5, nota 5).

Em 1848, quando da primeira visita do Pe. Parés à Guarita, em companhia de José Joaquim de Oliveira e de seus peões, o Pe. Superior foi primeiramente apresentado a um sacerdote ou Kujã Kaingang, e depois ao grande chefe - ou Pay Bang – Fongue. Conforme relata Teschauer, estando a comitiva bem próxima à Guarita – um toldo com 20 cabanas –, avistaram sobre uma colina um grupo de 25 a 30 índios, homens, mulheres e crianças:

Não estranharam o vestido do Padre [...] pronunciaram a meia voz a palavra **Pandara** e uns chegaram-se com as mãos postas para pedir a benção [...]. (estando já em Guarita), quando entram num núcleo de 20 cabanas não se encontraram lá senão 10 a 12, umas mulheres e muitos rapazes que por medrosos tinham-se refugiado às cobertas donde observavam-os. Apenas tinha-se apeado o Pe. Pares, **tomou-o um índio moço, sem cerimônia, pela mão, dizendo que ele era filho de um chefe e levou-o a uma cabana (rancho) [...] para o Missionário ver o seu Pandara**. Este era um homem de 70 anos, de estatura alta [...]. Recebeu o hóspede [...] e **fê-lo assentar a seu lado, tratando-o de pandara e deu-lhe a entender que eram iguais**. Ofereceu ao Missionário uma tigela cheia de mel silvestre, no fundo aparecia alguma coisa como musgo e que parecia-se muito com um pedaço de farrapo [...] (O padre,) Sem porém dar-se por achado entregou a tigela ao velho que por sua vez meteu nela os cinco dedos pegando naquele musgo ao fundo e servindo-se dele como duma esponja para sugar o mel [...]. Logo foi levado por seu hóspede à casa do velho Fongue que [...] se apresentou ao Missionário como paibeni ou grande chefe. [...]. (Teschauer, op. cit.: 131-132. Grifos meus).

Do relato desta primeira visita do Pe. Parés à Guarita, constata-se que o padre superior foi bem recebido pelo filho de um dos chefes, pelo *Pandara* e pelo *Pay Bang* Fongue, este, portando-se com “uma gravidade ridícula”, conforme a observação do padre. Como já mencionado, assim que chegou ao toldo, o *padre superior* foi levado primeiramente ao *sacerdote*, e depois até o *grande chefe*. O sacerdote o tratou como igual, enquanto Fongue faz questão de impor solenidade ao encontro. Pensamos que este procedimento liga-se ao fato de que ambos, padre e pandara, eram considerados sacerdotes supremos em suas sociedades. No entanto, e apenas baseados nos relatos do padre Parés, não podemos deixar de considerar a importância que os Kaingang atribuíram ao encontro – e conseqüente acordo – com o padre superior, o que também significava confirmar a aliança com José Joaquim de Oliveira, com o presidente da província, o grande chefe, e depois, com o imperador, com quem os índios da Guarita tratariam em 1851. Quando o

Pe. Parés deixou Guarita, dirigiu-se à Porto Alegre acompanhado por dois índios filhos de Fongue. Uma vez na capital, conheceram o novo presidente e estiveram com algumas famílias “notáveis” da cidade. Após o regresso de João Coitô e Wagetó à Guarita, onde havia permanecido o Pe. Miguel Cabeza houve uma grande comemoração pelas notícias da viagem.

Daí depreende-se que os Kaingang ligados a Fongue mantinham acordos com o fazendeiro José Joaquim de Oliveira e com outros fazendeiros, e, mais do que isto, tratou de manter e ampliar suas relações valendo-se de seu status na hierarquia social Kaingang para tratar com os diferentes níveis de poder daquela. Observando a trajetória das alianças entre este grupo, podemos dizer que os acordos firmados restringiam-se à condução da política entre os Kaingang e o governo, o que, palidamente, o Pe. Parés identificou como “algo de indiferente e de selvagem” em relação à fé cristã, somente importando-se com as fazendas e quinquilharias que a comitiva havia levado para lhes dar. (Pérez, 1901: 470).

Em 1872, o cura jesuíta da vila de Nonohay fez três visitas ao aldeamento contíguo, e em seu relatório anula procurou ressaltar que:

Os índios mostraram até agora pouca disposição para se adiantarem na própria catequese; não vem à Capela, não mandam os meninos a serem instruídos; vivem quase sempre retirados no mato, [...] (dentro do aldeamento) Nas 10 a 12 cabanas morariam umas 50 pessoas, ainda bem selvagens [...]. São as mesmas crenças de outrora. (Relatório de 1872 da Missão de Nonohay, do Pe. José Stüer S. J., In: Teschauer, 1905:162-3).

Podemos afirmar que, até pelo menos 1880, embora saibamos que isto perdurou por um tempo maior, os Kaingang continuavam mantendo suas práticas socais, mantendo a poligamia, principalmente entre os caciques, a nudez e a rejeição ou indiferença à outra religião. Não obstante, os aldeados vestiam-se quando recebiam visitas e mantinham sua permanência no território mediante alianças ou lutas contra intrusos nos aldeamentos.

Ainda ressaltando a resistência dos Kaingang à cultura e à conduta social ocidentais em geral, Beschoren comenta sobre o aldeamento de Nonohay:

O aldeamento localizava-se a meia légua a oeste da Vila, [...] As cabanas, em número de duas ou três, situavam-se sempre juntas e na orla dos capões. São as mais miseráveis que poderiam existir. As portas permitem um “rastejar para dentro”. A altura das cabanas não deixa parar de pé. [...]. Os utensílios de cozinha são fabricado com barro adiposo e enegrecido, por enquanto não quiseram saber de panelas e frigideiras de ferro. (Beschoren, 1989:43, 44).

Assim, em 1883, o agrimensor constatou que os índios de Nonohay moravam em casas com pisos rebaixados e produziam seus utensílios para alimentação de cerâmica. A aldeia também costumava ficar relativamente distante das povoações, com as moradias dispostas numa clareira ao lado de capões de mato.

Entre as décadas de 1850 a 1880, a população Kaingang aldeada oscilou entre cerca de 300 e 1260 indivíduos, havendo um aumento progressivo neste número ao longo do período, bem como uma relativa concentração em Nonohay. Entretanto, mesmo a população Kaingang aldeada manteve as expedições pelo território e ainda a permanência de parte do grupo nos toldos “originários”, como forma de manter sua ocupação.

Ainda assim, percebe-se um grande decréscimo na População Kaingang, verificado a partir da década de 1850, que se torna mais profundo na década de 1880, seja por uma real depopulação, ou por sua inserção na “massa da população”, como diversas vezes referiam os presidentes da província em seus relatórios. Sem entrar aqui na discussão desta última proposição, que fazia parte dos objetivos do governo, e estava perpassada por concepções etnocêntricas, estas duas circunstâncias - a depopulação e a miscigenação - foram produto da própria conquista, através de ataques aos toldos, com a morte dos homens e distribuição de mulheres e crianças aos aldeamentos, diretamente a particulares ou ao Arsenal de Guerra, na capital (Correspondência de 16/08/1851, Lata 300, maço 3 – AHRS). Também corroboraram a própria política de aldeamentos e as epidemias trazidas pelos colonizadores. Ainda assim, em 1880, a população Kaingang aldeada chegou a 1255 indivíduos espalhados em 8 toldos reconhecidos, havendo notícia de muitos outros locais que se converteram em refúgio para estas populações a partir da década de 1870 – especialmente as florestas densas da região do Alto Uruguai e outros enclaves de mato.

Estes locais eram procurados por grupos indígenas ditos *arredios* ao contato com a sociedade local, ou ainda como abrigo para grupos em perigo em função de suas atitudes em relação aos moradores brancos e a outros grupos. Podemos, assim, dizer que a política imperial de confinamento destas populações em aldeamentos amplamente manipulados também por particulares, atingiu muitos de seus objetivos, pois que estava subordinado ao processo de racionalização da ocupação e da produção em terras consideradas ao mesmo tempo “desertas” e “férteis”.

Perante um processo de ocupação agressivo, desencadeado com o início da construção de estradas e pela ocupação ou “apropriação” de seu entorno, muitos grupos procuraram valer-se dos expedientes disponíveis através da aliança com os conquistadores-colonizadores. Através de sua sujeição à hierarquia da sociedade rio-grandense e, em particular da sociedade da região do planalto, alguns grupos procuraram e obtiveram certo prestígio e poder.

Apesar deste contexto, que, de relance aponta para a desagregação da sociedade kaingang – como expressamente pretendia a colonização –, os indígenas permaneceram organizando-se socialmente baseados primeiramente em suas próprias noções culturais e sociais, lutando pelas terras a eles legadas pelo Império, bem como pelo poder que o mesmo outorgava àqueles que colaborassem. Contudo, mesmo estes não “perderam” seus costumes, mas sim, tentaram conjugá-los aos seus novos interesses, como grande parte das fontes consultadas indica. Esta nova situação, caracterizada pela combinação de interesses e de aspirações “antigas” e “modernas” não parece, de modo algum, ter determinado sua aculturação ou simples diluição na sociedade nacional. As alianças e o sistema de trocas baseado na reciprocidade, bem como a adoção de técnicas e conhecimentos trazidos por “estrangeiros” sempre estiveram inscritos nas práticas sociais entre os Kaingang.

Não desconhecemos, contudo, que muitos grupos permaneceram atacando estabelecimentos coloniais ou procuraram locais distantes das povoações, mesmo porque a documentação refere à existência de grupos “selvagens” e de muitos locais convertidos em refúgio face ao violento processo de colonização até o final do período (1880).

Considerações Finais

No primeiro capítulo desta dissertação enfocamos o povoamento do Rio Grande do Sul por populações Jê, apresentando dados relativos ao período e suas características principais. Com base em estudos arqueológicos, sabemos que estes grupos Jê ocuparam as terras altas do planalto sul-brasileiro há cerca de 2.000 anos, a partir de diversos pontos do Planalto Central Brasileiro.

Estudos ligados à lingüística apontam para a divisão entre as línguas dos grupos Kaingang e Xokleng em tempos remotos, após sua emigração do planalto central. Urban (1992) e Cunha (1993) elaboraram uma “rota de emigração” a partir da disseminação dos grupos falantes das línguas nativas que estudaram. Estes estudos indicam que grupos falantes da língua “Xokleng” estabeleceram-se primeiramente no sul do Brasil, vindos pelo leste e ocupando a faixa litorânea, e, ainda, a borda leste do planalto meridional. Os falantes da língua “Kaingang” teriam vindo de pontos oeste e norte do planalto sulino, um pouco mais tarde. É interessante notar a semelhança entre as conclusões destes autores com a narrativa do mito de origem Kaingang contado pelo cacique Arakxô, em 1908. De acordo com esta narrativa, existiam pelo menos quatro grupos distintos envolvidos na imigração do planalto: o grupo Kamé que saiu da terra pelo oeste, o grupo Kairukré, que veio pelo leste, os Kaingang que se encontravam na planície formada pelas saracuras – o planalto – e que tinham como escravos os kurutons, os quais Veiga (1994) associa a um grupo tupi da planície.

Os estudos sobre os processos de imigração de sociedades Jê e as diferenças culturais e sociais por elas expressas, especialmente no que diz respeito às diferenças entre os dois grandes grupos – Kaingang e Xokleng –, ainda carecem de conclusões. Apesar disso, procuramos considerar esta migração como um processo no qual estiveram presentes diversos grupos que, como no mito cosmogônico, estabeleceram entre si relações de alianças através dos casamentos entre Kamé, Kairukré e Kaingang, ou de subordinação ou assimetria, como no caso dos Kurutons da planície. As relações de alianças expressas no mito Kaingang baseiam-se na complementaridade, na solidariedade e no interesse de conviver e explorar o ambiente do planalto e adjacências.

Os recentes estudos etnográficos regionais afirmam que os Kaingang possuíam uma concepção própria de território e de direito de uso do mesmo, baseada tanto na exploração

exclusiva de certas áreas e recursos, quanto na exploração em comum de um território amplo guardado de diferentes pontos que, apesar de independentes, mantinham entre si uma rede de colaboração. As regras sociais Kaingang operam de forma a sustentar e reproduzir estes princípios, baseando-se na ligação entre famílias que formavam uma confederação sob a chefia de um cacique principal. Esta formação, baseada em laços de parentesco, de amizade ou de comércio, possibilitava que cada grupo que compunha esta *unidade político-territorial*, explorasse um amplo e diversificado ambiente, convertido desta forma em território do grupo.

Procuramos demonstrar que os grupos Kaingang do Paraná ao Rio Grande do Sul, em ampla comunicação entre si, conforme de circunstâncias históricas específicas, mantiveram contatos diversos com os conquistadores ibéricos. Nos séculos XVI e XVII, esses contatos ocorrem, principalmente, através de comerciantes e missionários, mas condições sócias, políticas e econômicas das primeiras décadas do século XVII acarretaram a expansão lusa com a formação de expedições de caça a escravos, as chamadas bandeiras paulistas. Com estes empreendimentos, os Jê mantiveram alianças circunstanciais ou conflitos, atacando-as e sendo por elas atacados e aprisionados. John Monteiro (1998: 61) comenta a trágica experiência de um grupo Kayapó meridional que, em aliança com os “paulistas”, no escambo de escravos indígenas, tornou-se ele próprio alvo da escravidão. Tal situação pode ter sido bastante relevante nas posteriores ações destes grupos, que durante os séculos XVII e XVIII, de modo geral, procuraram distância de expedições e povoações ibéricas.

A experiência de escravidão e declínio populacional, nas primeiras décadas do século XVII, deste grupo “Kayapó meridional”, que vivia no “sertão dos Patos”, parece encaixar-se com o referido para certas populações “Xokleng” que, no século XIX, se encontravam “encurraladas” entre o extremo nordeste do planalto sulino e o litoral adjacente, escondidas nas florestas próximas a nascentes, no alto dos morros. Também, a expansão do povoamento de outros grupos Jê para o sul do rio Uruguai durante os primeiros séculos de conquista parece ter acarretado pressões populacionais na região, ocasionando conflitos e migrações. Não obstante esta situação de tensão crescente, podemos dizer que os grupos Jê do Brasil Meridional, conhecidos modernamente como Kaingang, viveram “livres” da ação dos conquistadores-colonizadores até o início do século XIX, opondo forte e ampla resistência aos primeiros avanços de ocupação sobre seus territórios.

No início do século XIX, os interesses econômicos paulistas na região do planalto meridional, advindos da experiência das reduções de índios sob a Coroa da Espanha, fizeram presentes de forma contundente, alterando a situação anterior. Somam-se a essa expansão sobre a região, as várias ocorrências de epidemias entre os Kaingang, sendo que podemos destacar a de 1812, em Guarapuava, a de 1849, em Nonohay, a de 1864, levada para Caseros através de uma armadilha do governo para Doble, e ainda uma ocorrida em 1883, que atingiu mais gravemente os aldeamentos da Estiva e da Campina. Não há estimativas seguras das mortes resultantes de cada uma destas epidemias, no entanto, podem-se estimar as alterações por elas provocadas, com destaque para a diminuição da população indígena do planalto.

Sabemos que a resistência indígena e, em particular, aquela imposta pelos Kaingang ao crescente povoamento da região foi forte e também diversificada, traduzida por diversas ações durante sua longa existência. Afirmar, no entanto, que os índios reagiram a esta ocupação exclusivamente com franca hostilidade, significa desconhecer que os mesmos mantiveram relações com segmentos da sociedade colonial, em circunstâncias diferenciadas e ainda, sob a perspectiva de certos interesses indígenas. Procurando entender, conforme Almeida (2003), estruturas sociais e processos históricos como mutuamente influenciados entre si, observamos que a história da sociedade Kaingang reflete a formação de alianças políticas e sociais para a manutenção de um território. A conquista gerou transformações nas relações intratribais, afetadas pela busca de sobrevivência e inserção na nova sociedade. Desta forma, entendemos resistência e adaptação à sociedade ocidental como ações complementares naquele contexto.

Desconsiderar os contatos que ocorreram durante o período anterior à conquista decorrente das guerras de 1808 a 1810, é deixar de perceber que, mesmo sob um contexto de violência e usurpação territorial, os indígenas puderam, através destes contatos, reelaborar suas estratégias de sobrevivência frente a esta nova situação. Especialmente no caso do Rio Grande do Sul, onde o processo de aldeamento esteve fortemente marcado pelas conseqüências da guerra ocorrida em Guarapuava, parece ter havido uma maior margem de manobra para os caciques dispostos a “auxiliar” o governo tanto na captura quanto na cooptação de índios *arredios*.

A partir de meados do século XIX, com a intensificação do processo de colonização sobre o território Jê, os índios transformaram sua estratégia de resistência, se aliando aos setores produtivos locais e aos agentes do governo, visando à obtenção de vantagens e sua sobrevivência no contexto de destruição de seus referenciais territoriais. Até a década de 1860, o processo de

ocupação se deu sob a forma de chácaras e estâncias espalhadas pela região, distantes umas das outras, facilitando as relações de interdependência entre os grupos indígenas e os novos moradores. Sabe-se que muitos destes moradores começaram a chegar ao planalto sulino a partir do final da década de 1810, vindos de regiões como Curitiba, Guarapuava e Palmas, razão pela qual muitos já conheciam certos grupos Kaingang.

A despeito dessa necessidade de integração à sociedade local via exploração comercial e dessa disposição para a negociação, os indígenas mantiveram suas próprias bases sociais e culturais, baseadas na reciprocidade. Isto pode explicar as freqüentes referências feitas pelas autoridades às supostas traições de parte de grupos indígenas – tidos como colaboracionistas – e que muitas vezes ludibriavam o governo a fim de obter ganhos mais imediatos.

Assim, pensamos que o acirramento das lutas intratribais a partir da década de 1850 deveu-se a esta nova conjuntura, em que os índios viram-se forçados a estabelecer alianças com o poder público que propunham o seu aldeamento e o compromisso de trazer grupos “hostis” para as aldeias oficiais. As disputas pelas terras dos aldeamentos e pelo trabalho dos Kaingang por fazendeiros colaboraram para acirrar ainda mais a situação na segunda metade do século XIX. Muitos grupos, plenamente adaptados às formas sazonais de trabalho, características também da exploração luso-brasileira dos recursos da região, como o gado e a erva-mate, optaram pelo trabalho nas fazendas e nos ervais, reagindo ao projeto dos aldeamentos. Não obstante, constatamos que as animosidades intratribais não foram lineares ou estáticas, havendo muitas vezes colaboração entre grupos ditos inimigos e, ainda que grande parte dos Kaingang procurasse refúgio nas matas, os aldeados defenderam amplamente tanto as terras quanto as vantagens políticas e sociais advindas com o aldeamento, fruto da ocupação ocidental ibérica.

Antes da conquista ibérica, as relações entre as sociedades Kaingang e Guarani baseavam-se na troca e comércio ou na guerra. Após a experiência missioneira, algumas vezes os Guarani mediarão contatos entre os cristãos e os Kaingang, seja diretamente ou indiretamente, ou seja, através de indicações aos cristãos. No final do século XIX, após a experiência de ocupação lusa na região das Missões, os Guarani, então já completamente inseridos na economia regional, procuravam diferenciar-se dos Kaingang, uma vez que os consideravam selvagens. Na literatura dos viajantes e alguns funcionários provinciais, esta referência aparece, ou seja, os Guarani “civilizados” faziam questão de diferenciar-se dos Kaingang, dos selvagens, ainda que aqueles mantivessem muitos hábitos sumamente indígenas, mas àquela época, vistos como caboclos.

(Beschoren, 1989). Assim também eram vistos pela população em geral, como selvagens e perigosos, à margem da sociedade, uma vez que, mesmo havendo contatos relevantes entre chefes Kaingang e o poder público e fazendeiros locais, a grande maioria desta população encontrava-se nas matas, locais de refúgio, pelo menos até 1880. O segundo surto de imigração européia é um capítulo à parte desta história, tendo produzido muitos confrontos, e um problema ainda maior para as sociedades indígenas.

A inserção na sociedade do sul do Brasil, então em formação, foi uma contingência enfrentada e orientada pelos interesses dos diversos grupos Kaingang, visando à manutenção de suas concepções cosmológicas e culturais. E, mesmo com as atitudes voltadas à inserção dos Kaingang na sociedade local, podemos perceber, pelos registros de época, que mesmos mantiveram sempre nas fronteiras da mesma, e, ainda, na memória local, foram preservadas as atitudes aguerridas e violentas dos Kaingang desatadas pela ocupação de seus territórios. Nas últimas décadas do século XIX, quando a colonização ocidental tornou-se ainda mais agressiva, houve mesmo a perda de muitos referenciais físicos do território Kaingang. Através da abertura de estradas e da exploração madeireira, iniciada ainda no século em questão, houve a destruição dos imponentes pinheiros, até então “os guardiões” desta territorialidade Jê no Sul do Brasil.

A complexidade da sociedade Kaingang está representada por, além da cultura material cotidiana, por estruturas de engenharia fixas, tais como casas subterrâneas, cemitérios e outras construções que instrumentalizaram certa área em território, no qual havia o local de moradia continha excelentes oportunidades, naturais ou construídas pelos Kaingang, como a caça e os pomares constituídos na mata próxima. Ainda, as aldeias estavam conectadas por trilhas, e as expedições pelo território eram realizadas por motivos sociais, com o objetivo de construir ou alimentar alianças entre as aldeias Kaingang. Tudo isto denota uma ocupação permanente e prolongada de uma sociedade altamente complexa. A ocupação ocidental foi um choque contra um território efetivamente ocupado, pois, fora a própria determinação ocidental em ocupar este espaço, as sociedades indígenas foram duramente abaladas por epidemias que desestabilizaram suas formas de vida.

Mesmo em condições extremamente adversas, estes grupos mantiveram sua circulação pelo território, suas práticas rituais e sociais. Muitos outros grupos procuraram refúgio em áreas florestadas distantes das zonas já ocupadas. Outros saíram do aldeamento de Nonohay, como os grupos ligados a Fongue, procurando locais ainda não ocupados, mas procurando inserir-se nas

atividades produtivas locais, garantindo sua subsistência através de suas roças ou da venda de seu artesanato. Outros grupos permaneceram aldeados buscando a manutenção das vantagens provenientes do aldeamento.

Ao final deste trabalho de investigação, cabe reconhecer que as relações destes grupos indígenas com os trabalhadores livres pobres e com os escravos destas unidades produtivas foram aqui pouco tratadas, constituindo-se em tema que merece maior atenção e aprofundamento em futuros trabalhos que abordem a inserção dos Kaingang na economia gaúcha.

Ressaltamos que nesta Dissertação, procuramos destacar o processo de ocupação e expropriação dos territórios Jê no Rio Grande do Sul, com o objetivo de desvendar suas peculiaridades. Optamos por analisar a história deste processo e das relações entre indígenas e ocidentais através das estratégias empregadas por esses indígenas na defesa de seu território, apresentando tanto os ataques explícitos aos colonizadores, quanto às alianças que foram estabelecidas com os moradores e com o poder público, procurando avaliar estes acontecimentos conforme a sua própria historicidade.

Devemos observar que as possibilidades de abordar a história indígena através de novos enfoques e da constituição de dados diversos, atuais na academia, são frutos tanto do esforço de pesquisa e da aproximação de epistemologias diferentes, quanto das lutas das sociedades indígenas que passaram a ter maior visibilidade a partir da década de 1970. Hoje, há um grande movimento de retomada e reconstrução de bases sociais e culturais indígenas, motivado pelas circunstâncias históricas e sociais, mas também pelo crescente aumento populacional indígena. Todos estes fatores forçam a retomada de valores sociais pelos índios, bem como a constituição de políticas e sociais mais abrangentes e adequadas.

Referências Bibliográficas

Fontes Documentais

- APONTAMENTOS para a civilização dos Índios Bravos do Imperio do Brazil - 1º de junho de 1823. In: CUNHA, Manuela (org.). *Legislação Indigenista no Século XIX: Uma Compilação: 1808-1889*/Colaboração de Mara Manzoni Luz, Beatriz Perrone-Moisés. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992. P. 347-360.
- ARQUIVO Histórico do RS. *Catequese dos Índios* - Correspondência ativa e passiva. 1845 a 1860, Lata 299, maço 1.
- _____. *Aldeamentos dos Índios* – Correspondência ativa. 1848- 1857, Lata 299, maço 2.
- _____. *Diretoria Geral dos Índios*. Correspondência ativa e passiva. 1849 – 1959, Lata 300, maço 3.
- _____. *Relatórios do Presidente da Província*. Porto Alegre, 1845 – 1882. Porto Alegre,
- APERS Inventários *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Passo Fundo.
- _____. Bernardo Castanho da Rocha - n. 141, ano 1872.
- _____. Clementino dos Santos Pacheco - n. 36, ano 1856.
- _____. José Domingues Nunes de Oliveira – n.22, ano 1854.
- _____. José Joaquim de Oliveira - n.121, ano 1868.
- _____. José Manuel de Quadros, n. 231, ano 1884
- _____. Manoel José de Quadros – n. 79, ano d 1861.
- _____. Verissimo Gonçalves da Silva – n. 170, 1875.
- _____. João Jacob Müller, n. 355, no 1896.
- AUTOS de Legitimação de Posses de 1872 a 1878 – município de Passo Fundo. In: *Livro de Lei de Terras de 1850*, TRAMONTINI et. al.: UNISINOS, 2002.
- AVISO de 09/08/1945 – Sobre a compra dos filhos dos Índios. In: CUNHA, USP, 1992.
- CARTA Ânua do Paraguai - Ânua relativa as Missões do Paraná, Uruguai e dos Chiquitos, entre os anos de 1730 a 1734. In: Cortesão, 1955:153-212.
- CARTA Ânua de 29/02/1732 – Instrução a dois jesuítas para realizarem uma missão a certos infiéis do Paraná, acima do Uruguai. In: Cortesão, 1955: 242-243.
- CARTA Ânua de 30/07/1734 do Pe. Alexandro de Villavieja, sobre a projetada missão dos Guañana. In: Cortesão (org.), 1955: 253-255.
- CARTA Régia de 24/08/1808 – Sobre a guerra offensiva contra os Índios Botocudos. In: CUNHA, op. cit.: 61.
- CARTA Régia de 05/11/1808 – Sobre os Índios botocudos cultura e povoação dos campos gerais de Curitiba e Guarapuava. In: CUNHA, USP, 1992: 62-64.
- CARTA Régia de 01/04/1809 – Approva o plano para de povoar os campos de Guarapuava e de civilizar os índios Bárbaros que infestam aquelle território. . In: CUNHA, USP, 1992: 69-72.

Dois ofícios de Alfonso Mabilde. In: Revista do Instituto histórico e geográfico do Rio Grande do Sul, v. 25, n.98, II trimestre de 1845.

FALLA do Presidente da Província para os anos de 1859; 1861; 1862; 1867; 1872; 1873 e 1880.

CEMITILLE Luiz de. Memoria dos costumes e religião dos índios Camés ou Coroados que habitam na provincia do Paraná, escrito pelo missionário diretor do aldeamento de São Jerônimo. In: TAUNAY, A. *Entre nossos índios*, 1931: 88-101.

CORRESPONDENCIA de 09/11/1780 – Veiga Cabral ao Vice-rei Luiz de Vasconcelos. In: DUARTE, Manuel. A irrupção dos índios no distrito de Baqueria, em 1779. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ano XXV, n. 97: 33 -35, 1º trimestre, 1945.

DECRETO n. 426 de 24/07/1845 – Contém o Regulamento das Missões. In: CUNHA, USP, 1992:191-199.

MONTOYA, Pe. Ruiz de. Memorial ao Rei da Espanha, (1634). In: Cortesão, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. MEC, Brasília, s.d.

Fontes Impressas

ARSÈNE ISABELLE, Louis Frédéric. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)* Tradução e Notas de Dante de Laytano. Porto Alegre: Martins Livreiro - Editor, 1983.

AVÉ – LALLEMANT, Robert. *Viagem pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Tradução de Teodoro Cabral. Belo horizonte: Itatiaia, 1980.

AZARA, Félix de. *Viajes por la America Meridional*. Buenos Aires: Calpe, [1809] 1923, t. II.

BANDEIRA, Joaquim José Pinto. Notícia da descoberta do Campo de Palmas, na comarca de Coritiba, Província de S. Paulo, de sua povoação, e de alguns sucessos que ali tem tido logar até o presente mez de dezembro de 1850. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil*. Rio de Janeiro, t. XIV, n.4, p.385-396, 1851.

BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul*. Tradução de Ernestine Marie Bergmann e Wiro Rauber. Introdução por Júlio S. Teixeira. Prefácio de Henri Lange. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

BIGG-WITTER, Thomas. *Novo caminho no Brasil meridional: a Província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos. -1872-1875*. Tradução de Temístocles Linhares. Rio de Janeiro/Curitiba: José Olympio/UFPR, 1974.

BORBA, Telemaco Morocine. *Actualidade indígena*. Coritiba: Typ. E Lytog. A vapor Impressora Paranaense, 1908.

CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia descritiva da Região missioneira na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Cruz Alta: Typographia do Commercial, 1887.

DEBRET, Jean B. *Viagem pitoresca à história do Brasil [1834-1839]* São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1978. 2 v.

DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da provincia do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1961.

DUARTE, Manuel. A irrupção dos Índios no destrito de Baqueria, em 1779. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ano XXV, n.97: 33-36, 1945.

- ELLIOT, João Henrique. Resumo do itinerário de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itararé, Paranapanema e seus afluentes, pelo Paraná, Ivahy e sertões adjacentes, empreendida por ordem do Exmo. Sr. Barão de Antonina. *Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*.
- HENSEL, Reinhold. Os Coroados da província brasileira do Rio Grande do Sul. *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 20: 65-79, jun.1928.
- KNIVET, Antônio. “Relação da viagem que nos anos de 1591 e seguintes fez Antônio Knivet da Inglaterra ao mar do Sul em companhia de Tomas Candish”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: v.41, p.183-272, 1878.
- LEITE, Serafim (org.). *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. São Paulo: Comissão do IV Centenário, v.3, 1956-1958.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Tradução Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- MABILDE, Pierre. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados das matas da Província do Rio Grande do Sul*. São Paulo: IBRASA/Pró-Memória/ INL, 1983.
- OLIVEIRA, Francisco A. Xavier de. *Annaes do município de Passo Fundo*. v. II. Passo Fundo: Gráfica e Ed. Universidade de Passo Fundo, 1990.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Tradução de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1999.
- SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As Missões Orientais e seus Antigos Domínios*. Porto Alegre: Typographia da livraria Universal de Carlos Echenique, 1909.
- SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro, t. XIV, p.1-374, [1587], 1879.
- VASCONCELOS, Simão de. *Chronica da Companhia de Jesus nos Estado do Brasil, e do que obraram seus filhos nesta parte do Novo Mundo*. 2° ed. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, [1663], 1864.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Capistrano José de. Os Guaianazes de Piratininga. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Da Sociedade C. de Abreu, Livraria Briguiet, 1930.
- ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner. Terras de preto, terras de santo e terras de índio: posse comunal e conflito. *Humanidades*, ano IV, n.15: 42-48, 1987-1988.
- ALMEIDA, Maria R. Celestino de. *Metamorfoses Indígenas. Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O diretório dos índios. Um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora UnB, 1997.
- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.8, n.15: 145-151, 1995.

- ÁVILA, Ney. *História concisa do município. Passo Fundo: Terra de Passagem*. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1996.
- AZEVEDO, Ferdinand. *Jesuítas espanhóis no Sul do Brasil (1842-1867)*. Pesquisas. História 47. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1984.
- BALANDIER, Georges. *Antropologia política*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.
- BALDUS, Herbert. O Culto aos Mortos entre os Kaingang de Palmas. In: SHADEN, E. *Ensaio de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Nacional, 1979, p.08-33.
- BECKER, Ítala Irene Basile Becker. *O Índio Kaingáng no Rio Grande do Sul*. Pesquisas. Antropologia 29, São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1976 a.
- _____. *O índio Kaingang e a colonização alemã*. In: Separata do Simpósio de História da Imigração e colonização alemã o Rio Grande do Sul, São Leopoldo, n.2, 1976: 54-71.
- _____. LAROQUE, Luis Fernando da Silva. *O índio Kaingang do Paraná: subsídios para uma etno-história*. São Leopoldo: ed. Unisinos, 1999.
- BENTO, Armandio Kãnkõr. Como um Kanhgág se torna *kujã* e para que. In: VYJKÁG, Adão Sales et. al. *Textos Kanhgág*. Brasília: APBKG/Dka Áustria/MEC/PNUD, 1997, p.45-48.
- BEOZZO, José Oscar. *Leis e regimentos das missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Edição anotada por Étienne Bloch. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.
- BOCCARA, Guillaume. *Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo. Relectura de los Procesos coloniales de etnogénesis, etnificación y mestizaje en tiempos de globalización*. CNRS-CERMA, 2001. www.ehess.fr/cerma em 21/03/2001.
- BROCHADO, José P. *A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica*. Porto Alegre: Dédalo, n. 27: 65-82, 1989.
- CALEFFI, Paula. A identidade atribuída: um estudo da Historiografia sobre o índio. *Estudos Leopoldenses*. Série História. São Leopoldo, v. 1, n.1: 49-64. jan./jul. 1997.
- CARDOSO, Ciro & BRIGNOLI, Héctor. *História Econômica da América Latina* Rio de Janeiro, Editora Graal, 2ª edição, 1984.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *História da agricultura e história agrária: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CAVALCANTI, Helenilda; GUILLEN, Isabel. Atravessando fronteiras. Movimentos migratórios na história do Brasil. *Imaginário – USP*, n.7: 35-68, 2001.
- CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul – período colonial*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.
- CEZAR, Temístocles. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica. *História e Revista*. Pelotas, v.6: 37-58, dez. 2000.

- CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Estranhos em seu próprio chão: O processo de apropriações e expropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o vale do Taquari no período de 1840-1889)*. São Leopoldo, 2004. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.
- CLASTRES, Pierre. *Investigaciones en Antropología Política*. 1° ed. Barcelona: GEDISA, 1981.
- CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. MEC, Brasília, s.d.
- _____. (org.) *Antecedentes do Tratado de Madri: Jesuítas e Bandeirantes no Paraguai (1703-1751)*. Rio de Janeiro: v.VI, Biblioteca Nacional, 1955.
- CRÉPEAU, Robert R. A prática do xamanismo entre os kaingang do Brasil meridional: Uma breve comparação com o xamanismo Bororo. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, Ano 8, n.18: 113-129, dez. 2002.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. (org.) *Legislação Indigenista no Século XIX: Uma Compilação: 1808-1889*/Colaboração de Mara Manzoni Luz, Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.
- _____. Política Indigenista do século XIX. In: *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Toldo Chimbangue. História e Luta Kaingang em Santa Catarina*. Xanxerê: Cimi – Regional Sul, 1984.
- DAVID, Nicholas & KRAMER, Carol. Teorizando a Etnoarqueologia e a analogia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 8, n.18: 13-60, dez. 2002.
- DEAN, Warren. *A ferro e a fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DECKMANN, Eliane Cristina. Ensaio sobre Etno-história. *Estudos Leopoldenses*. São Leopoldo, v. 24, n.106: 39-46, set/out. 1988.
- DIAS, Jefferson L. Zuch. A tradição Taquara e sua ligação com o índio Kaingang (dissertação de mestrado). São Leopoldo: UNISINOS, 2004.
- DICIONÁRIO Global de Língua Portuguesa. Professor Pandiá PÂNDU. Rio de Janeiro: Ed. Renovada Livros Culturais, data...
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizatório*. (Volume I). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- ENCICLOPÉDIA EINAUDI. *Produção/distribuição – Excedente*. V. 28, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1995.
- _____. *Anthropos – Homem*. V. 5, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.
- _____. *Região*. V. 8, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986.
- FARAGE, Nádia. *As muralhas do sertão: os povos indígenas do Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.

- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FISCHER, Martin. *Iraí Cidade Saúde*. Ijuí: Livraria e Tipografia Progresso, 1954.
- FLORIA, Pedro Navarro. El desierto y la cuestión del territorio en el discurso político argentino sobre la frontera Sur. Facultad de Geografía e Historia. *Revista Complutense de Historia de América*. Vol. 28.
- FRAGOSO, João e FLORENTINO Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.
- FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2° ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- _____. A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista-exportador em Paraíba do Sul. *Revista Brasileira de História*. ANPUH/Marco Zero, v.6, n.12: 125-150, mar./ago. 1986.
- FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. As expedições dos jesuítas portugueses ao sul do Brasil (1553-1640). *Estudos Leopoldenses*. Série História. V. 2, n. 02: 23-37, 1998.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – censos do RS 1802-1950. Porto Alegre, 1981.
- GADELHA, Regina. A presença dos jesuítas no Guairá. In: Anais do IV Simpósio Nacional de Estudos Missionários. *A população Missioneira: Fatores adversos e favoráveis às reduções*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 20 a 23 de outubro de 1981. Santa Rosa - RS).
- GAY, João Pedro. História da República Jesuítica do Paraguai. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, t. 26, 1863.
- GARCIA, Elisa. *A utilização da mão-de-obra indígena no Rio Grande do Sul*. Dactiloscrito. Porto Alegre, 1999.
- GANSWEIDT, Mathias J. *As vítimas do bugre. Peripécias de prisioneiros brancos entre os índios e costumes destes*. Porto Alegre: Selbach, 1946.
- GARDELIN, Mário. Cacique Doble o libertador. *Correio do povo*. Porto Alegre, 9/nov. 1969 b.: 26.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GELMAN, Jorge. Poblacion, familia y relaciones de produccion. In: *Campesinos y estancieros*. Buenos Aires: Libros del riel, 1995.
- GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como antropólogo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, v.11, n.21: 7-20 set./fev. 1991.
- GHEM, Delma. *Passo Fundo através do tempo*. 2 v. Passo Fundo: Prefeitura Municipal/Smec, 1981.
- GOMES, Aristides de Moraes. *Fundação e evolução das estâncias serranas*. Cruz Alta: A.Dal Forno Editor, 1966.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 1997.
- HAMEISTER, Martha. *Mercadorias Semoventes: Uma Especialidade das Elites Sócio-econômicas do Brasil Meridional (1737-1810)*. Dactiloscrito. Porto Alegre, 1999.

- HELM, Cecília Maria Vieira. Síntese histórica do contato entre índios e brancos no Paraná. *Revista Estudos Brasileiros*. Curitiba: UFPr, n.4: 267-273, 1977.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (coord.) *História geral da civilização brasileira. Época colonial*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960. 2 v.
- _____. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1956.
- _____. *O Brasil Monárquico: reações e transações*. 3ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, v. 3, t. II, 1976.
- IHERING, Hermann von. Os índios no Rio Grande do Sul. *Anuário do Estado do Rio Grande do Sul para o ano de 1895*. Porto Alegre, v. 11º: 104-119, 1894.
- JACQUES, João Cezimbra. *Assuntos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ERUS. [1912], 1979.
- KAGRËR, Gelson Vergueiro. A Última Guerra entre Kanhgág e os Xokleng. In: VYJKÁG, Adão Sales et. al. *Textos Kanhgág*. Brasília: APBKG/Dka Áustria/MEC/PNUD, 1997, p.161-6.
- KOSERITZ, Carlos von. Subsídios Etnográficos. *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 20, Jun. 1928.
- KERN, Arno et. al. *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.
- LAROQUE, Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). São Leopoldo: *Antropologia* n.56, Instituto Anchieta de Pesquisas, 2000.
- LAYTANO, Dante de. (org.). Populações Indígenas: Caingang. Estudo histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul. *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ano 4, n.5: 149-209, 1955.
- _____. *Populações Indígenas*. Estudo histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul. *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ano 5, n.6: 201-246, 1956.
- _____. Populações Indígenas. Estudo histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul. II Parte. Informações antigas (século XIX). *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ano 6, n.7: 151-213, 1957a.
- LÉVI-STRAUSS Claude. *O Pensamento Selvagem*. Campinas: Papyrus, 1989.
- _____. Guerra e comércio entre os índios da América do Sul. In: SHADEN, Egon (org.). *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Biblioteca Universitária – Série 2º - Ciências Sociais – v. 7, 1: 325- 344, 1976.
- LINHARES, Lucy. Ação Discriminatória: Terras Indígenas como Terras Públicas In: OLIVEIRA, João (org.) *Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil Contemporâneo*. RJ, Contra Capa, 1998.
- LINHARES, Maria Y. & SILVA, Francisco C. Teixeira. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

- LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LOZANO, Pedro. *Historia de la Compañia de Jesus de la provincia del Paraguay*. Madrid: Imprensa de la Viuda de Manuel Fernandez, 1704, t.2.
- _____. *Historia de la conquista del Paraguay, Rio de la Plata y Tucuman*. Buenos Aires: Casa Editora Imprenta Popular, 1873, t. 1.
- MALDI, Denise. A Teia da Memória. In: *Etnohistória. Série Antropologia*, n.1, p.21-24, fev.1993.
- MANDRINI, Raúl J. & ORTELLI, Sara. Una Frontera Permeable: Los indígenas pampeanos y el mundo rioplatense en el siglo XVIII. In: *Fronteiras: paisagens, identidades*. GUTIÉRREZ, Horacio, NAXARA Márcia R. C. e LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs.). Franca: UNESP; São Paulo: Olho D'Água, 2003.
- MAPA da Província do Rio Grande do Sul, de 1886. In: BESCHOREN, M. *Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul*. Tradução de Ernestine Marie Bergmann e Wiro Rauber. Introdução por Júlio S. Teixeira. Prefácio de Henri Lange. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.
- MAPA do Continente de Viamão ou dél Rei de 1751. In: SILVA, Riograndino da Costa e. *Notas à margem da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1968.
- MAPA (o mas bien simple croquis) de las Tres Reducciones de Indios Bugres o Coronados formadas de 1848 a1852 por los PP S. I. de la Misión de Chile – Paraguay bajo la dirección del P. Bernardo Parés, S. I. en el Brasil, provincia de Rio Grande del Sur. Organizado pelo Pe. Santiago Luis Villarrubia. In: AZEVEDO, F. *Jesuítas espanhóis no Sul do Brasil (1842-1867)*. Pesquisas. História 47. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1984.
- MAPAS Históricos Brasileiros. *Enciclopédia Grandes Personagens da Nossa História*. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1969.
- MAPA Paraquária, do Pe. Luiz Ernot, 1631 ou 1632. In: PORTO, Aurélio. *TERRA FARROUPILHA. Formação do Rio Grande do Sul*. Parte Histórica. v.1, Volume Comemorativo ao Segundo Centenário da Fundação do Rio Grande do Sul (1737-1937), s.d.: 43.
- MARCON, Telmo (et.alli). *História e Cultura Kaingáng no Sul do Brasil*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo e Instituto de Teologia e Pastoral de Passo Fundo, 1994.
- MARTINI, Maria Luiza Filippozzi. *Sobre o Caboclo-Camponês – “Um Gaúcho A Pé”*. Porto Alegre: UFRGS, 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *Expropriação e Violência*. São Paulo: Hucitec, 1982.

- MATTOS, Izabel Missagia de. Sedução e escravização: A administração dos Botocudos em Minas, século XIX. *Estudos de História*. Franca: UNESP, v.10, n.2: 65-81, 2003.
- MELIÀ, Bartolomeu. Informações etnográficas e históricas sobre os Kaingang do Rio Grande do Sul. In: Simpósio Nacional de Estudos Missionários, V, 1983. Santa Rosa. *Anais...* Canoas: La Salle, 1985:173-183.
- MENDES, Nicolau. *O Império dos Coroados*. Porto Alegre: Edição do “35 CTG”, 1954.
- MONTEIRO, John. *Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. SP: Companhia das Letras, 1994.
- _____. Sal, justiça social e autoridade régia. São Paulo no início do século XVIII. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: ed. UFF, n.8, ago., 1999.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Alguns dados para a história recente dos índios Kaingáng In: GRÜNBERG, Georg. (coord.) *La situación del Indígena en América del Sur: Aportes al Estudio de la Fricción Inter-étnica en los indios no-Andinos*. Montevideo: Tierra Nova/Biblioteca Científica. 1972:381-419.
- MOTA, Lúcio. As guerras dos índios Kaingang. A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: Ed. Universidade Estadual de Maringá, 1994.
- _____. et. alli. Uri e Waxi: Estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: UEL, 2000.
- MOTA, Márcia M. Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra o Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/APERJ, 1998.
- NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa Etno-histórico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
- _____. Notas sobre a Festa Kikio-Ko-Ia dos Kaingang. In: GONÇALVES, Marco Antonio (Org.). *Etnografia e Indigenismo*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994, p.67-78.
- NOELLI, Francisco Silva. *A ocupação humana na região sul: Arqueologia, debates e perspectivas-1872-2000*. São Paulo: Revista USP, n.44, p.218-269, dezembro/fevereiro 1999-2000.
- _____. Os Jê do Brasil meridional e a antiguidade da agricultura: elementos da lingüística, arqueologia e etnografia. *Estudos Ibero-Americanos*. 22/1: 13-25. Porto Alegre.
- _____. (org.). *Bibliografia Kaingang: Referências sobre um Povo Jê no Sul do Brasil*. Londrina: Ed. UEL, 1998.
- NONNENMACHER, Marisa. *O índio Kaingang no Rio Grande do Sul Frente à Sociedade Brasileira em Expansão (Século XIX)*. Dissertação (mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 1995.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.). *Indigenismo e territorialização. Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- _____. Indigenismo e Territorialização. *Revista Mana*. v. 4, n. 1, abril 1998.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- _____. Problemas e hipóteses relativos à fricção interétnica: sugestões para uma metodologia. *Revista do Instituto de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1: 41-91, jan./dez. 1967.

- OSÓRIO, Helen. *Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a Formação do Espaço Platino*. Porto Alegre: UFRGS, 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990.
- PICCOLO, Helga I. L. Vida Política no século 19. Da descolonização ao movimento republicano. *Síntese rio-grandense/1*. 3° ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- PÉREZ, Rafael. *La Compañía de Jesús restaurada en la República Argentina y Chile, el Uruguay y el Brasil*. Barcelona: Imp. Henrich, 1901.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos: Os princípios da Legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: *História dos Índios no Brasil*. CUNHA, Manuela (org.). São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura: FAPESP, 1992.
- PETRY, Leopoldo. *Maria Bugra*. Novo Hamburgo: Typographia Hans Behrend, 1931.
- PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: edusp, 1995.
- PORTO, Aurélio. Ensaio de Civilização Aborígene. In: *TERRA FARROUPILHA. Formação do Rio Grande do Sul*. Parte Histórica. v. 1, Volume Comemorativo ao Segundo Centenário da Fundação do Rio Grande do Sul (1737-1937), s. d.
- _____. *História das Missões Orientais no Uruguai*. Porto Alegre: v. III, Selbach & Cia., 1954.
- POMPA, Cristina. Profetas e santidades selvagens. Missionários e *caraibas* no Brasil colonial. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Humanitas/ FFLCH- USP, v. 21, n. 40: 177-195, 2001.
- POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.
- PRADO, Maria Lígia C. *América Latina no século XIX. Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: Edusp/ EDUSC, 2000.
- PREZIA, Benedito. Os Guaianá de São Paulo: uma contribuição ao debate. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, n. 8: 155-177, 1998.
- RAMOS, Alcida Rita. *Hierarquia e Simbiose*. São Paulo: Hucitec, 1980, p.183-240.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- REIS, José Alberione dos. *Por uma Arqueologia dos Buracos de Bugre: do Sintetizar, do Problematizar e do Propor*. Tese de doutorado - PUCRS, 1997.
- _____. Padrões de assentamento e uma Arqueologia do Planalto Meridional. *Revista do CEPA*. Santa Cruz, v.23, n.29, 1999.
- RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: v. I, Globo, 1969.
- ROGGE, Jairo Henrique. *Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre portadores das Tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, (Tese de doutorado – UNISINOS), 2004.

- ROSA, Rogério. *A temporalidade Kaingang na espiritualidade do combate*. Porto Alegre, 1998. Dissertação de estrado e Antropologia Social. IFCH/UFRGS.
- SANTOS, Maria Cristina dos. Jesuítas e índios na sociedade Missioneira: uma análise crítica da historiografia. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. XIII: 71-108, 1987.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. *O Homem Índio Sobrevivente do Sul*. Porto Alegre: Garatuja, 1978.
- _____. *Índios e Brancos no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Movimento, 1987.
- SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n.53: 117-149, mar./maio 2002.
- SCHADEN, Egon. *A Mitologia Heróica de Tribos Indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Serviço de Documentação, 1945.
- _____. *Índios, Caboclos e Colonos: páginas de Etnografia, Sociologia e Folclore*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1963.
- SCHMITZ, Pedro I. O índio e a colonização no Rio Grande do Sul. In: *O índio no Rio Grande do Sul*. Comissão Executiva de Homenagem ao índio. Aspectos arqueológicos, históricos, etnográficos e étnicos. (Biênio da Colonização e Imigração). Porto Alegre, 1975.
- _____. Índios missionados pelos jesuítas nos séculos XVIII a XVIII na colônia do Brasil. *Revista Portuguesa de Humanidades*. Braga: Faculdade de Filosofia da U. C. P. V. III – 1/2, 1999.
- _____. & BECKER, Ítala. Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a tradição Taquara. In: *Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul*. Arno Kern et. al. Porto Alegre: Mercado Aberto: 1991.
- _____. As casas subterrâneas: fragmentos da história dos índios Kaingang. *Ciência Hoje*. n. 181, abril, 2002.
- SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Tradução Jussara Simões. Bauru: EDUSC, 2001.
- SEEGER, Anthony, CASTRO, Eduardo B. Viveiros de. Terras e territórios indígenas do Brasil. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n.12: 101-113, 1979.
- SERRANO, Antonio. Etnografia de la antigua provincia del Uruguay. Paraná, 1936.
- SILVA, Guilhermino Cesar da. *História do Rio Grande do Sul: Período Colonial*. Porto Alegre: ed. Globo, 1970.
- SILVA, Riograndino da Costa e. *Notas à margem da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1968.
- SILVA, Sérgio Baptista da. *Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais*. São Paulo, PPGAS/USP< Tese de doutorado, 2001. <http://www.teses.usp.br/teses/dispoiveis/8/8134/tde-17122001-005542/>
- _____. Dualismo e cosmologia Kaingang: O Xamã e o domínio da floresta. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, Ano 8, n.18, dez.: 189-209, 2002.
- SIMONIAN, Ligia T. L. *Terra de Possesiros, um estudo sobre as políticas de terras indígenas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1981. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1981.

- SOUZA, José O. Catafesto de. “Aos Fantasmas das Brenhas”: *etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias no sul do Brasil (Rio Grande do Sul)*. Porto Alegre, 1998. Tese (Doutoramento em Antropologia Social), IFCH/UFRGS.
- SOUZA, Mariana de Mello. *Reis negros o Brasil escravista – história da coroação do Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- TAUNAY, Affonso E. de. *Entre os nossos índios*. São Paulo: Melhoramentos, 1931.
- TESCHAUER, Carlos. S.J. *A catequese dos índios Coroados de São Pedro do Rio Grande. Contribuição para a história da civilização da América*. Anuário do estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1905, Anno XXI: 129-168.
- _____. *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*. Porto Alegre: Liv. Selbach de J. R. da Fonseca & Cia., 1918. V.I.
- _____. *Porandúba Riograndense*. Porto Alegre: Globo. 1929.
- THOMPSON E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.1.
- TOMMASINO, Kimiye. *A História dos Kaingang da Bacia do Tibagi: Uma Sociedade Jê Meridional em Movimento*. São Paulo: USP, 1995. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.
- _____. Território e territorialidade cultural e historicidade de um grupo Jê. In: *Uri e Waxi: Estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: UEL, 2000.
- TORRES, Luis Henrique. *O discurso historiográfico referente à participação do indígena na formação histórica Sul Rio-grandense (1918-1964)*. Dissertação de Mestrado, PUCRS, Porto Alegre, 1990.
- URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: Cunha, M. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP/SMC/ Companhia das Letras, 1992:87-102.
- VEIGA, Juracilda. *Organização Social e Cosmovisão Kaingang: uma introdução ao parentesco, casamento e nomeação em uma sociedade Jê Meridional*. Campinas: UNICAMP, 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- _____. *Cosmologia e práticas rituais Kaingang*. Tese de doutorado, UNICAMP, 2000.
- VENZON, Rodrigo A. *Borboleta: Sobrevivência indígena frente ao latifúndio*. In: Terras indígenas do RS, p.155-162, 1992.
- VIANNA, F.J. Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil. Populações rurais do centro-sul. Paulistas - Fluminenses - Mineiros*. Primeiro Volume. Biblioteca Pedagógica Brasileira Série V - Brasileira - vol. VIII. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1933. 3ª edição. (Primeira edição: 1918).
- VIVEIROS DE CASTRO. *O Campo na Selva, visto da Praia*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 14, 1990, Caxambu. Seminário Temático A Construção do Trabalho Intelectual. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1990.

- _____. *O Mármore e a Murta: sobre a inconstância da alma selvagem*. In: Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v.35, p.21-74, 1992.
- VYJKÁG, Adão Sales et. al. *Textos Kanhgág*. Brasília: APBKG/Dka Áustria/MEC/PNUD, 1997.
- WIESEMANN, Ursula. Dicionário Kaingáng-Português, Português-kaingáng. 2° ed. Brasília: FUNAI/ Summer Institute of Linguistics/ FUNAI, [1981] 1994.
- WAGNER, Carlos et. alli . *A guerra dos Bugres*. A saga da nação Caingangue no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ed. Tchê, 1986.
- WILDE, Guillermo. Los guaraníes después de la expulsión de los jesuítas: dinámicas políticas y transacciones simbólicas. *Revista Complutense de Historia de América*.
- ZARTH, Paulo. *História agrária do Planalto Gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Fidene-Unijuí, 1997.
- _____. *Do arcaico ao moderno: as transformações do Rio Grande do Sul rural no século XIX*. Ijuí: Ed. Da Unijuí, 2002.
- ZWETSCH, Roberto E. Kaingang: Os limites do desenvolvimento. In: LEITE, Arlindo Gilberto de O (org.). *Kaingang: confronto cultural e identidade étnica*. São Paulo: UNIMEP, 1994:15-58.